



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO
COMPORTAMENTO

AUTORES DE AGRESSÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
CARACTERÍSTICAS BIOPSIKOSSOCIAIS E TRAJETÓRIAS DE VIDA

Daniela Castro dos Reis

Belém - Pará

2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO
COMPORTAMENTO

TESE DE DOUTORADO

AUTORES DE AGRESSÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
CARACTERÍSTICAS BIOPSIKOSSOCIAIS E TRAJETÓRIAS DE VIDA

Daniela Castro dos Reis

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Teoria e Pesquisa do Comportamento.

Área de Concentração: Ecoetologia
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lília Iêda Chaves Cavalcante
Projeto Financiado pelo CNPq
Data da Defesa: 18/08/2016.

Belém - Pará

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Reis, Daniela Castro dos, 1975-

Autores de agressão sexual de crianças e adolescentes: características biopsicossociais e trajetórias de vida / Daniela Castro dos Reis. - 2016.

Orientadora: Lília Iêda Chaves Cavalcante.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Belém, 2016.

1. Crime sexual. 2. Crime sexual contra as crianças. 3. Violência sexual - Adolescentes. 4. Estupradores - Aspectos sociais. 5. Estupradores - Aspectos psicológicos. I. Título.

CDD 22. ed. 362.883

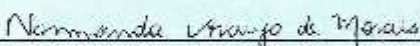


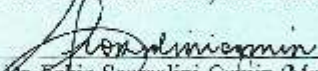
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 Núcleo Teórico e Pesquisas do Trabalho - NTPC
 Programa de Pós-Graduação em Teoria e Prática
 do Trabalho - PPGTPC
 E-mail: trabalho@ufpa.br / comunidade@ufpa.br
 Fones: 3201-8476 / 3201-8542
 Rua Augusto Corrêa, nº 01
 Guamá, Cxpt: 66.075-110
 Belém - Pará

ATA DE DEFESA DA TESE DE DOUTORADO DA ALUNA DANIELA CASTRO DOS REIS, REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2016.

Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, às quatorze horas e trinta minutos, no auditório Vivaldo de Oliveira Reis Filho, reuniu-se a Banca Examinadora da Tese de Doutorado da aluna Daniela Castro dos Reis que defendeu a Tese intitulada: "Autores de agressão sexual de crianças e adolescentes: características biopsicossociais e trajetórias de desenvolvimento". Fizaram parte da Banca Examinadora a Prof.^a Dr.^a Lília Iêda Chaves Cavalcante (Orientadora - UFPA), Prof.^a Dr.^a Normanda Araújo de Moraes (Membro - UNIFOR), Prof. Dr. Fábio Scorsolini-Comin (Membro - UFTM), Prof.^a Dr.^a Lúcia Isabel da Conceição Silva (Membro - UFPA) e a Prof.^a Dr.^a Celina Maria Colino Magalhães (Membro - UFPA). A Prof.^a Dr.^a Lília Iêda Chaves Cavalcante deu início à sessão apresentando a autora e o título do trabalho e discorrendo sobre a estrutura da sessão de defesa, combinada previamente pela banca, de acordo com as normas regimentais. Inicialmente a autora apresentou o trabalho em quarenta minutos, sendo, em seguida, arguida pelos Professores Doutores, Normanda Araújo de Moraes, Fábio Scorsolini-Comin, Lúcia Isabel da Conceição Silva e Celina Maria Colino Magalhães, respectivamente, nessa ordem. Após as arguições, a Prof.^a Dr.^a Lília Iêda Chaves Cavalcante teceu as considerações sobre o trabalho, agradeceu as contribuições dos demais membros da Banca Examinadora e concedeu a palavra aos presentes que quisessem fazer comentários. Finalizada a sessão, a banca reuniu-se e considerou a Tese APROVADA. Não havendo mais nada a tratar, foi lavrada a presente ATA, que corresponde à verdade.


 Prof.^a Dr.^a Lília Iêda Chaves Cavalcante (Orientadora - UFPA).


 Prof.^a Dr.^a Normanda Araújo de Moraes (Membro - UNIFOR).


 Prof. Dr. Fábio Scorsolini-Comin (Membro - UFTM).


 Prof.^a Dr.^a Lúcia Isabel da Conceição Silva (Membro - UFPA).


 Prof.^a Dr.^a Celina Maria Colino Magalhães (Membro - UFPA).

Agradecimento

Começo esse agradecimento talvez de maneira inusitada. Não quero agradecer a uma pessoa inicialmente e sim a uma frase que li quando tinha, aproximadamente, 16 anos de idade. A frase dizia o seguinte: “Insista, persista que um dia você conquista”. Essa frase marcou tanto minha vida, que naquele momento era tudo que precisa ouvir para seguir em frente, já que uma menina com epilepsia não poderia querer muito da vida. Mas, como minha mãe sempre me contava, desde os meus cinco anos de idade, andava atrás dela querendo aprender a ler. Talvez fosse o destino. Então a frase, ajudou-me a entender que tudo que eu desejasse poderia ter ou ser. Claro, seria até irônico, acreditar hoje, que somente esta frase contribuiu na minha trajetória de vida. Claro que não foi ela, com toda certeza essa frase só fez e faz sentido para mim, pois tive em minha trajetória de vida pessoas que me fizeram acreditar nisso, pois a minha díade primária sempre esteve realizando atividades conjuntas, com afeto, amor e carinho. Então, agradecer a frase é agradecer as pessoas que sempre acreditaram em mim, mesmo quando o prognóstico não era favorável. Pai e Mãe, Mãe e Pai. Pai, o senhor foi parte fundamental nisso, em todos os momentos de minha carreira profissional, me espelho no senhor, na sua ética e no seu senso de justiça. Mãe, talvez, essa tenha sido a frase mais difícil de escrever nesta tese, pois as lágrimas não deixavam. Como agradecer você? Não sei como fazer isso. Não tem como. Quando relembro de todos os momentos compartilhados com a senhora, recordo de cada sacrifício realizado, por você, para que eu pudesse ter uma vida normal. Quando a senhora ficava horas me vendo nadar na piscina, pois não podia ficar sozinha, já que poderia ter risco de convulsionar. Quando me incentivava dizendo que eu podia fazer qualquer coisa, que eu poderia ter uma vida normal, uma família. Sempre me senti protegida, mas nunca incapaz. Amo-te mãe, de onde seu espírito estiver, sei que a senhora continua me acompanhando.

A frase se encheu de sentido com a presença de outros grupos de brincadeira, e isso se resume a quatro pontos e vírgula, presentes em minha vida. Cada uma diferente, e ao mesmo tempo, cada uma, igual a mim. Minhas quatro irmãs: Cynthia, Simone, Luana e Thelma. Minha trajetória teria sido diferente sem vocês. Amo todas!

Só que nesta trajetória outras díades foram solidificadas. A frase só fez sentido quando aos 19 anos de idade encontrei uma palavra, o amor. Esse com toda certeza era um grande desafio, e com ele a frase fez novamente sentido. Obrigado meu amor, meu eterno amor. Ivan Cardoso.

Faltava o ponto final desta frase, o que realmente, contribuiu para que a frase nunca mais pudesse ser esquecida por mim, meu filho amado. Amo-te. Tudo isso só fez sentido depois que você nasceu: João Davi, nosso bugão!

Mas, esta frase perdeu o sentido, quando no início do meu doutorado perdi parte da minha frase. Ela foi rabiscada, pelo menos em parte. Perdi minha mãe. Ela não estava mais presente e por ter 99% de chance de não ser ao acaso e ter o P valor $\leq 0,00000001$ significativa, tive o acolhimento de outra pessoa, Lília. Era uma relação forte com r de Persson 1 positivo, ou seja, quanto mais ela acreditava, mais eu acreditava também. Como posso agradecer você? Nas minhas reflexões diárias, penso que sem o doutorado e sem você, Lília, não teria conseguido ter forças. Você acreditou, você sonhou comigo, você topou o desafio de estudar uma área tão marginalizada. E a frase aos poucos foi sendo reconstruída e fez-me sentido novamente. Duas pessoas me ensinaram a ter prazer pelo estudo. Minha amada mãe e você. Obrigada Lília! Obrigada por tudo!

Só que esta frase para poder acontecer no doutorado precisava de outras personagens e sem elas hoje a frase não teria sentido. Então, eu agradeço a cada membro do grupo de pesquisa do EASCA (Estudo dos Autores de Agressão Sexual de Criança e Adolescente), Lucilene Paiva da Costa, Carlos Joaquim Barbosa da Rocha, Zenildo Costa Pantoja, Jackeline

Rodrigues de Sousa e Marcilene do Socorro Oliveira Araújo (Abaetetubenses), George Heverton Moraes Ponte e Larissa Sales.

Agradeço a comarca de Abaetetuba, o Juiz de Direito Titular da Vara de Crime Delmar Alexandre de Pinho Barroso, a Assistente Social Raimunda do Socorro Ferreira da Silva, a Psicóloga Nayra Cristine Alves e Carvalho e a Pedagoga Silvana Azevedo Santos. A comarca de Belém, a Juíza Mônica Marciel e sua equipe. A comarca de Parauapebas, ao querido e parceiro Juiz de Direito Lívio Araújo Moura, e sua equipe da secretaria: Ana Cleia da Silva Moura Ferreira, Gislene Francisca Santos, João Ribeiro da Cunha Neto, Samara Araújo Soares, Kaciane Gomes Barbosa, Joaneth Caetano de Sousa, Flávio Istefanilton Feitosa Rocha e Luís Coelho da Silva.

Agradeço ao querido amigo e parceiro, Assis da Costa Oliveira, do município de Altamira que possibilitou a pesquisa piloto das entrevistas com os AASCA. Agradeço a amiga, Socorro Fialho por participar comigo do estudo piloto em Altamira. Obrigada pela amizade e companheirismo.

Agradeço a defensora Dr. Anna Izabel e Silva Santos por ter a sensibilização de entender a pesquisa e ajudar na articulação com a SUSIPE. Meu muito obrigada!

Agradeço A SUSIPE representada pelo Superintendente André Luiz de Almeida e Cunha, e da acolhedora Fernanda Nazaré da Luz Almeida, e toda a equipe da SUSIPE. Em especial ao Dr. Adalberto Murilo Barbosa de Souza, Diretor da Carceragem de Parauapebas que nos acolheu gentilmente.

Ao amigo e querido Diego, meu anjo da estatística que ajudou na análise dos dados. Meu obrigado pela paciência. Obrigada a minha revisora ortográfica, Bruna Cristina Monteiro de Almeida Araújo.

Como me esquecer dela, a minha companheira de pesquisa, Laiane Correia, obrigada pela amizade, companheirismo e pela doçura.

Aos meus tios Joaquim e Graça Castro que no final desta tese, me acolheram gentilmente em sua casa. Muito obrigada meus tios. Da sua coelha. Dani!

Agradeço ao Laércio pela acolhida em momentos de desesperos na hora de entregar os relatórios e pelos maravilhosos bate papo na hora do almoço. Muito Obrigada!

Agradeço aos Participantes desta pesquisa, pela disponibilização em relatar suas trajetórias de vida, mesmo sabendo que em alguns momentos lhe causaram dor psíquica. Muito obrigada! Apesar de parecer o contrário, como muitas pessoas pensam, com vocês Tornei-me mais humana.

Sumário

Lista de Tabelas	9
Lista de Figuras	10
Resumo	11
Abstract	12
Apresentação	14
Introdução	22
Estudo I. Estudos Empíricos sobre os Autores de Agressão Sexual de Criança/Adolescente: Uma Caracterização da Produção sobre o Tema	33
Introdução	33
Método	37
Resultados e Discussão	41
Considerações Finais	53
Referências	54
Estudo II. Caracterização dos Instrumentos de Avaliação Cognitiva de Autores de Agressão Sexual de Criança e Adolescente	68
Introdução	68
Método	74
Resultados e Discussão	79
Considerações Finais	90
Referências	93
Estudo III. Avaliação de Distorção Cognitiva de Autores de Agressão Sexual de Criança e Adolescente (AASCAs)	108
Introdução	108
Método	113
Resultados e Discussão	117
Considerações Finais	130
Referências	132
Estudo IV. Autores de Agressão Sexual de Crianças/Adolescentes: Características Biopsicossociais Relatadas em Processos Jurídicos	144
Introdução	144
Método	152
Resultados	164
Discussão	180
Considerações Finais	194
Referências	198
Estudo V. Distorções Cognitivas de Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes	207
Introdução	207
Método	212
Resultados e Discussão	217
Considerações Finais	232
Referências	234

Estudo VI. Autores de Agressão Sexual de Criança/Adolescente (AASCA) na Perspectiva Bioecológica do Desenvolvimento Humano	239
Introdução	239
Método	246
Resultados e Discussão	253
Considerações Finais	292
Referências	296
Considerações finais da Tese	307
Referências	320
Apêndice A. Primeiro Artigo Publicado da Tese	326
Apêndice B. Parecer Circunstanciado do Comitê de Ética	327
Apêndice C. Termo de Autorização para Realização da Pesquisa	329
Apêndice D. Formulário de Caracterização Biopsicossocial do AASCA e da Vítima de Agressão Sexual	330
Apêndice E. Agrupamento da Análise de Clusters	336
Apêndice F. Análise dos Clusters	337
Apêndice G. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	342
Apêndice H. Entrevista para Identificação de Distorção Cognitiva	343
Apêndice I. Questionário para Caracterização dos AASCA	345
Apêndice J. Entrevistas sobre os Ciclos de Vida	350

Lista de Tabelas

Tabela 1	Demonstrativo dos artigos selecionados descritores e idiomas	40
Tabela 2	Demonstrativo da produção científica representada por décadas e localidade	43
Tabela 3	Demonstrativo da área de conhecimento, abordagem do dado e classificação dos objetivos gerais	46
Tabela 4	Demonstrativo da caracterização da produção científica distribuídas por período	79
Tabela 5	Quadro demonstrativo com nome, autores, ano, item, objetivos dos instrumentos de avaliação cognitiva	83
Tabela 6	Demonstrativo das propriedades psicométrica dos instrumentos de avaliação cognitiva	87
Tabela 7	Demonstrativo dos dados dos processos jurídicos nos respectivos municípios a partir de 2012	154
Tabela 8	Demonstrativo da caracterização biosociodemográfica dos AASCAs	162
Tabela 9	Demonstrativo quanto à gravidade da agressão sexual mostrando as associações significativas	163
Tabela 10	Demonstrativo quanto à idade na abertura do processo mostrando as associações significativas	165
Tabela 11	Demonstrativo quanto ao sexo da vítima mostrando as associações significativas	165
Tabela 12	Demonstrativo de AASCA com as associações significativas	166
Tabela 13	Comparação entre as características dos AASCAs	167
Tabela 14	Resultados da Classificação das amostras dos Agressores Sexuais em Processos Transitados e julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE-PA) no período de 2013 a 2015	171
Tabela 15	Modelo de Regressão Logística aos AASCAs	175
Tabela 16	Probabilidade de alguma criança sofrer agressão sexual segundo algumas combinações das variáveis explicativas no modelo.	176

Lista de Figuras

Figura 1	Quadro com os critérios de inclusão e exclusão dos artigos	73
Figura 2	Quadro demonstrativo dos descritores e suas combinações	74
Figura 3	Teste de relevância (Fonte: Azevedo, 2010, adaptado pelo pesquisador).	76
Figura 4	Quadro com as categorias dos instrumentos com padronização	77
Figura 5	Diagrama da seleção dos artigos encontrados e triados	78
Figura 6	Quadro com os critérios de inclusão e exclusão dos artigos	112
Figura 7	Quadro demonstrativo dos descritores e suas combinações	113
Figura 8	Teste de relevância (Fonte: Azevedo, 2010, adaptado pelo pesquisador).	115
Figura 9	Diagrama sobre o percurso metodológico da seleção dos artigos	116
Figura 10	Quadro demonstrativo dos instrumentos de avaliação de distorção cognitiva	120
Figura 11	Mapa do estado do Pará mostrando os três municípios alvo da pesquisa	151
Figura 12	Quadro com a variável y	161
Figura 13	Mapa Discriminante mostrando o agrupamento dos AASCA dos Processos Transitados e julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE-PA) no período de 2012 a 2014	173
Figura 14	Diagrama comparativo das características dos três <i>Clusters</i> .	174
Figura 15	Quadro de caracterização biosociodemográfica dos participantes da pesquisa	210
Figura 16	Quadro com as categorias pré-definidas por Gonçalves (2004).	213
Figura 17	Características biosociodemográficas dos cinco participantes.	242
Figura 18	Quadro com os núcleos teóricos do Modelo da Bioecologia do Desenvolvimento Humano, as categorias relacionadas, suas definições e exemplos	246
Figura 19	Quadro comparativo com os principais fatores de risco entre os cinco casos	258
Figura 20	Quadro comparativo com os principais fatores de proteção entre os cinco casos	271
Figura 21	Diagrama sobre a trajetória de vida do caso 1	278
Figura 22	Diagrama sobre a trajetória de vida do caso 2	282
Figura 23	Diagrama sobre a trajetória de vida do caso 3	285

Resumo

Reis, D. C. (2016). Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes: Características Biopsicossociais e Trajetórias de Vida. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará, Brasil. p. 350.

Esta tese investigou as características biopsicossociais de autores de agressão sexual de crianças e adolescentes (AASCA) a partir da sua trajetória de vida, permitindo entender melhor as condições ecológicas em que foram geradas desde a infância até a vida adulta, além dos fatores de risco e de proteção na sua trajetória de vida. Para responder este objetivo, a tese foi composta por seis estudos: os três primeiros estudos analisaram o estado da arte, o primeiro teve como objetivo mapear as características gerais da produção científica; o segundo analisou os tipos de instrumentos de avaliação cognitiva, direcionados para os AASCAs e o terceiro estudo identificou e discutiu os resultados dos estudos que utilizaram instrumentos de avaliação de distorção cognitiva (DC); o quarto estudo identificou as características biopsicossociais prevalentes nesta população a partir de dados extraídos de fontes documentais (autos dos processos jurídicos dos AASCAs); o quinto estudo analisou as DCs mais gerais e aquelas referentes às vítimas a partir da percepção do AASCA acessada por meio de entrevista; o sexto e último foi um estudo de casos múltiplos, que procurou analisar os fatores de risco e proteção na trajetória de vida dos AASCAs. Os principais resultados encontrados permitiram alcançar os objetivos da tese, identificando que a produção científica da área tem como ênfase os estudos com vítimas, concentrados na língua inglesa, publicados, sobretudo em revistas especializadas, tendo com participantes uma população encarcerada predominantemente masculina, com uma faixa de idade ampla. Os resultados sinalizaram ainda que a produção científica está concentrada em pesquisas quantitativas, descritiva, que apresenta uma produção crescente no século XXI e está concentrada na América do Norte, relatando o uso de 92 instrumentos no total, sendo 20 (21,7 %) identificados como sem padronização e 72 (78,3%) instrumentos com padronização. Nota-se que 24 (33,3%) eram de caráter psicológico, que avaliaram aspectos da personalidade, emoção, ansiedade, estilo de apego, e cinco (6,9 %) examinaram aspectos fisiológicos, a exemplo dos testes falométricos; 30 (41,7%) investigaram dados comportamentais, e por fim, 13 (18,1%) averiguaram fatores cognitivos, tais como inteligência, empatia e distorção cognitiva. Comparativamente, foram encontrados menos instrumentos de avaliação cognitiva de AASCAs que os instrumentos de investigação psicológica e comportamental. Dentre os instrumentos de avaliação cognitiva, foram identificados nove instrumentos de pesquisa que focalizaram as DCs, apresentando expressiva diversidade. Na análise dos dados quantitativos sinalizou-se que os AASCA eram indivíduos do sexo masculino, etnia/cor negra, com idade superior a 30 anos, católicos, sendo a agressão sexual perpetrada predominantemente contra vítimas do sexo feminino de etnia/cor negra. Foi ainda encontrada uma diversidade de características biopsicossociais associadas que deram forma a diferentes perfis de AASCAs: com crimes e sem crimes anteriores; com e sem severidade e gravidade na agressão sexual; com Hands off (agressão sexual “menos” severa como exibicionismo e abuso verbal) ou Hands on (agressão sexual com uso da força e/ou outro tipo de coerção severa); abaixo de 30 anos e acima de 30 anos; com vítima definida como menina ou menino; com vítima criança ou adolescente. Em outra análise estatística, foram identificados três *Clusters* com características semelhantes entre os membros que os constituem e outras que distinguem os grupos entre si. Os dados da regressão logística revelaram uma associação significativa entre a variável acima de 30 anos com as demais variáveis: possui filhos, etnia/cor, contexto de moradia, local da agressão. A regressão logística identificou a razão de chance de um indivíduo, acima de 30 anos, associado com as variáveis possui filhos, etnia/cor, contexto de moradia, local da agressão, vir a apresentar uma alta probabilidade em cometer a agressão sexual. O resultado do quinto estudo identificou as

principais DCs no AASCA, como negação completa, minimização das consequências, negação parcial, negação do planejamento e sua relação com o MBDH. O sexto estudo identificou os principais fatores de risco comuns entre os cinco estudos de casos analisados a partir do MBDH como: distorção cognitiva, prática parentais inconsistentes, ausência do sistema escolar, histórico de agressão física, trabalho infantil, trabalho informal, identificados na trajetória de vida dos AASCAs. Os seis estudos juntos permitiram concluir que os AASCAs apresentar características heterogêneas e que estas são constituídas na trajetória de vida desses indivíduos.

Palavras chave: agressão sexual; criança; adolescente.

Abstract

Reis, D. C. (2016). Sex Offender of Children and Adolescents: Biopsychosocial Characteristics and Trajectories of Life. Doctoral thesis. Graduate Program in Theory and Behavioral Research, Federal University of Pará, Brazil. P. 350.

This thesis investigated the biopsychosocial characteristics of sexual assault authors of children and adolescents (AASCA) from your life path, allowing a better understanding of the ecological conditions in which they were generated from childhood to adulthood, in addition to the risk factors and protection on your life path. To meet this goal, the thesis was composed of six studies: the first three studies looked at the state of the art, the first aimed to map the general characteristics of scientific production; the second examined the types of cognitive assessment tools, targeted to AASCAs and the third study identified and discussed the results of the study that used cognitive distortion assessment tools (DC); the fourth study identified the biopsychosocial characteristics prevalent in this population from extracted from documentary sources data (case of legal proceedings of AASCA); The fifth study looked at the most general DCs and those related to the victims from the perception of AASCA accessed through interviews; the sixth and last was a multiple case study, which sought to analyze the risk and protective factors in the trajectory of life AASCAs. The main results allowed achieve the thesis goals, identifying the scientific production in the area is to focus studies with victims, concentrated in the English language, published mainly in magazines, and with participants a predominantly male prison population, with a track broad age. The results also signaled that scientific production is concentrated in quantitative research, descriptive, which has a growing production in the twenty-first century and is concentrated in North America, reporting the use of 92 instruments in total, 20 (21.7%) identified as no standardization and 72 (78.3%) instruments with standardization. Note that 24 (33.3%) were psychological character, evaluating aspects of personality, emotion, anxiety, attachment style, and five (6.9%) examined physiological aspects, like the falométricos tests; 30 (41.7%) investigated behavioral data and, finally, 13 (18.1%) ascertained cognitive factors such as intelligence, empathy and cognitive distortion. Comparatively, they were found less cognitive assessment instruments AASCAs the instruments of psychological and behavioral research. Among the cognitive assessment tools they identified nine research tools that focused DCs, with expressive diversity. In the analysis of quantitative data it signaled that the AASCA were males, ethnic / black color, older than 30 years, Catholics, and sexual assault perpetrated against predominantly female victims of ethnic / black. It was also found a variety of associated biopsychosocial characteristics that have shaped different AASCAs profiles: with crimes and without previous crimes; with and without severity and severity of sexual assault; Hands off with (sexual assault "minus" severe as exhibitionism and verbal abuse) or Hands on (sexual assault with use of force and / or other severe coercion); below 30 years and above 30 years; with victim defined as girl or boy; with victim child or adolescent. In another statistical analysis identified three clusters with similar characteristics among members constituting the

other and that distinguish the groups together. The logistic regression data revealed a significant association between the variable above 30 years with other variables has children, color / ethnicity, housing context, the attack site. Logistic regression identified the odds ratio for an individual, above 30 years, associated with the variables has children, color / ethnicity, housing context, aggression site, come to have a high probability to commit sexual assault. Table 15 shows the model that best fit this purpose. The result of the fifth study identified the main DCs in AASCA as complete denial, minimization of consequences, partial denial, denial of planning and its relationship with the MBDH. The sixth study identified the main risk factors common among the five case studies analyzed from MBDH as cognitive distortion, inconsistent parenting practice, the absence of the school system, history of physical abuse, child labor, informal work, identified in the course of life of AASCAs. The six studies together showed that the AASCAs present heterogeneous characteristics and these are incorporated in the trajectory of life of these individuals.

Keywords: sex offender; child; adolescent.

Apresentação

A violência sexual é um fenômeno complexo, polissêmico, controverso e multifatorial, perpetrada por indivíduos contra outros indivíduos, assumindo diferentes contornos em razão das relações pessoais, sociais, políticas ou culturais que a constituem. Em razão disso, tais aspectos têm ensejado a realização de estudos sobre o perfil, as características e a condição psicossocial dos protagonistas das diversas formas de violência sexual. Especificamente, sobre a agressão sexual perpetrada contra criança e adolescente, esta é demarcada pelo envolvimento de um adulto ou uma pessoa mais velha, em atividades sexuais com criança e adolescente. Este tipo de agressão sexual é definido como uma relação de poder assimétrica, em que a criança ou o adolescente pode ser usado como objeto sexual para gratificação das necessidades ou desejos de um adulto. Em função desta especificidade, a agressão sexual de criança e adolescente tem despertado o interesse e a busca de estudos sobre o tema na literatura científica da área.

Com esse propósito, esta pesquisa investigou as características biopsicossociais de AASCA a partir da sua trajetória de vida, permitindo entender melhor as condições ecológicas em que geradas desde a infância até a vida adulta, identificando os fatores de risco e de proteção na trajetória de vida. Com este objetivo, as investigações realizadas deram início às atividades do EASCA (Estudos do Agressor Sexual de Criança e Adolescente), grupo de pesquisa do qual participam alunos e professores do Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

O interesse inicial pelo tema da pesquisa remete às inquietações suscitadas pela discussão sobre a agressão sexual de criança e adolescente nas últimas décadas, no Brasil e no mundo, e suas particularidades no contexto local, em Belém e no estado do Pará, acompanhada de perto pela autora desta tese a partir de sua atuação como membro da equipe

multiprofissional do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), um serviço socioassistencial voltado ao atendimento à vítima de violência sexual na Região Metropolitana de Belém, assim como por sua participação nos fóruns de debate sobre os desafios colocados ao Sistema de Garantia de Direito da Criança e do Adolescente (SGD) ao enfrentamento dessa problemática.

Destas experiências ficou a impressão, para a autora, que a condição biopsicossocial da vítima era sempre privilegiada nos debates, nos fóruns de discussão e que os atendimentos psicossociais, quase sempre, estavam voltados para estas e seus familiares, sendo pouco considerada a perspectiva do AASCA. Isto até certo ponto tem secundarizado à necessidade de se conhecer melhor quem é a pessoa que perpetrar essa forma de agressão sexual. As características biológicas, psicológicas e sociais relacionadas ao AASCA têm sido negligenciadas principalmente nas publicações científicas mais antigas, assim como elas parecem, em parte, desconhecidas daquelas que seriam capazes de responder pela presença do comportamento agressivo desta população. Em outras palavras, este é um tema de pesquisa que apesar de contar com o crescente interesse dos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, os estudos atuais não conferem ainda atenção suficiente às características biopsicossociais e os diversos fatores de risco e de proteção inscritos na trajetória de vida e de desenvolvimento dos chamados AASCAs.

Nesta direção, buscou-se antes de tudo tentar entender como o AASCA vinha sendo retratado na literatura nas últimas três décadas. Para tanto, considerou-se o relativo consenso em torno da ideia de que a produção científica internacional da área, a partir da década de 1980, experimentou um aumento expressivo e sinalizou um interesse científico crescente pela pessoa do AASCA nas pesquisas sobre agressão sexual de criança e adolescente. Especialmente, no Brasil, na década de 1990, diferentes delineamentos de pesquisa e estudos realizados na área da Psicologia começaram a ressaltar a importância de se conhecer, não

apenas aspectos sociodemográficos do AASCA em contextos diversos, mas também apurar as evidências que apontam para a existência de uma população que se destaca pela diversidade e heterogeneidade dos seus traços clínicos e psicológicos.

Diante de tal demanda que se configurou a partir dos fatos apresentados, o doutorado configurou-se para uma trajetória própria, desenvolvida para além do caminhar da tese propriamente dita. Este caminhar, em conjunto com o da tese, despertou a criação e o fortalecimento do grupo de estudo (EASCA), em que cada vez mais pessoas foram se interessando pelo tema e pela pesquisa proposta, levando a consolidação de uma série de trabalhos vinculados à pesquisa da tese.

Desta forma, como procedimento inicial da pesquisa, uma Revisão da Literatura Sistemática (RLS) foi iniciada em 2013, com o intuito de explorar as publicações pertinentes da área dando origem ao artigo científico intitulado *Agressor Sexual de Crianças e Adolescentes: Uma Discussão Sobre o Gênero dos Participantes na Literatura*, que foi publicado em 2015, pela Psicologia em Revista. Este artigo contribuiu para explorar o tema da pesquisa e permitiu delinear com maior segurança os descritores e os critérios de inclusão e exclusão a serem considerados nos próximos estudos de RLS.

Inicialmente para a realização da pesquisa empírica, uma articulação com a comarca do município de Altamira fora iniciada. O Referido município estava iniciando, à época, um diagnóstico local sobre a agressão sexual de criança e adolescente em função do impacto da construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Esse diagnóstico estava sob a coordenação do Prof. Assis da Costa Oliveira, da Universidade Federal do Pará (UFPA), que por meio do projeto Roda de Direitos viabilizou a pesquisa piloto das entrevistas com dois participantes.

Esse estudo piloto originou o capítulo *Fatores de Risco e Proteção: A Trajetória de Vida de Dois Condenados pelo Crime de Abuso Sexual Contra Criança e Adolescente*

lançado, em 2014, no livro intitulado *Direitos das Crianças e dos Adolescentes: Violência Sexual, Medidas Socioeducativas, Diversidade Etnicorraciais e Movimentos Populares*.

Ainda em 2014, o grupo EASCA concorreu no edital de fomento à pesquisa lançado pelo MCTI/CNPQ/MEC/CAPES e foi contemplado com recursos financeiros. O projeto aprovado, agora intitulado *Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes na Mesorregião Metropolitana de Belém: Perfil, Fatores e Contextos de Desenvolvimento Biopsicossocial*, propôs aumentar o quantitativo de municípios pesquisados, mas ao mesmo tempo concentrar as investigações, nas comarcas da Mesorregião Metropolitana de Belém (Belém, Ananindeua, Santa Izabel e Castanhal).

Neste interim, o grupo de pesquisa EASCA/LED foi se consolidando e agregando mais alunos interessados em realizar seus trabalhos acadêmicos dentro do escopo deste tema de pesquisa. Um exemplo disso foi a dissertação de mestrado de Lucilene Paiva da Costa Paiva, aluna do Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, intitulada *Características Biopsicossociais de Autores de Agressão Sexual de Criança e/ou Adolescentes em Contexto Intrafamiliar e Extrafamiliar*, realizada sob a orientação da Prof.^a Dr^a Lília Cavalcante, cuja a defesa aconteceu em agosto de 2015.

Em 2015 e 2016, dois outros trabalhos também foram realizados. O projeto *Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes: Fatores de Risco e Proteção, Sexualidade e Concepções de Infância, Adolescência e Violência Sexual* do mestrando Carlos Joaquim Barbosa da Rocha e o Plano de Trabalho de iniciação científica *Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual na Região Metropolitana de Belém: Perfil, Fatores e Contextos de Desenvolvimento* da Aluna Jaqueline Rodrigues de Sousa.

Além dessas produções, desde 2012, trabalhos científicos vinham sendo apresentados em congressos nacionais e internacionais, a exemplo da 42^a Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia/VIII Congresso Iberoamericano de Psicologia, IX Congresso

Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento, 5ª Conferência Internacional de Psicologia Comunitária, entre outros.

Estes estudos iniciais sobre o tema realizados no âmbito do EASCA/LED deixaram claro que são muitas as inquietações colocadas por pesquisadores, profissionais e autoridades sobre quem são os AASCAs na região envolvida pela pesquisa e o que pode explicar em termos bioecológicos a apresentação desse tipo de comportamento por esses indivíduos. Assim, investigar os AASCAs e quais as características biopsicossociais prevalentes nessa população em contextos diversos do país, desponta como um desafio e um interessante objetivo de pesquisa na atualidade.

E mais: a compreensão de que o desconhecimento das características biopsicossociais dos AASCAs e os aspectos desenvolvimentais comuns e decisivos em suas trajetórias de vida podem dificultar ou impedir o entendimento das condições necessárias ao rompimento com os mecanismos de reprodução da agressão sexual, podendo inclusive levar a reincidência desse ato. Em razão disso, essa lacuna parece contribuir ainda mais para mascarar ou camuflar a natureza humana dos AASCAs, podendo aumentar o preconceito social e minimizar as chances de sua reinserção na sociedade.

Em termos teóricos, esta pesquisa tentou trazer novos elementos para pensar o problema nos limites do contexto pesquisado e fora dele. Afinal, hoje, sabe-se que novos saberes sobre o tema são exigidos e outros precisam ser consolidados por se referirem às configurações desse fenômeno em regiões até então pouco pesquisadas, principalmente ao se considerar as especificidades contextuais. A ideia é que este e outros estudos com propósitos semelhantes possam contribuir para tornar mais claro o debate social, político, histórico e cultural acerca do problema em foco.

É preciso entender formulações que possam dar conta de ler a realidade da agressão sexual de criança e adolescente e da condição biopsicossocial do AASCA de forma mais

complexa, como a realidade exige. Tais saberes podem se transformar em ações efetivas como protocolos de atendimento e formas de tratamento a essa população, aspectos ainda tão pouco explorados na literatura nacional. Ou seja, a proposição de estudos como este pode favorecer a apresentação e a consolidação de políticas públicas que subsidiem atendimentos especializados para a população em questão.

No âmbito acadêmico, espera-se, que estudos como este possam abrir mais espaço para esse tipo de demanda social e assim incentivar a produção de dados e análises que possam encontrar respostas para tantos dilemas que fazem parte do cotidiano dos profissionais que precisam lidar com essa realidade.

Pelas razões mencionadas, esta pesquisa propôs olhar o AASCA a partir do Modelo da Bioecologia do Desenvolvimento Humano (MBDH), focalizando as suas características biopsicossociais e trajetória de vida. Esta pesquisa orientou-se pelo desafio de gerar a problematização de questões relativas às características biopsicossociais construídas ao longo da trajetória de vida desses indivíduos. Esta tese propôs-se investigar as características biopsicossociais de AASCA a partir da sua trajetória de vida, permitindo entender melhor as condições ecológicas em que foram geradas desde a infância até a vida adulta, identificando os fatores de risco e proteção no seu desenvolvimento. Desta forma, defende-se aqui a tese de que as características de indivíduos AASCAs são diversas e que elas variam em razão da combinação de fatores de risco e de proteção que agem concomitantemente no decorrer da sua trajetória de vida. Em resumo, este estudo investigou as características biopsicossociais de AASCAs e os fatores de risco e de proteção presentes em sua trajetória de vida.

O método de análise desta tese obedeceu às questões de pesquisa derivadas do MBDH, que permitiu a combinação de abordagens quantitativa e qualitativa dos dados coletados e a realização de análises integradas da literatura, dos processos investigados e dos aspectos subjetivos. Esta orientação metodológica procurou deixar clara a natureza sistêmica do

presente estudo. Para tanto, a tese realizou seis estudos independentes, porém interligados, no sentido de promover uma compreensão abrangente e integrada dos múltiplos aspectos, pessoais e contextuais, destacados na bioecologia do desenvolvimento humano dos AASCAs pesquisados.

O primeiro, o segundo e o terceiro estudos foram apoiados em Revisões Sistemáticas da Literatura (RSL) que tinham por finalidade explorar as publicações científicas da área e assim subsidiar as discussões sobre as características encontradas na literatura dos AASCAs. Deste modo, o primeiro estudo teve como objetivo mapear o estado da arte apontando as características gerais da produção científica; o segundo estudo buscou analisar os tipos de instrumentos de avaliação cognitiva, direcionados para os AASCAs; e o terceiro estudo teve a finalidade de identificar e discutir os resultados dos instrumentos de avaliação de distorção cognitiva (DC) encontrados na literatura da área, em pesquisas nacionais e internacionais. As RLS, além de promoverem o mapeamento do estudo da arte, permitiram identificar quais os principais objetos de estudos pesquisados, sinalizando as possíveis lacunas que poderiam ser mais bem estudadas ou ainda mais aprofundadas.

O quarto estudo concentrou-se em dados extraídos de fontes documentais (mais precisamente autos dos processos jurídicos dos AASCAs), identificando as características biopsicossociais prevalentes nesta população e ajudando a buscar compreender a bioecologia dos AASCAs a partir de fontes de dados secundárias.

O quinto estudo analisou as DCs mais gerais e aquelas direcionada às vítimas, a partir da percepção do AASCA, por meio de entrevistas semiestruturada. Este estudo centrou as suas análises em uma discussão bioecológica do desenvolvimento de AASCAs, concentrado suas análises nas características da pessoa como dimensão que integra o núcleo teórico Pessoa-Processo-Contexto-Tempo (PPCT).

O sexto e último foi um estudo de casos múltiplos, que procurou analisar os fatores de risco e proteção nas trajetórias desenvolvidas pelos AASCAs na sua trajetória de vida. Este estudo analisou os dados considerando a bioecologia dos AASCAs a partir dos quatro núcleos centrais do MBDH.

Portanto, de maneira resumida, o desenho da tese se configurou a partir de seis estudos que em conjunto procuraram responder o objetivo da tese e levar a compreensão da bioecologia dos AASCAs, considerando em cada estudo uma dimensão a ser abordada: o levantamento da literatura da área, as características biopsicológicas e as sociais, as características do núcleo pessoa e os fatores de risco e proteção analisados por meio do MBDH.

Na acepção mais comum e geral do termo, o conceito de violência está associado à expressão concreta dos diferentes métodos de coerção e dominação utilizados com a finalidade de conquistar, reter poder ou obter privilégios (Ribeiro, Ferriani & Reis, 2004). No que diz respeito à etimologia da palavra, violência vem do latim *violentia*, que remete ao abuso da força que desrespeita as medidas sociais e culturalmente estabelecidas (Muller, 2006). Estas medidas podem ser dadas pelo outro e sua constituição psicológica, além da definição do que a sociedade considera como justo e adequado em suas leis, regras sociais, costumes e crenças por ela instituído.

Um dos conceitos amplamente utilizado sobre o termo violência é da Organização Mundial da Saúde (OMS), que a conceitua como o uso intencional da força física ou do poder assimétrico, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que possa resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

Esse conceito vislumbra a noção de relação de poder assimétrica existente nos vários tipos de violência. Esta relação implicada na violência associa-se à intencionalidade do ato, com a sua prática propriamente dita, independentemente do resultado produzido, podendo levar à ocorrência de um ato violento, uma vez que envolve aqueles comportamentos e práticas que resultam de uma relação de abuso, incluindo as ameaças e as intimidações. A relação de poder assimétrica também serve para promover a negligência ou ações de omissão, além de atos violentos mais óbvios de perpetração.

O uso do poder deve ser entendido de forma a incluir a negligência e todos os tipos de abuso físico, psicológico e sexual. Essa definição cobre uma ampla gama de consequências, inclusive dano psicológico, privação e déficits no desenvolvimento. Ela reflete um reconhecimento cada vez maior por parte dos pesquisadores e profissionais acerca da

utilidade de incluir a violência que não resulta necessariamente em lesões ou morte, mas que oprime as pessoas, as famílias e as comunidades no mundo todo.

Muitas formas de violência contra mulheres, idosos e crianças, por exemplo, podem resultar em problemas físicos, psicológicos e sociais que não necessariamente levam a lesões físicas, invalidez ou morte (Echeburúa & Corral, 2006; Rogers, Titterington, & Davies, 2009). Essas consequências, porém, podem ser imediatas, bem como latentes, e tendem a perdurar por anos após o abuso inicial. Portanto, definir os resultados somente em termos de lesões ou mortes limita a compreensão da totalidade do impacto da violência sobre as pessoas, à comunidade e a sociedade como um todo (OMS, 2002).

Particularmente, em relação às formas de apresentação da violência de criança e adolescente, Cabral, Reis e Garcia (2010) lembram que as categorias mais utilizadas em estudos sobre o tema são: violência física, violência psicológica, negligência, violência institucional e estrutural, violência social e sexual. Entretanto essas tipificações da violência são amplas demais e nenhuma delas parece conseguir captar a complexidade do fenômeno envolvido.

Especificamente sobre a violência sexual de criança e adolescente, ela acompanha a trajetória histórica da humanidade, manifestando-se de múltiplas formas em diferentes épocas e contextos sociais, conforme concepções e práticas culturais também diversas (Costa, Carvalho, Bárbara, Santos, Gomes & Sousa, 2007; Krug, Dahlberg, Mercy & Zwi, 2002). Para se entender a configuração histórica e os significados sociais que fazem da violência sexual um fenômeno tão antigo quanto atual, é necessário compreender os comportamentos que a definem como tal, quais as suas formas mais comuns de expressão no cotidiano de famílias e instituições, além dos indivíduos envolvidos nessas relações abusivas.

Particularmente a respeito da violência sexual, no caso específico dos atos abusivos e agressivos de natureza sexual, a conceituação, a tipificação e a compreensão dos processos

que envolvem essa temática exigem uma discussão ainda mais abrangente e sensível às suas múltiplas determinações e configurações. A violência que envolve o ato sexual é um fenômeno multifatorial, complexo, polissêmico, multideterminado e controverso que se manifesta ou se materializa nas ações individuais ou coletivas, assumindo formas próprias de relações pessoais, sociais, políticas ou culturais. Nessa direção, Chauí (1999) define violência sexual como a relação de poder entre o algoz que impõe seu desejo sobre seus objetos, conduzindo a discussão para o campo da ética e da sociedade contemporânea. Nessa perspectiva, a violência sexual pode ser explicada por meio das relações de poder assimétricas que possibilitam o uso da força para obtenção ou manutenção de privilégios sexuais.

De maneira geral, Leal e Leal (2002) discutem violência sexual de criança e adolescente a partir de dois grupos: o abuso sexual, caracterizado por manifestações no âmbito intrafamiliar (doméstica) e extrafamiliar, e a exploração sexual, representada pela comercialização mercantilista das pessoas. Para as pesquisadoras, a violência sexual deve, contudo, ser contextualizada e compreendida em função da cultura, do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado. Particularmente nesta tese, e pelos motivos referidos anteriormente, o termo o abuso sexual, será reconduzido para o conceito de agressão sexual, por envolver uma relação assimétrica de poder.

Desta forma, entende-se que a agressão sexual perpetrada contra criança e adolescente é um fenômeno social identificado em diversas culturas desde a mais tradicional até a mais moderna. É um tema que tem despertado o interesse dos cientistas pelas suas características multifacetadas e inter-relacional. Nesta pesquisa, entende-se que por ser a agressão sexual um fenômeno multifatorial, os protagonistas envolvidos nesta relação de poder assimétrica devem ser estudados e compreendidos no sentido de buscar uma análise mais coesa do fenômeno da agressão sexual. No entanto, os pesquisadores têm focado, sobretudo em pesquisas que

envolvem a vítima. Tal aspecto pode ser identificado nas frequências de trabalhos científicos realizados entre os estudiosos da área (Hohendorff, Bavaresco, Habigzang, & Koller, 2012).

Para Serafim, Saff, Rigonatti, Casoy, e Barros (2009), a maioria dos estudos sobre agressão sexual tem investigado as vítimas, com poucos trabalhos sobre AASCA. Talvez isso se deva em função da maior visibilidade social e da importância, como violação de direito da vítima. A preocupação central das pesquisas até hoje tem sido compreender quem são as crianças e as adolescentes vítimas da agressão sexual, qual o seu perfil, quais os contextos em que têm ficado mais expostas, quais as estratégias de atendimento, entre outras (Costa, Cordeiro, Kalil, & Brandão, 2007).

As pesquisas internacionais têm priorizados estudos com as vítimas como o observado nos trabalhos de Mayer (2012), Costa, Zoltowski, Koller, e Teixeira (2015). Aspecto semelhante é observado no cenário nacional. As pesquisas empíricas também têm dado ênfase às vítimas como encontrado em vários estudos (Costa, et al., 2007; Costa et al., 2007; Dossi, Saliba, Garbin, & Garbin, 2008; Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005; Jong, Sadala, & Tanaka, 2008; Pereira, Lira, Xavier, e Vieira, 2007). Comparativamente, pode-se dizer que existem mais pesquisas com as vítimas de agressão sexual que com do AASCA, apesar de haver uma ampla literatura internacional sobre os perpetradores (Marques, 2005; Moura, 2007; Padilha & Santos, 2007).

No entanto, a literatura já sinaliza pesquisas relevantes na área (Marques, 2005; Moura, 2007) e demarcar a necessidade de se debater sobre os aspectos que circundam as características dos AASCAs. Em detalhe pode-se dizer que, somente a partir dos meados deste século, sobretudo na última década, a atenção do público em geral e dos acadêmicos, em particular, se concentrou neste tema (Silva, 2013). Em razão disso, era de se esperar que a discussão sobre a condição biopsicossocial do AASCA pudesse ter progredido nos últimos anos, aproximando em volume de pesquisas e qualidade das ações similares as voltadas às

vítimas, permitindo uma compreensão maior do seu sentido e das possibilidades de intervenção governamental nessa problemática.

Entretanto, essa expectativa não se concretizou e continua a exigir estratégias de intervenção eficazes e adequadas, e a busca de fundamentos teóricos sobre o tema, assim como a implementação de ações interdisciplinares e multidisciplinares com vista à superação desse desequilíbrio (Barbosa, Macedo, Melo, & Piola, 2010; Esber, 2009; Pereira et al, 2007).

A discussão sobre as características biopsicossociais do AASCA ainda é um tema marginal e obscuro sob o véu da ciência, até hoje pouco explorado e, que traz um ranço histórico e social dos múltiplos preconceitos que marcaram a história da humanidade (Esber, 2009; Moraes, Santos, Moura, Vaz, & Koller, 2007; Moura, 2007).

Os trabalhos nessa temática ainda não dão conta de responder sobre as características biopsicossociais dos AASCAs o que se coloca como um desafio importante nos dias atuais para os pesquisadores, em razão da sua amplitude que envolve estudos em diversas áreas e o grau de complexidade do problema que exige investigações sistemáticas. Em termos teóricos, há uma produção literária embrionária, pode-se dizer emergente, nas neurociências (Doin, 2005), nas ciências comportamentais (Vieira, 2010) e do desenvolvimento humano (Moraes et al., 2007), que faz com este seja um assunto que, hoje, começa a ganhar força no cenário brasileiro.

Na discussão conceitual sobre quem é o AASCA verifica-se que há uma diversidade de nomenclaturas que até hoje são utilizadas para descrever as pessoas que cometem agressão sexual contra crianças e adolescentes, sendo frequentemente confundidos os vários termos e, em alguns casos, chegam a ser tomados como sinônimos.

Em função da confusão entre os conceitos do termo sobre o autor de agressão sexual, alguns estudiosos qualificam como abusador/agressor/ofensor e outros como pedófilo. Neste projeto de pesquisa será apresentada a distinção entre eles e os demais conceitos que os

circundam. Apesar de a distinção conceitual ser necessária para fundamentar a discussão do objeto de pesquisa, este projeto tratará a pessoa que comete agressão sexual contra crianças e adolescentes, para obtenção da satisfação sexual, como autor de agressão sexual, de maneira, que exprima o ato em si e não como característica pessoal indissolúvel, minimizando o sentido rotulador da palavra agressor sexual.

Ao analisarem as pesquisas empíricas que investigaram os AASCAs nos Estados Unidos, Libório e Castro (2010) fazem referência ao fato de que as categorias que os pesquisadores adotaram para estudo foram propostas em função dos recortes feitos pelos autores a partir dos objetivos dos trabalhos originais revisados. Isso significa que, em geral, os estudos privilegiam a abordagem de aspectos de cunho social-legal ou psicopatológico (Esber, 2009). No recorte social-legal, a discussão baseia-se no tipo de crime cometido e no psicopatológico está centrada em categorias de procedimentos diagnósticos, revelando as psicopatologias mentais (Echeburúa & Corral, 2006; Franc, Vaughan, Hambleton, Fox, & Brown, 2008).

No Brasil, as primeiras iniciativas das pesquisas empíricas, seguem na mesma direção, de maneira que os recortes são feitos em geral focalizando apenas os aspectos sociais (ou socioeconômicos), na perspectiva da garantia dos direitos humanos (Faleiros & Faleiros, 2001; Leal & Leal, 2002) e do recorte psicopatológico como observado nos trabalhos de Felipe (2006), Landini (2003), Verhoeven (2007). Por sua vez, Serafim et al (2009) demonstraram que, com significativa frequência, as pesquisas sobre agressão sexual e a condição do AASCA se concentram na área social e médica. Portanto, as características analisadas das pessoas que cometeram agressão sexual contra criança e adolescente acabam por focar os aspectos específicos das áreas do conhecimento em que foram gerados.

Ainda a partir do material bibliográfico analisado, os trabalhos identificados sobre os AASCAs revelaram o fenômeno sob vários olhares formas conceituais distintas. Na análise da

literatura revisada e aqui relatada, identificou-se uma variação de olhares acerca da agressão sexual, que vai desde aqueles que discutem a agressão sexual como crime (Verhoeven, 2007) ou patologia (Felipe, 2006; Landini, 2003), passando pelos que enfatizam a sua definição como problema social (Barbosa et al., 2010), até os que privilegiam sua compreensão como violação de direito (Costa, Carvalho et al., 2007; Martins & Jorge, 2010). Como se pode perceber, as formas de abordagem da problemática das características da agressão sexual são variadas, mas, em termos bioecológicos, poucos trabalhos foram encontrados no levantamento preliminar aqui resgatado, fazendo com que esta perspectiva possa ser vista como uma nova forma de olhar o fenômeno em questão.

Nesse sentido, a literatura sobre as características biopsicossociais, dando voz ao AASCA, é incipiente e produziu muitas vezes descrições simplistas baseadas em dados sociodemográficos conforme sinalizado por Moura (2007). Falta um olhar mais abrangente, que integre os domínios bio-psico-social e a percepção dos vários agentes e da própria pessoa que cometeu agressão sexual de criança e adolescente. Esta parece ser uma demanda que, hoje, mais do que antes, se apresenta como necessária à pesquisa em torno das características dos AASCAs, suas definições conceituais e as respostas possíveis quanto aos aspectos que circundam a formação do seu desenvolvimento social e psicológico. Entretanto, a literatura já traz alguns dados importantes para a investigação dessa questão (Esber, 2009; Marques, 2005; Moura, 2007).

Quanto às características dos AASCAs, estudos apontam que, de maneira geral, estes indivíduos apresentam padrões semelhantes à população geral. Ou seja, a característica estereotipada que tornaria fácil a tarefa de reconhecê-los à primeira vista está ausente. Autores como Hall (1990), Hall e Hirschman (1991), Hall, Shondrick e Hirschman (1993) sinalizam que os AASCAs são heterogêneos e multimodais, isto é, com amplo e multivariado repertório dos aspectos psicológicos e comportamentais.

Nos estudos mais atuais (Ward, Hudson, & Marshall, 1994; Krindges, Macedo, & Habigzang, 2016; Nunes & Jung, 2012; Costa, Zoltowski, Koller, & Teixeira, 2015) as principais características presentes nas descrições biosociodemográficas dos AASCAs são as distorções cognitivas, a ausência de empatia em relação à vítima e os fatores de risco frequentes e constantes na trajetória de vida. De maneira geral, a produção científica aponta não haver consenso entre os pesquisadores da área no que diz respeito se é possível determinar as características específicas dos AASCAs, mas sim características determinantes em população específica.

Diante de tais argumentos é necessário enfatizar que nesta tese não se buscou conhecer se tais características são necessárias para construir uma etiologia ou para prever com grande segurança que uma pessoa que apresente tais e tais características possa vir a praticar agressão sexual de criança/adolescente. Entende-se que o estudo dos AASCAs deve ser visto como um ponto de partida para descrições mais minuciosas e rigorosas das características biológicas, psicológicas e sociais desta população, mas sem a pretensão de construir um perfil etiológico do AASCA.

De todo modo, a agressão sexual de criança e adolescente é um fenômeno sistêmico, polissêmico e multideterminado, predados também identificado quando se estuda as características biopsicossociais do AASCA. Essa multideterminação aponta para estudos das características biopsicossociais, e levanta a necessidade de novos caminhos para a pesquisa na contemporaneidade, pois é um fenômeno complexo que requer um método de pesquisa capaz de captar e compreender as relações e conexões que o constituem.

No campo teórico, há contribuições importantes acerca dos modelos que explicam os crimes sexuais e que legitimam as agressões sexuais. São vários os modelos teóricos desenvolvidos com o intuito de compreender e explicar os perpetradores de agressão sexual: Modelo de Finkelhor (Pré-condições), Modelo de Abel, Becker e Cunningham-Rathner,

Modelo de Marshall e Barbaree, Modelo de Hall e Hirschman (Modelo Quadripartite, Modelo de Malamuth e Modelo de Ward e Hudson - Percurso Teórico-(Pathway Theory).

Todos esses modelos, de uma forma ou de outra, tentaram explicar as motivações da agressão, ora discutindo as características dos perpetradores, ora as motivações intrínsecas e extrínsecas para o acometimento da agressão sexual. De maneira geral e de forma integrativa, o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano (MBDH) possibilita olhar para o AASCA de maneira sistêmica e ecológica, unificando os diversos conhecimentos das teorias e modelos, uma vez que se propõe estudar as características pessoais, contextuais e os aspectos processuais de maneira temporal.

Pelo exposto, para o estudo rigoroso das características dos AASCAs, a trajetória de vida e os fatores de risco e proteção envolvidos no curso do seu desenvolvimento, optou-se pelo MBDH como uma alternativa para compreender o desenvolvimento, entendendo que o desenvolvimento humano ocorre a partir da interação entre as características da pessoa e das diferentes dimensões ecológicas do contexto do qual faz parte (Habigzang et al., 2005).

Esta pesquisa propõe, portanto, enfatizar a importância de se estudar as características biopsicossociais destes indivíduos e os aspectos que circundam atos e comportamentos reconhecidos como atitudes de agressão sexual cometidas por eles. A partir deste modelo teórico, pode-se pensar nos elementos que constituem a bioecologia do desenvolvimento da pessoa (AASCA) em toda a sua complexidade, de forma integrada e ampla. Para a realização desta pesquisa tomou-se de empréstimo, os conceitos e princípios fundamentais do Modelo Bioecológico (Bronfenbrenner, 2011/ 1996), no sentido de promover a discussão do tema proposto a partir de uma concepção mais abrangente e, por que não dizer também, mais humana acerca da questão.

Uma das formas de se entender o desenvolvimento humano consiste em olhar por meio das teorias e/ou modelos às complexas redes das relações humanas, considerando os

aspectos culturais, individuais e os vários sistemas envolvidos no processo desenvolvimental: familiar, escolar, ambiente de trabalho e grupo de pares.

O modelo teórico da bioecologia do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner (2011) surge como uma alternativa útil para compreender os processos humanos, considerando o contexto onde a pessoa desenvolve vivencia as suas experiências e se desenvolve mais amplamente. Essa forma de pensar é o que pode ser chamado de perspectiva bioecológica. Estudar os fenômenos desenvolvimentais a partir da perspectiva bioecológica possibilita olhar os eventos na trajetória do indivíduo a partir das múltiplas dimensões em interação entre a pessoa em desenvolvimento e o meio ambiente onde está inserida, seja de forma mais imediata ou mais remotamente. Essa forma de estudar os fenômenos do desenvolvimento traduz a natureza sistêmica e a interconexão entre pessoa-ambiente nos mais variados contextos, como um processo que leva o indivíduo a se constituir enquanto sujeito ativo do desenvolvimento humano.

Este modelo traz em seu bojo teórico a visão do fenômeno desenvolvimental como um processo dinâmico e interdependente entre os sistemas, essência do desenvolvimento humano, que é construído ao longo da vida, ou seja, na trajetória de vida. A perspectiva bioecológica, então, legitima o estudo da pessoa em desenvolvimento no sentido de que ela é um ser ativo e dotado de plasticidade, ou seja, é portadora de potencialidades para a mudança, autenticando essa perspectiva como otimista na forma de como a ciência vê e pode ver o desenvolvimento humano. Esse modelo propõe, por meio teórico e operacional, uma investigação das instâncias multifatoriais de interação e da complexa rede de relações humanas formada por pessoas, lugares, tempo, atividades, papéis, instituições, entre outras (Bronfenbrenner, 2011). Assim, para Bronfenbrenner (2011), o desenvolvimento humano é o conjunto de processos por meio dos quais as particularidades da pessoa e do ambiente interagem para produzir constância e mudança nas características da pessoa na trajetória de sua vida.

O Modelo Bioecológico permite entender o desenvolvimento humano a partir de níveis estruturais e funcionais, caracterizados a partir dos aspectos biológico, psicológico e comportamental, que devem ser entendidos em sua unidade e na forma como dinamicamente estão presentes nos diferentes níveis ecológicos desenvolvimentais. Isso significa que aspectos biológicos, psicológicos e sociais que influenciam as relações humanas e os comportamentos, juntos podem ser percebidos e analisados a partir dos núcleos teóricos que constituem o modelo: Processo – Pessoa – Contexto – Tempo (PPCT) (Bronfenbrenner, 1996/2011). Esse modelo, proposto, aprofunda a discussão científica e amplia a compreensão acerca da dinâmica e da multiplicidade dos elementos ecológicos que orientam a direção que poderá tomar o desenvolvimento humano.

Nos níveis do PPCT, encontra-se o processo, este envolvido no desenvolvimento e caracterizado pela fusão e dinâmica das relações entre o indivíduo e o contexto. A pessoa no modelo é representada pelas características inerentes do ser humano com o seu aspecto biológico, cognitivo, emocional e comportamental em estreita relação com os níveis ecológicos, o contexto, que ocorrem em um determinado período de tempo, a partir de dimensões múltiplas de temporalidade, seja o ontogênico, o familiar e/ou o histórico.

Desta forma, esta pesquisa investigou as características biopsicossociais de AASCA a partir da sua trajetória de vida, permitindo entender melhor as condições ecológicas em que foram geradas da infância desde a vida adulta, identificando os fatores de risco e proteção no curso do seu desenvolvimento.

Estudo I. Estudos Empíricos sobre os Autores de Agressão Sexual de Criança/Adolescente: Uma Caracterização da Produção sobre o Tema

A análise da produção científica ou a revisão de artigos é hoje uma prática recorrente no meio acadêmico que prioriza o uso de técnicas que permitam avaliar a qualidade das publicações e direcionar a sintetização dos resultados de estudos em diversas áreas do conhecimento (Costa, Zoltowski, Koller, & Teixeira, 2015). Assim, o pesquisador, ao optar por realizar uma busca sistemática por artigos sobre seu tema de interesse, consegue minimizar o viés de publicação, já que são aplicadas estratégias que tornam possível a análise crítica e a síntese da literatura de forma organizada.

Dessa forma, revisar sistematicamente a literatura é um processo muito mais amplo do que o simples relato dos resultados encontrados em artigos publicados, uma vez que esse procedimento leva à adoção de uma análise reflexiva dos dados divulgados, sejam eles oriundos de pesquisas quanti ou qualitativa (Costa et al., 2015). Estudos baseados na produção científica acerca de um tema específico apresentam comumente uma série de características que contribuem para a identificação de lacunas, ou ainda para a identificação de semelhanças e diferenças sobre determinado assunto direcionando para pesquisas futuras. Nesses termos, a análise da produção científica facilita o acesso ao conhecimento em diversas áreas (Pinto, Lima, & Lima, 2011; Sampaio, 2008), podendo contribuir para a prática profissional e para o crescimento da ciência, aspecto este enfatizado em várias pesquisas (Pinto et al., 2011).

Na área da pesquisa sobre agressão sexual de criança e adolescente, a análise da produção científica aponta para uma série de estudos originados em diversas áreas de conhecimento, tais como enfermagem (Paixão & Deslandes, 2011), medicina (Vasconcelos, Cardoso, Barros, & Almeida, 2011), psicologia (Habigzang, Corte, Hatzenberger, Stroeher, & Koller, 2008), serviço social (Martins & Jorge, 2010), jurídico/forense (Lima & Deslandes,

2011), entre outras. Em um exame atento da revisão sistemática da literatura sobre a agressão sexual de criança e adolescente, nota-se o crescente interesse por este tipo de investigação científica (Piquero, Jennings, Diamond, & Reingle, 2015), nessas e em outras áreas do conhecimento. O tema da agressão sexual apresenta uma ampla e diversificada produção científica nacional e internacional, ganhando visibilidade e adquirindo o reconhecimento da academia por sua relevância e atualidade.

Conforme sinalizado por Honnhendorff, Bavresco, Habigzang e Koller (2012), os estudos sobre a temática do abuso sexual evoluíram consideravelmente nos últimos anos, particularmente os que focalizaram a condição psicossocial das vítimas (em sua maioria mulheres, crianças e adolescentes do sexo feminino) e a agressão perpetrada. Por sua vez, a literatura sobre os autores dessa forma de agressão parece incipiente, ainda que, seguindo essa tendência, este tipo de pesquisa venha gradativamente despertando maior atenção no meio acadêmico. Assim, percebe-se um aumento progressivo do interesse pela figura controversa do autor de agressão sexual, também chamado de perpetrador sexual/molestador sexual (Farmer, Beech, & Ward, 2012) ou pedófilo (William, 2012), majoritariamente a produção que tem como foco os AASCAs (Sanfeli & De. Antoni, 2010).

Apesar do aumento gradativo do interesse por tudo que envolve o comportamento e a condição psicossocial do autor de agressão sexual, este processo se deu de forma desigual, sendo possível encontrar desníveis na produção sobre essa figura, na medida em que é possível que, na maior parte dos artigos científicos encontrados, há referência aos transtornos pedofílicos (Chenier, 2012; Kielsgard, 2014; Leeuwen, Baaren, Chakhssi, Loonen, Lippman, & Dijksterhuis, 2013), deixando de lado a definição de outros perfis que fazem elevar as estatísticas oficiais sobre a violência no país e suas regiões e municípios (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2015), os chamados AASCAs situacional.

Há hoje uma variedade de estudos internacionais que envolvem AASCAs, consolidando as mais diversas áreas de pesquisa, entre elas a forense/criminal (Brewster, Delong, & Moloney, 2013), a psiquiátrica (Garcia & Thibaut, 2011) e a psicológica (Scoones, Willis, & Grace, 2012). No cenário brasileiro, ainda persiste a lacuna caracterizada pela falta de pesquisas científicas adequadas à nossa realidade, que ofereçam fundamentos teóricos capazes de sustentar uma discussão consistente sobre o autor de agressão sexual de criança e adolescente (Marques, 2005; Martins & Jorge, 2010; Moura, 2012). Abordar, portanto, questões relacionadas ao autor de agressão sexual de criança e adolescente requer o domínio das principais contribuições no cenário nacional e internacional de diversas áreas do conhecimento e da pesquisa científica, por ser este um fenômeno que envolve a interseção de fatores multidimensionais complexos, como os aspectos fisiológicos, sociais, psicológicos e cognitivos.

Em um levantamento preliminar da produção científica que versa sobre o autor de agressão sexual de criança e adolescente, foram localizados artigos de revisão sistemática de literatura (RSL) com dados sobre estudos empíricos que confirmam essa diversidade. Entre eles, foram selecionados artigos publicados nos últimos trinta anos e seus propósitos de pesquisa, que podem ser assim organizados: (a) estudos sobre o processo de reincidência e os vários fatores de risco sociodemográficos (Piquero et al., 2015); (b) investigações sobre os fatores de risco para a reincidência do abuso por parte de AASCAs (Gmür & Singh, 2014; Rossegger, Gerth, Seewald, Urbaniok, Singh, & Endrass, 2013; Tharp, DeGue, Valle, Brookmeyer, Massetti, & Matjasko, 2012; Tully, Chou, & Browne, 2013); (c) revisões sobre os instrumentos de avaliação de risco, que procuraram identificar a validade preditiva em três instrumentos comumente utilizados: Violence Risk Appraisal Guide (VRAG), SexOffender RiskAppraisalGuide (SORAG) e Static-99 (Tully & Browne, 2015); (d) levantamento bibliográfico sobre a associação entre ansiedade social e agressão sexual de crianças (Porter,

Newman, Tansey, & Quayle, 2015); e, por último, (e) artigo sobre AASCAs referente à revisão de mulheres autoras, analisando as características da população estudada (Colson, Boyer, Baumstarck, & Loundou, 2013).

Ainda no escopo dos estudos de revisão sistemática da literatura sobre o tema, outras publicações foram encontradas e devem ser aqui destacadas, na medida em que abordam aspectos particulares das questões que têm sido investigadas: Tipologia (Robertiello & Terry, 2007); tratamento (Thakker & Gannon, 2010; Tierney & McCabe, 2002; Ward & Durrant, 2013); transtornos mentais (Valença, Nascimento, & Nardi, 2012); pedofilia (Gosling & Abdo, 2011), discussão legal (Loeber & Ahonen, 2014); cognição de autoras de agressão sexual (sexo feminino) (Colson et al., 2013; Gannon & Alleyne, 2013); distorção cognitiva (Ward, 2000) e tratamento andrógeno (Gooren, 2011).

Contudo, embora tenham sido localizadas várias publicações com resultados de revisão da literatura sobre os AASCAs, curiosamente, estudos sobre a caracterização da produção científica sobre o tema de acordo com o respectivo período da história e com a relativa área do conhecimento são menos comuns. Pode-se dizer que estes muitas vezes não identificam e nem enfatizam os principais temas pesquisados e abordados no período considerado, assim como as peculiaridades da produção científica que descreve esse tipo de população a partir dos fundamentos de uma área do conhecimento específica.

É importante notar que os estudos sobre AASCAs, por apresentarem uma variedade de objetos de estudo e pela natureza heterogênea de suas características biopsicossociais, devem ser avaliados criticamente, de forma sistemática, primeiramente a partir de uma rigorosa caracterização dos artigos que colocam em foco esta população. Tais artigos devem ainda ser analisados quanto aos métodos de pesquisa utilizados, lançando luzes não apenas sobre os resultados por eles obtidos, mas também sobre seus procedimentos de coleta e análise dos dados, uma vez que tais informações podem dizer muito acerca da sua consistência e

confiabilidade. Entende-se ser esta uma condição importante quando se quer descrever e avaliar de forma consistente as características mais ou menos comuns em dada população de AASCAs.

Em razão do exposto, o objetivo deste estudo foi identificar e caracterizar a produção científica de AASCAs na literatura nacional e internacional, entre 1980 e 2013, com destaque para a análise dos seus objetivos e métodos de pesquisa.

Método

Esta pesquisa envolveu a produção científica disponível em bases bibliográficas eletrônicas que compõem os Periódicos de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (<http://www.periodicos.capes.gov>), meio utilizado para o acesso e obtenção dos artigos. Essa fonte de dados foi escolhida em função dos critérios de confiabilidade e abrangência de periódicos científicos por conter um acervo extenso dos principais artigos publicados em diversas áreas, no âmbito nacional e internacional, com fácil acesso para a maioria dos pesquisadores.

Procedimentos Gerais

Estratégia de busca para a Revisão da Literatura Sistemática.

Crítérios de inclusão e exclusão foram delimitados para a realização das buscas dos artigos científicos: (a) Inclusão: artigos publicados em português e inglês; publicações situadas entre 1980 e 2013; artigos completos e empíricos, artigos que envolvessem somente AASCAs, artigos de AASCAs acima de 18 anos de idade; e (b) Os critérios de exclusão: literatura cinzenta (por exemplo: documentação técnica, anúncio de jornais, entre outros), teses, dissertações e demais trabalhos de conclusão de curso (TCC), artigos teóricos e de revisão sistemática de literatura, artigos com ênfase na sexualidade e doença sexualmente transmissível, estudos que envolviam especificamente vítimas de agressão sexual, artigos que

apresentavam no título termos que representam tipos específicos de AASCAs: pedófilo, psicopatas, aliciador, traficante sexual, explorador sexual, estudos com animais não humanos.

Concomitante à definição dos critérios de inclusão e exclusão, foram pesquisados descritores na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), <http://www.bireme.br/php/index.php>, especificamente na sessão terminologia. Todos os descritores foram checados, porém nenhum termo correlato foi encontrado na literatura da área. Desta forma, os descritores foram definidos considerando os termos encontrados em publicações da área.

Seleção dos descritores.

Após a eletiva dos termos, foram delimitados 10 descritores, sendo cinco em português (agressor sexual, abusador sexual, perpetrador sexual, estuprador sexual, molestador sexual) e cinco em inglês (*sexual aggressor, sexual abuser, perpetrator sexual assault, rapist, sex offender*), combinados com as palavras criança/child e adolescente/adolescent. Assim, foram combinadas até 20 palavras, sendo 10 em português e 10 em inglês. Utilizou-se operadores booleanos (AND), delimitando o escopo da pesquisa.

No processo de levantamento dos artigos, foi registrado o número de trabalhos encontrados por estratégia de busca adotada, sendo eles selecionados caso estivessem em consonância com os critérios de inclusão e exclusão definidos. Os artigos que não contemplaram os critérios de seleção adotados foram descartados, assim como as publicações repetidas.

Como estratégia de seleção, cada artigo encontrado passou por uma triagem que considerou primeiramente o título e depois o conteúdo do resumo. Quando o título e o resumo não foram considerados suficientemente claros, buscou-se ler o texto completo do artigo para não deixar estudos importantes fora da revisão da literatura (Sampaio & Mancini, 2007). Os artigos contemplados nos critérios preliminares de inclusão foram arquivados em uma pasta

eletrônica criada pelo *software* EndNoteWeb, disponível no site <http://www.myendnoteweb.com>.

Armazenamento dos documentos em PDF.

Apesar de os estudos selecionados terem sido arquivados no EndNoteWeb, verificou-se a necessidade de se criar pastas no computador para o armazenamento dos documentos em formato *Portable Document Format* (PDF). Assim, foram criadas duas pastas no computador: uma para organizar o resultado das buscas em português e outra para os artigos em inglês. Em cada uma destas pastas, outras foram criadas seguindo a ordem de busca (1ª busca, 2ª busca) e em cada pasta de busca o artigo foi numerado de acordo com a ordem em que foi encontrado no periódico CAPES. Sendo assim, cada pasta continha o número correspondente do artigo encontrado naquela determinada busca. Aliado ao armazenamento dos artigos em formato PDF, uma planilha no programa Microsoft Excel 2010 foi criada para registrar o número de artigos encontrados, selecionados e descartados.

A busca dos artigos compreendeu três meses, entre janeiro e março de 2014, três vezes por semana. Todas as informações importantes sobre os procedimentos da pesquisa foram registradas no diário de campo (DC), incluindo o número de buscas realizadas, as bases eletrônicas onde os artigos foram localizados e a data em que cada levantamento foi concluído. Após a seleção, chegou-se ao total de 64 artigos, sendo um em português e 63 em inglês.

Após a seleção preliminar, uma nova etapa surgiu, a qual previa a avaliação dos artigos pelos juízes e aplicação do nível de concordância entre eles quanto à sua inclusão dos artigos da revisão. No entanto, para que este procedimento ocorresse de maneira imparcial, foi necessário escolher e treinar os juízes para realizar esse procedimento avaliativo às cegas.

Treinamento/seleção dos artigos pelos juízes.

Para que os juízes pudessem avaliar os artigos selecionados, foi assegurado que todos conhecessem previamente o objetivo da pesquisa, dominassem os critérios de inclusão e exclusão, conhecessem o Teste de Relevância (Azevedo, 2010) e tivessem a capacidade de ler e compreender textos escritos na língua inglesa. Desta forma, foram repassadas, pela pesquisadora, as informações necessárias para a seleção dos artigos, sendo realizados treinos que envolveram artigos não selecionados, com a finalidade de minimizar as dúvidas sobre os critérios de inclusão e exclusão dos artigos na revisão. Esse treino teve a duração de oito horas e foi realizado em dois dias, um em cada semana.

Após o treino dos juízes e sanadas quaisquer dúvidas sobre os critérios de escolha, os artigos elencados seguiram para a avaliação dos juízes que atuaram de forma independente e aplicaram rigorosamente os critérios de avaliação de relevância, de forma que o artigo fosse escolhido por pelo menos dois Juízes. Para organizar a avaliação dos juízes, criou-se uma planilha de Excel, onde foram registradas as seguintes informações: ‘sim’ para os artigos que contemplavam o critério avaliado e ‘não’ para os que não o atendiam. Cada juiz realizou seu registro e a permanência do artigo para a análise se deu a partir de pelo menos duas concordâncias, isto é, o artigo deveria ser aceito ou rejeitado para análise, por, no mínimo, dois juízes. O teste de relevância teve como ponto de corte o escore 3, ou seja, em caso de haver empate na avaliação dos critérios, a avaliação de um terceiro juiz passaria a ser considerada.

Após a avaliação dos juízes, foi calculado o índice de confiabilidade para verificar o grau de semelhança entre as escolhas feitas por eles. Neste sentido, quanto maior o grau de concordância entre as suas respostas, maior o índice de confiança apontado pelo teste.

Índice de confiabilidade (IC).

Para se chegar ao índice de confiabilidade entre os Juízes foi calculado $IC = \frac{A}{A + D} \times 100$ (concordância) x 100 ÷ A + D (discordância) Pereira e Bachion (2006). Para esses autores a

técnica de triangulação de pesquisadores tem como objetivo aumentar a probabilidade de que os resultados de um estudo sejam confiáveis. Dessa forma, para o autor, o índice de confiabilidade aceitável é $IC > 80\%$. Assim, foi realizada a análise para os artigos escolhidos, pois entre os 64 artigos pré-selecionados, 56 foram selecionados por pelo menos dois juízes, obtendo deste modo o Índice de Confiabilidade (IC) de 87,5% conforme a fórmula $[IC = \frac{56 \times 100}{56 + 8} = 87,5]$ $[IC = \frac{56 \times 100}{64} = 87,5]$.

Procedimento de Análise dos Artigos Selecionado pelos Juízes

Após a seleção dos artigos pelos juízes, as informações foram extraídas e organizadas em uma planilha eletrônica de Excel sendo os artigos analisados em quatro seguimentos: (a) dados da publicação, como: termos de busca, periódico, idioma, ano/década, continente e objeto de estudo dos artigos com métodos exclusivamente empíricos; (b) dados da população, como: característica da população, gênero dos participantes, idade dos participantes; e (c) método da pesquisa como: classificação quanto à abordagem dos dados, classificação quanto aos objetivos, classificação quanto aos procedimentos técnicos.

A organização dos dados na planilha do Excel apontou uma série de variáveis que foram analisadas de maneira descritiva com a utilização do recurso do Excel denominado planilha dinâmica, o que gerou a frequência tanto em termos absolutos quanto em percentual. Os resultados serão apresentados a partir de quatro segmentos: o primeiro referente aos dados gerais da publicação, o segundo quantos aos dados da população identificada na pesquisa, o terceiro relacionado ao método utilizados nos artigos, e o quarto quanto aos objetivos dos estudos.

Resultado e Discussão

Quanto aos Dados da Publicação Analisada

O resultado da busca por descritores de pesquisa identificou um total de 1122 artigos, dos quais sete apresentavam como idioma o português (um selecionado, três repetidos e três

descartados) e 1115 foram publicados em inglês (63 selecionados, 127 repetidos e 925 descartados). O total de artigos selecionados incluiu 64 publicações, 130 artigos repetidos e 928 que não contemplavam os critérios de inclusão, dessa forma os duplicados e os descartados foram excluídos desta Revisão Sistemática.

Entre os itens descartados, três artigos publicados em português abordavam assuntos referentes à violência de gênero e dois eram de cunho teórico. Entre os publicados em inglês, 925 (35,14%) abordavam assuntos referentes às vítimas, 296 (32%) eram publicações teóricas, indisponíveis ou estavam em outro idioma, 64 (6,9%) dos estudos sinalizavam a agressão sexual cibernética ou midiática, 11 (1,2%) artigos sobre homicídio ou sequestro envolvendo agressão sexual, 156 (16,9%) publicações sobre transtornos parafilicos, 57 (6,2%) sobre orientação sexual e doença sexualmente transmissível e 16 (1,7%) na categoria “outros assuntos”.

Entre os 64 estudos pré-selecionados, 56 artigos foram triados pelos os juízes, excluindo-se oito estudos, o que levou à caracterização da produção científica. Para a caracterização dos artigos foi feito cruzamento por descritor, em português e inglês. A finalidade era conhecer quais os descritores mais utilizados na produção científica da área. No idioma português foi selecionado apenas um artigo que utilizava o termo agressor sexual. Assim, o maior número de artigos selecionados foi localizado a partir dos descritores *sex offender/child*, *sexual aggressor/child*, *rapist/child* e *sexual abuser/child* (Tabela 1).

Tabela 1

Demonstrativo dos artigos selecionados descritores e idiomas

Descritores	Inglês		Português	
	<i>n</i>	<i>f</i>	<i>n</i>	<i>f</i>
Agressor sexual/criança	-	-	1	1,8
Sex aggressor/child	10	17,9	-	-
Rapist/child	5	8,9	-	-
Sex offender/child	32	57,1	-	-
Sex perpetrator/child	1	1,8	-	-
Sexual abuser / child	7	12,5	-	-

Total	55	98,2	1	1,8
-------	----	------	---	-----

Os dados demonstraram, conforme representado na Tabela 1, que os estudos em inglês utilizaram a palavra *sex offender/child* na maioria (maior frequência) dos artigos encontrados, seguido do termo em inglês *sexual aggressor/child*. Nota-se que os artigos que utilizaram essas palavras estavam todos diretamente ligados à criança ou *child*.

Ressalta-se que a tradução do termo *sex offender* em português é molestatador sexual, que, para Huss (2011), tem sido utilizado para rotular alguém que perpetrou um crime sexual contra uma criança. Ainda para o mesmo autor, só é considerado um molestatador aquele adulto que tenha se envolvido em um ato sexual com alguém abaixo da idade de consentimento.

Além da análise dos descritores, os resultados apontaram as revistas com maior frequência de publicação. A média de artigos encontrados por revista foi de 2,19, com SD= 2,02, MD=1, no entanto, o total de artigos analisados se concentrou em 27 revistas, sendo que 17 destas continham pelo menos um artigo, três revistas com dois estudos, uma revista com quatro pesquisas, uma revista com cinco artigos, três revistas com seis artigos cada (*Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, *Criminal Justice and Behavior* e *Child Abuse & Neglect*), e uma revista com sete artigos (*International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*).

Analisado o escopo de cada revista tem-se o seguinte cenário: A revista *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment* é considerada o jornal oficial da Associação para o Tratamento de Criminosos Sexuais e tem como principal objetivo divulgar pesquisas sobre os aspectos clínicos e teóricos de abuso sexual. Ao contrário de outras publicações que apresentam um *mix* de artigos sobre abuso sexual e sexualidade humana em geral, a agressão sexual é o único tema desta revista. Enquanto que o periódico *Criminal Justice and Behavior* promove avaliações acadêmicas sobre justiça e comportamento criminal, estudando

classificação, prevenção, intervenção para tratamento para ajudar profissionais no desenvolvimento de programas de sucesso baseados em fundamentos teóricos e empíricos.

Historicamente, a revista *Child Abuse & Neglect* tem propiciado a discussão da proteção da criança nos mais diversos ambientes da vida cotidiana: casas, creches, escolas, parques infantis, clubes de jovens, clínicas de saúde, locais de culto, e assim por diante. As principais linhas de pesquisa são: as condições que fomentam ou ameaçar a sensação de segurança pessoal das crianças; programas e práticas para facilitar a proteção das crianças contra danos, a sua recuperação a partir de violações de sua segurança pessoal; estudos sobre as experiências, atitudes e crenças dos pais e outros cuidadores da criança.

Por sua vez, o *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology* dá visibilidade a pesquisas sobre temas desafiadores como: crime violento, agressão sexual, violência doméstica, delinquência juvenil, perfis criminais e avaliação de riscos. Há uma ênfase sobre o tratamento do autor de agressão, tanto no aspecto teórico quanto na área prática clínica, principalmente sobre o tema reincidência.

De maneira geral, os escopos das revistas indicam que elas trabalham com temas voltados para a agressão sexual, sendo que três delas conferem especial atenção às investigações sobre o autor de agressão sexual, sendo este inclusive um dos objetivos da revista na abordagem dessa temática. Isso pode representar uma demanda maior de artigos para serem publicados nesses periódicos, refletindo que o tema em questão ainda está concentrado em revistas especializadas.

Outra forma de caracterizar a produção científica foi mapear os artigos por década e por continente onde a produção científica foi publicada (Tabela 2). Os resultados demonstraram que houve um aumento na produção científica sobre o tema no século XXI, sinalizando que o tema começa a ser percebido pelos profissionais da área e pela academia como um assunto que requer ser estudado.

Tabela 2

Demonstrativo da produção científica representada por décadas e localidade

Continentes/País	Séc. XX até 1989	Séc. XX até 1999	Séc. XXI até 2013	Total
	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>
América do Norte	2 (3,5)	10 (17,8)	26 (46,4)	38 (67,8)
Canadá	1 (1,8)	-	6 (10,7)	7
USA	1 (1,8)	10 (17,8)	20 (35,7)	31
América do Sul	-	-	1(1,8)	1(1,78)
Brasil	-	-	1(1,8)	1
Europa	1 (1,8)	5 (8,9)	7(12,5)	13 (23,2)
Áustria	-	-	1(1,8)	1
Finlândia	-	1(1,8)	-	1
Grã-Bretanha	-	4(7,1)	2(3,5)	7
Holanda	1 (1,8)	-	1(1,8)	2
Itália	-	-	1(1,8)	1
Portugal	-	-	2(3,5)	2
Oceania	-	-	4(7,1)	4(7,1)
Austrália	-	-	4(7,1)	4
Total	3(5,3)	15(26,8)	38(67,9)	56 (100)

A Tabela 2 demonstra uma crescente produção científica, sobretudo no continente da América do Norte, principalmente nos Estados Unidos da América. O continente europeu aparece em segundo lugar entre aqueles onde mais se publica sobre o assunto em questão, ressaltando a produção de sete artigos no século XXI.

As razões que levam a esse aumento da produção podem ser diversas, contudo acredita-se haver hoje a compreensão da necessidade de se conhecer mais e melhor a condição psicossocial do autor de agressão sexual nestes continentes, seguida da presença de leis mais específicas, com políticas públicas para essa população, com mais acompanhamento em programas de tratamento (manejo, manutenção, programas ambulatoriais e programas especiais), inclusive com centros específicos para monitorar e acompanhar os AASCAs o que facilita estudo *in loco* (Furlan, Tank, Schnell, & Cyrino, 2011; Huss, 2011), diferentemente do que ocorre em outras culturas, por exemplo, no Brasil.

Dos 56 artigos selecionados, 55 (98,3%) são publicações internacionais no idioma inglês e um artigo (1,7%) é nacional, no idioma português. Conforme sinalizado por Reis,

Barros e Cavalcante (2015), os estudos sobre AASCAs concentram-se em publicações internacionais e enfatizam a urgência de publicações nacionais relacionadas a essa temática, como forma de conhecer e entender o autor de agressão sexual de criança e adolescente, na tentativa de buscar alternativas para propor ações efetivas no combate à agressão sexual contra crianças e adolescentes. Tal achado corrobora os resultados de Moura (2012), que identificou poucas publicações nacionais sobre AASCAs durante sua pesquisa. A maioria delas traz estudos de casos, entre eles os trabalhos de Esber (2008), Marques (2005) e Moura (2012).

Dois motivos podem contribuir para que as condições dos AASCAs no Brasil sejam minimizadas: primeiramente o fato de que políticas públicas para essa população são ainda pouco discutidas e ofertadas à sociedade, principalmente pelo forte valor social estigmatizante que este crime carrega consigo. Outro motivo possivelmente estaria ligado à produção científica em si, que encontra dificuldade ao realizar pesquisas com essa população, especialmente porque as principais informações estão sob a guarda do poder judiciário e de instituições carcerárias.

Quanto aos Dados da População Identificada nas Pesquisas

Os dados sobre a população da produção científica pesquisada revelaram que há uma heterogeneidade (população, contexto, sexo e idade) de característica entre os AASCAs. Esses dados corroboram a literatura já que demonstram que as características dos AASCAs são diversas e que apontam que as pesquisas são insuficientes para demonstrar um perfil claro sobre a população estudada (Blasko, Jeglic, & Mercado, 2011).

A análise das características da população da produção científica demonstrou que 54 (96,4 %) dos estudos foram realizados com a população carcerária (condenados/liberdade condicional) e dois estudos (3,6 %) tiveram como participantes a população clériga, isso reflete que, mesmo em países considerados desenvolvidos, o estudo concentra-se nos sistemas

penitenciários, característica semelhante à encontrada nas pesquisas brasileiras (Marques, 2005; Moura, 2012; Santos, Esber, & Santos, 2009).

Outro aspecto ressaltado na caracterização da produção científica versa sobre o contexto onde a agressão sexual ocorreu. Entre os estudos avaliados, estes dados foram divididos entre aqueles que envolvem AASCAs em contexto intra e extrafamiliar (Gava, Silva, & Dell'Aglio, 2013). Os dados revelaram que a maioria dos trabalhos analisou uma população que envolveu tanto a violência intrafamiliar quanto a extrafamiliar 42 (75,2%), oito (14,2%) estudos analisaram exclusivamente a violência intrafamiliar, três (5,3%) pesquisas avaliaram exclusivamente violência extrafamiliar e três (5,3%) trabalhos sem informação sobre o contexto onde a agressão aconteceu. No entanto, como sinaliza Moura (2012), embora não seja sempre possível afirmar que exista uma relação proporcional entre crimes de natureza intrafamiliar e extrafamiliar, vale ressaltar que, contra qualquer tipo de vítima, tal situação causa sofrimento psicológico, na maior parte das vezes, muito intenso.

Ainda na análise das características da população, os estudos concentraram-se, sobretudo, na população masculina: 52 (92,8%), em oposição a dois artigos (3,6%) com foco exclusivamente na população feminina e outras duas pesquisas (3,6%) que envolveram tanto o sexo masculino como o feminino. Os resultados revelam que a ênfase está no trabalho com homens, conforme, sinaliza Huss (2011), Moura (2012) e Reis et al. (2015).

Para a análise das idades da população estudada, foi criado um sistema de categorias que ajudou a sistematizar os dados, já que em determinados artigos as idades apresentavam uma ampla variação. Assim, criou-se quatro categorias conforme a amplitude de idade estudada: Ampla, 21 (37,5%) estudos que consideraram uma faixa abrangente de idade (18-84 anos); Média, 25 (44,6%) estudos que avaliaram os AASCAs entre 25-50 anos; Pequena, 2 (3,6%) das publicações científicas que estudaram a população com a idade entre 18-24 anos; e 8 (14,3%) trabalhos na categoria Sem Informação, quando a publicação não informava a idade

dos participantes. Os dados demonstram que as pesquisas têm sido realizadas com uma faixa de idade ampla e poucos estudos se concentram entre as idades de 18 a 24 anos, refletindo os aspectos heterogêneos dessa população.

Para Santos et al. (2009), na pesquisa realizada com AASCAs sentenciados, as idades variaram de 26 a 44 anos, com forte concentração na faixa etária de 30 a 35 anos.

Quanto aos Dados sobre Método das Publicações Analisadas

Ainda como forma de caracterizar a produção científica, analisou-se o método de pesquisa a partir da área de conhecimento a qual o estudo estava relacionado. Para ajudar na caracterização da produção científica, foi realizado o cruzamento da abordagem do dado com a classificação dos objetivos gerais dos artigos (Tabela 3).

Tabela 3

Demonstrativo da área de conhecimento, abordagem do dado e classificação dos objetivos gerais.

	Jurídica	Psicologia	Saúde	Social	Total
	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>	<i>f</i>
Qualitativa	-	3 (5,3)	-	-	3 (5,3)
Descritiva	-	3(5,3)	-	-	3
Quant/Qual	1(1,8)	3(5,3)	-	-	4(7,2)
Descritiva	1 (1,8)	2(3,5)	-	-	3
Exploratória	-	1(1,8)	-	-	1
Quantitativa	3(5,3)	28(50,1)	12(21,4)	6(10,8)	49(87,5)
Descritiva	3 (5,3)	26(46,4)	10 (17,9)	6(10,8)	45
Explicativa	-	1(1,8)	2(3,5)	-	3
Exploratória	-	1(1,8)	-	-	1
Total	4 (7,1)	34(60,7)	12(21,4)	6(10,8)	56(100)

O primeiro resultado revela que a maior parte da produção científica tem assento na área da psicologia, seguida da área da saúde, com ênfase em estudos psiquiátricos. Conforme mostra a Tabela 3, os estudos caracterizam-se como pesquisas de cunho quantitativo e de natureza descritiva. A discussão de dados quantitativos é de suma importância para se buscar entender as características de uma população, como o autor de agressão sexual.

Contudo, não há como negar que os dados qualitativos são igualmente relevantes quando se investiga a forma de pensar e se comportar de indivíduos e amostras dessa população, principalmente quando se pretende analisar a trajetória de vida e os fatores de risco e de proteção na trajetória desenvolvimental. Tal aspecto precisa ser considerado e deve ser realizado por meio de estudo de caso, conforme sinalizam Sanfelice e De Antoni (2010).

Outro dado revelado ao se investigar a classificação dos estudos quanto ao objetivo da pesquisa, é que a maioria deles tem caráter descritivo, ou seja, descreve as características do fenômeno (agressão) ou da população alvo (autores de agressão), e o fazem a partir de uma abordagem quantitativa. Os dados apontaram ainda que os estudos se caracterizam como pesquisas quantitativas, sendo 38 (67,85%) do tipo *surveys*/levantamentos, 17 (30,36%) estudos documentais, enquanto as pesquisas qualitativas – especificamente os estudos de caso – constituem a minoria, com apenas um estudo (1,8%). A natureza dos dados revela que nos artigos selecionados realizou-se levantamento, sendo eles, portanto, abordagens de cunho descritivo.

Pode-se dizer que investigações que priorizam a experiência do indivíduo, por exemplo, os estudos de caso, ainda são minoria e pouco valorizadas nas ciências. Conforme sinaliza Bronfenbrenner (1996), o objetivo de excluir o subjetivo do domínio da investigação científica rigorosa tem sido constante, pela justificativa de que os dados objetivos apresentam indicadores e tendências observáveis e que os dados subjetivos podem ser passivos de uma série de interpretações. Para o autor, os métodos objetivos são insuficientes para avaliar casos de seres humanos, pois a investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões, e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos.

Ainda na análise do método das publicações, dividiu-se os estudos entre aqueles que utilizam um método exclusivamente documental, empírico e misto. No geral, verificou-se que

11 (19,6%) artigos tinham como método de coleta exclusivamente dados documentais, nove (16,1%) artigos com método de coleta de dados mistos (envolvendo dados documentais e empíricos) e 36 (64,3%) artigos exclusivamente com método de coleta empírico.

As informações nos estudos com métodos exclusivamente documentais advinham no geral de sistemas de informações das penitenciárias, da polícia ou do sistema de saúde dos países onde foram realizadas as pesquisas. Conforme Huss (2011), as informações de arquivos ou de terceiros normalmente consistem em informações coletadas dos registros institucionais ou de entrevistas em situações em que o indivíduo não estava sendo avaliado para o estudo propriamente dito. Registros de saúde mental de hospital psiquiátrico, relatórios da condicional, fichas oficiais do governo que listam acusações e condenações e registros escolares são as fontes mais comuns de informação de arquivo, utilizadas em pesquisas documentais (Huss, 2011).

Quanto aos Objetivos dos Estudos nos Artigos Revisados

Os 56 artigos analisados foram agrupados em categorias que correspondem aos objetivos de cada estudo encontrado, ou seja, os artigos foram separados em cinco categorias em relação aos seus objetivos. A primeira categoria, comportamento, com 37 (66,1%) artigos, engloba pesquisas que buscaram prever fatores de risco ao desenvolvimento no decorrer da trajetória de vida e identificaram o abuso sexual na infância da população estudada. Inclui-se também trabalhos que avaliavam os fatores de risco como preditores para a reincidência, estudos que aferiram o modo operante dos AASCAs e, ainda, pesquisas que sinalizavam sobre tipos de tratamento associados à reincidência, assim como avaliação da acurácia de instrumentos e programas de tratamento para esta população. A segunda categoria, afetivo-emocional, com seis estudos (10,7%), abrange pesquisas que pretendiam avaliar as características psicológicas, como a personalidade, o emocional, a impulsividade, a afetividade e o estilo de apego, como preditores da heterogeneidade dos AASCAs. A terceira

categoria, também com seis trabalhos (10,7%), aferiu sobre os aspectos fisiológicos dos AASCAs, isto é, pesquisas que analisaram a excitação sexual fisiológica como um preditor para identificar as preferências sexuais desviantes e ainda identificar padrões distintos quando comparados com outros grupos analisados. Com seis (10,7%) pesquisas, a quarta categoria, sobre cognição, reúne estudos sobre a percepção da sexualidade do autor de agressão sexual de criança e adolescente, assim como aqueles sobre distorções cognitivas, empatia, cognição geral e específica e inteligência, fatores aqui considerados como traços cognitivos presentes nos AASCAs. E a última categoria, com um trabalho (1,8%) que avaliou as características sociodemográficas desta população.

De maneira geral pode-se apontar que as produções científicas apresentam uma diversidade de tema, em que cada categoria é possível verificar uma multiplicidade de questões e assuntos abordados. Contudo, é importante frisar que cada investigação é orientada por objetivos próprios e que cada uma se diferencia das demais em termos de propósitos, mesmo que a ênfase seja dada ao comportamento do autor de agressão sexual de criança e adolescente.

Do total de artigos analisados, verificou-se que há maior concentração de pesquisas com o propósito de estudar os fatores de riscos, para mapear as condições de desenvolvimento desta população referenciada, principalmente no resgate da história de infância (Blasko et al., 2011; Briggs & Hawkins, 1996; Haapasalo & Kankkonen, 1997; Haywood, Kravitz, Wasyliv, Goldberg, & Cavanaugh, 1996; Mailloux, Abracen, Serin, Cousineau, Malcolm, & Looman, 2013; Simons, Sandy, Wurtele, & Durham, 2008; Tardif, Auclair, Jacob, & Carpentier, 2005; Thomas, Phillips, Carlson, Shieh, Kirkwood, Cabage, & Worley, 2012; Weeks & Widom, 1998). Esse dado ressalta e demonstra o interesse dos pesquisadores em buscar ampliar o conhecimento sobre a trajetória de vida desta população.

Aliado ao estudo dos fatores de risco para o desenvolvimento, programas, tratamentos e instrumentos para esse determinado perfil de população, tem sido recorrente na literatura da área (Abel, Wiegel, Jordan, Harlow, Hsu, & Martinez, 2012; Beggs & Grace, 2010; Butler, Delahunty, & Lulham, 2012; Eher, Wolfgang, Fruehwald, & Frottier, 2003; Grady, Edwards, Davis, & Abramson, 2012; Hall, Maiuro, Vitaliano, & Proctor, 1986; Harris, Rice, Quinsey, Lalumiere, Boer, & Lang, 2003; Hanson & Thornton, 2000; McGrath, Lasher, & Cumming, 2012; Rice & Harris, 2002; Titcomb, Delahunty, & Puisseau, 2012) uma tentativa de se minimizar os fatores de risco (Beggs & Grace, 2011; Hoke, McGrath, & Vojtisek, 1998; Lambie & Stewart, 2012; Langevin & Curnoe, 2012; Marques, Nelson, West, & Day, 1994; Prentky, Lee, Knight, & Cerce, 1997; Tewksbury, Jennings, & Zgoba, 2012) que possibilitariam uma futura recaída.

De modo geral, os estudos que compõem esta revisão da literatura sugerem que seus achados estão em consonância com as pesquisas mundiais, pois a relação entre as diversidades de temas encontrados na literatura, associados a vários aspectos como o comportamental, o afetivo-emocional, o cognitivo, o fisiológico e o social, demonstraram uma tentativa de mapear padrões específicos para esta população (Fisher, Beech, & Browne, 1999; Marsa, O'reilly, Carr, Murphy, O'Sullivan, Cotter, & Hevey, 2004; Walters, Deming, & Elliott, 2009; Wood & Riggs, 2008), considerando os aspectos multifatoriais e a heterogeneidade dos AASCAs.

A análise sinalizou também que os estudos dos AASCAs estão tentando mapear diferenças comportamentais, cognitivas, afetivas, emocionais e sociais na intenção de diferenciar traços característicos de outros grupos de estudos, avaliando os fatores preditores do comportamento sexual desviante direcionado à criança e/ou adolescente (Danni & Hampe, 2000; Wood & Riggs, 2008). Tais estudos indicam também que seus resultados e conclusões têm relevância na pesquisa do tema, pois é sabido que os estudos ainda são inconclusivos

sobre traços ou perfis de AASCAs pela grande heterogeneidade de características encontradas nos estudos que tiveram a pretensão de identificar características próprias desse tipo de população.

Considerações Finais

De maneira geral, apesar de ser uma pesquisa exploratória e descritiva, os dados demonstraram que a produção científica dos trabalhos realizados com os AASCAs apresenta uma heterogeneidade de temas, concentrados na literatura internacional, com ênfase no sexo masculino, com pesquisas que focam a idade da população entre 25-50 anos e tendo o continente Americano e Europeu com maior frequência de produção. Há evidências ainda de que a partir do ano 2000 houve uma maior produção acadêmica, sobretudo com estudos quantitativos. Quanto aos objetos estudados pelos artigos revisados, aqueles com método exclusivamente empírico, os que prevaleceram foram os que avaliaram os perfis dos AASCAs associado à reincidência da agressão.

Como limitações desta pesquisa, pode ser apontada a presença de apenas um pesquisador na realização da busca e seleção preliminar dos artigos, sendo indicados no mínimo dois juízes para a busca e a seleção das publicações, segundo sinalizado por Costa et al. (2015), portanto não foram realizados os valores de discordância. Tal necessidade de avaliação duplicada decorre da importância da realização dos escores de concordância e discordância.

Quanto à sugestão para pesquisas futuras com essa população, os estudos devem seguir uma análise mais crítica dos artigos, realizando análises sobre a metodologia e os resultados apontados nas publicações dos AASCAs. Desta forma, recomenda-se que estudos sobre o perfil psicológico, processos de reincidência e cognição sejam assuntos aprofundados como forma de realizar revisões sistemáticas, buscando uma melhor compreensão do perfil desta população. Além desses aspectos e dos temas encontrados e levantados nesta revisão, e

pela sua relevância, aconselha-se que novas revisões sistemáticas sobre instrumentos de avaliação comportamental e cognitivos de AASCAs sejam realizadas, como forma de aprimorar os conhecimentos e sinalizar lacunas nos estudos desta população.

Referências

Referências precedidas de um asterisco indicam estudos incluídos na RLS.

*Abel, G. G., Wiegel, M., Jordan, A., Harlow, N., Hsu, Y.S., & Martinez. M. (2012).

Development and validation of classification models to identify hidden Child molesters applying to child service organizations. *Children and Youth Services Review*, 34(7), 1378-1389. doi: 10.1016/j.childyouth.2012.03.017

*Avery-Clark, C.A., & Laws, D.R. (1984). Differential erection response patterns of sexual child abusers to stimuli describing activities with children. *Behavior Therapy*, 15, 71-83. doi: 10.1016/S0005-7894(84)80042-8

Azevedo, R. S. (2010). *Sobrecarga do cuidador informal da pessoa idosa frágil: uma revisão sistemática* (Dissertação de Mestrado). Retirada de <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/GCPA-8D9LAL>

*Beggs, S. M., & Grace, R. C. (2010). Assessment of dynamic risk factors: an independent validation study of the violence risk scale: sexual offender version. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 22(2), 234-251. doi: 10.1177/1079063210369014

*Beggs, S. M., & Grace, R. C. (2011). Treatment gain for sexual offenders against children predicts reduced recidivism: a comparative validity study. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 79(2), 182-192. doi: 10.1037/a0022900.

* Blasko, B. L., Jeglic, E. L., & Mercado, C. C. (2011). Are actuarial risk data used to make determinations of sex offender risk classification? an examination of sex offenders selected for enhanced registration and notification. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 55(5), 676-692. doi: 10.1177/0306624X10372784

- Brewster, M. P., DeLong, P. A., & Moloney, J. T. (2013). Sex offender registries. *Criminal Justice Policy Review*, 24(6), 695-715. doi: 10.1177/0887403412459331
- *Briggs, F., & Hawkins, R. M. F. (1996). A comparison of the childhood experiences of convicted male child molesters and men who were sexually abused in childhood and claimed to be nonoffenders. *Child Abuse & Neglect*, 20(3), 221-233. doi: 10.1016/S0145-2134(95)00145-X
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artmed.
- *Butler, L., Delahunty, J. G., & Lulham, R. (2012). Effectiveness of pretrial community-based diversion in reducing reoffending by adult intrafamilial child sex offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 39(4), 493-513. doi: 10.1177/0093854811433675
- *Carvalho, J., & Nobre, P. (2013). Dynamic factors of sexual aggression: the role of affect and Impulsiveness. *Criminal Justice and Behavior*, 40(4), 376-387. doi: 10.1177/0093854812451682
- Chenier, E. (2012). The natural order of disorder: pedophilia, stranger danger and the normalising family. *Sexuality & Culture*, 16(2), 172-186. doi:10.1007/s12119-011-9116z
- Colson, M. H., Boyer, L., Baumstarck, K., & Loundou, A. D. (2013). Female sex offenders: A challenge to certain paradigms-Meta-analysis. *Sexologies*, 22 (4), 109-117. doi:10.1016/j.sexol.2013.05.002
- Costa, A. B., Zoltowski, A. P. C., Koller, S. H., & Teixeira, M. A. P. (2015). Construção de uma escala para avaliar a qualidade metodológica de revisões sistemáticas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(8), 2441-2452. doi: 10.1590/1413-81232015208.10762014

- *Danni, K. A., & Hampe, G. D. (2000). An Analysis of predictors of child sex offender types using presentence investigation reports. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 44 (4), 490-504. doi: 10.1177/0306624X00444007
- *Eher, R., Wolfgang, N. W., Fruehwald, S., & Frottier, P. (2003). Sexualization and lifestyle impulsivity: clinically valid discriminator in sexual offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 47(4), 452-467. doi: 10.1177/0306624X03253844
- *Elliott, M., Browne, K., & Kilcoyne, J. (1995). Child sexual abuse prevention: what offenders tell us. *Child Abuse & Neglect*, 19(5), 579-594. doi: 10.1016/0145-2134(95)00017-3
- Esber, K. M. (2008). Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes: um estudo a partir da teoria sócio-histórica. (Dissertação de Mestrado). Retirado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000116&pid=S0103-5665201100020000500019&lng=pt
- *Farmer, M., Beech, A. R., & Ward, T. (2012). Assessing desistance in child molesters: a qualitative analysis. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(5), 930–950. doi: 10.1177/0886260511423255
- *Fisher, D., Beech, A., & Browne, K. (1999). Comparison of sex offenders to nonoffenders on selected psychological measures. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 43(4), 473-491. doi: 10.1177/0306624X99434006
- *Fon, C., Hudson, S. M., McCormack, J., & Ward, T. (1998). A descriptive model of dysfunctional cognitions in child molesters. *Journal of Interpersonal Violence*, 13(1), 129-155. doi: 10.1177/088626098013001008

- Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2015). Anuário Brasileiro de Segurança Pública. (NIH publicação no 1983-7364). Retirado de http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2015-retificado.pdf
- Furlan, F., Tank, J. A., Schnell, L. C., & Cyrino, L. A. R. (2011). Violência sexual infantil: a dialética abusador/abusado e o sistema de enfrentamento. *Vivências*, 7(13), 198-208. Retirado de http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_013/artigos/artigos_vivencias_13/n13_22.pdf
- Gannon, T. A., & Alleyne, E. K. A. (2013). Female sexual abusers' cognition: a systematic review. *Trauma Violence Abuse*, 14, 67-79. doi:10.1177/1524838012462245
- Garcia, F. D., & Thibaut, F. (2011). Current concepts in the pharmacotherapy of paraphilias. *Drugs*, 71(6), 771-790. doi: 10.2165/11585490-000000000-00000
- Gava, L. L., Silva, D. G., & Dell'Aglio, D. D. (2013). Sintomas e quadros psicopatológicos identificados nas perícias em situações de abuso sexual infanto-juvenil. *Revista Psico*, 44 (2), 235-244. Retirado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/issue/view/664>
- *Giotakosa, O., Markianos, M., Vaidakis, N., & Christodoulou, G. N. (2004). Sex hormones and biogenic amine turnover of sex offenders in relation to their temperament and character dimensions. *Psychiatry Research*, 127, 185-193. doi: 10.1016/j.psychres.2003.06.003
- Gmür, C., & Singh, J. P. (2014). Reporting quality of the sex offender risk assessment literature: a systematic review. *Sexual Offender Treatment*, 9 (2), 1-14. Retirado de: <http://www.sexual-offender-treatment.org/index.php?id=135&type=123>
- Gooren, L. J. (2011). Androgens and male aging: current evidence of safety and efficacy. *Asian Journal of Andrology*, 12(2), 136-151. doi: 10.1038/aja.2010.4

- Gosling, F. J., & Abdo, C. H. N. (2011). Abuso sexual na infância e desenvolvimento da pedofilia: revisão narrativa da literatura. *Diagnóstico e Tratamento*, 16(3), 128-31.
Retirado de <http://files.bvs.br/upload/S/1413-9979/2011/v16n3/a2414.pdf>
- *Grady, M. D., Edwards, D., Davis, C. P., & Abramson, J. (2012). Does volunteering for sex offender treatment matter? Using propensity score analysis to understand the effects of volunteerism and treatment on recidivism. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 25(4), 319-346. doi: 10.1177/1079063212459085
- *Grattagliano, I., Owens, J. N., Morton, R. J., Campobasso, C. P., Carabellese, F., & Catanesi, R. (2012). Female sexual offenders: five Italian case studies. *Aggression and Violent Behavior*, 17, 180-187. doi: 10.1016/j.avb.2012.01.001
- *Haapasalo, J., & Kankkonen, M. (1997). Self-reported childhood abuse among sex and violent offenders. *Archives of Sexual Behavior*, 26(4), 421-431. doi: 10.1023/A:1024543402906
- Habigzang, L. F., Corte, F. D., Hatzenberger, R., Stroehrer, F., & Koller, S. H. (2008). Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 338-344. Retirado de <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25709/000668138.pdf?sequence=1>
- *Hall, G. C. N., Maiuro, R. D. M., Vitaliano, P. P., & Proctor, W. C. (1986). The utility of the MMPI with men who have sexually assaulted children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 54(4), 493-496. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/0022-006X.54.4.493>
- *Hanson, R. K., & Thornton, D. (2000). Improving risk assessments for sex offenders: a comparison of three actuarial scales. *Law and Human Behavior*, 24(1), 119-136. doi: 10.1023/A:1005482921333

- *Harris, G. T., Rice, M. E., Quinsey, V. L., Lalumiere, M. L., Douglas Boer, D., & Lang, C. (2003). A Multisite comparison of actuarial risk instruments for sex offenders. *Psychological Assessment*, 15(3), 413-425. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/1040-3590.15.3.413>
- *Haywood, T. W., Kravitz, H. M., Grossman, L. S., Wasyliw, O. E., & Hardy, D. W. (1996). Psychological aspects of sexual functioning among cleric and noncleric alleged sex offenders. *Child Abuse & Neglect*, 20(6), 527-536. doi: 10.1016/0145-2134(96)00034-8
- *Haywood, T. W., Grossman, L. S., & Cavanaugh, L. (1990). Subjective versus objective measurements of deviant sexual arousal in clinical evaluations of alleged child molesters. *Psychological Assessment: A Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 2(3), 269-275. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/1040-3590.2.3.269>
- *Haywood, T. W., Kravitz, H. M., Wasyliw, O. E., Goldberg, J., & Cavanaugh, J. L. (1996). Cycle of abuse and psychopathology in cleric and noncleric molesters of children and adolescents. *Child Abuse & Neglect*, 20(12), 1233-1243. doi: 10.1016/S0145-2134(96)00118-4
- *Hoke, S. E., McGrath, R. J., & Vojtisek, J. E. (1998). Cognitive-behavioral treatment of sex offenders: a treatment comparison and long-term follow-up study. *Criminal Justice and Behavior*, 25(2), 203-225. doi: 10.1177/0093854898025002004
- Honhendorff, J. V., Bavresco, P. D., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2012). Abuso sexual contra meninos. In L. F. Habigzang & S. H. Koller, (Org.), *Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática* (pp. 108-122). Porto Alegre: Artmed.
- Huss, M. T. (2011). *Psicologia Forense: Pesquisa, Prática Clínica e Aplicações*. Porto Alegre: Artmed.
- *Jeglic, E. L., Mercado, C. C., & Levenson, J. S. (2012). The prevalence and correlates of depression and hopelessness among sex offenders subject to community notification

and residence restriction legislation. *American Journal of Criminals Justice*, 37, 46-59.

doi: 10.1007/s12103-010-9096-9

Kielsgard, M. D. (2014). Myth-driven state policy: an international perspective of recidivism and incurability of pedophile offenders. *Creighton Law Review*, 47(2), 247-260.

Retirado de <http://web.b-ebscohost->

com.ez3.periodicos.capes.gov.br/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=03c2e2e2-71fe-4902-987d-faae8025f97b%40sessionmgr112&vid=1&hid=124

*Lambie, I., & Stewart, M. W. (2012). Community solutions for the community's Problem:

An evaluation of three New Zealand community-based treatment programs for child sexual offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 56 (7), 1022-1036. doi: 10.1177/0306624X11420099

*Langevin, R., & Curnoe, S. (2012). Lifetime criminal history of sex offenders seen for psychological assessment in five decades. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 56 (7), 997-1021. doi: 10.1177/0306624X11420084

Leeuwen, M., Baaren, R., Chakhssi, F., Loonen, M., Lippman, M., & Dijksterhuis, A. (2013). Assessment of implicit sexual associations in non-incarcerated pedophiles. *Archives Of Sexual Behavior*, 42(8), 1501-1507. doi: 10.1007/s10508-013-0094-0

Lima, J. S., & Deslandes, S. F. (2011). A notificação compulsória do abuso sexual contra crianças e adolescentes: uma comparação entre os dispositivos americanos e brasileiros. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 15(38), 01-13. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832011005000040>

Loeber, R., & Ahonen, L. (2014). What are the policy implications of our knowledge on serious, violent, and chronic offenders? *American Society of Criminology*, 13(1), 1-9. doi:10.1111/1745-9133.12072

- *Lussier, P., Bouchard, M., & Beauregard, E. (2011). Patterns of criminal achievement in sexual offending: unraveling the “successful” sex offender. *Journal of Criminal Justice*, 39(5), 433-444. doi: 10.1016/j.jcrimjus.2011.08.001
- *Lussier, P., LeBlanc, M., & Proulx, J. J. (2005). The generality of criminal behavior: a confirmatory factor analysis of the criminal activity of sex offenders in adulthood. *Journal of Criminal Justice*, 33, 177-189. doi: 10.1016/j.jcrimjus.2004.12.009
- *Mailloux, D. L., Abracen, J., Serin, R., Cousineau, C., Malcolm, B., & Looman, J. (2003). Dosage of treatment to sexual offenders: are we overprescribing? *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 47(2), 171-184. doi: 10.1177/0306624X03251096
- *Mair, K. J. (1993). The nature of the act; a neglected dimension in the classification of sex offenders. *British Journal of Criminology*, 33(2), 267-275. Retirado de <http://bjc.oxfordjournals.org/content/33/2/267.full.pdf+html>
- Marques, H. M. V. (2005). *A voz do abusador: aspectos psicológicos dos protagonistas de incesto*. (Dissertação de mestrado). Retirada de http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCB_5439951ed172fddd5234b09e452f2e0d
- *Marques, J., Nelson, C., West, M. A., & Day, D. M. (1994). The relationship between treatment goals and recidivism among child molesters. *Journal Behavior and Therapy*, 32(5), 577-588. doi: 10.1016/0005-7967(94)90148-1
- *Marsa, F., O'reilly, G., Car, A., Murphy, P., O'sullivan, M., Cotter, A., & Hevey, D. (2004). Attachment styles and psychological profiles of child sex offenders in Ireland. *Journal of Interpersonal Violence*, 19(2), 228-251. doi: 10.1177/0886260503260328
- *Marshall, W. L., Barbaree, H. E., & Christophe. D. (1986). Sexual offenders against female children: Sexual preferences for age of victims and type of Behaviors. *Canadian Journal of Behavior Science*, 18(4), 424-439. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/h0079966>

- Martins, C. B. G., & Jorge, M. H. P. M. (2010). Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. *Texto Contexto Enfermagem*, 19(2), 246-55. Retirado de <http://producao.usp.br/handle/BDPI/12546>
- *McGrath, R. J., Lasher, M. P., & Cumming, G. F. (2012). The sex offender treatment intervention and progress scale (SOTIPS): psychometric properties and incremental predictive validity with static-99r. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 24(5), 431-458. doi: 10.1177/1079063211432475
- *Michaud, P., & Proulx, J. (2009). Penile-response profiles of sexual aggressors during phallometric testing. *Sexual abuse: A Journal of Research and Treatment*, 21(3), 308-334. doi: 10.1177/1079063209342073
- *Miner, M. H., West, M. A., & Day, D. M. (1995). Sexual preference for child and aggressive stimuli: comparison of rapists and child molesters using auditory and visual stimuli. *Behavior Research and Therapy*, 33(5), 545-551. doi: 10.1016/0005-7967(94)00071-Q
- *Morgan, L., Brittain, B., & Welch, J. (2012). Multiple perpetrator sexual assault: how does it differ from assault by a single perpetrator? *Journal of Interpersonal Violence*, 27(12), 2415-2436. doi: 10.1177/0886260511433514
- Moura, A. S. (2012). Transtorno de personalidade antissocial e indicadores de desvios sexuais: análise do histórico criminal de agressores sexuais. (Tese de Doutorado não publicada). Universidade do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.
- *Nunes, K. L., & Jung, S. (2012). Are cognitive distortions associated with denial and Minimization among sex offenders? *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 25 (2), 166-188. doi: 10.1177/1079063212453941
- Paixão, A. C. W., & Deslandes, S. F. (2011). Abuso sexual infanto juvenil: ações municipais da saúde para a garantia do atendimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(10), 4189-4198. Retirado de <http://www.scielo.org/pdf/csc/v16n10/a24v16n10>

- Pereira, Â. L., & Bachion, M. M. (2006). Atualidades em revisão sistemática de literatura, critérios de força e grau de recomendação de evidência. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 27(4), 491-498. Retirado de <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/RevistaGauchadeEnfermagem/index>
- Pinto, L. P., Lima, T. H., & Lima, R. C. (2011). Estudo da produção científica da revista Psico-USF de 2007 a 2011. *Psico-USF*, 16(3), 383-390. Retirado de <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online>
- Piquero, A. R., Jennings, W. G., Diamond, B., & Reingle, J. M. (2015). A systematic review of age, sex, ethnicity, and race as predictors of violent recidivism. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 59(1), 5-26. doi: 10.1177/0306624X13514733
- *Porter, S., Fairweather, D., Drugge, F., Hervé, H., Birt., & Boer, D. P. (2000). Profiles of psychopathy in incarcerated sexual offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 27(2), 216-233. doi: 10.1177/0093854800027002005
- Porter, S., Newman, E., Tansey, L., & Quayle, E. (2015). Sex offending and social anxiety: A systematic review. *Aggression and Violent Behavior*, 24, 42-60. doi: 10.1016/j.avb.2015.04.005
- *Prentky, R. A., Lee, A. E. S., Knight, R. A., & Cerce, D. (1997). Recidivism rates among child molesters and rapists: a methodological analysis. *Law and Human Behavior*, 21(6), 635-659. doi: <http://dx.doi.org/10.1023/A:1024860714738>
- *Rebocho, M. F., & Gonçalves, R. A. (2012). Sexual predators and prey: A comparative study of the hunting behavior of rapists and child molesters. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(14), 2770-2789. doi: 10.1177/0886260512438280

- Reis, D. C. R., Barros, A. A. S., & Cavalcante, L. I. (2015). Agressor sexual de crianças e adolescentes: uma revisão sistemática da literatura. *Revista em Psicologia*, 21(2), 251-271. doi: <http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9523.2015V21N2P251>
- *Rice, M. E., & Harris, G. T. (2002). Men who molest their sexually immature daughters: is a special explanation required? *Journal of Abnormal Psychology*, 111(2), 329-339. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/0021-843X.111.2.329>
- Robertiello, G., & Terry, K., J. (2007). Can we profile sex offenders? A review of sex offender typologies. *Aggression and Violent Behavior*, 12, 508-518. doi:10.1016/j.avb.2007.02.010
- Rossegger, A., Gerth, J., Seewald, K., Urbaniok, F., Singh, J. P., & Endrass, J. (2013). Current obstacles in replicating risk assessment findings: A systematic review of commonly used actuarial instruments. *Behavioral Sciences & the Law*, 31(1), 154-164. doi: 10.1002/bsl.2044
- Sampaio, M. I. C. (2008). Citações a periódicos na produção científica de psicologia. *Psicologia Ciência e Profissão*, 28 (3), 452-465. Retirado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v28n3/v28n3a02.pdf>
<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v28n3/v28n3a02>
- Sampaio, R. F., & Mancini, M. C. (2007). Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 11(1), 83-89. Retirado de <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online>
- *Sanfelice, M. M., & De Antoni, C. (2010). A Percepção do abusador sexual sobre a (sua) sexualidade. *Interamerican Journal of Psychology*, 44 (1), 131-139. Retirado de <http://www.psikorip.org/Resumos/PerP/RIP/RIP041a5/RIP04414.pdf>

- Santos, B. R., Esber, K. M., & Santos, I. B. C. (2009). *Autores de violência sexual contra criança e adolescentes: responsabilização e atendimento psicoterápico*. Goiania: Cânone.
- *Schneck, M. M., Bowers, T. G., & Turkson, M. A. (2012). Sex-role orientation and attachment styles of sex offenders. *Psychological Reports*, 110(2), 624-638. doi: 10.2466/02.09.16.21.PR0.110.2.624-638
- Scoones, C. D., Willis, G. M., & Grace, R. C. (2012). Beyond static and dynamic risk factors the incremental validity of release planning for predicting sex offender recidivism. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(2), 222-238. doi: 10.1177/0886260511416472
- *Simons, D. A., Sandy, K., Wurtele, S. K., & Durham, R. L. (2008). Developmental experiences of child sexual abusers and rapists. *Child Abuse & Neglect*, 32, 549-560. doi: 10.1016/j.chiabu.2007.03.027
- *Tardif, M., Auclair, N., Jacob, M., & Carpentier, J. (2005). Sexual abuse perpetrated by adult and juvenile females: an ultimate attempt to resolve a conflict associated with maternal identity. *Child Abuse & Neglect*, 29, 153-167. doi: 10.1016/j.chiabu.2004.05.006
- *Tewksbury, R., Jennings, W. G., & Zgoba, K. M (2012). A longitudinal examination of sex ofender recidivism prior to and following the implementation of SORN. *Behavioral Sciences and the Law*, 30, 308-328. doi: 10.1002/bsl.1009
- Thakker, J., & Gannon, T. (2010). Rape Treatment: An overview of current knowledge. *Behavior Change*, 27(4), 227-250. doi: <http://dx.doi.org/10.1375/bech.27.4.227>
- Tharp, A. T., DeGue, S., Valle, L. A., Brookmeyer, K. A., Massetti, G. M., & Matjasko, J. L. (2012). A systematic qualitative review of risk and protective factors for sexual violence perpetration. *Trauma, Violence & Abuse*, 14(2), 133-167. doi: 10.1177/1524838012470031

- *Thomas, S. T., Phillips, K., Carlson, K., Shieh, E., Kirkwood, E., Cabage, L., & Worley, J. (2013). Childhood experiences of perpetrators of child sexual abuse. *Perspectives in Psychiatric Care*, 49(3), 187-201. doi: 10.1111/j.1744-6163.2012.00349.x
- Tierney, D. W., & McCabe, M. (2002). Motivation for behavior change among sex offenders: review of the literature. *Clinical Psychology Review*, 22(1), 113-129. doi: 10.1016/S0272-7358(01)00084-8
- *Titcomb, C., Delahunt, J. G., & Puisseau, B. W. (2012). Pretrial diversion for intrafamilial child sexual offending does biological paternity matter? *Criminal Justice and Behavior*, 39(4), 552-570. doi: 10.1177/0093854811433678
- Tully, R. J., & Browne, K. D. (2015). Appraising the risk matrix 2000 static sex offender risk assessment tool. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 59, (2) 211-224. doi: 10.1177/0306624X13508928
- Tully, R. J., Chou, S. C., & Browne, K. D. (2013). A systematic review on the effectiveness of sex offender risk assessment tools in predicting sexual recidivism of adult male sex offenders. *Clinical Psychology Review*, 33, 287-316. doi: 10.1016/j.cpr.2012.12.002
- Valença, A. M., Nascimento, I., & Nardi, A. E. (2013). Relationship between sexual offences and mental and developmental disorders: a review. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 40(3), 97-104. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-60832013000300004>
- Vasconcelos, A., Cardoso, B. M., Barros, M., & Almeida, H. (2011). Abordagem da criança vítima de maus tratos na urgência pediátrica - 5 anos de experiência do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca. *Acta Pediátrica Portuguesa*, 42(1), 8-11. doi: 0873-9781/11/42-1/8
- *Walters, G. D., Deming, A., & Elliott, W. N. (2009). Assessing criminal thinking in male sex offenders with the psychological inventory of criminal thinking styles. *Criminal Justice and Behavior*, 36(10), 1025-1036. doi: 10.1177/0093854809342200

- Ward, T. (2000). Sexual offenders cognitive distortions as implicit theories. *Aggression and Violent Behavior: A Review Journal*, 5(5), 491-507. doi: 10.1016/S1359-1789(98)00036-6
- Ward, T., & Durrant, R. (2013). Altruism, empathy, and sex offender treatment. *International Journal of Behavioral Consultation and Therapy*, 8, (3-4), 66-71. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/h0100986>
- *Ward, T., Hudson, S. M., & Marshall, W. L. (1994). The abstinence violation effect in child molesters. *Behavior Research and Therapy*, 32(4), 431-437. doi: 10.1016/0005-7967(94)90006-X
- *Weeks, R., & Widom, C. S. (1998). Self-reports of early childhood victimization among incarcerated adult male felons. *Journal of Interpersonal Violence*, 13(3), 346-361. doi: 10.1177/088626098013003003
- William, L. C. (2012). *Pedofilia: Identificar e Prevenir*. São Paulo: Editora brasiliense.
- *Wood, E., & Riggs, S. (2008). Predictors of child molestation adult attachment, cognitive distortions, and empathy. *Journal of Interpersonal Violence*, 23(2), 259-275. doi: 10.1177/0886260507309344

Estudo II. Caracterização dos Instrumentos de Avaliação Cognitiva de Autores de Agressão Sexual de Criança e Adolescente

A cognição tem sido alvo de inúmeros estudos em diversas áreas de conhecimento, como a neurociência (Miranda & Espírito-Santo, 2010), a ciência jurídica (Camargo, Fortes, & Calabrez, 2011) e a psicologia (Eisenberg, 2015), e vem despertando o interesse particular pela compreensão de habilidades relacionadas ao pensamento, à ideia, à percepção e à forma de agir dos indivíduos. A habilidade de perceber e de pensar o mundo, a partir da concepção do indivíduo, tem espaço cativo nos estudos da psicologia (Eisenberg, 2015; Sancovski & Kastrup, 2013), representando hoje um tema de grande relevância acadêmica para a área.

Para Suehiro, Benfica e Cardim (2015), a cognição pode ser definida como um conceito amplo que serve para descrever as habilidades cognitivas e/ou o funcionamento mental. O termo cognição diz respeito à capacidade do indivíduo de produzir resposta diante de estímulos externos: sentir, pensar, lembrar, raciocinar e perceber. A cognição compreende, portanto, um conjunto de habilidades cerebrais necessário à aquisição de conhecimento (Suehiro et al., 2015).

Nesse sentido, a cognição é um conceito que remete ao trato de questões ligadas à inteligência e às aptidões que exigem capacidades mentais das mais simples às mais complexas. Ela envolve a capacidade de reconhecimento e de abstração, bem como aprendizado, memória, atenção, inteligência, pensamento, criatividade, capacidade de resolução de problemas e/ou aptidões específicas. Entre outras, contudo, destaca-se a capacidade que os indivíduos têm de refletir sobre as informações adquiridas, por meio da percepção, e aplicá-las às demandas dos mais diferentes contextos aos quais se encontram inseridos (Suehiro et al., 2015).

Diante dessa variedade de capacidades cognitivas, estudos sobre a cognição humana apontam para áreas específicas do conhecimento voltadas designadamente à aprendizagem, à

memória, à atenção, à percepção, no sentido de entender os diversos aspectos que influenciam o pensamento humano (Brown, Walker, Gannon, & Keown, 2013). Entre as mais variadas áreas do conhecimento, têm-se, como exemplos atuais, pesquisas acerca da cognição dos AASCAs (Moura & Koller, 2008; Moura & Koller, 2010; Nunes & Jung, 2012).

Conforme Gannon, Ward e Collie (2007), que estudaram AASCAs sinalizam, apesar de sua importância nessa área do conhecimento, os fatores cognitivos, até o momento, não receberam a atenção que merecem dos seus pesquisadores, principalmente por se constituírem em um objeto de estudo relativamente recente no meio científico. As pesquisas com foco na cognição dos AASCAs tiveram um grande impulso a partir da década de 1980, quando Abel, Becker e Cunningham-Rathner, em 1984, descreveram o pensamento distorcido desta população (Marunna & Mann, 2006). Para Wood e Riggs (2008) e Brown et al. (2013), nos últimos 20 anos, não há como negar que a investigação sobre crimes sexuais tem aumentado e fornecido evidências que associam, fortemente, a reincidência dessa forma de agressão à ausência de empatia com a vítima e à presença de distorções cognitivas entre seus AASCAs.

Nos últimos anos, assistiu-se à emergência de estudos sistemáticos sobre os fatores cognitivos que permitiram explicar como percebem e o que pensam os AASCAs (Huss, 2011; Nunes & Jung, 2012; Walters, Deming, & Elliott, 2009, Wood & Riggs, 2008). Entre os temas estudados, mais recentemente, a literatura traz relato de pesquisas que investigaram o quociente de inteligência desses indivíduos, além de medidas como a empatia, as fantasias e as distorções cognitivas (Gannon & Alleyne, 2013; Moura & Koller, 2008; Nunes & Jung, 2012).

São vários os estudos que discutiram temas relacionados à cognição de AASCAs, sendo aqui destacados alguns exemplos de pesquisas em que o QI foi utilizado para aferir a capacidade intelectual dos participantes. Neles, foi investigado o quociente de inteligência (QI) associado à psicopatologia (Myers, Chan, Vo, & Lazarou, 2010), assim como as

características e o comportamento de agressores sexuais e sua relação com algum tipo de deficiência (Miller & Vernon, 2003).

Outro ramo das pesquisas cognitivas aponta para a investigação da empatia, geralmente considerada como uma medida relacionada à presença de déficit na capacidade da pessoa em se colocar no lugar de outra. Essa medida tem sido descrita como um traço que permite categorizar os AASCAs como tendo ou não empatia pela vítima (Marshall, Hudson, Jones, & Fernandez, 1995). Os estudos de empatia, geralmente, estão associados aos estudos de distorção cognitiva (Marshall et al., 1995).

Nessa direção, também as fantasias sexuais têm presença na literatura da área. Elas são descritas como estilo de pensamento desviante que serve para realizar atos sexualmente abusivos, comumente utilizadas para reduzir sentimentos negativos. Os estudos sobre esta temática são recentes e merecem ainda mais pesquisas para a fundamentação de instrumentos e métodos para aferir as fantasias sexuais (Bartels & Gannon, 2011; Vanhoeck, Daele, & Gykiere, 2011; Woodworth, Freimuth, Hutton, Carpenter, Agar, & Logan, 2013).

Outro exemplo é a distorção cognitiva que tem sido conceituada como crenças que toleram, justificam, desculpam, minimizam, racionalizam, ou que, de alguma forma, dão apoio ao ato de agressão sexual. Os estudos sobre distorção cognitiva, em sua maioria, estão associados à empatia e aos fatores de risco para reincidência do ato de agressão sexual (Brown, et al., 2013; Fisher, Beech, & Browne, 1999; Lindsay, Michie, Steptoe, Moore, & Haut, 2011; Marques, Nelson, West, & Day, 1994; Marshall, Barbaree, & Christophe, 1986; Marsa, O'Reilly, Carr, Cotter, Murphy, O'Sullivan & Hevey, 2004; Nunes, & Jung, 2012; Ward, Hudson, & Marshall, 1994; Walters et al., 2009). Entretanto, mesmo sendo esta uma área científica recente, o papel do pensamento distorcido tem sido amplamente reconhecido em pesquisas que o apresentam como um fator importante, tanto na iniciação como na manutenção do abuso sexual infantil (Brown et al., 2013).

Porém, apesar da importância do papel que cumprem as cognições dos AASCAs na compreensão desse fenômeno, o conhecimento científico que embasa esse construto ainda está caminhando a passos curtos (Moura & Koller, 2010; Reis, Barros, & Cavalcante, 2015). No Brasil, a produção científica ainda é escassa. Em particular na área da psicologia, a análise dos estudos científicos vem se desenvolvendo, embora se possa considerar que os estudos específicos sobre sua produção sejam ainda insuficientes na literatura brasileira (Moura & Koller, 2008; Moura & Koller, 2010).

Tendo em vista a importância da produção científica, pode-se afirmar que, não apenas no Brasil, mas também no mundo, a análise desse tipo de produção começa a se tornar mais presente e ganha visibilidade no meio científico (Brown et al., 2013). Internacionalmente, a literatura, mesmo que circunscrita à produção de poucos países (Estados Unidos e Inglaterra), já se mostra crescente, destacando-se os trabalhos de Brown et al. (2013), Burn e Brow, (2006), Fon, Hudson, McCormack e Ward (1998), Nezu, Greenberg e Nezu (2005).

Quando se toma como referência os estudos de revisão da literatura sobre a cognição dos AASCAs realizados nos últimos anos, cita-se especialmente o trabalho de Nunes e Jung (2012). Os pesquisadores realizaram análises de dados secundários existentes para aprofundar o grau de associação entre várias medidas de distorções cognitivas como a negação e/ou a minimização das agressões entre AASCAs e estupradores. Do mesmo modo, Burn e Brown (2006) publicaram estudo de revisão da literatura sobre aspectos da natureza das distorções cognitivas de AASCAs, e examinaram a construção de teorias causais subjacentes percebidas pelos autores quanto a si mesmo, suas vítimas, e do seu mundo, considerando o modelo de Pré-requisito de Finkelhor (quatro condições que ocorrem numa sequência temporal, em que cada uma delas é necessária para que a outra possa se desenvolver) em comparação com o modelo de Pathways descrito por Ward et al. (1994) (as estratégias interpessoais mal adaptativas são acompanhadas por distorções cognitivas).

Na literatura internacional, é possível mencionar ainda uma série de revisões de literatura sobre AASCAs, sobretudo as que se apresentam como revisões sistemáticas com uma diversidade de temas abordados. Entre eles, citam-se: tipologias (Robertiello & Terry, 2007); tratamento (Thakker & Gannon, 2010; Tierney & McCabe, 2002; Ward & Durrant, 2013); fatores de risco e de proteção (Gmür & Singh, 2014; Piquero, Jennings, Diamond, & Reingle, 2015; Rossegger, Gerth, Seewald, Urbaniok, Singh, & Endrass, 2013; Tharp, DeGue, Valle, Brookmeyer, Massetti, & Matjasko, 2012); transtornos mentais (Valença, Nascimento, & Nardi, 2012); pedofilia (Gosling & Abdo, 2011), discussão legal (Loeber & Ahonen, 2014), ansiedade (Porter, Newman, Tansey, & Quayle, 2015); cognição de autores de agressão sexual feminino (Colson, Boyer, Baumstarck, & Loundou, 2013; Gannon & Alleyne, 2013); distorção cognitiva (Ward, 2000) e tratamento andrógeno (Gooren, 2011). Contudo, embora pareça razoável a quantidade de estudos de revisão de literatura sobre os AASCAs, eles deixam claro que as pesquisas sobre aspectos da sua cognição receberam comparativamente menor atenção até hoje.

No Brasil, quando se compara com a produção de revisão sistemática internacional, é possível perceber que há uma produção ainda insipiente sobre essa população. Nenhum estudo foi encontrado com esta característica, identificando-se somente revisões narrativas como a de Felipe (2006), que abordou teoricamente achados da literatura sobre a pedofilia. Isso sinaliza a urgência e a necessidade de estudos brasileiros acerca dos AASCAs.

Nesse cenário, cresce o interesse por estudos que possam tratar especificamente de aspectos metodológicos desse tipo de investigação, com destaque para os instrumentos que têm sido utilizados para a avaliação cognitiva de AASCAs, tal qual o trabalho de Gannon et al. (2007) ou de Marshall, Marshall, Serran e O'Brien, (2009). Esses autores especificaram em suas análises as medidas psicométricas dos instrumentos utilizados em suas pesquisas,

defendendo que suas propriedades devem ser consideradas quando se pretende avaliar com segurança os fatores de risco associados ao tratamento de reincidência da agressão sexual.

Enfatiza-se, contudo, que nenhuma revisão sistemática que objetivou descrever e analisar a composição de instrumentos cientificamente validados para avaliação cognitiva de AASCAs foi encontrada até este momento. Os trabalhos localizados que trataram em particular de instrumentos utilizados com essa população, quando assim o fizeram, focalizaram somente aqueles destinados à avaliação dos fatores de risco para reincidência (Harris, Rice, Quinsey, Lalumière, Boer, & Lang, 2003; Rossegger et al., 2013; Tully, Kevin, & Browne, 2015).

Nota-se que as pesquisas realizadas nos últimos anos (Rossegger et al., 2013; Tully et al., 2015) muitas vezes não descreveram de maneira clara as medidas psicométricas consideradas neste tipo de análise, tais como a confiabilidade e a validade, que são duas propriedades de medida estreitamente relacionadas e que desempenham papéis complementares. É importante lembrar que a confiabilidade que versa sobre a consistência interna está relacionada à homogeneidade das respostas dos distintos avaliadores, enquanto a validade está associada ao grau de certeza que se tem sobre o conceito medido (Bem, Lanzer, Filho, Sanchez, & Junior, 2011; Pasquali, 2009).

Estes aspectos psicométricos dos instrumentos disponíveis para esse tipo pesquisa começaram a ser discutidos na década passada, conforme sinalizado por Noronha, Prime e Alchieri (2004). Essa realidade dificulta a comparação de resultados obtidos em investigações realizadas em distintos contextos e a compreensão dos dados empíricos que retratam épocas anteriores. Conhecer os instrumentos que avaliam os fatores cognitivos deve ser entendido como o primeiro passo para desenvolver pesquisas qualificadas e enfrentar com êxito o desafio de avaliar aspectos que cercam o comportamento e o desenvolvimento dos AASCAs.

Nesses termos, o objetivo deste estudo foi identificar e caracterizar os tipos de instrumentos utilizados para avaliação cognitiva, cientificamente validada, encontrada em estudos que envolveram AASCAs, na literatura nacional e internacional, entre 1980 e 2013.

Método

Este estudo retrata a produção científica disponível em bases bibliográficas eletrônicas que compõem os Periódicos de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (<http://www.periodicos.capes.gov>), meio utilizado para o acesso e a obtenção dos artigos. Essa fonte de dados foi escolhida em função dos critérios de confiabilidade e de abrangência de periódicos científicos por conter um acervo extenso dos principais artigos publicados em diversas áreas do conhecimento, no âmbito nacional e internacional, com fácil acesso para a maioria dos pesquisadores.

Procedimentos Gerais

Estratégia de busca para a Revisão da Literatura Sistemática.

Os critérios de inclusão e exclusão foram delimitados para a realização das buscas dos artigos científicos no Portal Periódicos CAPES, conforme apresentado na Figura 1.

Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
• Artigos publicados em português e inglês • Publicações situadas entre 1980 e 2013 • Artigos completos e empíricos • Artigos que envolvessem somente autores de agressão sexual de criança e adolescente • Artigos sobre AASCAs ente acima de 18 anos de idade. • Estudos que procederam à avaliação cognitiva de AASCAs, em particular aqueles que investigaram aspectos da cognição. • Estudos que descrevesse os instrumentos de avaliação cognitiva de AASCAs.	• Literatura cinzenta (por exemplo: documentação técnica, anúncio de jornais, entre outros) • Teses, dissertações e demais trabalhos de conclusão de curso (TCC) • Artigos teóricos e de revisão sistemática de literatura (RSL) • Artigos com ênfase na sexualidade e doença sexualmente transmissíveis • Estudos que envolviam especificamente vítimas de agressão sexual • Artigos que apresentavam no título termos que representam tipos específicos de AASCAs: pedófilo, psicopatas, aliciador, traficante sexual, explorador sexual • Estudos com animais não humanos

Figura 1. Quadro com os critérios de inclusão e exclusão dos artigos

Concomitante à definição dos critérios de inclusão e exclusão foram pesquisados descritores na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), <http://www.bireme.br/php/index.php>, especificamente na sessão terminologia. Todos os descritores foram checados, no entanto, nenhum termo correlato foi encontrado na literatura da área. Dessa forma, os descritores foram definidos considerando, para tanto, os termos encontrados em publicações da área.

Seleção dos descritores.

Após a eletiva dos termos, foram delimitados 10 descritores, sendo cinco em português e cinco em inglês, combinados com as palavras *criança/child* e *adolescente/adolescent*. No total, foram combinadas até 20 palavras, sendo 10 em português e 10 em inglês, conforme mostra a Figura 2. A palavra *and* foi utilizada nos operadores booleanos.

Português	Inglês
Agressor sexual x Criança	Sexual Aggressor x Child
Agressor sexual x Adolescente	Sexual Aggressor x Adolescent
Abusador Sexual x Crianças	Sexual abuser x Child
Abusador Sexual x Adolescente	Sexual abuser x Adolescent
Perpetrador Sexual x Criança	Perpetrator sexual assault x Child
Perpetrador Sexual x Adolescente	Perpetrator sexual assault x Adolescent
Estuprador Sexual x Criança	Rapist x Child
Estuprador Sexual x Adolescente	Rapist x Adolescent
Molestador Sexual x Criança	Sex ofender x Child
Molestador Sexual x Adolescente	Sex ofender x Adolescent

Figura 2. Quadro demonstrativo dos descritores e suas combinações

No processo do levantamento dos artigos no Portal Periódicos CAPES foi registrado o número de trabalhos encontrados por estratégia de busca adotada, sendo eles selecionados caso estivessem em consonância com os critérios de inclusão e exclusão definidos anteriormente. Os artigos que não contemplaram os critérios de seleção adotados foram descartados, assim como as publicações repetidas ou duplicadas.

Como estratégia de seleção, adotou-se que o artigo encontrado passaria por uma triagem considerando, primeiramente, o título e depois o conteúdo do resumo. Quando o título

e o resumo foram insuficientes, buscou-se ler o texto completo do artigo para não deixar estudos importantes fora da revisão da literatura (Sampaio & Mancini, 2007). Os artigos contemplados nos critérios preliminares de inclusão foram arquivados em uma pasta eletrônica criada pelo *software* EndNoteWeb, disponível no site <http://www.myendnoteweb.com>.

Armazenamento dos documentos em PDF.

Apesar de os estudos selecionados terem sido arquivados no EndNoteWeb, viu-se a necessidade do armazenamento dos artigos salvos em formato *Portable Document Format* (PDF). Assim, foram criadas duas pastas, sendo uma para organizar o resultado das buscas em português e outra para os artigos em inglês. Em cada uma delas, subpastas foram sendo constituídas, obedecendo-se a ordem em que as buscas foram realizadas e, nelas, cada artigo foi numerado de acordo com a ordem em que foi encontrado. Aliado ao armazenamento dos artigos em formato PDF, uma planilha no programa Microsoft Excel 2010 foi gerada para registrar o número de artigos encontrados, selecionados e descartados.

A busca dos artigos compreendeu três meses, entre janeiro e março de 2014, com duração de quatro horas diárias em média, três vezes por semana. Todas as informações importantes sobre os procedimentos da pesquisa foram registradas no Diário de Campo, incluindo o número de buscas realizadas, as bases eletrônicas onde os artigos foram localizados, e a data em que cada levantamento foi concluído. Depois, procedeu-se ao arquivamento eletrônico dos artigos recuperados. Após a seleção, chegou-se ao total de 64 artigos, sendo um em português e 63 em inglês.

Após a eletiva e o arquivamento dos arquivos, uma nova etapa previa a avaliação dos artigos pelos juízes e o nível de concordância entre eles quanto à sua inclusão na revisão proposta. No entanto, para que este procedimento ocorresse de maneira imparcial, foi necessário escolher e treinar os juízes para realizar esse procedimento avaliativo às cegas.

Para que os juízes pudessem avaliar os artigos selecionados foi assegurado que todos conhecessem previamente o objetivo da pesquisa, dominassem os critérios de inclusão e exclusão, conhecessem o Teste de Relevância (Azevedo, 2010), e tivessem a capacidade de ler e compreender textos escritos na língua inglesa. Dessa forma, foram repassadas, pela pesquisadora, todas as informações necessárias para a seleção dos artigos, sendo realizados treinos que envolveram artigos não selecionados, com a finalidade de minimizar as dúvidas sobre os critérios de inclusão e exclusão dos artigos na revisão. Esse treino teve a duração de 08 horas, sendo realizado em dois dias, um em cada semana.

Seguido o treino dos juízes e sanadas quaisquer dúvidas sobre os critérios de escolha, os artigos elencados seguiram para a avaliação dos juízes, que atuaram de forma independente e aplicaram rigorosamente os critérios de avaliação de relevância (Figura 3), de forma que o artigo fosse escolhido por pelo menos dois Juízes.

Seleção dos artigos pelos juízes.

Para organizar a avaliação dos juízes, foi criada uma planilha de Excel onde passaram a ser registradas as seguintes informações: sim (para os artigos que contemplavam os critérios) e não (para os artigos que não contemplavam). Cada juiz realizou seu registro e a permanência do artigo para a análise se deu a partir de pelo menos duas concordâncias, isto é, o artigo escolhido foi selecionado no mínimo por dois juízes, o contrário também é verdadeiro, ou seja, caso os dois juízes tivessem discordado da escolha feita pelo terceiro juiz, o artigo seria descartado da análise. O teste de relevância teve como ponte de corte 3, caso houvesse empate nos critérios o terceiro Juiz entraria para desempatar.

Teste de relevância (aplicado aos artigos na íntegra)		
Questões de Interesse	Sim	Não
1 - O problema de pesquisa está claro?		
2 - Os objetivos do estudo têm relação com a questão que está sendo estudada?		
3 - A metodologia está descrita com clareza e alcança os objetivos?		
4 - Os resultados são compatíveis com a metodologia e		

merecem credibilidade?		
O estudo foi incluso? () Sim () Não		
Assinatura do avaliador: _____		

Figura 3. Teste de relevância (Fonte: Azevedo, 2010, adaptado pelo pesquisador).

Após as escolhas dos juízes, foi calculado o índice de confiabilidade para que as escolhas tivessem um índice de confiabilidade.

Índice de confiabilidade (IC).

Para se chegar a um índice de confiabilidade entre os Juízes foi calculado $IC = A$ (concordância) $\times 100 \div A + D$ (discordância), segundo orienta Pereira e Bachion (2006). Para Pereira e Bachion (2006), a técnica de triangulação de pesquisadores tem como objetivo aumentar a probabilidade de que os resultados de um estudo sejam confiáveis. Para o autor, o índice de confiabilidade aceitável é $IC > 80\%$. A análise para os artigos foi realizada e entre os 64 artigos pré-selecionados, 56 foram selecionados por pelo menos dois juízes, obtendo deste modo o Índice de Confiabilidade (IC) de 87,5%, conforme a fórmula $[IC = 56 \times 100 = 5600 \div 56 + 8 = 87,5]$ $[IC = 56 \times 100 = 5600 \div 64 = 87,5]$.

Procedimento de Análise dos Artigos Selecionado pelos Juízes

Com a seleção dos artigos pelos juízes, as informações foram extraídas e organizadas em uma planilha eletrônica de Excel, sendo os artigos analisados em dois seguimentos: (a) caracterização das publicações como: termos de busca, idioma, ano/década, característica da população, sexo e idade dos participantes e método das pesquisas (classificação quanto à abordagem dos dados, classificação quanto aos objetivos, classificação quanto aos procedimentos técnicos); (b) análise crítica dos artigos: instrumentos com padronização, referem-se àqueles validados de acordo com os parâmetros científicos da área e sem padronização, envolve entrevistas e questionários construídos para uma determinada pesquisa, e que provavelmente não tinha sido testado ou validado cientificamente (Primi, 2010; Santos, Silveira, Oliveira, & Caiaffa, 2011).

Para a análise crítica dos artigos, foram considerados somente os instrumentos com padronização (validados na literatura da área), sendo estes analisados a partir de categorias que definem os diferentes tipos e finalidades dos instrumentos de avaliação de AASCAs, conforme mostra a Figura 4.

Instrumentos	Conceitos
Psicológico	Avalia personalidade, emoção, afeto e ansiedade.
Fisiológico	Avalia excitação fisiológica
Comportamental	Avalia condutas de natureza violenta, antissocial, sexual, experiências comportamentais sexuais infantis, habilidades sociais, além de história de agressão e comportamento assertivo ou de risco.
Cognitivo	Avalia inteligência, empatia e distorção cognitiva.

Figura 4. Quadro com as categorias dos instrumentos com padronização

Para apresentação da análise dos instrumentos de avaliação cognitiva, foram levantadas informações diversas, tais como: nome do instrumento, autor, item, ano de validação e ano da publicação, característica da amostra da população (sexo, amplitude de idade abordada nos estudos), além da propriedade psicométrica de cada instrumento. Alguns critérios foram estabelecidos para a apreciação dos estudos como confiabilidade e validade, tomando como norma as diretrizes descritas por Bem et al. (2011). Os dados foram apresentados em frequência absoluta e relativa representadas em tabelas, no padrão orientado pela APA (2012).

Resultado e Discussão

Caracterização das Publicações

O resultado da busca por descritores identificou um total de 1122 artigos, dos quais sete apresentavam como idioma o português e 1115, o inglês. Deste total, 928 estudos foram descartados por razões diversas (Figura 5).

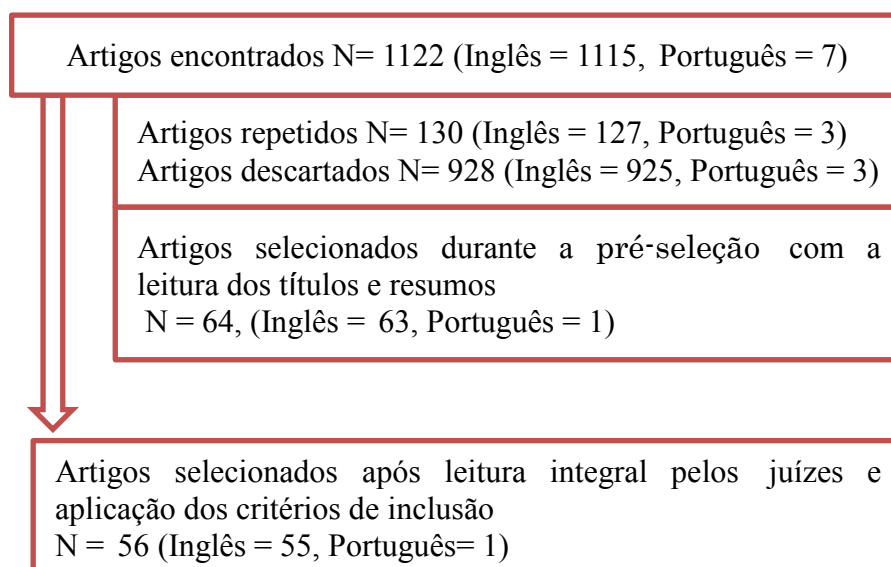


Figura 5. Diagrama da seleção dos artigos encontrados e triados

Uma variedade de temas foi identificada entre os 925 artigos descartados: estudos relacionados à vítima e que envolviam crianças/adolescentes e pessoas adultas 35,14% (325), seguidos de artigos teóricos/indisponíveis/escritos outros idiomas 296 (32%), além de investigações sobre transtornos parafilicos 156(16,9%), compreendendo pedofilia/zoofilia/doença mental, 64(6,9%), estudos midiáticos (cibernética), publicações sobre DST/orientação sexual 57(6,2%), homicídios e sequestros 11(1,2), entre outros 16(1,7%).

Para a caracterização das 56 publicações científicas incluídas neste estudo de revisão da literatura, foram organizados os dados por século e por ano da publicação em relação às demais variáveis como: idiomas, continente, artigos nacionais e internacionais, amplitude de idades consideradas nos estudos, contexto da agressão, abordagem do dado, classificação dos objetivos e classificação dos procedimentos técnicos (Tabela 4).

Tabela 4

Demonstrativo da caracterização da produção científica distribuídas por período

	Séc. XX até 1989		Séc. XX até 1999		Séc. XXI até 2013		Total	
	n	f	n	f	n	f	n	f
Idiomas								
Inglês	3	5,3	15	26,8	37	66,1	55	98,2
Português	-	-	-	-	1	1,8	1	1,8
Nacional/internacional								
Nacional	-	-	-	-	1	1,8	1	1,8
Internacional	3	5,3	15	26,8	37	66,1	55	98,2
Continentes								
América do Norte	2	3,5	10	17,9	26	46,4	38	67,9
América do Sul	-	-	-	-	1	1,8	1	1,8
Europa	1	1,8	5	9	7	12,5	13	23,2
Oceania	-	-	-	-	4	7,1	4	7,1
Faixa de idade								
Ampla (18-84 anos)	-	-	6	10,7	14	25	20	35,7
Média (25-50 anos)	2	3,5	3	5,3	15	26,7	20	35,7
Pequena (18-24 anos)	-	-	2	3,5	6	10,7	8	14,3
SI	1	1,8	4	7,1	3	5,3	8	14,3
Contexto da agressão								
Extrafamiliar	-	-	1	1,8	1	1,8	2	3,5
Intra/Extrafamiliar	2	3,5	10	17,8	31	55,3	43	76,9
Intrafamiliar	-	-	3	5,3	5	8,9	8	14,3
SI	1	1,8	1	1,8	1	1,8	3	5,3
Abordagem do dado								
Qualitativa	-	-	1	1,8	2	3,5	3	5,3
Quant/Qualitativa	-	-	2	3,5	2	3,5	4	7,2
Quantitativa	3	5,3	12	21,5	34	60,7	49	87,5
Class. Objetivos gerais								
Descritiva	3	5,3	12	5,3	36	64,3	51	91,2
Explicativa	-	-	2	3,5	1	1,8	3	5,3
Exploratória	-	-	1	1,8	1	1,8	2	3,5
Class. Procedimentos								
Técnicos								
Documental	-	-	4	7,2	13	23,2	17	30,3
Estudo de caso	-	-			1	1,8	1	1,8
Levantamento	3	5,3	11	19,6	24	42,8	38	67,9

SI: Sem informação, n: dados absolutos, f: dados relativos.

Na caracterização dos artigos escritos em inglês, nota-se que estes foram publicados na América do Norte e na Europa. A respeito das características da população pesquisada, o sexo masculino prevaleceu em 52 (92,8%) dos artigos revisados, tendo sido encontrados somente dois (3,6%) deles com foco exclusivamente na população feminina e

outros dois (3,6%) que envolveram tanto o sexo masculino quanto o feminino. Quanto à idade predominante nessa população, os estudos mostraram que esta variou de 25 e 50 anos (Tabela 4).

Ainda na caracterização do método das produções científicas, a abordagem quantitativa se sobressaiu em relação à qualitativa, seguindo a tendência há presença majoritária de pesquisas de natureza descritiva e com objetivos dirigidos à caracterização dessa população. Em razão disso, quanto à classificação dos procedimentos técnicos de pesquisa, os artigos revisados mostram que o levantamento/*survey* tornou possível a maior parte das caracterizações dessa população que foram examinadas, sobretudo a partir do século XXI.

Análise Crítica dos Artigos

Para a análise crítica dos artigos, os estudos foram divididos entre aqueles que utilizaram exclusivamente procedimentos de pesquisa documental, empírica ou método misto. No geral, verificou-se que 11 (19,6%) artigos procederam à coleta de dados exclusivamente em fontes documentais, como nos estudos de Langevin e Curnoe (2012) e Simons, Wurtele e Durham (2008), nove (16,1%) estudos que utilizaram dados mistos (envolvendo fontes documentais e estudos empíricos), como as pesquisas de Sanfeli e Di Antoni (2010) e Tardif, Auclair, Jacob e Carpentier (2005), 36 (64,3%) trabalhos científicos com dados coletados unicamente empíricos como os trabalhos de Jeglic, Mercado e Levenson (2012), Lussier, LeBlanc e Proulx (2005), e Michaud e Proulx (2009).

Os dados relatados nos estudos baseados em fontes documentais foram coletados majoritariamente em sistemas de informação de penitenciárias e serviço de polícia (Blasko, Jeglic e Mercado, 2011; Simons et al., 2008) ou órgãos da saúde (Langevin & Curnoe, 2012; Morgan, Brittain, & Welch, 2012), nos países onde foram realizadas as pesquisas. Os dados corroboram a literatura, conforme sinalizado por Huss (2011), que identificou que as

pesquisas com esta população geralmente ocorrem de informações advindas de arquivos de instituições que normalmente consistem de informações coletadas dos registros institucionais ou de entrevistas em situações em que a pessoa não estava sendo propriamente avaliada pelo estudo. Registros como os de saúde mental de hospital psiquiátrico, relatórios da condicional, fichas oficiais do governo que listam acusações e condenações e registros escolares são as fontes documentais mais comuns de informação das publicações internacionais (Huss, 2011).

Os artigos que utilizaram a coleta de dados exclusivamente documental foram descartados e a presente análise priorizou os instrumentos identificados nos artigos com método de coleta mista e exclusivamente empírica, que somaram 92 instrumentos no total. Destes, foram identificados 20 (21,7 %) instrumentos sem padronização e 72 (78,3%) instrumentos com padronização, como escalas, questionários e inventários validados cientificamente. Ao final, verificou-se que em 45 (80,36%) destes artigos foram mencionados 72 instrumentos validados para aplicação em pesquisas com AASCAs.

Entre os instrumentos levantados nos artigos revisados (N=72), nota-se que 24 (33,3%) eram de caráter psicológico, que avaliaram personalidade, emoção, ansiedade, estilo de apego; cinco (6,9 %) examinaram aspectos fisiológicos, a exemplo dos testes falométricos; 30 (41,7 %) investigaram dados comportamentais, mas, sobretudo a ocorrência de comportamento antissocial e condutas que levavam à reincidência ou à prática do ato sexual; e por fim, 13 (18,1%) averiguaram fatores cognitivos, tais como inteligência, empatia e distorção cognitiva. Comparativamente, foram encontrados menos instrumentos de avaliação cognitiva de AASCAs que os instrumentos de investigação psicológica e comportamental.

Desta forma, os temas centrais encontrados majoritariamente em pesquisas sobre a cognição dos AASCAs foram: inteligência, empatia e distorção cognitiva. Este dado corrobora a literatura, pois, para Huss (2011), as pesquisas que utilizaram instrumentos de

avaliação cognitiva para essa população são a maioria na literatura sobre o tema e concentram-se em três eixos principais: distorções cognitivas, empatia e fantasias sexuais.

Para a análise crítica dos instrumentos cognitivos, foram identificados nove artigos com 13 instrumentos de avaliação cognitiva, categorizados segundo os seus objetivos e apresentados na seguinte ordem: um instrumento de verificação do coeficiente de inteligência (QI); dois instrumentos de avaliação de empatia (E); e 10 instrumentos de identificação de distorção cognitiva (DC). As informações sobre as características dos instrumentos encontram-se na Tabela 5.

Tabela 5

Quadro demonstrativo com nome, autores, ano, item, objetivos dos instrumentos de avaliação cognitiva

Instrumento	Autor/Nº de itens no instrumento	Ano		Amostra/Sexo/Idade	Objetivo
		E	P		
Matrizes Progressivas de Raven	Raven (1956)/NI	1938	1986	71(PPT, ♂, NI)	Avaliar a estimativa de inteligência (coeficiente de inteligência)
Empat	McGrath, Cann, e Konopasky (1998)/ 18	1998	2008	112 (LC, ♂, 21-69)	Analisar o grau de empatia em relação às vítimas
General empathy-Interpersonal Reactivity Index	Davis (1980)/28	1980	1999	221 (C, ♂, MD 43.1)	Medir quatro componentes da empatia: perspectiva, preocupação empática, fantasia e angústia pessoal
Victim Empathy Scale	Beckett e Fisher (1994)/28	1994	1999	221 (C, ♂, MD 43.1)	Analisar os efeitos da agressão sexual sobre a vítima e as crenças acerca de como a vítima se sente
Attributional Dimension Scale (ADS)	Benson (1989)/16	1989	1994	26 (C, ♂, MD 42,9, DP 11,9)	Classificar atribuições geradas por um evento ou circunstância (controlabilidade, estabilidade, e globalidade)
Child Molester Scale (CMS)	McGrath, Cann, e Konopasky (1998)/ 126	1998	2008	112 (LC, ♂, 21-69)	Identificar distorções cognitivas e o uso de justificção para a relação sexual entre adulto-criança
Multiphasic Sex Inventory (MSI)	Nichols e Molinder (1984)/NI	1984	1994	155 (C, ♂, 18-60)	Analisar a responsabilidade por seus crimes e avaliar ideias sobre si mesmo e sobre os outros
Sex Offender Acceptance of Responsibility Scales (SOARS)	Peacock (2000)/53	2000	2012	198 (C, ♂, MD 45,08)	Analisar o grau em que os agressores assumem a responsabilidade pela agressão sexual
Comprehensive Inventory of Denial—Sex Offender Version (CID-SO)	Jung e Daniels (2012)/18	2012	2012	198 (C, ♂, MD 45,08)	Avaliar as distorções cognitivas de negação
Molest Scale	Bumby(1996) /38	1996	2012	198 (C, ♂, MD 45,08)	Caracterizar as distorções cognitivas sobre a agressão sexual infantil

Selected scales of the Hanson Sex Attitudes Questionnaire (HSAQ)	Hanson, Gizzarelli e Scott (1994)/9	1994	2012	198 (C, ♂, MD 45,08)	Analisar uma série de distorção cognitiva de agressão sexual infantil
Questionnaire on Attitudes Consistent with Sexual Offending (QACSO)	Lindsay, Whitefield e Carson (2007)/7	2007	2011	30 (C, ♂, NI)	Identificar e comparar os grupos medindo distorções cognitivas relacionadas a cada área de agressão.
Children and Sex Cognitions Scale	Beckett (1987) /15	1987	1999	221 (C, ♂, MD 43.1)	Analisar as distorções cognitivas sobre crianças e sua sexualidade e a congruência emocional das crianças

Nota. E=Elaborado; P=Publicado; C=Condenados; PPT=Pacientes no programa de tratamento; NI=Não informado, PC=Paciente Criminoso, LC=Liberdade Condicional.

Na Tabela 5 é possível perceber que os estudos que procuraram avaliar a cognição dos AASCAs foram os que utilizaram de forma mais frequente os instrumentos mencionados. Esse dado demonstra que estudos sobre cognição estão relativamente ascendendo, demonstrando uma tendência de crescimento, com maior concentração na década atual ou anterior. No entanto, o crescimento parece ser lento e gradual, como se percebe na análise destes dados: sete artigos publicados no século XX, cinco na década de 1990 e um artigo na década de 1980.

Outro aspecto que pode ser sinalizado para a discussão é quanto ao tamanho da amostra com essa população específica, principalmente por suscitar a discussão da dificuldade de acesso aos AASCAs, principalmente no caso de pesquisas realizadas no Brasil (Moura & Koller, 2010). A discussão sobre a importância do tamanho da amostra dos grupos específicos é necessária e, geralmente, deve ser realizada por uma amostra que contenha uma quantidade de indivíduos representativa da população estudada, pois é a partir da amostra que o padrão pode ser estabelecido e que os testes conseguem apresentar dados significativos de uma determinada população (Kline, 1986). Para esse autor, quando as amostras são menores, as normas devem ser usadas com cautela e mais esforços devem ser feitos para reunir as normas a partir de uma amostra maior. Um aspecto crucial na padronização de um teste é que a amostra da qual as normas são reunidas devam ser representativas da população para a qual o teste está sendo utilizada (Fisher et al., 1999), barreira esta ainda não superada, principalmente no cenário brasileiro.

Outro aspecto que envolve a discussão acerca dos instrumentos utilizados em pesquisas que avaliam as características/os fatores cognitivos são as medidas psicométricas. Estas medidas são fundamentais, uma vez que a psicometria procura explicar o sentido que têm as respostas dadas pelos participantes a uma série de itens (Pasquali, 2009). Deste modo,

duas medidas são consideradas fundamentais na avaliação dos instrumentos: a confiabilidade e a validade.

Confiabilidade e validade são duas propriedades de medida estreitamente relacionadas, desempenhando papéis complementares. A confiabilidade de consistência interna está relacionada à homogeneidade das respostas dos distintos avaliadores, enquanto a validade está associada ao grau de certeza que se tem sobre o conceito medido (Bem et al., 2011; Pasquali, 2009). Nesse sentido, foram adotados os seguintes valores: acima de 0,70 (consistência interna boa, com confiabilidade aceitável), acima de 0,80 (consistência interna satisfatória), e, finalmente, acima de 0,95, (consistência interna alta, com nível elevado de confiabilidade) (Pasquali, 2009).

Para delinear um quadro síntese de indicadores de apreciação dos instrumentos, seguiu-se a orientação apresentada por Paixão e Reichenheim (2006), que propõem a avaliação do histórico de cada instrumento, que eles denominam completeza. Assim, para avaliar os instrumentos reportados nas publicações revisadas neste artigo, deve-se considerar a completeza que inclui uma apreciação sobre o acúmulo e aprofundamento dos estudos de confiabilidade ou validade do instrumento na literatura.

A completeza pode ser resumida em três níveis: (a) Basal, considera-se quando há apenas uma descrição ou conceituação teórica sobre o instrumento no artigo, sendo inexistente qualquer estudo psicométrico ou quando o artigo não descreve, de forma clara, como o instrumento foi estudado no tocante às suas qualidades psicométricas; (b) Bom, quando o histórico psicométrico do instrumento é demonstrado no artigo oriundo de vários testes; (c) e Excelente, se todas as formas de avaliação de confiabilidade e validade descritas foram realizadas e descritas no artigo (Paixão & Reichenheim, 2006). Seguindo essa orientação, os instrumentos nos respectivos artigos selecionados foram avaliados conforme a sua completeza, os dados estão apresentados conforme a Tabela 6.

Tabela 6

Demonstrativo das propriedades psicométrica dos instrumentos de avaliação cognitiva

Instrumentos	Confiabilidade	α	Validade Completeza
Matrizes Progressivas de Raven	NI	NI	Basal
Empat	Alta	0,90	Basal
General empathy-Interpersonal Reactivity Index	NI	NI	Basal
Victim Empathy Distortion Scale	Alta	0,90	Basal
Child Molester Scale (CMS)	Aceitável	0,65	Basal
Attributional Dimension Scale (ADS)	NI	NI	Basal
Multiphasic Sex Inventory (MSI)	NI	NI	Basal
Sex Offender Acceptance of Responsibility Scales (SOARS)	Satisfatória	0,69	Bom
Comprehensive Inventory of Denial Sex Offender Version (CID-SO)	Alta	0,91	Bom
Molest Scale	Alta	0,95	Bom
Selected scales of the Hanson Sex Attitudes Questionnaire (HSAQ)	Alta	0,92	Bom
Questionnaire on Attitudes Consistent with Sexual Offending (QACSO)	Boa	NI	Basal
Children and Sex Cognitions Scale	Alta	0,90	Bom

Nota. NI: Não informado.

Os dados demonstram que nove dos 13 instrumentos incluídos no estudo têm o índice de confiabilidade apresentados nos artigos e que, destes, seis apresentam uma alta confiabilidade. Quanto à validade do instrumento, cinco estudos não deixam claros os dados sobre as análises psicométricas, ou seja, os artigos não descreveram os estudos correspondentes de forma objetiva, nem informaram como o instrumento foi estudado no tocante às suas qualidades psicométricas, fazendo somente uma descrição ou conceituação teórica sobre o instrumento.

As análises das medidas psicométricas dos instrumentos de avaliação cognitiva utilizados nos estudos de AASCAs levantam a discussão sobre o quanto um teste psicológico pode ter poder ou força para avaliar determinado indivíduo. Deve haver algum padrão pelo qual se possa fazer um julgamento sobre o resultado válido após a aplicação do teste em um indivíduo. Desse modo, é preciso verificar as pontuações encontradas em uma amostra de grupos considerados normais para ser possível, na sequência, calcular o quanto determinado

indivíduo se desvia da pontuação esperada. Uma das dificuldades na utilização de muitos testes é que, comumente, estão ausentes normas apropriadas para orientar o procedimento de comparação dos escores obtidos pelo grupo controle e pelo grupo pesquisado, tornando plausível a razão pela qual o teste está sendo utilizado.

Muitas das medidas usadas com AASCAs, por exemplo, têm normas obtidas em amostras de estudantes universitários na América do Norte, conforme os estudos analisados (Briere & Runtz, 1989; Carvalho & Nobre, 2013). Além do problema em usar os estudantes universitários como uma amostra do grupo controle, os dados que são analisados são elaborados principalmente a partir de uma determinada classe social, e representam um grupo de jovens de faixa de idade estreita. Além deste aspecto, há a problemática das diferenças culturais que podem provocar variação nos resultados do teste e, portanto, pode ser inadequado comparar indivíduos de uma cultura com os de outra (Fisher et al., 1999).

Afora este aspecto, tem particular importância a recomendação de que sejam produzidos dados normativos sobre medidas relacionadas com o autor de agressão sexual devido à ênfase dada por aqueles que trabalham com essa população, principalmente sobre os traços considerados como sendo características de muitos AASCAs em contextos diversos.

Considerações Finais

A análise dos artigos selecionados para compor esta revisão de literatura indica que este é um tema que vem ganhando notoriedade no meio científico e que a literatura sobre as razões para a ocorrência da agressão sexual de criança e adolescente amplia-se década após década. O que parece ser reduzido em termos de publicação científica é a preocupação com temas que enfocam o autor de agressão sexual, pois a ênfase são trabalhos com as vítimas. Além disso, os dados dos artigos selecionados demonstraram que a concentração da publicação é internacional, especificamente na América do Norte, mas, sobretudo em revistas especializadas e tendo maior volume de publicação a partir do século XXI.

Quanto aos dados sobre a população pesquisada e ao método de pesquisa, os estudos se concentram no sexo masculino, em abordagem de dados descritos e sua classificação conforme os objetivos gerais tem ênfase em pesquisas quantitativas. Na análise crítica dos artigos, os resultados demonstraram que os estudos estão apoiados em dados empíricos.

A análise das características gerais dos instrumentos sinalizou que a ênfase encontra-se em instrumentos que realizam algum tipo de avaliação comportamental e/ou psicológica. Além disso, avaliando os resultados gerados pelos instrumentos de avaliação cognitiva, identificou-se que, apesar de ser uma preocupação relativamente nova e atual, há diversas escalas que se propõem a avaliar os aspectos cognitivos e com ênfase nas distorções cognitivas. Apesar de os instrumentos acerca da distorção cognitiva serem a maioria entre os instrumentos de avaliação, precisam ainda ser mais bem explicitados em termos de sua capacidade psicométrica e quanto à sua completeza.

Este estudo de revisão sistemática de literatura atingiu sua finalidade, uma vez que levantou nove estudos que tiveram como objetivo proceder à avaliação cognitiva de AASCAs, sinalizando e diferenciando os instrumentos guiados por seus objetivos. Os estudos revisados relataram o uso de 13 instrumentos padronizados com o intuito de avaliar aspectos da cognição de AASCAs. Ao todo, foram nove artigos, cuja meta foi estudar o quociente de inteligência, a empatia e a distorção cognitiva.

Ressalta-se ainda que a empatia é um aspecto que necessita ser avaliado nas pesquisas com AASCAs, sendo um construto que carece ser aperfeiçoado, principalmente na elaboração e validação dos instrumentos. No estudo que avaliou medidas como empatia, por exemplo, foram encontrados dois instrumentos associados à presença de outros destinados à verificação de distorção cognitiva. Os instrumentos de distorção cognitiva, apesar de ser a maioria, ainda requerem, sobretudo, no cenário brasileiro, procedimento de validação e um direcionamento para uso em estudos empíricos capazes de satisfazer a condição contextual, ou seja, que

possam ser capazes de avaliar indivíduos de uma determinada cultura, considerando os fatores culturais, sociais e biológicos.

Especificamente sobre essa perspectiva, esta revisão sistemática da literatura sinaliza a necessidade de realizar estudos, particularmente no Brasil, que possam dedicar-se à validação de instrumentos que sejam aplicáveis e sensíveis à realidade brasileira, com a finalidade de produzir um conhecimento científico legítimo e atento aos parâmetros nacionais e regionais, permitindo ajudar a estudar essa problemática de forma mais completa e contextualizada. Recentemente, uma revisão de literatura concluiu que são necessários mais estudos sobre avaliação neuropsicológica, cujos achados possam integrar fatores neuroquímicos, estruturais, genéticos e psiquiátricos sobre os AASCAs. Os autores reforçam, ainda, a necessidade de pesquisa em nosso meio, o que permite privilegiar aspectos culturais locais (Gosling & Abdo, 2011).

Quanto às contribuições deste estudo de revisão sistemática da literatura, além de conhecer os instrumentos que vêm sendo utilizados, ajudam a compreender e expandir o conhecimento sobre a cognição voltado para a teoria e prática clínica. Em termos de contribuição teórica, sugere-se o aperfeiçoamento da utilização dos instrumentos para aferir sobre a condição cognitiva do autor de agressão sexual e a consolidação de um construto teórico.

Ainda dentro da discussão de pesquisas futuras, propõe-se que estudos qualitativos sejam realizados para ajudar na discussão das distorções cognitivas, uma vez que foram identificados poucos estudos com tais características (Brown et al., 2013). Os dados qualitativos a partir dos relatos dos AASCAs vão ao encontro da prática clínica psicológica, muito além da pesquisa quantitativa, pois podem promover a percepção e o entendimento da agressão sexual, fomentando a reflexão.

Ainda em termos da contribuição prática, a Revisão Sistemática aplicada à prática promove e fomenta a discussão dos instrumentos, servindo para despertar o interesse de uma nova forma de avaliar esta população, sobretudo na prática clínica e/ou nos centros de recuperação onde está concentrada esta população.

Como limitação desta pesquisa, levanta-se a busca por descritores mais fechados, envolvendo palavras chave como avaliação, instrumentos, aspecto este não considerado nesta revisão sistemática da literatura. Somado a esta limitação apresenta-se outra, a busca em mais de uma base de dados como PubMed, MEDLINE, EMBASE e LILACS, SCISEARCH, Registro Cochrane de ensaios clínicos, procedimento não realizado nesta pesquisa.

Finalmente, conclui-se que esta revisão sistemática contribui para aprofundar os conhecimentos sobre os instrumentos de avaliação cognitiva com a perspectiva de que novas pesquisas possam aprofundar e consolidar um conhecimento que necessita cada vez mais de novos olhares, especialmente para estudos contextualizados, considerando realidades culturais distintas.

Referências

Referências precedidas de um asterisco indicam estudos incluídos na RLS.

*Abel, G. G., Wiegel, M., Jordan, A., Harlow, N., Hsu, Y.S., & Martinez. M. (2012).

Development and validation of classification models to identify hidden Child molesters applying to child service organizations. *Children and Youth Services Review*, 34(7), 1378-1389. doi: 10.1016/j.childyouth.2012.03.017

*Avery-Clark, C. A., & Laws, D. R. (1984). Differential erection response patterns of sexual child abusers to stimuli describing activities with children. *Behavior Therapy*, 15(1), 71-83. doi: 10.1016/S0005-7894(84)80042-8

Azevedo, R. S. (2010). *Sobrecarga do cuidador informal da pessoa idosa frágil: uma revisão sistemática* (Dissertação de Mestrado). Retirada de <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/GCPA-8D9LAL>

- Bartels, R. M., & Gannon, T. A. (2011). Understanding the sexual fantasies of sex offenders and their correlates. *Aggression and Violent Behavior*, 16(6), 551-561. doi: 10.1016/j.avb.2011.08.002
- *Beggs, S. M., & Grace, R. C. (2010). Assessment of dynamic risk factors: an independent validation study of the violence risk scale: sexual offender version. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 22(2), 234-251. doi: 10.1177/1079063210369014
- *Beggs, S. M., & Grace, R. C. (2011). Treatment gain for sexual offenders against children predicts reduced recidivism: a comparative validity study. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 79(2), 182-192. doi: 10.1037/a0022900.
- Bem, A. B., Lanzer, E. A., Filho, E. T., Sanchez, O. P., & Junior, P. B. (2011). Validade e confiabilidade de instrumento de avaliação da docência sob a ótica dos modelos de equação estrutural. *Avaliação*, 16 (2), 375-401. doi: org/10.1590/S1414-40772011000200008
- *Blasko, B. L., Jeglic, E. L., & Mercado, C. C. (2011). Are actuarial risk data used to make determinations of sex offender risk classification? An examination of sex offenders selected for enhanced registration and notification. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 55(5), 676-692. doi: 10.1177/0306624X10372784
- Briere, J., & Runtz, M. (1989). University males' sexual interest in children: predicting potential indices of pedophilia in a nonforensic sample. *Child Abuse & Neglect*, 13(2), 65-75. doi: 10.1016/0145-2134(89)90030-6
- *Briggs, F., & Hawkins, R. M. F. (1996). A comparison of the childhood experiences of convicted male child molesters and men who were sexually abused in childhood and claimed to be nonoffenders. *Child Abuse & Neglect*, 20(3), 221-233. doi: 10.1016/S0145-2134(95)00145-X

- Brown, S. J., Walker, K., Gannon, T. A., & Keown, K. (2013). Creating a psychologically comfortable position: The link between empathy and cognitions in sex offenders. *Journal of Sexual Aggression*, 19(3), 275-294. doi: 10.1080/13552600.2012.747223
- Burn, M. F., & Brown, S. (2006). A review of the cognitive distortions in child sex offenders: An examination of the motivations and mechanisms that underlie the justification for abuse. *Aggression and Violent Behavior*, 11(3), 225-236. doi: 10.1016/j.avb.2005.08.002
- *Butler, L., Delahunty, J. G., & Lulham, R. (2012). Effectiveness of pretrial community-based diversion in reducing reoffending by adult intrafamilial child sex offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 39(4), 493-513. doi: 10.1177/0093854811433675
- Camargo, M. E. M., Fortes, M., & Calabrez, I. E. (2011). Perfil psicológico do ofensor sexual. *Revista Criminológica e Ciências Penitenciárias*, 1(02), 2-13. Retirado de file:///C:/Users/Daniela/OneDrive/30-126-1-PB.pdf
- *Carvalho, J., & Nobre, P. (2013). Dynamic factors of sexual aggression: the role of affect and Impulsiveness. *Criminal Justice and Behavior*, 40(4), 376-387. doi: 10.1177/0093854812451682
- Colson, M. H., Boyer, L., Baumstarck, K., & Loundou, A. D. (2013). Female sex offenders: A challenge to certain paradigms-Meta-analysis. *Sexologies*, 22 (4), 109-117. doi:10.1016/j.sexol.2013.05.002
- *Danni, K. A., & Hampe, G. D. (2000). An Analysis of predictors of child sex offender types using presentence investigation reports. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 44(4), 490-504. doi: 10.1177/0306624X00444007
- *Eher, R., Wolfgang, N. W., Fruehwald, S., & Frottier, P. (2003). Sexualization and lifestyle impulsivity: clinically valid discriminator in sexual offenders. *International Journal of*

- Offender Therapy and Comparative Criminology*, 47(4), 452-467. doi: 10.1177/0306624X03253844
- Eisenberg, Z. (2015). O desenvolvimento de conceitos na cognição e na linguagem. *Fractal: Revista de Psicologia*, 27(1), 74-77. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1361>
- *Elliott, M., Browne, K., & Kilcoyne, J. (1995). Child sexual abuse prevention: what offenders tell us. *Child Abuse & Neglect*, 19(5), 579-594. doi: 10.1016/0145-(95)00017-3
- *Farmer, M., Beech, A. R., & Ward, T. (2012). Assessing desistance in child molesters: a qualitative analysis. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(5), 930-950. doi: 10.1177/0886260511423255
- Felipe, J. (2006). Afinal, quem é mesmo pedófilo? *Cadernos Pagu*, (26), 201-223. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30391.pdf>
- *Fisher, D., Beech, A., & Browne, K. (1999). Comparison of sex offenders to nonoffenders on selected psychological measures. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 43(4), 473-491. doi: 10.1177/0306624X99434006
- *Fon, C., Hudson, S. M., McCormack, J., & Ward, T. (1998). A descriptive model of dysfunctional cognitions in child molesters. *Journal of Interpersonal Violence*, 13(1), 129-155. doi: 10.1177/088626098013001008
- Gannon, T. A., Ward, T., & Collie, R. (2007). Cognitive distortions in child molesters: Theoretical and research developments over the past two decades. *Aggression and Violent Behavior*, 12(4), 402-416. doi:10.1016/j.avb.2006.09.005
- Gannon, T., & Alleyne, E. K. A. (2013). Female sexual abusers' cognition. *Trauma, Violence, & Abuse*, 14(1), 67-79. doi: 10.1177/1524838012462245
- *Giotakosa, O., Markianos, M., Vaidakis, N., & Christodoulou, G. N. (2004). Sex hormones and biogenic amine turnover of sex offenders in relation to their temperament and

- character dimensions. *Psychiatry Research*, 127(3), 185-193. doi: 10.1016/j.psychres.2003.06.003
- Gmür, C., & Singh, J. P. (2014). Reporting quality of the sex offender risk assessment literature: a systematic review. *Sexual Offender Treatment*, 9(2), 1-14. Retirado de: <http://www.sexual-offender-treatment.org/index.php?id=135&type=123>
- Gooren, L. J. (2011). Androgens and male aging: current evidence of safety and efficacy. *Asian Journal of Andrology*, 12(2), 136-151. doi: 10.1038/aja.2010.4
- Gosling, F. J., & Abdo, C. H. N. (2011). Abuso sexual na infância e desenvolvimento da pedofilia: revisão narrativa da literatura. *Diagnóstico e Tratamento*, 16(3), 128-31. Retirado de <http://files.bvs.br/upload/S/1413-9979/2011/v16n3/a2414.pdf>
- *Grady, M. D., Edwards, D., Davis, C. P., & Abramson, J. (2012). Does volunteering for sex offender treatment matter? Using propensity score analysis to understand the effects of volunteerism and treatment on recidivism. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 25(4), 319-346. doi: 10.1177/1079063212459085
- *Grattagliano, I., Owens, J. N., Morton, R. J., Campobasso, C. P., Carabellese, F., & Catanesi, R. (2012). Female sexual offenders: five Italian case studies. *Aggression and Violent Behavior*, 17(3), 180-187. doi: 10.1016/j.avb.2012.01.001
- *Haapasalo, J., & Kankkonen, M. (1997). Self-reported childhood abuse among sex and violent offenders. *Archives of Sexual Behavior*, 26(4), 421-431. doi: 10.1023/A:1024543402906
- *Hall, G. C. N., Maiuro, R. D. M., Vitaliano, P. P., & Proctor, W. C. (1986). The Utility of the MMPI With Men Who Have Sexually Assaulted Children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 54(4), 493-496. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/0022-006X.54.4.493>

- *Hanson, R. K., & Thornton, D. (2000). Improving risk assessments for sex offenders: a comparison of three actuarial scales. *Law and Human Behavior*, 24(1), 119-136. doi: 10.1023/A:1005482921333
- *Harris, G. T., Rice, M. E., Quinsey, V. L., Lalumière, M. L., Boer, D., & Lang, C. (2003). A Multisite comparison of actuarial risk instruments for sex offenders. *Psychological Assessment*, 15(3), 413-425. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/1040-3590.15.3.413>
- *Haywood, T. W., Grossman, L. S., & Cavanaugh, L. (1990). Subjective versus objective measurements of deviant sexual arousal in clinical evaluations of alleged child molesters. *Psychological Assessment: A Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 2(3), 269-275. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/1040-3590.2.3.269>
- *Haywood, T. W., Kravitz, H. M., Grossman, L. S., Wasyliw, O. E., & Hardy, D. W. (1996). Psychological aspects of sexual functioning among cleric and noncleric alleged sex offenders. *Child Abuse & Neglect*, 20(6), 527-536. doi: 10.1016/0145-2134(96)00034-8
- *Haywood, T. W., Kravitz, H. M., Wasyliw, O. E., Goldberg, J., & Cavanaugh, J. L. (1996). Cycle of abuse and psychopathology in cleric and noncleric molesters of children and adolescents. *Child Abuse & Neglect*, 20(12), 1233-1243. doi: 10.1016/S0145-2134(96)00118-4
- *Hoke, S. E., McGrath, R. J., & Vojtisek, J. E. (1998). Cognitive-behavioral treatment of sex offenders: a treatment comparison and long-term follow-up study. *Criminal Justice and Behavior*, 25(2), 203-225. doi: 10.1177/0093854898025002004
- Huss, M. T. (2011). *Psicologia Forense: Pesquisa, Prática Clínica e Aplicações*. Porto Alegre: Artmed.
- *Jeglic, E. L., Mercado, C. C., & Levenson, J. S. (2012). The prevalence and correlates of depression and hopelessness among sex offenders subject to community notification

- and residence restriction legislation. *American Journal of Criminal Justice*, 37(1), 46-59. doi: 10.1007/s12103-010-9096-9
- Kline, P. (1986). *A handbook of test construction: Introduction to psychometric design*. Methuen: New York.
- Vanhoeck, K., Daele, E. V., & Gykiere, K. (2011). Fantasy management in sex offender treatment sexual offender treatment. *Sexual Offender Treatment*, 6(1), 1-15. Retirado de: <http://www.sexual-offender-treatment.org/index.php?id=94&type=123>
- *Lambie, I., & Stewart, M. W. (2012). Community solutions for the community's problem: An Evaluation of three New Zealand community-based treatment programs for child sexual offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 56(7), 1022-1036. doi: 10.1177/0306624X11420099
- *Langevin, R., & Curnoe, S. (2012). Lifetime criminal history of sex offenders seen for psychological assessment in Five decades. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 56 (7), 997-1021. doi: 10.1177/0306624X11420084
- Lindsay, W. R., Michie, A. M., Steptoe, L., Moore, F., & Haut, F. (2011). Comparing offenders against women and offenders against children on treatment outcome in offenders with intellectual disability. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, 24(4), 361-369. doi: 10.1111/j.1468- 148.2010.00615.x
- Loeber, R., & Ahonen, L. (2014). What are the policy implications of our knowledge on serious, violent, and chronic offenders? *American Society of Criminology*, 13(1), 1-9. doi:10.1111/1745-9133.12072
- *Lussier, P., Bouchard, M., & Beauregard, E. (2011). Patterns of criminal achievement in sexual offending: unraveling the “successful” sex offender. *Journal of Criminal Justice*, 39(5), 433-444. doi: 10.1016/j.jcrimjus.2011.08.001

- *Lussier, P., LeBlanc, M., & Proulx, J. J. (2005). The generality of criminal behavior: a confirmatory factor analysis of the criminal activity of sex offenders in adulthood. *Journal of Criminal Justice*, 33, 177-189. doi: 10.1016/j.jcrimjus.2004.12.009
- *Mailloux, D. L., Abracen, J., Serin, R., Cousineau, C., Malcolm, B., & Looman, J. (2003). Dosage of treatment to sexual offenders: are we overprescribing? *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 47(2), 171-184. doi: 10.1177/0306624X03251096
- *Mair, K. J. (1993). The nature of the act; a neglected dimension in the classification of sex offenders. *British Journal of Criminology*, 33(2), 267-275. Retirado de <http://bjc.oxfordjournals.org/content/33/2/267.full.pdf+html>
- *Marques, J., Nelson, C., West, M. A., & Day, D. M. (1994). The relationship between treatment goals and recidivism among child molesters. *Journal Behavior and Therapy*, 32(5), 577-588. doi: 10.1016/0005-7967(94)90148-1
- *Marsa, F., O'Reilly, G., Carr, A., Murphy, P., O'sullivan, M., Cotter, A., & Hevey, D. (2004). Attachment styles and psychological profiles of child sex offenders in Ireland. *Journal of Interpersonal Violence*, 19(2), 228-251. doi: 10.1177/0886260503260328
- *Marshall, W. L., Barbaree, H. E., & Christoph, D. (1986). Sexual offenders against female children: Sexual preferences for age of victims and type of Behaviors. *Canadina Journal of Behavioral Science*, 18(4), 424-439. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/h0079966>
- Marshall, W. L., Marshall, L. E., Serran, G. A., & O'Brien, M. D. (2009). Self-esteem, shame, cognitive distortions and empathy in sexual offenders: their integration and treatment implications, *Psychology, Crime & Law*, 15, (3), 217-234. doi: 10.1080/10683160802190947
- Marshall, W., Hudson, S. M., Jones, R., & Fernandez, Y. M. (1995). Empathy in sex offenders. *Clinical Psychology Review*, 15(2), 99-113. doi: 0272-7358/95

- Marunna, S., & Mann, R. E. (2006). A fundamental attribution error? Rethinking cognitive distortions. *Legal and Criminological Psychology*, 11(2), 155-177. doi:10.1348/135532506X114608
- *McGrath, R. J., Lasher, M. P., & Cumming, G. F. (2012). The sex offender treatment intervention and progress scale (SOTIPS): Psychometric properties and incremental predictive validity with Static-99R. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 24(5), 431-458. doi: 10.1177/1079063211432475
- *Michaud, P., & Proulx, J. (2009). Penile-response profiles of sexual aggressors during phallometric testing. *Sexual abuse: A Journal of Research and Treatment*, 21(3), 308-334. doi: 10.1177/1079063209342073
- Miller, K., & Vernon, M. (2003). Deaf sex offenders in a prison population. *Journal of Deaf Studies and Deaf Education*, 8(3), 357-362. doi: 10.1093/deafed/eng011
- *Miner, M. H., West, M. A., & Day, D.M. (1995). Sexual preference for child and aggressive stimuli: Comparison of rapists and child molesters using auditory and visual stimuli. *Behavior Research and Therapy*, 33(5), 545-551. doi: 10.1016/0005-7967(94)00071-Q
- Miranda, R. M., & Espírito-Santo, E. (2010). Abordagem neuropsicológica do abuso sexual: conhecendo o que está por trás do predomínio de gênero do abusador. *Revista Saúde e Desenvolvimento*, 1(1), 86-106. Retirado de [file: http://C:/Users/Daniela/OneDrive/76-225-1-SM.pdf](http://C:/Users/Daniela/OneDrive/76-225-1-SM.pdf)
- *Morgan, L., Brittain, B., & Welch, J. (2012). Multiple perpetrator sexual assault: how does it differ from assault by a single perpetrator? *Journal of Interpersonal Violence*, 27(12), 2415-2436. doi: 10.1177/0886260511433514
- Moura, A. S., & Koller, S. H. (2008). A criança na visão de homens acusados de abuso sexual: um estudo sobre distorções cognitivas. *Psico-USF*, 13(1), 85-94. Retirado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=401036068011>

- Moura, A. S., & Koller, S. H. (2010). Expressões de empatia em homens acusados de abuso sexual infantil. *Psico*, 41(2), 184-191. Retirado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/5347>
- Myers, W. C., Chan, H. C., Vo, E. J., & Lazarou, E. (2010). Sexual sadism, psychopathy, and recidivism in juvenile sexual murderers. *Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling*, 7(1), 49-58. doi: 10.1002/jip.113
- Nezu, C. M., Greenberg, F., & Nezu, A. M. (2005). Cognitive behavioral assessments and treatment for sex offenders with intellectual disability. *International Journal of Behavioral Consultation and Therapy*. 1(3), 191-203. doi: 10.1037/h0100744
- Noronha, A. P. P., Prime, R., & Alchieri, J. C. (2005). Instrumentos de avaliação mais conhecidos /Utilizados por Psicólogos e estudantes de Psicologia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), 390-401. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/prc/v18n3/a13v18n3.pdf>
- *Nunes, K. L., & Jung, S. (2012). Are cognitive distortions associated with denial and Minimization among sex offenders? *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 25(2), 166-188. doi: 10.1177/1079063212453941
- Paixão, C. M. Jr., & Reichenheim, M. E. (2006). Uma revisão sobre instrumentos de rastreamento de violência doméstica contra o idoso. *Caderno de Saúde Pública*, 22(6), 1137-1149. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n6/03.pdf>
- Pasquali, L. (2009). Psicometria. *Revista da Escola de Enfermagem*, 43(nº. especial), 992-999. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342009000500002>
- Pereira, Â. L., & Bachion, M. M. (2006). Atualidades em revisão sistemática de literatura, critérios de força e grau de recomendação de evidência. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 27(4), 491-498. Retirado de <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/RevistaGauchadeEnfermagem/index>

- Piquero, A. R., Jennings, W. G., Diamond, B., & Reingle, J. M. (2015). A systematic review of age, sex, ethnicity, and race as predictors of violent recidivism. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 59(1), 5-26. doi: 10.1177/0306624X13514733
- *Porter, S., Fairweather, D., Drugge, F., Hervé, H., Birt., & Boer, D. P. (2000). Profiles of psychopathy in incarcerated sexual offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 27(2), 216-233. doi: 10.1177/0093854800027002005
- Porter, S., Newman, E., Tansey, L., & Quayle, E. (2015). Sex offending and social anxiety: A systematic review. *Aggression and Violent Behavior*, 24, 42-60. doi: 10.1016/j.avb.2015.04.005
- *Prentky, R. A., Lee, A. E. S., Knight, R. A., & Cerce, D. (1997). Recidivism rates among child molesters and rapists: a methodological analysis. *Law and Human Behavior*, 21(6), 635-659. doi: <http://dx.doi.org/10.1023/A:1024860714738>
- Primi, R. (2010). Avaliação Psicológica no Brasil: Fundamentos, situação atual e direções para o futuro. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (nº. especial), 25-35: doi: 10.1590/S0102-37722010000500003.
- *Rebocho, M. F., & Gonçalves, R. A. (2012). Sexual predators and prey: A comparative study of the hunting behavior of rapists and child molesters. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(14), 2770-2789. doi: 10.1177/0886260512438280
- Reis, D. C., Barros, A. A. S., & Cavalcante, L. I. (2015). Agressor sexual de crianças e adolescentes: uma revisão sistemática da literatura. *Revista em Psicologia*. Retirado de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/5221>
- *Rice, M. E., & Harris, G. T. (2002). Men who molest their sexually immature daughters: is a special explanation required? *Journal of Abnormal Psychology*, 111(2), 329-339. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/0021-843X.111.2.329>

- Robertiello, G., & Terry, K., J. (2007). Can we profile sex offenders? A review of sex offender typologies. *Aggression and Violent Behavior*, 12(5), 508-518.
doi:10.1016/j.avb.2007.02.010
- Rossegger, A., Gerth, J., Seewald, K., Urbaniok, F., Singh, J. P., & Endrass, J. (2013). Current obstacles in replicating risk assessment findings: A systematic review of commonly used actuarial instruments. *Behavioral Sciences & the Law*, 31(1), 154 -164.
doi: 10.1002/bsl.2044
- Sampaio, R. F., & Mancini, M. C. (2007). Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 11(1), 83-89. Retirado de <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online>
- Sancovschi, B., & Kastrup, V. (2013). Práticas de estudo contemporâneas e a aprendizagem da Atenção. *Psicologia & Sociedade*, 25(1), 193-202. doi: org/10.1590/S0102-71822013000100021
- *Sanfelice, M. M., & De Antoni, C. (2010). A Percepção do abusador sexual sobre a (sua) sexualidade. *Interamerican Journal of Psychology*, 44(1), 131-139. Retirado de <http://www.psycorip.org/Resumos/PerP/RIP/RIP041a5/RIP04414.pdf>
- Santos, J. D. P., Silveira, D. V., Oliveira, D. F., & Caiaffa, W. T. (2011). Instrumentos para avaliação do tabagismo: uma revisão sistemática. *Ciência e Saúde Coletiva*, 6(12), 4707-4720. doi:10.1590/S1413-81232011001300020
- *Schneck, M. M., Bowers, T. G., & Turkson, M. A. (2012). Sex-role orientation and attachment styles of sex offenders. *Psychological Reports*, 110(2), 624-638. doi: 10.2466/02.09.16.21.PR0.110.2.624-638
- *Simons, D. A., Wurtele, S. K., & Durham, R. L. (2008). Developmental experiences of child sexual abusers and rapists. *Child Abuse & Neglect*, 32(5), 549-560. doi: 10.1016/j.chiabu.2007.03.027

- Suehiro, A. C., Benfica, T. S., & Cardim, N. A. (2015). Avaliação cognitiva infantil nos periódicos científicos brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31(1), 25-32. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-37722015011755025032>
- *Tardif, M., Auclair, N., Jacob, M., & Carpentier, J. (2005). Sexual abuse perpetrated by adult and juvenile females: an ultimate attempt to resolve a conflict associated with maternal identity. *Child Abuse & Neglect*, 29(2), 153-167. doi: 10.1016/j.chiabu.2004.05.006
- *Tewksbury, R., Jennings, W. G., & Zgoba, K. M (2012). A longitudinal examination of sex offender recidivism prior to and following the implementation of SORN. *Behavioral Sciences and the Law*, 30(3), 308-328. doi: 10.1002/bsl.1009
- Thakker, J., & Gannon, T. (2010). Rape treatment: An overview of current knowledge. *Behaviour Change*, 27(04), 227-250. doi: 10.1375/bech.27.4.227
- Tharp, A. T., DeGue, S., Valle, L. A., Brookmeyer, K. A., Massetti, G. M., & Matjasko, J. L. (2012). A Systematic qualitative review of risk and protective factors for sexual violence perpetration. *Trauma, Violence, & Abuse*, 14(2), 133-167. doi: 10.1177/1524838012470031
- *Thomas, S. T., Phillips, K., Carlson, K., Shieh, E., Kirkwood, E., Cabage, L., & JulieWorley, J. (2013). Childhood experiences of perpetrators of child sexual abuse. *Perspectives in Psychiatric Care*, 49(3), 187-201. doi: 10.1111/j.1744-6163.2012.00349.x
- Tierney, D. W., & McCabe, M. (2002). Motivation for behavior change among sex offenders: A review of the literature. *Clinical Psychology Review*, 22(1), 113-129. doi: 10.1016/S0272-7358(01)00084-8

- *Titcomb, C., Delahunt, J. G., & Puiseau, B. W. (2012). Pretrial diversion for intrafamilial child sexual offending does biological paternity matter? *Criminal Justice and Behavior*, 39(4), 552-570. doi: 10.1177/0093854811433678
- Tully, R., Kevin, J., & Browne, K. D. (2015). Appraising the Risk Matrix 2000 Static sex offender risk assessment tool. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 59(2) 211-224. doi: 10.1177/0306624X13508928
- Valença, A. M., Nascimento, I., & Nardi, A. E. (2013). Relationship between sexual offences and mental and developmental disorders: a review. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 40(3), 97-104. doi:10.1590/S0101-60832013000300004
- *Walters, G. D., Deming, A., & Elliott, W. N. (2009). Assessing criminal thinking in male sex offenders with the psychological inventory of criminal thinking styles. *Criminal Justice and Behavior*, 36(10), 1025-1036. doi: 10.1177/0093854809342200
- Ward, T. (2000). Sexual offenders' cognitive distortions as implicit theories. *Aggression and Violent Behavior*, 5(5), 491-507. doi: 10.1016/S1359-1789(98)00036-6
- Ward, T., & Durrant, R. (2013). Altruism, empathy, and sex offender treatment. *International Journal of Behavioral Consultation and Therapy*, 8(3), 66-71. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/h0100986>
- *Ward, T., Hudson, S. M., & Marshall, W. L. (1994). The abstinence violation effect in child molesters. *Behavioral Research and Therapy*, 32(4), 431-437. doi: 10.1016/0005-7967(94)90006-X
- *Weeks, R., & Widom, C. S. (1998). Self-reports of early childhood victimization among incarcerated adult male felons. *Journal of Interpersonal Violence*, 13(3), 346-361. doi: 10.1177/088626098013003003

*Wood, E., & Riggs, S. (2008). Predictors of child molestation adult attachment, cognitive distortions, and empathy. *Journal of Interpersonal Violence*, 23(2), 259-275. doi: 10.1177/0886260507309344

Woodworth, M., Freimuth, T., Hutton, E. L., Carpenter, T., Agar, A. D., & Logan, M. (2013). High-risk sexual offenders: an examination of sexual fantasy, sexual paraphilia, psychopathy, and offence characteristics. *International Journal of Law and Psychiatry*, 36(2), 144-156. doi: 10.1016/j.ijlp.2013.01.007

Estudo III. Revisão da Literatura Sistemática: Avaliação de Distorção Cognitiva de Autores de Agressão Sexual de Criança e Adolescente (AASCAs)

As distorções cognitivas (DC) de AASCAs têm despertado a atenção de profissionais há, aproximadamente, trinta anos. Estudiosos como Abel, Becker e Cunningham-Rathner, (1984), Finkelhor (1984) e Marshall e Barbaree (1990) foram os primeiros a relatar a presença de distorções cognitivas entre autores de agressão sexual. O termo foi introduzido, pela primeira vez, por Abel, Becker e Cunningham-Rathner, em 1984, justamente para descrever o pensamento distorcido desta população (Marunna & Mann, 2006) e, entre outras aplicações, justificar o comportamento desse tipo de agressor.

Praticamente todas as teorias contemporâneas sobre a etiologia da agressão sexual infantil, como o Modelo de Pré-Condições (Finkelhor, 1984), o Modelo de Abel, Becker e Cunningham-Rathner (Abel, et al., 1984), o Modelo Multifatorial (Marshall & Barbaree, 1990), entre outros, tem concedido um papel fundamental à cognição daqueles que praticam agressão sexual (Finkelhor, 1984; Hall & Hirschman, 1991; Ward & Beech, 2002). O pressuposto básico subjacente a estas teorias defende que AASCAs apresentam ideias distorcidas no modo como pensam e interpretam a si mesmos, o mundo e as relações com outras pessoas ou com outros grupos (Nunes, 2012; Silva, 2013), justificando, por meio delas, certos comportamentos.

As DCs têm sido, por isso, entendidas como crenças disfuncionais e mal adaptativas que podem estar relacionadas com a visão que o indivíduo tem sobre outras pessoas, sobre si mesmo e o mundo que o cerca (Moura & Koller, 2008). Ou seja, duas pessoas podem ter acesso à mesma informação e, ainda assim, construírem crenças sobre elas muito diferentes. Todavia, entende-se que esses estados mentais podem mudar ao longo do tempo, dependendo da disponibilidade da informação e dos fatores biopsicossociais envolvidos (Vieira, 2010).

Com o passar do tempo, nota-se que o uso do termo DC se tornou mais comum e tem sido empregado para se referir a atitudes e crenças, bem como desculpas e justificativas. Neste sentido, pode-se dizer que as distorções cognitivas remetem à constituição de um influente sistema de crenças capazes de explicar e até justificar o que pensam AASCAs sobre o próprio comportamento nesse campo e o quanto consideram legítimas as relações sexuais que envolvem crianças e adolescentes (Vieira, 2010).

Percebe-se, nos estudos científicos mais recentes, conforme sinaliza Vieira (2010), que não é a presença de DC que diferencia os AASCAs do restante da população em geral, mas sim o conteúdo desta e o objetivo que o indivíduo pretende atingir com o comportamento. Assim, o que distingue os AASCAs dos demais indivíduos é que as distorções cognitivas destes últimos são pró-sociais e não adaptadas a comportamentos desviantes ou agressivos, ou seja, elas não são utilizadas para justificar a prática de comportamentos daquele tipo.

Segundo Marunna e Mann (2006), o estudo das distorções cognitivas precisou contemplar, desde as primeiras iniciativas, uma série de questões sobre o pensamento do autor de agressão sexual de criança e de adolescente, com o objetivo de compreender a lógica e organizar essa forma de expressão. Por meio de investigação sistemática e contextualizada, tem-se buscado conhecer a perspectiva adotada por esses indivíduos em diferentes épocas e sociedades, no sentido de entender o quão legítimas são as razões que justificam essa forma peculiar de se comportar e de se relacionar sexualmente com criança e/ou adolescente (Marunna & Mann, 2006).

Diante da atualidade dos estudos com AASCAs, as distorções cognitivas se colocam como um atraente objeto de estudo e se firmam como uma área do conhecimento emergente, principalmente pela importância em se compreender a forma como é construído o pensamento e seu conteúdo daqueles que perpetram essa forma de violência de criança/adolescente. Neste sentido, algumas tentativas de estudo têm sido realizadas. Para tanto, foram adotadas medidas

que possibilitaram o acesso ao que pensam os AASCAs e aos argumentos por eles utilizados para explicar e justificar a agressão praticada. Essas tentativas envolveram a elaboração de instrumentos padronizados ou não, sempre com o objetivo de captar ou entender o estilo e o conteúdo do pensamento distorcido nas mais diversas formas de se manifestar.

Como exemplo desse esforço, tem-se o estudo de Abel, Gore, Holland, Camp, Becker e Rathner, em 1989, em cujo artigo, intitulado *The measurement of the cognitive distortions of child molesters*, os autores apresentaram um questionário o qual foi elaborado para medir a força do sistema de crença e a idiossincrasia das cognições dos AASCAs. Tal instrumento apresentava itens gerais, tais como, examinar a existência das distorções cognitivas relativas ao abuso sexual infantil e se os autores poderiam ser discriminados do grupo controle (Ganno, Ward, & Collie, 2007; Marunna & Mann, 2006).

Posteriormente, o questionário, utilizado pela primeira vez por Abel et al. (1984), foi adotado por vários investigadores interessados em avaliar as distorções cognitivas dos AASCAs (Bumby, 1996; Hanson, Gizzarelli, & Scott, 1994), sendo considerado, até recentemente, como um método capaz de avaliar as distorções cognitivas para essa população (Ganno, et al., 2007; Marunna & Mann, 2006; Nunes, 2012; Silva, 2013). Apesar, de ter se tornado um instrumento largamente aceito entre pesquisadores do tema, o questionário recebeu uma crítica importante originada nos trabalhos de Neidigh e Kropp (1992). Estes autores avaliaram que o instrumento criado por Abel et al. (1984) deve ter sua importância reconhecida pelos pesquisadores atuais, porém o mesmo deve ser visto como uma escala que não mede o que pretende medir. Para Neidigh e Kropp (1992), trata-se de uma escala que mede atitudes, mas não, exatamente, formas particulares de distorções cognitivas.

Apesar das críticas feitas às tentativas anteriores, de se utilizar um instrumento consistente o suficiente para acessar as distorções cognitivas dos agressores, novas escalas e questionários para medir DC foram relatados em pesquisas recentes, por exemplo, a

Attributional Dimension Scale, Child Molester Scale, Multiphasic Sex Inventory, Comprehensive Inventory of Denial—Sex Offender Version (CID-SO), entre outras. Assim, os estudos sobre os instrumentos de DC foram se disseminando na literatura, gerando uma série de controvérsias, sobretudo quanto aos aspectos conceituais e metodológicos.

Ainda no horizonte de tais investigações, outro tipo de pesquisa foi ganhando notoriedade no meio científico, representado, aqui, por pesquisas destinadas à avaliação de instrumentos de fatores de riscos comportamentais e psicológicos associados à reincidência do autor de agressão sexual. Entre os instrumentos mais utilizados na literatura, pode-se citar: *Minnesota Sexual Criminal Offending Risk Estimate (MnSCORE)* (Duwe, 2012; Langton, Barbaree, Harkins, Peacock, & Arenovich, 2008; Lanterman, Boyle, & Ragusa-Salerno, 2014); assim como, os seguintes instrumentos: *Risk Matrix 2000, Static-99, Sex Offender Risk Appraisal Guide, Sexual Violent Risk-20*, e *Structured Risk Assessment* (Walters, Knight, & Thornton, 2009).

Em uma comparação, é possível afirmar que os instrumentos de avaliação comportamental e psicológico vêm ganhando mais atenção no meio científico do que os instrumentos de avaliação cognitiva haja vista o interesse contínuo dos pesquisadores em relação ao que os indivíduos, AASCAs, pensam, fazem e sentem. Entre as pesquisas realizadas, verifica-se que poucas levaram em consideração as distorções cognitivas e suas implicações para a compreensão do fenômeno em questão. Frequentemente, fazem-se pesquisas que objetivam avaliar o perfil dos criminosos sexuais e os crimes por eles praticados, ou mesmo, buscam estimar taxas de reincidência e os efeitos de protocolos de tratamento destinados a essa população, mas, muitas vezes, sem considerar diretamente o papel cumprido pelas distorções cognitivas na composição de análises mais amplas sobre o problema em questão (Amirsardari, Azari, & Kooraneh, 2014; Tülü & Erden, 2014).

De maneira geral, entender as distorções cognitivas não deixa de ser uma forma de começar a compreender as características da pessoa a partir da perspectiva bioecológica aqui adotada. Um método eficaz para a realização desse tipo de investigação pode ser a revisão sistemática de literatura científica sobre o tema. Assim, estudos de revisão sistemática de literatura (RLS) sobre determinado assunto objetivam identificar e caracterizar o tema estudado, sinalizando semelhanças e lacunas entre os resultados divulgados nas publicações. Eles servem, ainda, para sinalizar a importância teórica, acadêmica e social do que já foi publicado sobre um determinado tema, sintetizando o que foi pensado e demonstrado até o momento como um ponto de partida para novas investigações e desafios científicos.

Em termos de contribuição teórica, as revisões de literatura apontam para a realização do levantamento de produção do conhecimento sobre o tema, testando hipóteses teóricas averiguadas em investigações empíricas, como, por exemplo, avaliar os conteúdos e os processos das distorções de AASCA comparando com outros grupos; ou analisar os construtos teóricos da área por meio de instrumentos ainda não validados para uso em outras culturas.

Pensar neste tipo de pesquisa pode contribuir não só para testar e validar teorias, mas também, em termos acadêmicos, para a formação profissional de alunos que atuarão em diferentes setores das políticas públicas. Como exemplo, direcionar a formação dos novos psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, assim como adequar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação para essa temática, tão urgente e necessária, inclusive, promover o debate em termos de projeto de extensão universitária direcionados para os contextos penais.

No que tange a relevância social, este tipo de pesquisa permite a aplicabilidade no campo das políticas públicas, pois quanto mais refinado for o conhecimento sobre o perfil e a trajetória de desenvolvimento dos AASCAs, maior a chance de se propor ações eficazes, como: técnicas e métodos de intervenção psicossocial, minimização do desperdício de

recursos e tempo, minimização da chance de reincidência e promoção do retorno à convivência em sociedade desta população.

No estudo de revisão aqui proposto, pretendeu-se apontar a relevância teórica, acadêmica e social das investigações que podem suscitar o tema sobre distorções cognitivas como um objeto de estudo atual, sobretudo conhecer e avaliar os resultados de pesquisas que têm permitido acessar distorções cognitivas atribuídas aos AASCAs.

Além da relevância teórica, acadêmica e social dos estudos que lançaram instrumentos de avaliação de DC e suas propriedades psicométricas, deve-se considerar igualmente importante, a avaliação dos resultados e as conclusões obtidas a partir da aplicação de escalas, testes e inventários na medida em que permitem acessar padrões de pensamento distorcido entre AASCAs. Por isso, esta revisão de literatura teve como objetivo identificar, analisar e sintetizar os resultados de pesquisas que utilizaram instrumentos de DC na população em análise. Tais estudos representam, aqui, a produção científica formada por pesquisas que investigaram o modo de pensar de a AASCAs, nas literaturas nacional e internacional, publicadas entre 1984 e 2013.

Método

A pesquisa envolveu a produção científica disponível em bases bibliográficas eletrônicas que compõem os Periódicos de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (<http://www.periodicos.capes.gov>). Este foi o meio utilizado para se acessar e se obter os artigos localizados e selecionados. Esta fonte de dados foi escolhida por atender aos critérios de confiabilidade e abrangência de periódicos científicos e por dispor de um acervo extenso com os principais artigos publicados em diversas áreas, nos âmbitos nacional e internacional, com fácil acesso para a maioria dos pesquisadores.

Procedimentos Gerais

Estratégia de busca para a Revisão da Literatura Sistemática.

Para a realização das buscas dos artigos científicos no Portal Periódicos CAPES, os critérios de inclusão e exclusão foram delimitados conforme a Figura 6.

Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
• Artigos publicados em português e inglês • Publicações situadas entre 1980 e 2013 • Artigos completos e empíricos • Artigos sobre AASCAs acima de 18 anos de idade. • Estudos que procederam à avaliação de AASCAs, em particular aqueles que investigaram aspectos da cognição. • Estudos que utilizaram instrumentos de Distorção Cognitiva de AASCAs.	• Literatura cinzenta (por exemplo: documentação técnica, anúncio de jornais, entre outros) • Teses, dissertações e demais trabalhos de conclusão de curso (TCC) • Artigos teóricos e de revisão sistemática de literatura (RSL) • Artigos com ênfase na sexualidade e doença sexualmente transmissíveis • Estudos com ênfase em vítimas de agressão sexual • Artigos que apresentavam no título termos como: pedófilo, psicopatas, aliciador, traficante sexual, explorador sexual • Estudos com animais não humanos

Figura 6. Quadro com os critérios de inclusão e exclusão dos artigos

Concomitante à definição dos critérios de inclusão e exclusão, foram pesquisados descritores na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), <http://www.bireme.br/php/index.php>, especificamente na sessão que trata da terminologia. Todos os descritores foram checados, no entanto, nenhum termo correlato foi encontrado na literatura da área. Desta forma, os descritores foram definidos considerando-se, para tanto, os termos encontrados em publicações da área.

Seleção dos descritores.

Foram selecionados 10 descritores, sendo cinco em português e cinco em inglês. Esta estratégia de busca dos artigos combinou termos que reportam ao tema da pesquisa nos dois idiomas, como, por exemplo, criança/*child* e adolescente/*adolescent*. No total, foram combinados até 20 descritores, sendo 10 em português e 10 em inglês, conforme mostra a Figura 7. A palavra *and* foi o operador booleano utilizado na pesquisa.

Português	Inglês
Agressor sexual x Criança	Sexual Aggressor x Child
Agressor sexual x Adolescente	Sexual Aggressor x Adolescent
Abusador Sexual x Crianças	Sexual abuser x Child
Abusador Sexual x Adolescente	Sexual abuser x Adolescent
Perpetrador Sexual x Criança	Perpetrator sexual assault x Child
Perpetrador Sexual x Adolescente	Perpetrator sexual assault x Adolescent
Estuprador Sexual x Criança	Rapist x Child
Estuprador Sexual x Adolescente	Rapist x Adolescent
Molestador Sexual x Criança	Sex ofender x Child
Molestador Sexual x Adolescente	Sex ofender x Adolescent

Figura 7. Quadro demonstrativo dos descritores e suas combinações

Para cada estratégia de busca adotada, registrou-se o número de artigos disponíveis para consulta no Portal Periódicos CAPES, sendo eles selecionados caso estivessem em consonância com os critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Os artigos que não contemplaram os critérios de seleção adotados foram descartados, assim como as publicações repetidas.

Como estratégia de seleção, cada artigo encontrado passou por uma triagem que considerou, primeiramente, o título e, depois, o conteúdo do resumo. Quando o título e o resumo não pareceram suficientemente claros, procedeu-se à leitura do artigo por completo para evitar que estudos importantes ficassem fora da revisão da literatura (Sampaio & Mancini, 2007). Os artigos contemplados nos critérios preliminares de inclusão foram arquivados em uma pasta eletrônica criada pelo *software* EndNoteWeb, disponível no site <http://www.myendnoteweb.com>.

Armazenamento dos documentos em PDF.

Apesar dos estudos selecionados terem sido arquivados no EndNoteWeb, viu-se a necessidade de se criar pastas também no computador para o armazenamento dos documentos em formato *Portable Document Format* (PDF). Assim, foram criadas duas pastas no computador: uma para organizar o resultado obtido com as buscas que utilizaram descritores em português e outra, em inglês. Em cada uma delas, outras pastas foram criadas seguindo a ordem de busca. Por exemplo, criou-se uma pasta com os artigos localizados na 1ª busca;

depois, outra reuniu os da 2ª busca, e assim por diante. Os artigos, por sua vez, receberam numeração de acordo com a ordem em que foram encontrados nos periódicos CAPES. Sendo assim, cada pasta continha o número correspondente do artigo encontrado naquela determinada busca. Aliado ao armazenamento dos artigos em formato PDF, uma planilha no programa Microsoft Excel 2010 foi gerada para registrar o número de artigos encontrados, selecionados e descartados.

A busca dos artigos compreendeu três meses de atividades, entre janeiro e março de 2014, com duração média de quatro horas diárias, sendo três vezes por semana. Todas as informações importantes sobre os procedimentos da pesquisa foram registradas no Diário de Campo, incluindo o número de buscas realizadas, as bases eletrônicas onde os artigos foram localizados, além da data em que cada levantamento foi concluído. Em seguida, procedeu-se ao arquivamento eletrônico dos artigos recuperados. Ao final, obteve-se um total de 64 artigos, sendo um estudo em português e 63 em inglês.

Após essa etapa, procedeu-se à apreciação dos artigos pelos juízes e o nível de concordância entre eles quanto à inclusão na revisão proposta. No entanto, para que este procedimento ocorresse de maneira imparcial, foi necessário escolher e treinar os juízes para realizar esse procedimento avaliativo às cegas.

Para que os juízes pudessem avaliar os artigos selecionados assegurou-se que todos conhecessem previamente o objetivo da pesquisa, dominassem os critérios de inclusão e exclusão, tivessem a capacidade de ler e compreender textos escritos na língua inglesa, assim como conhecessem o Teste de Relevância (Azevedo, 2010) e sua aplicação nesse tipo de pesquisa. Desta forma, os juízes foram orientados, pela pesquisadora, sobre como proceder à seleção final dos artigos por meio da aplicação do Teste de Relevância. O treino da equipe responsável objetivou minimizar as dúvidas quanto à aplicação dos critérios de inclusão e exclusão dos artigos, contribuindo com a avaliação dos títulos envolvidos neste estudo de

revisão sistemática. Esta fase teve a duração de oito horas, sendo realizada em dois dias consecutivos.

Com a conclusão do treino dos juízes, após ter sido sanada qualquer dúvida sobre os critérios de escolha, os artigos selecionados seguiram para a avaliação dos juízes os quais foram orientados no sentido de atuar de forma independente e aplicar rigorosamente os critérios de avaliação de relevância (Figura 8).

Seleção dos artigos pelos juízes.

Para organizar a avaliação dos juízes, criou-se uma planilha de Excel na qual foram registradas as seguintes informações: Sim, para os artigos que contemplavam os critérios e não, para os artigos que não os atendiam. Cada juiz realizou o registro das informações. A permanência do artigo para a análise se deu a partir de, pelo menos, duas concordâncias, isto é, se o artigo escolhido foi selecionado, no mínimo, por dois juízes, o contrário também é verdadeiro. Ou seja, caso os dois juízes tivessem discordado da escolha feita pelo terceiro juiz, o artigo deveria ser descartado da análise. O Teste de Relevância teve o número três como ponte de corte, pois, caso houvesse discordância nos critérios, o terceiro Juiz decidiria.

Teste de relevância (aplicado aos artigos na íntegra)		
Questões de Interesse	Sim	Não
1 - O problema de pesquisa está claro?		
2 - Os objetivos do estudo têm relação com a questão que está sendo estudada?		
3 - A metodologia está descrita com clareza e alcança os objetivos?		
4 - Os resultados são compatíveis com a metodologia e merecem credibilidade?		
O estudo foi incluso? () Sim () Não		
Assinatura do avaliador: _____		

Figura 8. Teste de relevância (Fonte: Azevedo, 2010, adaptado pelo pesquisador).

Após a escolha dos juízes, calculou-se o Índice de Confiabilidade com base na concordância observada entre eles.

Índice de confiabilidade (IC).

Para se chegar a um índice de confiabilidade entre os Juízes calculou-se: $IC = (A \text{ (concordância)} \times 100) \div (A + D \text{ (discordância)})$ Pereira e Bachion (2006). Para Pereira e Bachion (2006), a técnica de triangulação de pesquisadores tem como objetivo aumentar a probabilidade de que os resultados de um estudo sejam considerados confiáveis. Para esse autor, índice de confiabilidade aceitável é $IC > 80\%$. Assim, realizou-se a análise dos artigos escolhidos, pois, dentre os 64 artigos pré-selecionados, 56 foram selecionados por, pelo menos, dois juízes, um em Português e 55, em inglês obtendo, deste modo, o Índice de Confiabilidade (IC) de 87,5% conforme a fórmula $[IC = (56 \times 100) \div (56 + 8)]$, $IC = [5600 \div 64 = 87,5]$.

Procedimento de Análise dos Artigos Selecionados pelos Juízes

Para a análise dos dados, a pesquisa dividiu-se em dois seguimentos: (a) caracterização das publicações, como: termos de busca, idioma, ano/década; característica da população, sexo e idade dos participantes e método das pesquisas (classificação quanto à abordagem dos dados, classificação quanto aos objetivos, classificação quanto aos procedimentos técnicos), apresentados por dados quantitativos em frequência absoluta e relativa; e (b) análise crítica dos artigos considerando os instrumentos de DC e seus resultados encontrados nos estudos analisados.

Resultado e Discussão

Caracterização das Publicações

Dentre os 64 artigos pré-selecionados, 56 foram escolhidos, sendo um escrito em Português e os outros 55 em inglês (Figura 9). Na caracterização dos artigos revisados ($N=56$), notou-se que as pesquisas publicadas em inglês (periódicos internacionais) contabilizaram 55 (98,2%) ocorrências, um percentual muito superior àqueles que estão em português (revistas nacionais), com o total de 1,8%.

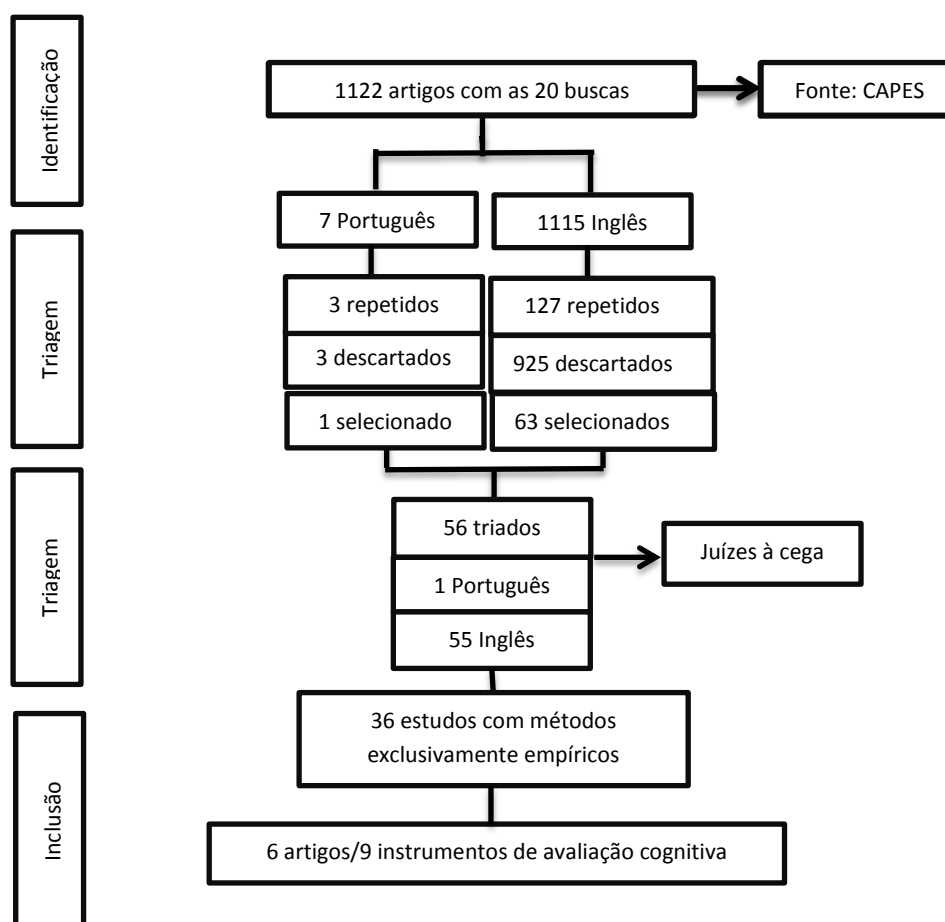


Figura 9. Diagrama sobre o percurso metodológico da seleção dos artigos

A maior incidência de trabalhos publicados corresponde à produção oriunda da América do Norte, com 38 (67,9%), seguida pela Europa, 13 (23,2%), Oceania, quatro (7,1%) e América do Sul (1,8%). Quanto às características das populações envolvidas nessas pesquisas, os AASCAs do sexo masculino se sobressaíram e estiveram presentes em 52 (92,8%) das pesquisas arroladas nesta revisão, em oposição a dois (3,6%) artigos encontrados com foco, exclusivamente, na população feminina e outros dois (3,6%) que envolveram ambas as amostras.

No que se refere ao contexto onde a agressão sexual ocorreu, os dados mostram que se encontrou, com mais frequência, estudos nas categorias intra/extrafamiliar, 43(76,9%), seguido da categoria intrafamiliar, com oito (14,3%) publicações e extrafamiliar, com duas

(3,5%). Na caracterização do método adotado por estes estudos, a abordagem quantitativa obteve maior frequência, estando presente em 49 (87,5%) estudos, seguida das pesquisas quanti/qualitativa, com quatro (7,2%) e qualitativa, três (5,3%). Em 51 (91,2%) artigos, o objetivo da pesquisa indica que a investigação teve caráter descritivo, ainda que dois (3,5%) deles fossem estudos exploratórios e outros três (5,3%), explicativos. Os resultados sobre a classificação quanto aos procedimentos técnicos, o levantamento/Survey foi o mais realizado, com 38 (67,9%) entre as publicações analisadas, seguido das pesquisas documentais, com 17 (30,3%) e um (1,8%) estudo de caso.

Para a análise crítica dos artigos, dividiram-se os estudos em categorias, assim identificadas: os que utilizaram exclusivamente método documental, empíricos e mistos. No total, 11 (19,6%) artigos utilizaram somente dados documentais, nove (16,1%) artigos apresentaram método de coleta de dados mistos (documentais e empíricos) e 36 (64,3%) deles envolveram, unicamente, método de coleta de dados empíricos.

Os artigos que utilizaram a coleta de dados exclusivamente documental foram descartados. A análise priorizou os instrumentos nos artigos com método de coleta misto ou, exclusivamente, empírico, totalizando 92 instrumentos de coleta. Destes, foram identificados 20 (21,7 %) instrumentos sem padronização e 72 (78,3%) instrumentos com padronização, tais como escalas, questionários e inventários validados cientificamente.

Ao final, incluíram-se, nesta revisão de literatura, 45 estudos que apontaram a utilização de 72 instrumentos validados para pesquisa com os AASCAs. Entre eles, 24 (33,3%) instrumentos destinavam-se à investigação de medidas psicológicas (testes de personalidade, emoção, ansiedade e estilo de apego), 13 (18,1%) medidas cognitivas (testes de inteligência, empatia e DC) e cinco (6,9 %) medidas fisiológicas (testes falométricos). Com isso, notou-se que a maioria dos instrumentos utilizados tinha como objetivo avaliar

medidas comportamentais, 30 (41,7 %), representados por testes e escalas que aferiram frequência de comportamento antissocial e taxas de comportamento de reincidência.

Para a análise crítica dos estudos, selecionaram-se os artigos que utilizaram os instrumentos de distorções cognitivas nessa população específica, considerando as informações contidas nestes instrumentos como escala e questionário para esse fim. Observou-se, assim, a presença de informações sobre o uso de instrumentos que pretenderam avaliar as distorções cognitivas encontradas entre os AASCAs. Em seis estudos, do total de 56 artigos incluídos nesta revisão, identificaram-se nove instrumentos de avaliação de distorções cognitivas, o que permitiu caracterizá-los em seus objetivos e sintetizar os resultados obtidos a partir da pesquisa de diversas variáveis.

Análise Crítica dos Artigos

Para Walters, Deming e Elliott (2009), os fatores cognitivos não receberam, até hoje, a atenção que merecem de pesquisadores da área de abuso sexual infantil. Isso pode ser particularmente verdadeiro, quando se consideram os estudos sobre como é processado o pensamento criminoso, o conteúdo que o define e como nele têm origem as distorções cognitivas (Walters, et al., 2009). Esta premissa coloca os pesquisadores da temática em alerta, já que as distorções cognitivas, face às questões criminais, são comuns entre indivíduos que cometem crimes sexuais contra criança, como mostra a literatura (Nunes, 2012; Silva, 2013).

Antes de discorrer sobre a análise crítica dos seis artigos destacados nesta revisão de literatura, apresentar-se-á, na Figura 10, uma síntese das informações consideradas mais importantes sobre os instrumentos para avaliação das distorções cognitivas por eles utilizados. Para tanto, considerou-se o objetivo dos instrumentos, o título do artigo no qual estes foram localizados, as variáveis consideradas na análise e o teste estatístico aplicado para checar presença e nível de associação entre elas.

Instrumentos	Objetivo do instrumento	Artigo/Autores	Variáveis analisadas	Teste Estatístico
<i>Child Molester Scale</i> (CMS)	Identificar distorções cognitivas e o uso de justificção para a relação sexual entre adulto-criança	<i>Predictors of Child Molestation Adult Attachment, Cognitive Distortions, and Empathy</i> (Wood & Riggs, 2008)	DC Estilo de apego Empatia pela vítima	Regressão logística
<i>Sex Offender Acceptance of Responsibility Scales</i> (SOARS)	Analisar o grau em que os agressores assumem a responsabilidade pela agressão sexual	<i>Are Cognitive Distortions Associated With Denial and Minimization Among Sex Offenders?</i> (Nunes & Jung, 2012)	Aceitação da agressão sexual Aceitação do Planejamento Aceitação do dano Motivação para a mudança Justificativa para agressão sexual	Correlação
<i>Comprehensive Inventory of Denial-Sex Offender Version</i> (CID-SO)	Avaliar as distorções cognitivas de negação		Minimização dos danos Negação do desvio sexual Negação da necessidade de tratamento Negação da responsabilidade	Correlação
<i>MOLEST Scale</i>	Caracterizar as distorções cognitivas da agressão sexual		DC	Correlação
<i>Selected scales of the Hanson Sex Attitudes Questionnaire</i> (HSAQ)	Analisar uma série de DC de agressão sexual infantil		Justificativa para agressão: Direito sexual sobre a vítima Crença da criança atraída por adulto	Correlação
<i>Children and Sex Cognitions Scale</i>	Analisar as distorções cognitivas sobre crianças e sua sexualidade e a congruência emocional das crianças	<i>Comparison of Sex Offenders to Nonoffenders on Selected Psychological Measures</i> de (Fisher, Beech & Browne, 1999)	DC	MANCOVA
<i>Attributional Dimension Scale</i> (ADS)	Classificar atribuições geradas por um evento ou circunstância (controlabilidade, estabilidade, e globalidade)	<i>The Abstinence Violation Effect In Child Molesters</i> (Ward, Hudson, & Marshall, 1994)	Incontrolabilidade Estabilidade	Análise de variância
<i>Multiphasic Sex Inventory</i> (MSI)	Analisar a responsabilidade por seus crimes e avaliar ideias sobre si mesmo e sobre os outros	<i>The Relationship Between Treatment Goals and Recidivism Among Child Molesters</i> (Marques, Nelson, West, & Day, 1994)	Justificativa para a agressão sexual (J) Distorções cognitivas e imaturidade (CDI)	Regressão multivariada
<i>Questionnaire on Attitudes Consistent with Sexual Offending</i> (QACSO)	Identificar as distorções cognitivas relacionadas a cada área de agressão.	<i>Comparing Offenders against Women and Offenders against Children on Treatment Outcome in Offenders with Intellectual Disability</i> (Lindsay, Michie, Steptoe, Moore, & Haut, 2011)	DC/Estupro Exibicionismo /Crimes contra crianças Voyeurismo/ Perseguição Data do abuso	Testes-t

Figura 10. Quadro demonstrativo dos instrumentos de avaliação de DC

Como discutido anteriormente, as DCs podem ser usadas para justificar uma agressão sexual ou podem, ainda, ser estudadas como um preditor para a reincidência do ato. Os artigos incluídos nesta revisão de estudos, com AASCAs, tentam identificar a presença das DCs e a forma como estiveram correlacionadas com variáveis como empatia, apego, negação/minimização da agressão sexual, atitudes, a responsabilidade pessoal pelo ato perpetrado, deficiência intelectual, entre outras.

Os objetivos dos artigos foram identificados e organizados em quatro categorias baseadas em temas gerais: (a) DC como fator preditor para o cometimento da agressão sexual de criança; (b) DC correlacionada a variáveis como negação/minimização da agressão sexual; (c) DC e sua distinção entre os grupos de análise; e, por fim, (d) DC como uma medida a ser avaliada no tratamento de risco de reincidência de AASCAs.

DC como fator preditor para o cometimento da agressão sexual de criança.

Para avaliar as DC como fator preditor para o cometimento da agressão sexual de criança, utilizou-se o CMS o qual foi revisado para avaliar se, combinado ao estilo de apego, à empatia pela vítima e às distorções cognitivas, tais variáveis seriam preditoras para a agressão sexual de criança. Testaram-se dois modelos de regressão logística: o primeiro modelo para analisar variáveis sociodemográficas, que, no entanto, não foram significativas; e o segundo modelo, que consistiu na entrada simultânea das duas escalas de apego adulto (ansiedade e evitação), o escore total do CMS e as duas escalas de Empatia (Empatia Geral e Empatia of Victim), deixando de lado as variáveis sociodemográficas.

Contrário às hipóteses previstas no estudo, o apego de esquiva não foi significativo, mas todas as outras variáveis foram relacionadas significativamente como preditoras para agressão sexual de criança conforme esperado. Um exame das razões de chances para cada preditor revelou que os níveis crescentes de apego ansioso e empatia pela vítima aumentaram as chances dos participantes em cometer a agressão de 56% e 15%, respectivamente. Análise

similar foi realizada com as seguintes variáveis: DC e empatia pela vítima. A chance de uma pessoa vir a cometer agressão sexual, para cada razão, foi de 11% e 5%, respectivamente. Isto significa que há uma probabilidade do participante ter uma predisposição para cometer agressão sexual contra criança diante daquelas variáveis. De maneira geral, o estilo de apego ansioso, a presença das distorções cognitivas e a baixa empatia pela vítima podem atuar como preditores significativos para o cometimento da agressão sexual de criança.

DC e sua correlação com as variáveis de negação/minimização da agressão sexual.

Na análise deste estudo, a literatura apontou que a categoria negação e minimização devem e podem ser estudadas como variáveis distintas das distorções cognitivas mais gerais, conforme discutido por Nunes e Jung (2012). É necessário ressaltar que, apesar da DC ser, quase sempre, tratada como sinônimo da negação/minimização da agressão, neste estudo os autores avaliaram os instrumentos considerando DC como o conceito mais geral e negação/minimização, como categorias a parte da DC.

Para verificar a correlação entre as variáveis distorções cognitivas e a negação/minimização, quatro instrumentos foram revisados: SOARS, CID-SO, *MOLEST Scale* e HSAQ. O SOARS e o CID-SO são instrumentos que avaliam variáveis de negação e minimização do ato praticado, enquanto que *MOLEST Scale* e HSAQ são instrumentos que analisam distorções cognitivas (Figura 10). O desenho da pesquisa foi elaborado para testar a correlação entre um instrumento de DC e outro que media negação/minimização da agressão sexual. Para tanto, o estudo foi apresentado em três partes distintas.

A primeira avaliou a correlação entre as variáveis do instrumento SOARS e do *MOSLEST Scale*, encontrando-se correlações médias (0,3) entre a *MOLEST Scale* e quatro dos seis domínios do SOARS. Assim, houve correlação entre maior endosso da DC menor (baixa) aceitação da agressão sexual praticada, aceitação do planejamento da agressão, aceitação do dano causado à vítima e motivação para mudança comportamental.

A segunda análise avaliou as variáveis do SOARS correlacionadas com a escala Justificativa para agressão sexual do HSAQ. Encontraram-se correlações médias (0,3) entre um item da escala denominado de Direito Sexual sobre as vítimas HSAQ e três dos itens do instrumento SOARS (aceitação de crime sexual, aceitação do planejamento da agressão e aceitação de danos à vítima). Especificamente, houve maior endosso de distorções cognitivas sobre o direito sexual à vítima, correlacionado com menor (baixa) aceitação de crime sexual, aceitação do planejamento da agressão e aceitação de danos à vítima. O item do HSAQ relacionado à criança se sentir motivada para manter relação sexual com o adulto foi moderadamente correlacionado, apenas para justificativa agressão sexual do SOARS.

Na terceira análise, a correlação entre CID-SO e *MOLEST Scale* ocorreu da seguinte forma: a *MOLEST Scale* foi moderadamente (0,3) correlacionada com a subescala minimização de danos do instrumento CID-SO, porém as demais correlações como negação do desvio sexual, negação da necessidade de tratamento e negação da responsabilidade obtiveram uma correlação baixa (0,1) com a DC da *MOLEST Scale*. Assim, maior endosso de distorções cognitivas acerca do abuso sexual infantil foi correlacionado com a minimização de danos para as vítimas.

Os dados extraídos do artigo selecionado confirmaram que há uma correlação positiva entre DC e a negação/minimização de culpa e da agressão, do dano à vítima e da responsabilidade, mas não foram associados à negação/minimização do desejo sexual desviante. De maneira geral, a negação/minimização do dano à vítima foi a variável correlacionada com DC encontradas em todas as análises realizadas. A negação/minimização do crime praticado e a negação/minimização do planejamento foram variáveis correlacionadas às distorções cognitivas encontradas na 1ª e 2ª análises. No entanto, são necessários novos estudos para que seja possível fazer afirmações mais consistentes sobre a correlação existente

entre determinado tipo de DC e as negações/minimizações comumente consideradas em pesquisas com essa população.

DC e sua distinção entre os grupos de análise.

Os resultados demonstram, inclusive, a existência de pesquisas que se propuseram comparar grupos de amostra diferentes, com características distintas. Para realizar a comparação de dois grupos de participantes, as variáveis como autoestima, solidão, ausência de intimidade, empatia, assertividade e DC foram utilizadas. O objetivo foi comparar a presença de diferenças entre os dois grupos. Para analisar as distorções cognitivas, utilizou-se o instrumento *Children and Sex Cognitions Scale*.

Os dados revelaram que os dois grupos (AASCAs e grupo controle), quando comparados em termos de características gerais, não diferiram significativamente nas escalas de níveis de DC. Para uma análise mais detalhada, separaram-se grupos com características distintas: AASCAs com baixo e alto desvio sexual, e grupos intra e extrafamiliar. Quando realizada a comparação entre a amostra dos grupos de criança e o grupo controle específico, obteve-se o seguinte resultado: agressores sexuais de criança, com baixo desvio sexual, são indistinguíveis do grupo controle em termos de DC. Os resultados mudaram quando os AASCAs, com alto desvio sexual, foram comparados com o grupo controle. Os dados revelaram diferenças significativas entre os grupos, com maior presença de DC no grupo de agressores de criança, com alto desvio sexual.

Tendo em vista o fato de que ser pai poderia ter um impacto significativo sobre a forma como uma criança é considerada individualmente, propôs-se outra comparação no estudo, qual seja a separação dos grupos de não pais (extrafamiliar) e pais (intrafamiliar) que agrediram sexualmente seus filhos. Comparou-se, primeiramente, o autor de agressão sexual extrafamiliar com o grupo controle sem filhos cujos resultados apontaram diferenças significativas nos níveis de distorções cognitivas. A amostra de AASCAs extrafamiliar

apresentou maiores níveis de DC. O grupo com AASCAs intrafamiliar e o grupo controle com filhos não apresentou diferença significativa nas medidas dos instrumentos de distorções cognitivas.

De maneira geral, os dados relevaram que AASCAs, com alto desvio e extrafamiliar, quando comparados com o grupo controle, apresentaram diferenças significativas referentes à DC. No entanto, outra parcela dos grupos de AASCAs parece ser indistinguível do grupo controle quando relacionado à DC.

DC como uma medida a ser avaliada no tratamento de risco de reincidência de AASCAs.

Neste tópico, três estudos consideraram a DC como variável importante na prevenção para reincidência: o primeiro estudo avaliou a percepção das causas da reincidência do ato sexual; o segundo estudo considerou a DC e o risco de reincidência; e o terceiro trabalho avaliou a DC relacionada ao tipo de agressão sexual e o risco de reincidência.

Percepção das causas da reincidência do ato sexual.

A DC tem sido também usada em pesquisas para aferir como os AASCAs percebiam as causas da reincidência do ato sexual. Para avaliar esse construto foi utilizado o instrumento *ADS* cujo objetivo foi medir as causas das reincidências em termos emocionais e atribucionais, isto é, como os participantes percebiam os eventos e as circunstâncias envolvidos na reincidência do ato praticado. Para a análise deste dado, usaram-se quatro variáveis: Incontrolabilidade, Estabilidade, Localidade e Globalidade.

Os dados aferiram sobre o grau de reincidência dos participantes e a sua relação com as causas da agressão sexual, bem como se os motivos eram controláveis e/ou estáveis, isto é, se os AASCAs tinham controle sobre os eventos após tratamento. Os resultados significativos mostraram que o grupo de AASCAs percebe as causas do comportamento sexual como desviante e que estas eram incontroláveis e estáveis, sendo indicado tratamento e terapia para

esse grupo. Após o tratamento, o estudo sinalizou que houve alteração (redução) na forma como os AASCAs percebiam sua incontrolabilidade e instabilidade frente a uma nova situação da agressão sexual.

DC e o risco de *reincidência*.

Para aferir sobre o risco de reincidência, a variável DC foi considerada para avaliação de um programa de tratamento. O instrumento MSI foi revisado para avaliar duas medidas: a justificativa para a agressão sexual (J) (mede a disponibilidade do autor de agressão sexual de exteriorizar a culpa por seus crimes sexuais) e a DC e imaturidade (CDI) (que identifica a tendência à expressão de ideias egoístas gerais sobre si mesmo em relação à outra pessoa).

A pesquisa analisou duas amostras, os AASCAs e o grupo de agressão sem violência sexual, e avaliou esses grupos a partir de um programa de tratamento em dois momentos, no início e no final do tratamento. Os resultados preliminares sobre a prevenção de recaída de AASCAs mostrou progressos significativos no final do programa de tratamento considerando a J e a DCI. As duas medidas (J e CDI) comparadas com risco de reincidência entre o grupo de AASCAs não mostrou correlação significativa com o perigo de novos crimes sexuais.

A constatação de que a amostra pós-tratamento melhorou significativamente na aplicação do MSI, no sentido de aceitar a responsabilidade completa por seus crimes, foi encorajador, contradizendo a hipótese levantada de que AASCAs apresentam uma tendência a não se responsabilizarem pela agressão sexual praticada contra criança. Apoiando esta conclusão, o grupo de AASCAs, em tratamento, teve uma redução significativa na CDI e J no final do tratamento.

No entanto, nem a CDI e nem a J, associada à taxa de risco de reincidência, ligada à agressão sexual testada no estudo, foi significativa, quando comparada com os AASCAs. Uma das várias interpretações possíveis para essa falha pode estar ligada, primeiramente, às crenças e atitudes medidas por essa escala, podendo ser menos importantes como

antecedentes para delitos sexuais do que tem sido geralmente realizada. Ou seja, as distorções cognitivas e justificações podem ser o resultado de tentativas para aliviar a culpa após a agressão, ao invés de ser um fator precursor da agressão sexual.

DC e tipo de agressão sexual e o risco de reincidência.

A DC foi avaliada a partir de uma série de tipos de situação de agressão sexual, tais como: estupro, exibicionismo, voyeurismo, data do abuso, perseguição. Para aferir e comparar os diferentes tipos de situações de agressão sexual com as distorções cognitivas, consideraram-se, para a análise, dois grupos experimentais que apresentavam deficiência intelectual e um grupo que representava a linha de base: os autores de agressão sexual adulto (Grupo 1) e os AASCAs (Grupo 2), comparados com dados da linha de base (Grupo linha de base). Tais grupos foram avaliados durante 36 meses de tratamento. O instrumento utilizado para avaliar a DC nas situações de agressão sexual foi o QACSO.

Os resultados apontaram que ambos os grupos apresentaram diferenças entre os escores de linha de base, isto é, houve diminuição da presença da DC nos dois grupos que envolviam as situações de agressão sexual de criança. A pontuação, em 36 meses de tratamento, indicou uma redução significativa no número de situações avaliadas. Sobre as distorções cognitivas do Grupo 2, os participantes reduziram suas pontuações, mais acentuadamente, durante os primeiros 6 meses de tratamento. Depois disso, o progresso foi mais uniforme e, dos 24 meses em diante, os resultados que envolviam as distorções cognitivas foram se aproximando dos níveis registrados nos grupos de linha de base, isto é, foram equiparados aos padrões normais da população em geral.

O fato de que as distorções cognitivas continuaram a mostrar reduções após 12 meses de tratamento sugere que as distorções cognitivas relacionadas aos aspectos da sexualidade com as crianças são mais difíceis de mudar, mas, eventualmente, são suscetíveis à mudança. Embora, houvesse diferenças entre os grupos no início do estudo, estas diferenças deixaram

de existir com a progressão do tratamento e, no final do processo, os dois grupos endossaram as distorções cognitivas a uma taxa consistente com a linha de base. Este resultado sugere os efeitos satisfatórios do tratamento, desde que seja de maneira contínua e estendido por longo período de tempo.

Considerando os resultados das pesquisas analisadas nesta revisão, percebeu-se uma heterogeneidade de estudos que avaliaram uma diversidade de situações envolvendo DC. De maneira geral, os resultados sugerem que o estilo de apego ansioso, a baixa empatia pela vítima e a presença de DC têm grandes chances de serem variáveis preditoras para o cometimento da agressão sexual perpetrada contra a criança.

Outros resultados sugerem, ainda, que as distorções cognitivas, além de serem identificadas no grupo de AASCAs, há uma multiplicidade de justificativas que vão desde os diversos tipos de negações e minimizações sobre a agressão sexual perpetrada, até aquelas que são reconhecidas pelos AASCAs como distorções cognitivas incontroláveis e estáveis. Os dados das pesquisas sinalizaram também, dentro da mesma amostra de AASCAs, que há distinções claras quanto à presença de distorções cognitivas quando se reagrupa diferentes características de grupos específicos (alto e baixo desvio, intra e extrafamiliar) demonstrando a heterogeneidade destes grupos.

Finalmente, as pesquisas atuais sobre programas de tratamento sugerem também que muitos criminosos sexuais podem continuar a manter crenças distorcidas sobre o sexo entre adultos e crianças, apesar de receber aconselhamento e tratamento para minimizar a agressão sexual em uma provável recaída. Por outro lado, estudos demonstraram que tratamentos longos e duradouros podem promover uma melhor percepção das crenças distorcidas sobre relação sexual com criança/adolescente.

Considerações Finais

De um modo geral, pesquisadores sugerem que as distorções cognitivas entre AASCAs emergem de crenças causais subjacentes que eles têm de si mesmos, de suas vítimas

e do mundo que o cerca (Burn & Brown, 2006; Drake, Ward, Nathan, & Lee, 2001; Ward & Keenan, 1999). Essa conceituação é coerente com uma determinada perspectiva teórica adotada pela pesquisa em psicologia do desenvolvimento, a qual vê o desenvolvimento cognitivo como impulsionado pela aquisição de teorias implícitas que começam a se desenvolver na primeira infância, quando as crianças formam hipóteses sobre si mesmo, sobre o outro e sobre o mundo ao seu redor.

Apesar dos instrumentos acerca da DC serem maioria entre os instrumentos de avaliação cognitiva, há a necessidade de se consolidar uma base teórica consistente sobre a discussão das distorções cognitivas como conteúdo, estrutura e processo que envolve AASCAs. Isso quer dizer que a identificação da DC como um construto presente nos AASCAs é algo que ainda carece de uma discussão teórica e metodológica capaz de ampliar e aprofundar esse tema.

Este estudo pode, efetivamente, contribuir para o aprofundamento do conhecimento disponível sobre os instrumentos de DC e os resultados das pesquisas que os utilizaram. Este parece ser o ponto de partida para se entender a diversidade das distorções cognitivas atribuídas aos AASCAs, o que pode estimular a realização de outras pesquisas visando tornar as análises mais consistentes e abrangentes.

Como limitação desta revisão de literatura, destaca-se o fato de não terem sido utilizadas, como estratégias de busca, descritores capazes de traduzir de forma mais específica o tema e os objetivos desta investigação, envolvendo, portanto, palavras-chaves como avaliação, instrumentos, e DC.

Especificamente sobre pesquisas futuras, sobretudo no Brasil, esta revisão sistemática da literatura sinaliza a necessidade de se investir mais em estudos com ênfase na validação dos instrumentos de DC para a realidade brasileira, com a finalidade de produzir um

conhecimento contextualizado. Conforme Gosling e Abdo (2011) reforçam, há necessidade de pesquisas em contexto culturais diversos de forma a privilegiar os aspectos culturais locais.

Ainda dentro das pesquisas futuras, propõem-se mais estudos comparativos em termos contextuais, isto é, em culturas diferentes, como no caso do Brasil, já que faltam normas para comparação dos escores, sendo necessário comparar com outras populações. Apresenta-se, também, a ideia de estudos com AASCAs do sexo feminino com o objetivo de avaliar as distorções cognitivas deste seguimento. Conforme indicam Colson, Boyer, Baumstarck e Loundou (2013), crimes sexuais cometidos por mulheres são um assunto que não tem recebido muita atenção até este momento. A criminalidade sexual feminina fica sempre em um plano secundário, sendo, frequentemente, esquecida nessa área de pesquisa.

Finalmente, observa-se a necessidade de se pesquisar as distorções cognitivas a partir de uma perspectiva bioecológica. Com isso, objetiva-se entender os processos de desenvolvimento e a estrutura das trajetórias de vida que contribuem para a construção e a solidez das distorções cognitivas.

Referência

- Abel, G. G., Becker, J. V., & Cunningham-Rathner, J. (1984). Complications, consent and cognitions in sex between children and adults. *International Journal of Law and Psychiatry*, 7(1), 89-103. doi: 10.1016/0160-2527(84)90008-6
- Abel, G. G., Gore, D. K., Holland, C. L., Camp, N., Becker, J. V., & Rathner, J. (1989). The measurement of the cognitive distortions of child molesters. *Annals of Sex Research*, 2(2), 135-152. doi: 10.1007/BF00851319
- *Abel, G. G., Wiegel, M., Jordan, A., Harlow, N., Hsu, Y. S., & Martinez. M. (2012). Development and validation of classification models to identify hidden Child molesters applying to child service organizations. *Children and Youth Services Review*, 34, 1378-1389. doi: 10.1016/j.childyouth.2012.03.017

- Amirsardari, L., Azari, S., & Kooraneh, A. E. (2014). The relationship between religious orientation, and gender with a cognitive distortion. *Iran Journal Psychiatry Behavior Science*, 8(3), 84-89. Retirado de <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4359730/>
- *Avery-Clark, C. A., & Laws, D. R. (1984). Differential erection response patterns of sexual child abusers to stimuli describing activities with children. *Behavior Therapy*, 15, 71-83. doi: 10.1016/S0005-7894(84)80042-8
- Azevedo, R. S. (2010). *Sobrecarga do cuidador informal da pessoa idosa frágil: uma revisão sistemática* (Dissertação de Mestrado). Retirado de <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/GCPA-8D9LAL>
- *Beggs, S. M., & Grace, R. C. (2010). Assessment of dynamic risk factors: an independent validation study of the violence risk scale: sexual offender version. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 22(2), 234-251. doi: 10.1177/1079063210369014
- *Beggs, S. M., & Grace, R. C. (2011). Treatment gain for sexual offenders against children predicts reduced recidivism: a comparative validity study. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 79(2), 182-192. doi: 10.1037/a0022900.
- *Blasko, B. L., Jeglic, E. L., & Mercado, C. C. (2011). Are Actuarial Risk data used to make determinations of sex offender risk classification? An examination of sex offenders selected for enhanced registration and notification. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 55(5), 676-692. doi: 10.1177/0306624X10372784
- *Briggs, F., & Hawkins, R. M. F. (1996). A comparison of the childhood experiences of convicted male child molesters and men who were sexually abused in childhood and claimed to be nonoffenders. *Child Abuse & Neglect*, 20(3), 221-233. doi: 10.1016/S0145-2134(95)00145-X

- Bumby, K. (1996). Assessing the cognitive distortions of child molesters and rapists: Development and validation of the RAPE and MOLEST scales. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 8(1), 37-54. doi: 10.1177/107906329600800105
- Burn, M. F., Brown, S. (2006). A review of the cognitive distortions in child sex offenders: An examination of the motivations and mechanisms that underlie the justification for abuse. *Aggression and Violent Behavior*, 11(3), 225-236. doi: 10.1016/j.avb.2005.08.002
- *Butler, L., Delahunty, J. G., & Lulham, R. (2012). Effectiveness of pretrial community-based diversion in reducing reoffending by adult intrafamilial child sex offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 39(4), 493-513. doi: 10.1177/0093854811433675
- *Carvalho, J., & Nobre, P. (2013). Dynamic factors of sexual aggression: the role of affect and Impulsiveness. *Criminal Justice and Behavior*, 40(4), 376-387. doi: 10.1177/0093854812451682
- Colson, M. H, Boyer, L., Baumstarck, K., & Loundou, A. D. (2013). Female sex offenders: A challenge to certain paradigms-Meta-analysis. *Sexologies*, 22(4), 109-117. doi:10.1016/j.sexol.2013.05.002
- *Danni, K. A., & Hampe, G. D. (2000). An Analysis of predictors of child sex offender types using presentence investigation reports. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 44(4), 490-504. doi: 10.1177/0306624X00444007
- Drake, C., Ward, T., Nathan, P., & Lee, J. (2001). Challenging the cognitive distortions of child molesters: An implicit theory approach. *The Journal of Sexual Aggression*, 7(2), 25-40. doi: 10.1080/13552600108416165

- Duwe, G. (2012). Predicting first-time sexual offending among prisoners without a prior sex offense history the Minnesota sexual criminal: Offending risk estimate (MnSCORE). *Criminal Justice and Behavior*, 39(11), 1436-1456. doi: 10.1177/009385481245391
- *Eher, R., Wolfgang, N. W., Fruehwald, S., & Frottier, P. (2003). Sexualization and lifestyle impulsivity: clinically valid discriminator in sexual offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 47(4), 452-467. doi: 10.1177/0306624X03253844
- *Elliott, M., Browne, K., & Kilcoyne, J. (1995). Child sexual abuse prevention: what offender tell us. *Child Abuse & Neglect*, 19(5), 579-594. doi:10.1016/0145-2134(95)00017-3
- *Farmer, M., Beech, A. R., & Ward, T. (2012). Assessing desistance in child molesters: a qualitative analysis. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(5), 930-950. doi: 10.1177/0886260511423255
- Finkelhor, D. (1984). *Child sexual abuse: New theory and research*. New York: Free Press
- *Fisher, D., Beech, A., & Browne, K. (1999). Comparison of sex offenders to nonoffenders on selected psychological measures. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 43(4), 473-491. doi: 10.1177/0306624X99434006
- *Fon, C., Hudson, S. M., McCormack, J., & Ward, T. (1998). A descriptive model of dysfunctional cognitions in child molesters. *Journal of Interpersonal Violence*, 13(1), 129-155. doi: 10.1177/088626098013001008
- Gannon, T. A., Ward, T., & Collie, R. (2007). Cognitive distortions in child molesters: Theoretical and research developments over the past two decades. *Aggression and Violent Behavior*, 12(4), 402-416. doi:10.1016/j.avb.2006.09.005
- *Giotakosa, O., Markianos, M., Vaidakis, N., & Christodoulou, G. N. (2004). Sex hormones and biogenic amine turnover of sex offenders in relation to their temperament and

- character dimensions. *Psychiatry Research*, 127(3), 185-193. doi: 10.1016/j.psychres.2003.06.003
- Gosling, F. J., & Abdo, C. H. N. (2011). Abuso sexual na infância e desenvolvimento da pedofilia: revisão narrativa da literatura. *Diagnóstico de Tratamento*, 16(3), 128-31. Retirado de <http://files.bvs.br/upload/S/1413-9979/2011/v16n3/a2414.pdf>
- *Grady, M. D., Edwards, D., Davis, C. P., & Abramson, J. (2012). Does volunteering for sex offender treatment matter? Using propensity score analysis to understand the effects of volunteerism and treatment on recidivism. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 25(4), 319-346. doi: 10.1177/1079063212459085
- *Grattagliano, I., Owens, J. N., Morton, R. J., Campobasso, C. P., Carabellese, F., & Catanesi, R. (2012). Female sexual offenders: five Italian case studies. *Aggression and Violent Behavior*, 17(3), 180-187. doi: 10.1016/j.avb.2012.01.001
- *Haapasalo, J., & Kankkonen, M. (1997). Self-reported childhood abuse among sex and violent offenders. *Archives of Sexual Behavior*, 26(4), 421-431. doi: 10.1023/A:1024543402906
- *Hall, G. C. N., Maiuro, R. D. M., Vitaliano, P. P., & Proctor, W. C. (1986). The Utility of the MMPI with men who have sexually assaulted children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 54(4), 493-496. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/0022-006X.54.4.493>
- Hall, G. C., & Hirschman, R. (1991). Toward a theory of sexual aggression: a quadripartite model. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 59(5), 662-669. doi: 10.1037/0022-006X.59.5.662
- Hanson, K. R., Gizzarelli, R., & Scott, H. (1994). The attitudes of incest offenders: Sexual entitlement and acceptance of sex with children. *Criminal Justice and Behavioral*, 21(2), 187-202. doi: 10.1177/0093854894021002001

- *Hanson, R. K., & Thornton, D. (2000). Improving risk assessments for sex offenders: a comparison of three actuarial scales. *Law and Human Behavior*, 24(1), 119-136. doi: 10.1023/A:1005482921333
- *Harris, G. T., Rice, M. E., Quinsey, V. L., Lalumière, M. L., Douglas Boer, D., & Lang, C. (2003). A Multisite comparison of actuarial risk instruments for sex offenders. *Psychological Assessment*, 15(3), 413-425. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/1040-3590.15.3.413>
- *Haywood, T. W., Grossman, L. S., & Cavanaugh, L. (1990). Subjective versus objective measurements of deviant sexual arousal in clinical evaluations of alleged child molesters. *Psychological Assessment: A Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 2(3), 269-275. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/1040-3590.2.3.269>
- *Haywood, T. W., Kravitz, H. M., Grossman, L. S., Wasyliv, O. E., & Hardy, D. W. (1996). Psychological aspects of sexual functioning among cleric and noncleric alleged sex offenders. *Child Abuse & Neglect*, 20(6), 527-536. doi: 10.1016/0145-2134(96)00034-8
- *Haywood, T. W., Kravitz, H. M., Wasyliv, O. E., Goldberg, J., & Cavanaugh, J. L. (1996). Cycle of abuse and psychopathology in cleric and noncleric molesters of children and adolescents. *Child Abuse & Neglect*, 20(12), 1233-1243. doi: 10.1016/S0145-2134(96)00118-4
- *Hoke, S. E., McGrath, R. J., & Vojtisek, J. E. (1998). Cognitive-behavioral treatment of sex offenders: a treatment comparison and long-term follow-up study. *Criminal Justice and Behavior*, 25(2), 203-225. doi: 10.1177/0093854898025002004
- *Jeglic, E. L., Mercado, C.C., & Levenson, J. S. (2012). The prevalence and correlates of depression and hopelessness among sex offenders subject to community notification and residence restriction legislation. *American Journal of Criminal Justice*, 37(1), 46-59. doi: 10.1007/s12103-010-9096-9

- *Lambie, I., & Stewart, M.W. (2012). Community solutions for the community's problem: An evaluation of three New Zealand community-based treatment programs for child sexual offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 56(7), 1022-1036. doi: 10.1177/0306624X11420099
- *Langevin, R., & Curnoe, S. (2012). Lifetime criminal history of sex offenders seen for psychological assessment in five decades. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 56(7), 997-1021. doi: 10.1177/0306624X11420084
- Langton, C. M., Barbaree, H. E., Harkins, L., Peacock, E. J., & Arenovich, T. (2008). Further investigation of findings reported for the Minnesota sex offender screening tool—revised. *Journal of Interpersonal Violence*, 23(10), 1363-1379. doi: 10.1177/0886260508314302.
- Lantermann, J. L., Boyle, D. J., & Ragusa-Salerno, L. M. (2014). Sex offender risk assessment, sources of variation, and the implications of misuse. *Criminal Justice and Behavior*, 41(7), 822-843. doi:10.1177/0093854813515237
- *Lussier, P., Bouchard, M., & Beauregard, E. (2011). Patterns of criminal achievement in sexual offending: unraveling the “successful” sex offender. *Journal of Criminal Justice*, 39(5), 433-444. doi: 10.1016/j.jcrimjus.2011.08.001
- *Lussier, P., LeBlanc, M., & Proulx, J. J. (2005). The generality of criminal behavior: a confirmatory factor analysis of the criminal activity of sex offenders in adulthood. *Journal of Criminal Justice*, 33(2), 177-189. doi: 10.1016/j.jcrimjus.2004.12.009
- *Mailloux, D. L., Abracen, J., Serin, R., Cousineau, C., Malcolm, B., & Looman, J. (2003). Dosage of treatment to sexual offenders: are we overprescribing? *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 47(2), 171-184. doi: 10.1177/0306624X03251096

- *Mair, K. J. (1993). The nature of the act; a neglected dimension in the classification of sex offenders. *British Journal of Criminology*, 33(2), 267-275. Retirado de <http://bjc.oxfordjournals.org/content/33/2/267.full.pdf+html>
- *Marques, J., Nelson, C., West, M. A., & Day, D. M. (1994). The relationship between treatment goals and recidivism among child molesters. *Journal Behavior and Therapy*, 32(5), 577-588. doi: 10.1016/0005-7967(94)90148-1
- *Marsa, F., O'reilly, G., Car, A., Murphy, P., O'sullivan, M., Cotter, A., & Hevey, D. (2004). Attachment styles and psychological profiles of child sex offenders in Ireland. *Journal of Interpersonal Violence*, 19(2), 228-251. doi: 10.1177/0886260503260328
- Marshall, W. L., & Barbaree, H. E. (1990). An integrated theory of the etiology of sexual offending. In W. L. Marshall, D. R. Laws, & H. E. Barbaree (Eds.), *Handbook of sexual assault: Issues, theories and treatment of the offender* (pp. 257-271). New York, NY: Plenum.
- *Marshall, W. L., Barbaree, H. E., & Christoph. D. (1986). Sexual offenders against female children: Sexual preferences for age of victims and type of behaviors. *Canadian Journal of Behavioral Science*, 18(4), 424-439. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/h0079966>
- Marunna, S., & Mann, R. E. (2006). A fundamental attribution error? Rethinking cognitive distortions. *Legal and Criminological Psychology*, 11(2), 155-177. doi: 10.1348/135532506X114608
- *McGrath, R. J., Lasher, M. P., & Cumming, G. F. (2012). The Sex Offender Treatment Intervention and Progress Scale (SOTIPS): Psychometric properties and incremental predictive validity with Static-99R. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment* 24(5), 431-458. doi: 10.1177/1079063211432475

- *Michaud, P., & Proulx, J. (2009). Penile-response profiles of sexual aggressors during phallometric testing. *Sexual abuse: A Journal of Research and Treatment*, 21(3), 308-334. doi: 10.1177/1079063209342073
- *Miner, M. H., West, M. A., & Day, D.M. (1995). Sexual Preference for Child and Aggressive Stimuli: Comparison of Rapists and Child Molesters Using Auditory and Visual Stimuli. *Behavioral Research and Therapy*, 33(5), 545-551. doi: 10.1016/0005-7967(94)00071-Q
- *Morgan, L., Brittain, B., & Welch, J. (2012). Multiple perpetrator sexual assault: how does it differ from assault by a single perpetrator? *Journal of Interpersonal Violence*, 27(12), 2415-2436. doi: 10.1177/0886260511433514
- Moura, A. S., & Koller, S. H. (2008). A criança na visão de homens acusados de abuso sexual: um estudo sobre distorções cognitivas. *Psico-USF*, 13(1), 85-94. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/pusf/v13n1/v13n1a11.pdf>
- Neidigh, L., & Krop, H. (1992). Cognitive distortions among child sexual offenders. *Journal of Sex Education and Therapy*, 18(3), 208-215. doi: 10.1080/01614576.1992.11074054
- *Nunes, K. L., & Jung, S. (2012). Are cognitive distortions associated with denial and Minimization among sex offenders? *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 25(2), 166-188. doi: 10.1177/1079063212453941
- Nunes, N. S. S. (2012). *Distorções cognitivas: comparação entre uma amostra forense e uma amostra normativa*. (Dissertação de mestrado). Retirado de <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/6373>
- Pereira, Â. L., & Bachion, M. M. (2006). Atualidades em revisão sistemática de literatura, critérios de força e grau de recomendação de evidência. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 27(4), 491-498. Retirado de <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/RevistaGauchadeEnfermagem/index>

- *Porter, S., Fairweather, D., Drugge, F., Hervé, H., Birt., & Boer, D.P. (2000). Profiles of psychopathy in incarcerated sexual offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 27(2), 216-233. doi: 10.1177/0093854800027002005
- *Prentky, R. A., Lee, A. E. S., Knight, R. A., & Cerce, D. (1997). Recidivism rates among child molesters and rapists: a methodological analysis. *Law and Human Behavior*, 21(6), 635-659. doi: <http://dx.doi.org/10.1023/A:1024860714738>
- *Rebocho, M. F., & Gonçalves, R. A. (2012). Sexual predators and prey: A comparative study of the hunting behavior of rapists and child molesters. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(14), 2770-2789. doi: 10.1177/0886260512438280
- *Rice, M. E., & Harris, G. T. (2002). Men who molest their sexually immature daughters: Is a special explanation required? *Journal of Abnormal Psychology*, 111(2), 329-339. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/0021-843X.111.2.329>
- Sampaio, R. F., & Mancini, M. C. (2007). Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 11(1), 83-89. Retirado de <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online>
- *Sanfelice, M. M., & De Antoni, C. (2010). A Percepção do abusador sexual sobre a (sua) sexualidade. *Interamerican Journal of Psychology*, 44(1), 131-139. Retirado de <http://www.psikorip.org/Resumos/PerP/RIP/RIP041a5/RIP04414.pdf>
- *Schneck, M. M., Bowers, T. G., & Turkson, M. A. (2012). Sex-role orientation and attachment styles of sex offenders. *Psychological Reports*, 110(2), 624-638. doi: 10.2466/02.09.16.21.PR0.110.2.624-638
- Silva, I. S. (2013). *Distorções Cognitivas em Agressores Sexuais: Um Estudo Comparativo*. (Dissertação de mestrado). Retirada de <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/7655>

- *Simons, D. A., Sandy, K., Wurtele, S. K., & Durham, R. L. (2008). Developmental experiences of child sexual abusers and rapists. *Child Abuse & Neglect*, 32(5), 549-560. doi: 10.1016/j.chiabu.2007.03.027
- *Tardif, M., Auclair, N., Jacob, M., & Carpentier, J. (2005). Sexual abuse perpetrated by adult and juvenile females: an ultimate attempt to resolve a conflict associated with maternal identity. *Child Abuse & Neglect*, 29(2), 153-167. doi: 10.1016/j.chiabu.2004.05.006
- *Tewksbury, R., Jennings, W. G., & Zgoba, K. M (2012). A longitudinal examination of sex offender recidivism prior to and following the implementation of SORN. *Behavioral Sciences and the Law*, 30(3), 308-328. doi: 10.1002/bsl.1009
- *Thomas, S. T., Phillips, K., Carlson, K., Shieh, E., Kirkwood, E., Cabage, L., & JulieWorley, J. (2013). Childhood experiences of perpetrators of child sexual abuse. *Perspectives in Psychiatric Care*, 49(3), 187-201. doi: 10.1111/j.1744-6163.2012.00349.x
- *Titcomb, C., Delahunt, J. G., & Puisseau, B. W. (2012). Pretrial diversion for intrafamilial child sexual offending does biological paternity matter? *Criminal Justice and Behavior*, 39(4), 552-570. doi: 10.1177/0093854811433678
- Tülü, İ. A., & Erden, G. (2014). Crime analysis regarding sex offenders in turkey: psychological profiling, cognitive distortions and psychopathy among rapists. *Turkish Journal of Psychiatry*, 25(1), 19-30. doi: 10.5080/u7070
- Vieira, S. M. A. (2010). *Ofensores Sexuais: Das Crenças ao Estilo de Pensamento* (Tese de Doutorado). Retirada de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/14246>
- *Walters, G. D., Deming, A., & Elliott, W. N. (2009). Assessing criminal thinking in male sex offenders with the psychological inventory of criminal thinking styles. *Criminal Justice and Behavior*, 36(10), 1025-1036. doi: 10.1177/0093854809342200

- Walters, G., Knight, R. A., & Thornton, D. (2009). The latent structure of sexual violence risk: a taxometric analysis of widely used sex offender actuarial risk measures. *Criminal Justice and Behavior*, 36(3), 290-306. doi:10.1177/0093854808330341
- Ward, T., & Beech, A. (2002). An integrated theory of sexual offending. *Aggression and Violent Behavior*, 11(1), 44-63. doi:10.1016/j.avb.2005.05.002
- Ward, T., & Keenan, T. (1999). Child molesters' implicit theories. *Journal of Interpersonal Violence*, 14(8), 821-838. doi: 10.1177/088626099014008003
- *Ward, T., Hudson, S. M., & Marshall, W. L. (1994). The abstinence violation effect in child molesters. *Behavioral Research and Therapy*, 32(4), 431-437. doi: 10.1016/0005-7967(94)90006-X
- *Weeks, R., & Widom, C. S. (1998). Self-reports of early childhood victimization among incarcerated adult male felons. *Journal of Interpersonal Violence*, 13(3), 346-361. doi: 10.1177/088626098013003003
- *Wood, E., & Riggs, S. (2008). Predictors of child molestation adult attachment, cognitive distortions, and empathy. *Journal of Interpersonal Violence*, 23(2), 259-275. doi: 10.1177/0886260507309344

Estudo IV. Autores de Agressão Sexual de Crianças/Adolescentes: Características Biopsicossociais Relatadas em Processos Jurídicos

A literatura aponta que os autores de agressão sexual de criança/adolescente (AASCA) fazem parte de um grupo de indivíduos nitidamente heterogêneos, cujos integrantes podem ser classificados segundo diferentes tipologias (Costa 2011; Lobanov-Rostovsky, 2015; Pereira, 2007; Vieira, 2010). Na produção científica da área é possível encontrar uma diversidade dessas tipologias que diferenciam os AASCAs uns dos outros. As pesquisas mais comuns na área são aquelas que dividem os indivíduos em aqueles que abusam sexualmente de criança e adolescente (Faleiros, 2004; Felipe, 2006) e os que as utilizam para fins de exploração comercial (Seto, 2008).

Como principais tipologias encontradas na produção da área pode-se citar: abusador sexual, pedófilo, aliciador, traficante sexual, angariador, entre outras. Muitas dessas tipologias encontradas na literatura, geralmente, são explicadas por duas abordagens: uma que associa as características específicas do perpetrador a transtornos psicopatológicos (DSMV, 2014; Verônico, 2015), e que considera os fatores biológicos (fatores hormonais, genéticos, síndromes) como principais vetores para a explicação de determinados comportamentos. A outra abordagem atribui à explicação quanto à manifestação de comportamento agressivo aos fatores sociais e/ou culturais (fatores socioeconômicos, por exemplo) (Lã-Branca, 2012).

No entanto, um conjunto de estudos científicos recentes (Lã-Branca, 2012; Verônico, 2015) vem demonstrando que as características diversas e heterógenas encontradas nos AASCAs podem ser explicadas pela interação da diversidade de fatores biopsicossociais, presentes na trajetória de desenvolvimento desta população. Isso quer dizer que há uma multiplicidade de fatores que são interdependentes, e que podem potencializar os comportamentos agressivos, sem que necessariamente os indivíduos apresentem algum transtorno psicopatológico (Verônico, 2015).

Em uma pesquisa desenvolvida por Rebocho (2007), o autor estabeleceu duas categorias de AASCAs, sem fins comerciais: aqueles que se sentem atraídos por crianças desde a adolescência, podendo ser portadores de transtornos pedofílicos, e outros que não apresentam este padrão de comportamento e/ou, geralmente, cometem o ato sexual devido a uma multiplicidade de fatores de risco biopsicossociais, que acompanharam a trajetória de vida deste indivíduo. Fatores estes que, em conjunto, podem promover as condições necessárias para que a agressão sexual venha ser perpetrada, podendo ser eliciada por um agente estressor, como exemplo, o uso de drogas.

Entretanto, ao mesmo tempo em que as classificações ajudam a entender os indivíduos e a compreender melhor o fenômeno da agressão sexual de criança/ adolescente, as tipologias existentes ainda são insatisfatórias e reproduzem o viés generalista. Há a necessidade de desenvolvimento de novas pesquisas que possam sinalizar as características biopsicossociais e suas variações em dada população, tornando possível mapear aquelas que são proeminentes em determinada sociedade ou região.

Ressalta-se que esta pesquisa buscou conhecer tais características não necessariamente para construir uma etiologia desse grave problema de saúde pública (Krindges, Macedo, & Habigzang, 2016) ou para demonstrar que determinados atributos pessoais podem ser considerados fatores preditores da agressão sexual de crianças e adolescentes em dada população. Ao contrário disso, sabe-se que a agressão sexual de criança/adolescente é um fenômeno multideterminado e que esta só pode ser explicada ou compreendida pela sua associação, mais forte ou mais fraca, com variáveis pessoais e contextuais diversas. Entende-se que essas variáveis consideradas isoladas não apresentam o mesmo efeito sobre o comportamento do indivíduo. Entretanto, quando articuladas, estudos mostram que essas variáveis tendem a aumentar o seu potencial de influência sobre o comportamento (Lã-Branca, 2012; Verônico, 2015). Ou seja, elas podem criar um ambiente favorável à

manifestação do comportamento de agressão sexual e com isso podem levar o indivíduo a se tornar mais suscetíveis a prática da agressão sexual em criança e adolescente.

A simples presença de uma variável considerada como fator de risco para esse tipo de comportamento em determinado grupo ou indivíduos ou mesmo elemento preditor na explicação da sua ocorrência, como exemplo, pensamentos distorcidos sobre a sexualidade de crianças e adolescentes (Nunes & Jung, 2012), não faz dele um AASCA, um violador de direitos ou um criminoso sexual em potencial. Contudo, a presença desse tipo de variável tem levado os estudiosos a entender melhor a diversidade presente no fenômeno da agressão sexual e a buscar padrões, semelhanças, tendências que se destacam na descrição sistemática de uma população que é muito heterogênea em sua composição.

Burgess, Commons, Safarik, Looper e Ross (2007) reforçam a ideia da importância da identificação das características proeminentes ou padrões dos AASCAs. Esses padrões identificados permitiriam uma melhor compreensão dos indivíduos e, conseqüentemente, uma maior capacidade de caracterização dos comportamentos dos diferentes tipos de AASCAs. Para isso é necessário que a identificação dessas características possam levar em conta a utilização de toda e qualquer informação, desde aquelas que fazem parte da cena do crime, como aquelas características do próprio AASCA e das suas vítimas (Burgess, et al., 2007; Lã-Branca, 2012).

A despeito da sua evidente importância, a identificação das características proeminente dos AASCAs nem sempre é uma tarefa fácil, já que esses indivíduos fazem parte de um grupo populacional que apresenta uma grande heterogeneidade em seus traços (Costa 2011; Pereira, 2007; Vieira, 2010). Assim, pode-se falar em perfis específicos de AASCAs ao invés de um único tipo de autor de agressão, por apresentarem características distintas e heterogêneas entre si.

Apesar do reconhecimento da heterogeneidade dos AASCA, estudos (Costa, 2011; Grattagliano, Owens, Morton, Campobasso, Carabellese, & Catanesi, 2012; Simons, 2015) recentes apontam uma tendência a reunir características semelhantes a partir de um conjunto de atributos que podem distingui-los dos demais grupos de criminosos, inspirando novas investigações sobre os padrões localizados. No entanto, neste estudo, tais atributos não são compreendidos como elementos estáticos e unifatoriais, mas sim a partir de uma perspectiva interacionista. Ou seja, entende-se que as variáveis descritoras das características biopsicossociais desses indivíduos e grupos são dinâmicas e interferem de diferentes maneiras e formas no desenvolvimento e no comportamento humano. Isto quer dizer que o AASCA é aqui compreendido como uma pessoa em desenvolvimento e que sofre influência de múltiplos fatores de forma interdependente e interinfluente.

Diante do exposto, entre os estudos encontrados, as principais características biopsicossociais sinalizadas na literatura dizem respeito às particularidades biológicas (excitação fisiológica, idade, sexo), psicológicas (autoestima, uso de álcool e/ou outras drogas, estilo de apego e distorção cognitiva) e sociais (dinâmica familiar disfuncional, vínculo de parentesco, idade e sexo da vítima, entre outras).

Entre as características biológicas relacionadas ao AASCA pode-se citar à excitação fisiológica. A excitação fisiológica também não é consensual entre os pesquisadores da área, conforme demonstrado no estudo de Marshall (2014) e Michaud e Proulx (2009). Para Michaud e Proulx (2009), nem todos os AASCAs demonstram preferências sexuais desviantes. Dos três perfis analisados neste estudo, um grupo desenvolveu preferência sexual desviante associada às meninas púberes, porém, sem a presença de violência física; o segundo grupo revelou que as preferências sexuais desviantes eram direcionadas às crianças pré-púberes de ambos os sexos, envolvendo contatos sexuais com e sem violência física; o terceiro grupo exibiu a preferência por idade indiferenciada e, exclusivamente, por contatos

sexuais sem violência física; e por último, o quarto grupo revelou preferências sexuais não desviantes associados às mulheres adultas. Tal estudo demonstra a heterogeneidade no que concernem os fatores fisiológicos desviantes, entre outros descritos pelos pesquisadores.

Além da excitação fisiológica, outra característica biológica referida nos estudos sobre AASCA é a idade. As diversas pesquisas (Jeglic, Mercado, & Levenson, 2012; Pincolini & Hutz, 2014; Titcomb, Goodman-Delahunty, & Puiseau, 2012) revisadas demonstram que esta população situa-se, geralmente, na faixa etária entre 30 e 50 anos de idade. A pesquisa desenvolvida por Titcomb et al. (2012), que envolveu pais biológicos e não biológicos (padrasto) AASCAs, identificou que a idade média dos AASCA no momento da primeira agressão foi de 36,31 anos ($DP = 7,5$), com um intervalo entre 20 e 68 anos.

Achados semelhantes foram encontrados em Jeglic et al. (2012) que constataram que a maioria (59%) dos participantes encontrava-se entre 41 e 64 anos, seguido dos 26% que estavam entre 25 e 40 anos e aqueles 12% com mais de 65 anos de idade. No estudo de Simons, Wurtele e Durham (2008), comparando os AASCAs com os estupradores de pessoas adultas, os dados revelaram não haver associação significativa com a variável idade apesar da média de idade dos AASCAs tenha sido maior de 30 anos.

Outra pesquisa realizada por Vieira (2010) identificou um efeito significativo da idade relacionado ao tipo de crime sexual cometido. Essa pesquisa encontrou diferença significativa entre os indivíduos que cometeram várias agressões, sendo que indivíduos mais novos (idade entre 25-35 anos) cometeram agressão sexual em pessoas ainda mais jovens (menor que 18 anos).

Outra característica biológica explorada na literatura diz respeito ao sexo do AASCA. Estudos como os que foram publicados por Carvalho e Nobre (2013), Langevin e Curnoe (2012) e Simons et al. (2008) tiveram como participantes AASCAs exclusivamente do sexo masculino. Diversos estudos (Costa, 2011; Grattagliano, et al., 2012; Grotpeter & Elliott,

2002; Ribeiro & Cordeiro, 2012; Simons, 2015;) demonstraram a exclusividade ou predominância do sexo masculino entre os AASCAs. No trabalho de Costa (2011), foi verificado ser o sexo masculino uma característica proeminente, no entanto, sua pesquisa trouxe contribuições importantes sobre AASCAs do sexo feminino. Tais resultados permitem sugerir que embora as análises mais robustas concentrem-se em estudos que investigaram AASCA do sexo masculino, pesquisas com mulheres são possíveis e necessárias, até por serem menos comuns.

Quanto aos aspectos psicológicos dos AASCAs, a produção científica aponta que eles podem ter uma visão negativa sobre as mulheres, apresentando uma série de mitos sobre a violação. Esses indivíduos geralmente condenam a prática da violência, apesar de se identificarem com o papel de gênero masculino dominador (Robertiello & Terry, 2007). Os AASCAs podem apresentar ainda baixa autoestima, problemas de abuso de substâncias psicoativas, incapacidade de gerir os sentimentos de raiva e apresentar um estado de humor disfuncional (Robertiello & Terry, 2007). O estudo de Sanfelice e De Antoni (2010) sinalizou que em termos de características psicológicas esta população pode apresentar déficit de intimidade e solidão, e a agressão sexual pode ser usada como estratégia de controle das pessoas e de redução da solidão emocional.

Na pesquisa desenvolvida por Titcomb et al. (2012), que analisou 136 casos de AASCAs com informações sobre o acesso e o uso abusivo de substâncias psicoativas, como drogas lícitas e ilícitas, pouco mais de um terço não apresentou histórico de abuso de álcool ou drogas (34,6%) e uma proporção semelhante trazia um histórico de abuso de substâncias. Nesse estudo, o abuso de álcool e droga foi associado à agressão sexual em um terço da amostra pesquisada.

Outro aspecto sinalizado nas pesquisas diz respeito ao histórico de abuso sexual ou maus tratos na infância sofrida por esta população. No que diz respeito às suas próprias

experiências como vítimas de abuso físico, emocional ou sexual, mais da metade dos 112 AASCAs tinham em seus registros essa informação disponível, e destes, 8,9% tinham testemunhado e 43,8% foram vítimas de abuso físico ou emocional antes da idade de 16 anos. A maior proporção dos AASCAs havia sido testemunha (5,3%) ou foi vítima (62,1%) de abuso sexual antes dos 16 anos (Titcomb et al., 2012). Na pesquisa de Simons et al. (2008) também os AASCAs foram significativamente maior (73%) e relataram ter experimentado abuso sexual na infância, em comparação com estupradores (43%) de adultos.

No estudo que avaliou os AASCAs pais biológicos e padrasto, a história sobre o abuso sexual apresentou pouca diferença significativa (Titcomb et al., 2012). Na mesma pesquisa, um terço dos AASCAs relatou ter enfrentando a agressão sexual de mais de um autor, 34% relataram ter sido abusado sexualmente por pessoas em múltiplas relações, 53% relataram que o autor da agressão era homem, e 22% relataram que o agressor era um membro familiar.

As experiências de abuso sexual de estupradores de adultos foram menos frequentes e menos graves (ou seja, 85% consistiam em carícias). Estupradores relataram que seus autores eram em sua maioria do sexo feminino (66%) e que eram conhecidas (27%), apenas 14% relataram o abuso por um membro da família. Dos participantes que relataram história de agressão sexual (155), os AASCA foram abusados em uma idade significativamente mais jovens em comparação com estupradores de adultos (Titcomb et al., 2012).

Além destas características, outro atributo psicológico que ocupa lugar de destaque em pesquisas envolvendo AASCAs são aqueles que podem produzir distorções cognitivas capazes de explicar e justificar seu comportamento agressivo. Os estudos sobre distorção cognitiva de AASCAs têm sinalizado a presença dessas diversas formas de pensamento entre essa população, desde aquelas que tendem a negar o ato praticado como aquelas relacionadas à negação e/ou à minimização da ação de maneira geral (Nunes & Jung, 2012). Mesmo tendo uma série de trabalhos sobre distorção cognitiva, os estudos ainda são recentes e necessitam

de mais pesquisas com o intuito de identificar a presença sistemática desse tipo de pensamento, o que tem levado à ausência de consenso entre os pesquisadores.

Quanto aos atributos relacionados às variáveis sociais, dados científicos sugerem que os AASCAs, geralmente, provêm de famílias com dinâmicas disfuncionais e que por vezes existem inconsistências nas práticas educativas (Robertiello & Terry, 2007). Além dessas características outras são comumente relatadas na literatura: o vínculo de parentesco e o sexo da vítima (Langevin & Curnoe, 2012).

Na pesquisa de Simons et al. (2008) identificou que a maioria dos AASCAs tinha algum grau de proximidade com a vítima, eram familiares ou pessoas, já que eles desenvolviam alguma função de confiança (por exemplo, babá, professor, treinador) e geralmente eram do sexo feminino. Essas vítimas tinham uma média de idade de nove anos e quase sempre sofreram múltiplas relações.

Na pesquisa de Titcomb et al. (2012), os dados demonstraram que a maioria das vítimas (91,1%) era de crianças do sexo feminino, (4,7%) eram crianças do sexo masculino, e (4,2%) dos AASCAs agrediram sexualmente vítimas de ambos os sexos. No estudo de Blasko, Jeglic e Mercado (2011), a maioria dos AASCAs praticou a agressão contra vítimas do sexo feminino (59,78%), embora alguns deles (15,20%) tivessem praticado a agressão sexual em vítimas do sexo masculino, e 2,3% contra vítimas de ambos os sexos.

Diante da diversidade que marcam seus atributos biológicos, psicológicos sociais, uma pesquisa portuguesa desenvolvida por Rebocho (2007) caracterizou os indivíduos, utilizando as tipologias existentes para AASCA. A pesquisa concluiu que esses indivíduos se aproximam muito mais das características gerais da população portuguesa do que havia suposto, ou seja, as características predominantes nessa população distanciavam-se daquelas comumente associadas à imagem de violador ou de criminoso perigoso.

Diante dos estudos analisados, pode-se dizer que os AASCAs, tal como outros tipos pesquisados na atualidade, constituem um grupo heterogêneo e a origem do seu comportamento pode ter diferentes motivações: fatores como fraca competência social, baixa autoestima, sentimentos de inadequação, sensação de vulnerabilidade, dificuldade nos relacionamentos interpessoais com adultos, além do sentimento de que eles são fisicamente pouco atrativos, com vários problemas referentes à realização sexual, humilhação e solidão (Lã-branca, 2012; Rebocho, 2007).

De maneira geral, pode-se concluir que a presença de características heterogêneas é uma marca constante dessa população e que a identificação de diferentes características de AASCAs pode ser explicada por uma multiplicidade de fatores influentes no curso do seu desenvolvimento biopsicossocial. No entanto, essas características precisam ser investigadas sistematicamente para serem mais bem compreendidas.

Diante disso, este estudo buscou identificar e analisar as características biopsicossociais dos AASCAs com base nos autos dos processos jurídicos tramitados na Vara de Crimes contra Criança e Adolescente, nas comarcas de Abaetetuba, Belém e Parauapebas, entre 2012 e 2014.

Método

Este estudo utilizou dados secundários obtidos a partir do exame de documentos jurídicos que compõem a ação penal de AASCA, disponibilizados pelas instituições jurídicas localizadas em três municípios paraenses, tratando-se, portanto, de um estudo documental. Para Bogdan e Biklen (1994), as fontes documentais (documentos oficiais) são importantes, pois permitem captar o retrato de como são os participantes representados por esses documentos formais.

Os autos desses processos jurídicos foram considerados ricas fontes de informação, pois permitiram fazer um retrato dos aspectos sociais e psicológicos dos AASCAs e das

circunstâncias em que aconteceu a agressão praticada. Ressalta-se, ainda, que esses documentos ofereceram um conjunto de informações encontradas nos autos processuais tramitados no Tribunal de Justiça do estado do Pará (TJE-PA), por meio das Varas de Crimes contra Criança e Adolescente com atuação na capital e demais municípios do Estado.

Contexto da Pesquisa

A realização da pesquisa ocorreu em três municípios do estado do Pará em comarcas distintas (Belem, Abaetetuba e Parauapebas), o que possibilitou uma análise ampla e regionalizada dos dados. Esse Estado é composto por 174 municípios divididos em seis mesorregiões: Mesorregião do Baixo Amazonas, do Marajó, da região Metropolitana de Belém, do Nordeste, Sudeste e Sudoeste Paraense. Neste estudo, foram selecionadas comarcas localizadas em três mesorregiões paraenses (Nordeste, Metropolitana e Sudeste Paraense), e, cada uma delas, um município foi escolhido para compor a pesquisa.

A escolha foi realizada em razão de critérios geopolíticos que considerassem o seu peso político-administrativo no estado do Pará. Esta escolha deveu-se não apenas ao fato destes municípios estarem localizados em regiões geopoliticamente importantes para o Estado, mas também porque neles se destacam comarcas judiciais com um histórico de violação dos direitos de crianças e adolescentes nas suas mais diversas formas de expressão, inclusive no campo da sua integridade sexual. De maneira geral, as escolhas priorizaram a distribuição geográfica relevante no estado do Pará e os municípios com um histórico de violações de direitos de criança e adolescente (Figura 11).



Fonte: IBGE-2012

Figura 11. Mapa do estado do Pará mostrando os três municípios alvo da pesquisa

A escolha de Belém se deu em razão da sua importância administrativa, social, política e cultural, já que é a capital do estado do Pará, além de que apresenta hoje uma concentração de situações que envolvem a agressão sexual de criança e adolescente. O processo de ocupação espontânea que ocorreu nas áreas urbanizadas e a desocupação desenfreada que incide na Região Metropolitana de Belém conduziram a população à segregação socioeconômica, com isso as mazelas sociais foram deflagradas, levando as pessoas a um estado de marginalidade social, onde se inclui a agressão sexual de criança e adolescente, como apontado no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da pedofilia (CPI) (2010).

O município de Abaetetuba foi escolhido por ser o sétimo do estado do Pará em termos de densidade populacional. Sua posição geográfica faz parte da Microrregião de Cametá, Mesorregião do Nordeste Paraense, no entorno do Complexo de Minério Industrial Albras/Alunorte. Esta condição gerou mudanças que causaram desequilíbrios sociais, econômicos e culturais e contribuiu fortemente para a criação de grandes bolsões de pobreza. Além disso, este município é apontado como o principal ponto de rota de narcotráfico, justamente por ser uma cidade portuária com impacto sobre o comércio de toda a região

(Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Abaetetuba-CMDCA 2011).

Além desse aspecto, outro motivo foi relevante para a decisão de realizar a pesquisa neste município: o mapeamento dos casos de violação de direitos da criança e do adolescente realizado sistematicamente pelo município, o qual apontou recentemente que o abuso sexual foi identificado como uma das principais formas de violência. Abaetetuba é o terceiro município paraense em notificações de abuso sexual, segundo o Diagnóstico Social da Criança e do Adolescente do Município de Abaetetuba (2011).

Quanto à escolha de Parauapebas, este município ocupa lugar de importância na mesorregião do Sudeste Paraense. Na economia, o município conta com Produto Interno Bruto (PIB), que, em 2012, chegou a 15.947.708.648 reais, ficando atrás apenas do PIB da capital, Belém (IBGE, 2012). Esse fenômeno econômico se justifica por estar assentado na maior província mineral do planeta: a Serra dos Carajás. O município tem também como característica a grande miscigenação, com forte presença de maranhenses, mineiros e goianos, sendo uma cidade com forte presença de pessoas transeuntes.

Segundo dados do Relatório da CPI da Pedofilia (2010), como ficou conhecida no estado do Pará, o município de Parauapebas, à época do Relatório, contava com 33 processos jurídicos em andamentos. Em razão disso, foi considerado o 5º município em número de autos jurídicos levantados neste relatório.

Ambiente de pesquisa.

No município de Belém, a pesquisa foi realizada na Vara Especializada de Crimes Contra a Criança e o Adolescente, por ser o órgão do judiciário responsável por esse tipo de processo. No município de Abaetetuba, os processos jurídicos localizavam-se na 3ª Vara Privativa e Exclusiva dos Efeitos Criminais, inclusive de crimes contra criança e adolescente. Em Parauapebas, esses processos estavam reunidos na 1ª Vara Criminal que atuavam também

na competência de crimes contra a vida e execução penal contra a criança e o adolescente.

Nesta comarca, assim como nas demais, a coleta de dados ocorreu em uma sala disponibilizada pelo juiz, com uma cadeira e uma mesa, onde os autos dos processos jurídicos foram manuseados.

Seleção dos Processos Jurídicos

O sistema Libra (Sistema de Gestão de Processos Judiciais).

O Libra corresponde ao novo sistema de informação que, gradualmente, substituiu o antigo banco de dados do TJE-PA, sendo denominado de Sistema de Gestão de Processos Judiciais do Pará. O Libra foi criado pela equipe da Secretaria de Informática do TJE-PA, obedecendo às determinações estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da resolução nº 46/2007 que criou as tabelas processuais unificadas. Como parte da dinâmica de organização e arquivamento do novo sistema, os processos armazenados no sistema antigo migraram para o Libra, sendo este um processo ainda novo e em fase de consolidação. O Libra foi uma importante ferramenta, pois ajudou a selecionar os processos jurídicos pela categoria estupro e estupro de vulnerável, separando todos os demais processos destes.

Após a seleção dos processos pelo Libra, a escolha dos autos processuais foi conduzida pela secretaria do tribunal, ficando a cargo da secretaria do fórum realizar essa busca de acordo com a disponibilidade das pessoas e dos processos. Dessa forma, os processos foram selecionados de maneira aleatória com base no sistema Libra.

Considerações Éticas

O projeto de pesquisa foi aprovado segundo o parecer do Núcleo de Medicina Tropical-NMT/ Universidade Federal do Pará (UFPA), emitido em 30/04/2014, registrado pelo número 650.210 (Apêndice B)

Amostra

O estudo envolveu dados extraídos dos processos judiciais que dizem respeito a homens e mulheres acima de 18 anos AASCA, sentenciados pelo crime de agressão sexual de criança e adolescente entre os anos de 2012 e 2014. O tamanho da amostra levou em conta o número de processos jurídicos localizados em cada município pelo sistema Libra, conforme mostra a Tabela 7.

Tabela 7

Demonstrativo dos dados dos processos jurídicos nos respectivos municípios a partir de 2012.

Municípios	Total Libra	Cálculo amostral
Abaetetuba	47	17
Belém	555	206
Parauapebas	73	27
Total	675	250

Para a realização do cálculo amostral os dados foram estratificados para compor a amostra do total de processos selecionados nas comarcas dos municípios pesquisados. O n (letra em minúsculo) corresponde ao total de processos encontrados no sistema Libra referentes aos anos de 2012, 2013 e 2014, enquanto que o N (letra em maiúsculo) equivale ao total de processos nos três municípios.

Para o cálculo amostral foi utilizado N_h =população do estrato, n =Tamanhos da amostra, E =erro da amostra (0,05). Para o cálculo da amostra aleatória estratificada há a seguinte equação $n_h = [(n \times N_h) / N]$, para os estratos que são independentes. Sendo a equação para o $n_0 = (1 / E^2)$ e a equação $n = [(N \times n_0) / (N + n_0)]$.

Apesar de ter sido realizado o cálculo para a amostra estratificada e ter sido gerado o k (3), pelo qual um em cada três processos jurídicos deveria ser selecionado para a análise dos seus dados, a dinâmica do tribunal não permitiu realizar esse procedimento por duas razões: primeiro por serem processos que se encontravam em tramite, isto é, eles ainda estavam sendo julgados e na maioria das vezes encontravam-se indisponíveis para consulta na secretaria do órgão; e segundo pela própria dinâmica da secretaria dos tribunais que não dispõem seus

arquivos todos os processos, o que fez com que alguns dos pré-selecionados não estivessem ali disponível para consulta, ficando a cargo da própria equipe de funcionários do tribunal separar os processos que estavam disponíveis naquele momento.

Instrumentos

Formulário para caracterização biopsicossocial do autor e da vítima de agressão sexual.

O formulário para a caracterização biopsicossocial do AASCA e da vítima de agressão sexual (Apêndice D) foi elaborado pelo EASCA/LED e teve como objetivo coletar: (a) dados de identificação (sete itens), (b) dados biopsicossociais do AASCA e da sua vítima (34 itens), (c) dados processuais do autor (20 itens) e (d) das vítimas (15 itens).

Procedimentos da Pesquisa

Procedimentos preliminares.

A primeira etapa desta pesquisa envolveu o contato com os órgãos oficiais, cuja finalidade foi explicar os objetivos da pesquisa e solicitar autorização para manusear os documentos oficiais. Para tanto, foi elaborado um termo de autorização institucional (Apêndice C) a ser assinado pelo juiz responsável pela Vara de Crime contra Crianças e Adolescente nos municípios arrolado pela pesquisadora.

Procedimentos de coletas.

A coleta dos dados nos arquivos dos órgãos do judiciário consistiu no levantamento de informações nos autos dos processos jurídicos e teve a duração de aproximadamente quatro meses, de março a julho de 2014, executada pela equipe do EASCA. A coleta iniciou pelo município de Abaetetuba, seguido de Belém e finalizado em Parauapebas. No entanto, como o volume maior de processos se concentrou em Belém, a coleta foi mais extensa neste município, uma vez que os autos jurídicos foram lidos peças por peças processuais.

Procedimentos de análise.

Para a análise dos 250 processos judiciais foi organizado um banco de informação alimentado constantemente pelos membros do EASCA. Após a conclusão do banco de informação, os dados foram avaliados a partir de quatro tipos de análise estatística. Dessa forma, foram utilizados vários procedimentos de análise dos dados: descritiva, seguida dos dados exploratórios, assim como a análise de *Cluster*, a análise discriminante e a regressão logística.

Procedimentos de análise dos dados descritivos: caracterização biosociodemográfica.

Para a caracterização biosociodemográfica, a frequência absoluta e relativa foi calculada utilizando a estatística descritiva das seguintes variáveis: sexo, idade, etnia/cor, religião, escolaridade, situação conjugal, com ou sem filhos, vínculo de parentesco, a faixa de desenvolvimento (criança ou adolescente), sexo e etnia/cor da vítima.

Procedimentos de análise dos dados exploratórios.

Para a apreciação dos dados exploratórios, os dados foram sistematizados partindo da análise de cinco características biopsicossociais dos AASCAs que vêm sendo estudadas de forma constante na literatura: os crimes anteriores por eles praticados (Pincolini & Hutz, 2014), a severidade e a gravidade da agressão sexual (Grotpeter & Elliott, 2002; Ribeiro & Cordeiro, 2012), sua idade (Fisher, Beech, & Browne, 1999) e as características das vítimas, sexo e idade (Marshall, Barbaree, & Christophe, 1986).

Dessa forma, neste estudo as cinco características biopsicossociais foram analisadas de maneira exploratória, são elas: (a) descrição segundo prática de crimes anteriores: AASCAs com crimes (ACC) e sem crimes anteriores (ASC); (b) severidade e gravidade da agressão sexual, com Hands off (agressão sexual “menos” severa como exibicionismo e abuso verbal-HOFF) e Hands on (agressão sexual com uso da força e/ou outro tipo de coerção severa-HON); (c) idade do autor: abaixo de 30 anos (<30) e acima de 30 anos (≥ 30); (d) tipificação

quanto ao sexo da vítima: AASCA de meninos ($A_{\text{♂}}$) e meninas ($A_{\text{♀}}$); e (e) tipificação quanto à idade da vítima: autores de agressão sexual de criança (AASC) e de adolescente (AASA).

Para a análise exploratória e descritiva, o teste χ^2 foi utilizado para realizar a associação entre as cinco características do AASCA e as demais variáveis identificadas nos autor processuais sendo, 74 variáveis referente às características do AASCA (variáveis dicotômicas Sim=1, Não=0), 43 variáveis referentes à vítima (variáveis dicotômicas Sim=1, Não=0) e mais 22 variáveis relacionadas à situação processual (variáveis dicotômicas Sim=1, Não=0).

Ressalta-se que cada característica biopsicossocial do AASCA foi associada as demais variáveis, levando ao final da análise um conjunto de dados referentes àquela característica. Os dados da análise exploratória foram organizados em torno do seguinte objetivo: verificar como as variáveis referentes ao AASCA, assim como as relacionadas às vítimas e aos autos processuais, aproximam-se formando grupos e subgrupos de características biopsicossociais capazes de apontar a presença de padrões contrastantes na população pesquisada. Em todas as análises foi adotado um nível de significância de 5%. As análises foram realizadas no *software* estatístico SPSS versão 20.0 for Windows.

Procedimentos de Análise de *Clusters*.

O objetivo desta análise foi identificar qual grupo apresentava ou não apresentar determinadas características, sinalizando assim diferença e semelhança entre as características dos grupos. Para esta avaliação utilizou-se a análise de *Cluster* que considerou as seguintes variáveis: 76 variáveis referentes ao AASCA, (identificação, dados sociodemográficos, dados processuais) e 13 variáveis associadas às vítimas (idade, sexo, etnia/cor, religião, faixa etária, contexto de moradia, idade que sofreu a 1ª agressão, escolaridade, negligência familiar, violência psicológica, física, institucional e patrimonial).

Por ser o presente estudo, de natureza descritiva, objetivou-se explorar relações que ligam as formas de agressão sexual praticadas contra criança e adolescente, as características da vítima nos processos jurídicos examinados às condições biopsicossocial dos AASCA.

De acordo com Malhotra (2006), a análise de agrupamento, ou análise de *Clusters*, é uma técnica usada para classificar objetos ou casos em grupos relativamente homogêneos chamados de agrupamentos ou conglomerados. Assim, os participantes em cada agrupamento tendem a ser semelhantes entre si, mas diferentes de participantes em outros agrupamentos. Por isso, três questões fundamentais devem ser consideradas na aplicação da análise de agrupamento: (a) a primeira, como será medida a similaridade dos dados; (b) a segunda, como formar os agrupamentos; e (c) por fim, como decidir quantos grupos formar.

A técnica de agrupamento hierárquico interliga as amostras por suas associações, produzindo um dendograma onde as amostras semelhantes, segundo as variáveis escolhidas, são agrupadas entre si. A suposição básica de sua interpretação é esta: quanto menor a distância entre os pontos, maior a semelhança entre as amostras. Os dendogramas são especialmente úteis na visualização de semelhanças entre as amostras ou casos representados por pontos em espaço com dimensão maior do que três, onde inclusive a representação por meio de gráficos convencionais não é possível.

Existem muitas maneiras de procurar agrupamentos no espaço n-dimensional. A maneira matematicamente mais simples consiste em agrupar os pares de pontos que estão mais próximos, usando a distância euclidiana, e substituí-los por um novo ponto localizado na metade da distância entre eles. Este procedimento, quando repetido até que todos os pontos sejam agrupados em um só ponto, leva a construção do dendograma, onde, no eixo horizontal são colocadas as amostras e, no eixo vertical, o índice similaridade, s_{ij} , entre os pontos i e j ,

calculado segundo a seguinte expressão: $s_{ij} = 1 - \frac{d_{ij}}{d_{\max}}$.

Onde d_{ij} é a distância entre os pontos i e j e $d_{máx}$ é a distância máxima entre qualquer par de pontos. Os dendogramas, portanto, consistem em diagramas que representam a similaridade entre pares de amostras (ou grupos de amostras) numa escala que vai de um (identidade) a zero (nenhuma similaridade).

O método de agrupamento não hierárquico utilizado foi o k -médias, que consiste em um procedimento no qual dado um número de *Cluster* previamente determinado, foram calculados pontos que representam os centros desses agrupamentos e que são espalhados homogeneamente no conjunto de respostas obtidas por meio dos questionários e movidos, heurísticamente, até alcançar um equilíbrio estático (Hair, Black, Babin, Anderson, & Tatham, 2005). Procede-se, em seguida, a uma divisão de todos os casos obtidos pelos k grupos preestabelecidos e a melhor partição dos n casos será aquela que otimizar o critério escolhido. Em outras palavras, o procedimento inicia-se usando os valores dos primeiros k casos como estimativas temporárias das médias dos *Clusters*.

Os centróides iniciais são formados por meio da designação de cada caso ao *Clusters* de centro mais próximo. Com a inclusão de cada caso, a média altera-se, modificando assim o centróide. Um processo iterativo é usado para achar os centróides finais de cada agrupamento. A cada passo, os casos são agrupados ao *Clusters* de centro mais próximo e, novamente, as médias são recalculadas. Este processo continua até que não haja mais alterações nas médias ou que um número pré-determinado de interações aconteça, encerrando-se o processo (Hair et al, 2005; Marroco, 2007).

Para determinar quantos *Clusters* seriam criados, seguiu-se a orientação dada pela revisão de literatura e inspeção visual do método gráfico chamado de dendograma (não hierárquico). Foram simuladas soluções com $k = 2$, $k = 3$ e $k = 4$, sendo que a solução considerada mais adequada foi a de três *Clusters*. Procede-se à comparação de contagens e/ou as médias entre os indivíduos dos diferentes agrupamentos e amostra total. Assim, esse

procedimento permitiu verificar a existência de diferenças entre os três grupos de indivíduos nas variáveis analisadas.

Procedimento da análise discriminante.

A análise discriminante foi realizada por meio do *software* Statistical Package for Social Sciences (SPSS versão 20.0), utilizado para a estimação dos parâmetros das funções discriminantes e ferramenta para execução dos testes estatísticos a um nível de significância de 0,05.

A técnica *Stepwise* foi utilizada para eleger as variáveis com máximo poder de separação dos grupos de AASCA. O processo combina a adição de variáveis com maior poder de separação dos grupos dos AASCA e elimina as de menor contribuição, com base no maior valor da estatística F (Fisher) e/ou menor valor do Lambda de Wilks. A cada variável que entra na equação de Fisher, aplica-se a distância de Mahalanobis para garantir que ele minimiza a distância entre os grupos mais próximos, de modo que o subconjunto de variáveis escolhidas é o que apresenta maior percentagem de classificação correta (Rauch & Kelley, 2009).

Nesta pesquisa, a variável dependente representa os grupos de AASCAs coletados nos processos transitados e julgados pelo TJE-PA, e as variáveis independentes estão relacionadas às características biológicas, psicológicas e sociais dos AASCA, do contexto da agressão e das vítimas.

Procedimentos da regressão logística.

A heterogeneidade que define os AASCAs é uma marca presente nesse tipo de agressão, sendo a idade um exemplo claro das características diversas dessa população. Estudos recentes (Langevin & Curnoe, 2012; Pincolini & Hutz, 2014) tem demonstrado que os grupos etários a que pertencem os AASCAs são variados, compreendendo adolescentes, adultos e idosos.

Especificamente no AASCA, a idade foi a variável dependente escolhida para análise da regressão logística, por ser esta uma característica biopsicossocial poderosa como marcador biológico associado às capacidades motoras e cognitivas e com significado social muito influente. A idade também foi considerada como fator relevante no ambiente ecológico em que a pessoa encontra-se inserida, já que neste ela demarca padrões de atividades, relações e papéis considerados próprios ao grupo etário do qual faz parte.

Para a apreciação da regressão logística, inicialmente, foram analisadas variáveis relacionadas com as características dos AASCAs, da agressão e das vítimas. Modelo de regressão logística binária múltipla foi utilizado na análise estatística, considerando os AASCAs acima de 30 anos conforme Figura 12.

Y = Autor de Agressão Sexual	Acima de 30 = 1
	Abaixo de 30 = 0

Figura 12. Quadro com a variável y

Para investigar a previsibilidade da agressão sexual acontecer, utilizou-se análise de regressão logística com método *Stepwise Forward* não automático. A inclusão de cada variável no modelo foi verificada utilizando o teste da razão de verossimilhança e o critério de Akaike (AIC). Foram apresentadas as razões de chance (OR) e os respectivos intervalos de confiança de 95%. Em todas as análises foi adotado um nível de significância de 5%. As análises foram realizadas no software estatístico SPSS versão 20.0 for Windows.

Resultados

Caracterização Biosociodemográfica dos AASCAs: Análise Descritiva

Os dados referentes às características biosociodemográficas dos AASCA no período considerado pela pesquisa, foram organizados e apresentados em frequência absoluta e relativa (N=250). Como mostra a Tabela 8, prevaleceram entre AASCA indivíduos do sexo masculino, etnia/cor negra, com idade superior a 30 anos, católicos, sendo a agressão sexual perpetrada predominantemente contra vítimas do sexo feminino de etnia/cor negra.

Tabela 8

Demonstrativo da caracterização biosociodemográfica dos AASCAs

Características Biosociodemográficas	n	%
Sexo		
Masculino	245	98
Feminino	5	2
Idade		
> 30 anos	191	76,5
< 30 anos	56	22,4
Etnia		
Negro	141	56,4
Branco	15	6
Sem Informação	94	37,6
Religião		
Católicos	62	24,8
Não católicos	35	14
Sem Informação	151	61,2
Escolaridade		
Ensino Fundamental	108	43,2
Ensino médio/superior	94	37,6
Sem Informação	48	19,2
Estado civil		
Com cônjuge	139	55,6
Sem cônjuge	104	41,6
Sem Informação	7	2,8
Filhos		
Com filhos	153	61,2
Sem filhos	78	31,2
Sem Informação	19	7,6
Vínculo familiar		
Intrafamiliar	110	44
Extrafamiliar	140	56
Vítimas		
Criança	134	53,6
Adolescente	116	46,4
Sexo da vítima		
Feminino	212	84,8
Masculino	38	15,2
Etnia/Cor da vítima		
Branca	25	10
Negra	131	52,4
Sem informação	94	37,6

Caracterização Biopsicossocial dos AASCAs: Análise Exploratória

Nestes resultados os dados serão apresentados considerando as cinco características biopsicossociais que definem os AASCAs: descrição segundo a prática de crimes anteriores, severidade e gravidade da agressão sexual, idade do autor, sexo e idade da vítima.

Nas análises dos dados segundo a prática de crimes anteriores, as características dos AASCA com crimes (ACC) e sem crimes anteriores (ASC) não demonstraram estarem associadas significativamente às demais variáveis analisadas. Isto é, não houve associação significativa entre esse grupo de AASCA e as variáveis avaliadas.

Outra característica analisada diz respeito a gravidade ou a severidade da agressão sexual que sinalizou a associação estatisticamente significativa entre as categorias HOFF e HON com as seguintes variáveis: situação processual ($X^2=4,55$, $p\text{-valor}= 0,03$, $gl=1$), idade da vítima ($X^2=5,33$, $p\text{-valor}= 0,02$, $gl=1$), outro tipo de violência além da agressão sexual ($X^2=15,22$, $p\text{-valor}= 0,001$, $gl=1$), violência psicológica ($X^2=11,33$, $p\text{-valor}= 0,008$, $gl=1$), violência física ($X^2=11,33$, $p\text{-valor}= 0,0007$, $gl=1$), esfregar-se na vítima ou passar a mão ($X^2=15,70$, $p\text{-valor}= 0,0001$, $gl=1$), sexo vaginal ($X^2=39,60$, $p\text{-valor}= 0,0001$, $gl=1$) e sexo anal ($X^2=16,90$, $p\text{-valor}= 0,0001$, $gl=1$), conforme sinaliza a Tabela 9.

Tabela 9

Demonstrativo quanto à gravidade da agressão sexual mostrando as associações significativas

Variáveis	Categorias	HOFF	HON	X^2	$p\text{-valor}$
Situação Processual	Não Preso	66	123	4,55	0,03
	Preso	12	49		
Idade da vítima	Criança	51	84	5,33	0,02
	Adolescente	27	88		
Outro Tipo de Violência, além da agressão sexual	Não	49	61	15,22	0,001
	Sim	29	111		
Violência Psicológica	Não	60	93	11,33	0,008
	Sim	18	79		
Violência Física	Não	72	127	11,53	0,0007
	Sim	6	45		
Esfregar-se na Vítima ou passar a mão	Não	33	120	15,70	0,0001
	Sim	45	52		

Sexo Vaginal	Não	64	68	39,60	0,0001
	Sim	14	104		
Sexo Anal	Não	68	106	16,90	0,0001
	Sim	10	66		

Nota. HOFF (agressão sexual “menos” severa como exibicionismo e abuso verbal), HON (agressão sexual com uso da força e/ou outro tipo de coerção severa).

Os AASCAs HON estavam associados significativamente a vítimas adolescentes, a outros tipos de violência como a psicológica e a física durante a agressão sexual e a penetração vaginal como ato mais prevalente. Já os AASCAs menos severo (HOFF) estavam associados significativamente a vítimas criança, sem a prevalência de agressão psicológica e física, e majoritariamente associados a atos como esfregar-se ou passar a mão na vítima.

Outra característica analisada foi a idade dos AASCAs que indicou associação estatisticamente significativa entre as categorias < 30 e ≥ 30 anos e as seguintes variáveis: situação conjugal ($X^2=8,72$, $p\text{-valor}= 0,003$, $gl=1$), possui filhos ($X^2=28,83$, $p\text{-valor}= 0,001$, $gl=1$), vínculo de parentesco ($X^2=16,58$, $p\text{-valor}= 0,001$, $gl=1$), confessou a agressão ($X^2=11,54$, $p\text{-valor}= 0,007$, $gl=1$) e sexo vaginal ($X^2p=12,71$, $p\text{-valor}= 0,0004$, $gl=1$), como a Tabela 10.

Tabela 10

Demonstrativo quanto à idade na abertura do processo mostrando as associações significativas

Variáveis	Categorias	<30	≥ 30	X^2	$p\text{-valor}$
Situação Conjugal	Sem Cônjuge	37	67	8,72	0,003
	Com Cônjuge	25	114		
Possui Filhos	Sem Filhos	38	40	28,83	0,001
	Com Filhos	22	131		
Vínculo de Parentesco	Sem Vínculo	50	85	16,58	0,001
	Com Vínculo	16	99		
Confissão da Agressão	Não	49	91	11,54	0,007
	Sim	17	93		
Sexo Vaginal	Não	22	110	12,71	0,0004
	Sim	44	74		

Nota. (<30), abaixo de 30 anos e (≥ 30), acima de 30 anos.

Os AASCAs com idade mais jovens (<30) estavam mais inclinados a preferirem vítima sem vínculo de parentesco, e eram majoritariamente solteiros e sem filhos. Enquanto

que os AASCAs mais velhos (≥ 30) preferiram vítima com vínculo de parentesco, praticavam menos sexo vaginal que os AASCAs mais jovens (< 30), e tinham majoritariamente algum tipo de relacionamento íntimo e filhos.

Segundo os dados sobre o sexo da vítima houve associação estatisticamente significativa entre as categorias A♀ e A♂ e as seguintes variáveis como: etnia/cor do autor ($X^2=5,01$, $p\text{-valor}= 0,02$, $gl=1$) e religião da vítima ($X^2=5,36$, $p\text{-valor}= 0,02$, $gl=1$), conforme indica a Tabela 11.

Tabela 11

Demonstrativo quanto ao sexo da vítima mostrando as associações significativas

Variáveis	Categorias	A♀	A♂	X^2	$p\text{-valor}$
Etnia/cor dos autores	Branca	9	6	5,01	0,02
	Negra	124	17		
Religião da vítima	Não Católica	28	9	5,36	0,02
	Católica	62	4		

Nota. AASCA de meninos (A♂) e meninas (A♀).

Os dados revelaram uma prevalência de AASCA de etnia/cor negra entre aqueles relacionados ao sexo da vítima. AASCA ♀ tinham preferência por vítimas católicas enquanto que AASCA ♂ preferiam vítimas não católicas.

Outra característica analisada diz respeito à idade da vítima que indicou associação estatisticamente significativa entre as categorias AC e AA com as seguintes variáveis: idade que cometeu a 1ª agressão sexual ($X^2=5,11$, $p\text{-valor}= 0,02$, $gl=1$), vínculo de parentesco ($X^2=8,48$, $p\text{-valor}= 0,003$, $gl=1$) e confissão da agressão ($X^2=5,35$, $p\text{-valor}= 0,02$, $gl=1$) conforme indica a Tabela 12.

Tabela 12

Demonstrativo de AASCA com as associações significativas

Variáveis	Categorias	AC	AA	X^2	P-valor
Idade Cometeu 1ª agressão	<30	30	41	5,11	0,02
	≥ 30	104	72		
Vínculo de Parentesco	Sem Vínculo	61	74	8,48	0,003
	Com Vínculo	74	41		

Confissão da Agressão	Não	119	87	5,35	0,02
	Sim	15	26		

Nota. Autores de agressão sexual de criança (AC) e de adolescente (AA)

De maneira geral, os resultados apontaram que os AASCAs preferencialmente perpetraram a 1ª agressão sexual quando tinham idade acima de 30 anos e negaram os atos cometidos. Os AC são aqueles que preferiram vítimas conhecidas e/ou da família, em oposição aos AA que preferiam aquelas sem vínculo de parentesco ou inseridas no contexto extrafamiliar. Os dados sobre as características biopsicossociais analisadas nesta seção foram comparados e organizados na Tabela 13.

Os resultados obtidos revelaram associação significativa, demonstrando que os AASCAs apresentaram uma variedade de características biopsicossociais. Ressalta-se que os resultados demonstraram o estabelecimento de uma tendência em termos de características biopsicossociais que precisam ser analisadas por meio de estatística inferencial em pesquisas futuras.

Tabela 13
 Comparação entre as características dos AASCAs

	AA	AC	Teste X^2	<i>p</i> - valor	Hon	Hoff	Teste X^2	<i>p</i> -valor	<30	>30	Teste X^2	<i>p</i> -valor	A♂	A♀	Teste X^2	<i>p</i> -valor
Idade/1º agressão																
<30	41	30	5,11	0,02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
>30	104	72			-	-			-	-			-	-		
Faixa etária da vítima																
Criança	-	-	-	-	84	51	5,33	0,02	-	-	-	-	-	-	-	-
Adolescente	-	-			88	27			-	-			-	-		
Vínculo de Parentesco																
Sem vínculo	61	74	8,48	0,003	-	-	-	-	50	85	16,58	0,001	-	-	-	-
Com vínculo	41	74			-	-			16	99			-	-		
Confessou a agressão																
Não	87	119	5,35	0,02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sim	26	15			-	-			-	-			-	-		
Sexo Vaginal																
Não	42	90	21,73	0,001	68	64	39,60	0,0001	22	110	12,71	0,0004	37	95	41,34	0,0001
Sim	28	12			104	14			44	74			1	117		
Situação Processual																
Não preso	-	-	-	-	123	66	4,55	0,03	-	-	-	-	-	-	-	-
Preso	-	-			49	12			-	-			-	-		
Possui filhos																
Sem filhos	-	-	-	-	-	-	-	-	38	40	28,83	0,001	-	-	-	-
Com filhos	-	-			-	-			22	131			-	-		
Cor																
Branca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	9	5,01	0,02
Negra	-	-			-	-			-	-			124	17		
Religião																
Não católica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	28	5,36	0,02
Católica	-	-			-	-			-	-			4	62		

Caracterização Biopsicossocial dos AASCAs: Análise de Clusters e Discriminante

Após a realização da *Análise de Cluster*, os AASCAs foram alocados em três grandes grupos com características diversas: o Grupo 1 (G1) com 94, o G2 com 92 e o G3 com 64 indivíduos (Apêndice E).

Os dados revelaram a presença de três *Clusters*, aqui representados por G1, G2 e G3, com base no critério de maior ou menor semelhança entre as características biopsicossociais que descreveram a população estudada a partir dos autos dos processos jurídicos examinados ao longo da coleta de dados.

Os dados completos com a estatística descritiva dos grupos criados pela Análise de *Cluster* via Método do K-médias dos AASCAs de processos transitados e julgados pelo TJE-PA no período de 2012 a 2014 estão no Apêndice F.

Os grupos serão apresentados a partir das descrições de suas características conforme o agrupamento realizado pela análise de *Cluster*.

Grupo 1 (G1)

Quanto à categoria biológica este grupo apresentou como principais variáveis: indivíduos do sexo masculino (93), acima de 30 anos de idade (78), cor autodeclarada negra (59), sem qualquer diagnóstico de doença (86) com a idade acima de 30 anos quando cometeu a primeira agressão sexual (77). Quanto à categoria psicológica, os indivíduos do G1 apresentaram as seguintes características: a negação da agressão sexual (87), o uso e acesso à bebida alcoólica (60), perpetração de outros tipos de agressão durante a agressão sexual (71), com presença da agressão psicológica e a física. Os dados referentes à categoria sociais revelaram as seguintes variáveis: indivíduos católicos (29), baixa escolaridade (47), com cônjuge (60), com filhos (65), morador da área urbana (86), natural do estado do Pará (76), com ocupação (84) e trabalhando no momento da instauração do processo jurídico (62). Além destas variáveis foi identificado que a agressão sexual foi cometida principalmente nos dias

da semana (43), tendo como principal local para a agressão o contexto privado (85), em área urbana (85). Em termos da situação jurídica, os membros deste G1 não estão presos e respondem em liberdade a ação penal, assim com não apresentam histórico de condenações ou crimes anteriores (66). Ainda na caracterização das categorias sociais, este grupo prefere criança (94) do sexo feminino (70), negras (47), de religião católica (23), em sua maioria apresentam vínculo de parentesco com a vítima (57), geralmente, pai e padrasto (34) e com agressão perpetrada no contexto intrafamiliar (54).

Grupo 2 (G2)

Os resultados demonstraram que o Grupo 2 apresenta as seguintes características ligadas a categoria biológica: indivíduos masculinos (90), com idade acima de 30 anos (62), no entanto com o maior número de participantes com idade abaixo de 30 anos (25) quando comparados com o G2 e G3, de cor autodeclarada negra (46), sem diagnóstico de síndromes ou doenças orgânicas ou mental (89) e com idade acima de 30 anos quando cometeu a primeira agressão sexual contra criança e adolescente (59). Os dados referentes às características psicológicas apresentaram o seguinte cenário: eram indivíduos que negaram à agressão sexual praticada (69), e que praticaram uma única vez a agressão sexual (38), com característica da gravidade do ato HON (54) e sem presença de outro tipo de violência associada à agressão sexual. A categoria social apresentou as seguintes variáveis: católicos (20), baixa escolaridade (36), mas com maior presença de indivíduos com alta escolaridade (34) quando comparado com o G1 e G3, sem cônjuge (46), com filhos (49), ainda que vários deles sejam classificados sem filhos (35), moradores do contexto urbano, nascido no estado do Pará (79), com ocupação (74), trabalhando até o período do processo instaurado (39), tendo o dia da semana o momento que ocorreu a agressão (39), local da agressão foi no contexto privado (83) e em área urbana (85). Quanto aos dados processuais os membros deste grupo cometeram outros tipos de crimes (34) associados à agressão sexual, no entanto sem

antecedentes criminais (53) e que não estavam respondendo a ação penal em liberdade, ou estavam ainda aguardando alguma sentença (75). Ainda referente à categoria social relacionada às características das vítimas: os membros deste grupo são AASCAs de meninas (84), na maioria das vezes adolescentes (51), de cor negra (49), católica (25), sem vínculo de parentesco (61), com a agressão sexual praticada no contexto urbano (88) e no contexto extrafamiliar (62).

Grupo 3 (G3)

O Grupo 3 relacionado a categoria biológica apresentou as seguintes características: participantes do sexo masculino (62), com idade acima de 30 anos (44), com a maioria dos participantes se autodeclarando de cor negra (36), idade que cometeu a primeira agressão sexual foi também acima de 30 anos de idade (40). Os indivíduos deste grupo referente à categoria psicológica eram indivíduos que não apresentaram qualquer diagnóstico de doença física e mental (62), que negaram a agressão sexual praticada (50), no entanto, os dados revelaram que esta foi praticada mais de uma única vez (27). Ainda dentro desta categoria são indivíduos que sinalizaram algumas características como agressividade (13) e que consumiram drogas ilícitas (9) e faziam uso abusivo de álcool (23), assim como o acesso à bebida alcoólica (47), tendo a gravidade do ato sexual *Hand on* (56), com agressão psicológica (43) e física (39) durante a agressão sexual. Quanto à categoria social: indivíduos de religião católica (13), porém, com a presença de 10 participantes de outra religião, com alta escolaridade (ensino médio/superior) (31), com cônjuge (37) e com filhos (39), moradores do contexto urbano, nascido no estado do Pará, com ocupação (49). Dados referentes à variável trabalho demonstrou que havia indivíduos trabalhando (33) e não trabalhando (31) no período de instauração do processo. A agressão sexual ocorreu também no dia de semana (29), tendo como contexto da agressão um local privado (49), em área urbana (62). Sobre os dados processuais, os participantes não se encontravam presos e esperavam alguma sentença (46), e

não apresentavam antecedentes criminais (42). A categoria social referente aos dados da vítima foi composta por indivíduos que preferiam vítimas adolescentes (64) do sexo feminino (58), de etnia/cor negra (35), católica (18), sem vínculo de parentesco (37) e o contexto da agressão o extrafamiliar (38).

Para confirmar se os grupos eram confiáveis e coerentes, os *Clusters* foram avaliados a partir de uma análise discriminante cujo objetivo foi demonstrar o quanto os indivíduos foram agrupados corretamente em três grupos, conforme a Tabela 14.

Tabela 14

Resultados da Classificação das amostras dos Agressores Sexuais em Processos Transitados e julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE-PA) no período de 2013 a 2015.

Grupos de Agressores Sexuais			Probabilidade de Pertencer aos Grupos			Total
			Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	
Contagem Original ¹	Grupos	Cluster 1	90	4	0	94
		Cluster 2	1	89	2	92
		Cluster 3	0	1	63	64
	%	Cluster 1	95,7	4,3	0,0	100
		Cluster 2	1,1	96,7	2,2	100
		Cluster 3	0,0	1,6	98,4	100
Contagem da Validação Cruzada ²	Grupos	Cluster 1	90	4	0	94
		Cluster 2	2	86	4	92
		Cluster 3	3	2	59	64
	%	Cluster 1	95,7	4,3	0,0	100
		Cluster 2	2,2	93,5	4,3	100
		Cluster 3	4,7	3,1	92,2	100

(1). 96,8% dos casos dos grupos originais estão corretamente classificados.

(2). 94,5% dos casos dos grupos da validação cruzada estão corretamente classificados.

A validação das funções discriminantes aferiu sua capacidade de discriminar corretamente os elementos da amostra entre os três grupos de AASCA. Os resultados desta avaliação são representados na Tabela 14 e permitem afirmar que 96,8% dos casos amostrados foram classificados de forma correta e apenas 3,2% foram classificados de forma incorreta pelo método estimado de duas equações discriminantes.

A função discriminante do G1 indica que 95,7% dos casos amostrados foram corretamente classificados. A função discriminante estimada para o G2 permitiu fazer a classificação correta de 96,7% dos AASCAs. Por último, a função discriminante do G3 conseguiu classificar corretamente 98,4% dos AASCAs, e os 1,6% restantes foram alocados no G2. A validação cruzada indicou que 94,5% dos AASCAs foram classificados corretamente e demonstraram que os resultados estão muito próximos da solução original, o que confere validade à análise.

A validade externa não é obtida juntamente com a análise discriminante, por isso, esse procedimento foi executado no *software* Excel da seguinte forma: utilizou-se das observações da amostra teste, onde se verificou a classificação das observações por meio da função discriminante. Foi executada a função para cada observação, levando em consideração o cálculo do escore discriminante ótimo. O resultado obtido foi que 95% das observações foram bem classificadas, ou seja, apenas seis observações foram mal classificadas.

Assim, a Figura 13 mostra a discriminação dos três grupos de AASCA com destaque para os centroides de cada grupo, o Grupo 1 de cor azul, o Grupo 2 relacionado a cor verde e o Grupo 3 de cor vermelha. A ideia do comportamento dos grupos é que as variáveis similares se agruparam em torno de cada grupo, assim como as variáveis distintas. Desta forma os grupos foram se organizando de maneira que cada membro se aglomerou nos grupos.

Nesse contexto, considerando os resultados gerais da análise discriminante, depois que os pressupostos foram atendidos, observou-se que as variáveis selecionadas são significativamente discriminantes, e que a própria função discriminante é altamente significativa.

Para demonstrar o agrupamento dos grupos foi gerado um dendograma (Figura 13) que tem a finalidade corroborar como estão dispersos e agrupados os participantes de acordo com suas características analisadas.

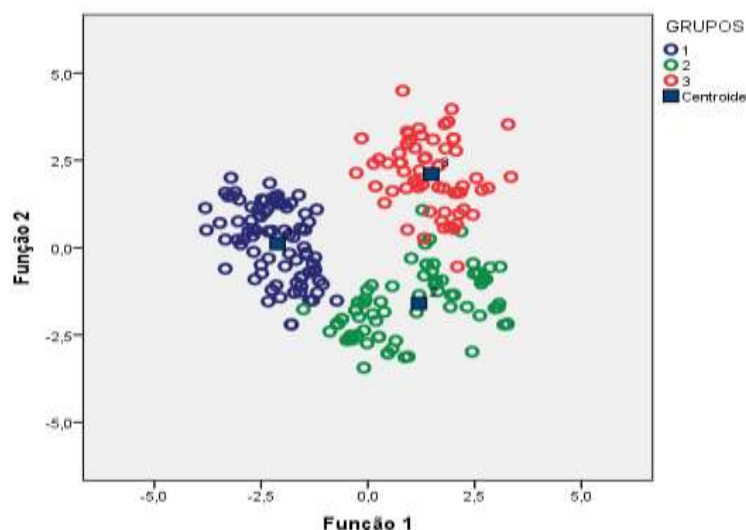


Figura 13. Mapa Discriminante mostrando o agrupamento dos AASCA dos Processos Transitados e julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE-PA) no período de 2012 a 2014.

As outras variáveis analisadas, que não apareceram nos grupos, foram descartadas na análise discriminante por não discriminarem tão bem quanto às escolhidas, demonstrando que a agressão sexual não se explica por um único fator, mas que é necessário levar em conta um conjunto de indicadores reunidos estatisticamente e não aleatoriamente. Isto quer dizer que as variáveis não se associaram aleatoriamente, mas sim por meio de associação entre as variáveis, que se agrupavam em função de uma similitude entre elas.

Além da análise descritiva dos *Clusters*, foi construído um quadro com os dados dos grupos, comparando-os com as suas características biopsicossociais, e demonstrando a similaridade ou distinção entre os três grupos, (Figura 14).

Características Biopsicossociais	G1	G2	G3
Biológicas			
Sexo masculino	+	+	+
Idade acima de 30 anos	+	+	+
Cor da pele negra	+	+	+
Sem doenças orgânicas e psicológicas	+	+	+
Acima de 30 anos praticou a 1ª agressão sexual	+	+	+/-
Psicológicas			
Abuso de álcool	+/-	+/-	+

Agressividade	-	-	+/-
Agressão psicológica praticada	+/-	-	+
Agressão física praticada	-	-	+/-
<i>Hand on</i>	+	+/-	+
Negação da agressão sexual	+	+	+
Sociais			
Vítima do sexo feminino	+/-	+	+
Vítima criança	+	+/-	-
Vítima de etnia/cor negra	+	+	+
Vítima de religião católica	+/-	+/-	+/-
Vínculo intrafamiliar	+	-	+/-
Com cônjuge	+	+/-	+
Com filhos	+	+/-	+
Católico	+	+	+/-
Baixa escolaridade	+	+/-	-
Com ocupação	+	+	+
Trabalhando	+	+	+/-
Moradia Urbana	+	+	+
A agressão sexual foi praticada no dia de semana	+	+	+/-
Contexto privado que aconteceu a agressão	+	+	+
Em liberdade	+	+	+
Sem condenações anteriores	+	+/-	+
Acesso à bebida alcoólica	+	-	+/-

Figura 14. Diagrama comparativo das características dos três *Clusters*. Representação dos

Símbolos: característica pertence ao grupo (+); característica não pertencente ao grupo (-); características mistas presentes no grupo (+/-).

Os resultados revelaram que as características biológicas dos grupos apresentaram homogeneidade, isto é, os indivíduos dos três grupos revelaram ter certa similaridade quando avaliado as características biológicas, já que das cinco características investigadas, quatro estiveram presentes nestes grupos.

Quanto às características psicológicas, os dados revelaram heterogeneidade quando se observa os grupos em conjunto, ou seja, as características apresentaram algumas distinções importantes, uma vez que das cinco características investigadas, somente uma esteve presente nos três grupos (negação da agressão). Tal aspecto também foi observado nas características sociais, já que das 17 características investigadas, cinco estiveram presentes nos três grupos

como: a etnia/cor da vítima, a ocupação, a moradia urbana, o contexto privado e o encontrar-se em liberdade.

Caracterização Biopsicossocial dos AASCAs: Análise de Regressão logística

Os dados da regressão logística revelaram uma associação significativa entre a variável acima de 30 anos com as demais variáveis: possui filhos, etnia/cor, contexto de moradia, local da agressão. A regressão logística identificou a razão de chance de um indivíduo, acima de 30 anos, associado com as variáveis possui filhos, etnia/cor, contexto de moradia, local da agressão, vir a apresentar uma alta probabilidade em cometer a agressão sexual. A Tabela 15 demonstra o modelo que melhor se ajustou a este propósito.

Tabela 15

Modelo de Regressão Logística aos AASCAs

Variáveis	Parâmetro	Erro Padrão	Teste de Wald	P-valor	Razão de Chance
Possui Filhos	4.079	1.197	11.607	0.001	59.10
Etnia/cor	3.725	1.812	4.2260	0.030	41.48
Contexto Moradia	3.591	1.446	6.1650	0.010	36.26
Local Agressão	-4.457	1.815	6.032	0.010	0.120

O coeficiente positivo (4.079) para a variável possui filhos sugere que uma pessoa que possui filhos tem probabilidade de ser um AASCA acima de 30 anos mais alta do que um que não possui filhos. A razão de chance (59.10) indica que uma pessoa com prole tem aproximadamente 59 vezes mais chance de ser um autor de agressão sexual acima dos 30 anos quando comparado a um que não tem prole.

Por sua vez, o coeficiente positivo (3.725) para a variável etnia/cor indica que uma pessoa com etnia/cor negra tem probabilidade de ser um AASCA acima de 30 anos mais alta do que um que é da etnia/cor branca. A razão de chance (41.48) indica que uma pessoa negra tem aproximadamente 41 vezes mais chance de ser um AASCA acima de 30 anos quando comparado a um que não é de etnia/cor negra.

Para a variável contexto de moradia, o coeficiente positivo (3.591) estima que uma pessoa com contexto de moradia urbano tem probabilidade de ser um AASCA acima de 30 anos mais alta do que um com contexto de moradia não urbano. A razão de chance (36.26) indica que uma pessoa com moradia urbana tem aproximadamente 36 vezes mais chance de ser um AASCA acima de 30 anos quando comparado a um que não mora no contexto urbano.

Finalmente, o coeficiente negativo (-4.457) para a variável local da agressão sugere que um AASCA acima de 30 anos tem a probabilidade mais alta em agredir uma pessoa em local não privado do que em um local privado. A razão de chance (0.12) indica que uma vítima ao qual foi agredida em local não privado tem aproximadamente 88% menos chance de seu AASCA ter idade acima de 30 anos quando comparado a um que agrediu em local privado.

Para a aceitação do modelo, foram feitas as estatísticas de Bondade de Ajuste de Pearson, Hosmer-Lemeshow e Deviance que verificam as hipóteses H0: o ajuste dos dados é bom versus H1: o ajuste dos dados não é bom, para o estudo da chance de alguma pessoa ser AASCA acima de 30 anos.

Após ajustado o modelo, pode-se usá-lo para estimar a probabilidade de alguma pessoa vir a cometer agressão sexual com idade acima de 30 anos. Observa-se ainda que a maior probabilidade de isso acontecer (91.14%) corresponde AASCA idades acima dos 30 anos, possuindo filhos, etnia/cor negra, contexto de moradia urbano e local de agressão do tipo privado conforme Tabela 16.

Tabela 16

Probabilidade de alguma criança sofrer agressão sexual segundo algumas combinações das variáveis explicativas no modelo.

Possui Filhos	Cor/Raça	Contexto Moradia	Local Agressão	Probabilidades (%)
Sem	Branca	Não urbano	Não privado	22.66
Sem	Branca	Não urbano	Não privado	17.32
Sem	Branca	Urbano	Não privado	59.47
Sem	Negro	Não urbano	Não privado	26.09

Sem	Branca	Urbano	Privado	51.20
Sem	Negro	Urbano	Não privado	63.87
Com	Negro	Não urbano	Não privado	67.25
Com	Branca	Urbano	Privado	85.92
Com	Negro	Não urbano	Privado	59.48
Com	Branca	Não urbano	Privado	54.93
Com	Branca	Não urbano	Não privado	63.02
Com	Negro	Urbano	Privado	91.14
Com	Negro	Urbano	Não privado	88.03

Discussão

Para além da discussão, talvez ainda incipiente, acerca do que pode ser capaz de explicar teoricamente o comportamento sexual agressivo, encontra-se na literatura inúmeros estudos empíricos que analisaram algumas características dos AASCAs (Costa 2011; Lobanov-Rostovsky, 2015; Pereira, 2007; Vieira, 2010). Pode-se dizer que a partir de um conjunto de dados cada vez mais robusto de resultados empíricos tem sido possível pensar em modelos teóricos que consigam captar a multideterminação desse fenômeno.

Ao mesmo tempo em que as pesquisas ajudam a entender os indivíduos e a compreender melhor o fenômeno da agressão sexual de criança/adolescente, tem-se ainda a impressão de que as investigações realizadas até aqui ainda são insuficientes e insatisfatórias. Há a necessidade de pesquisas que possam apontar com mais precisão as características biopsicossociais que são proeminentes nessa população em diferentes contextos, o que pode contribuir para mapear os múltiplos atributos ou predicados existentes nas descrições atuais.

A despeito disso, sabe-se que a caracterização dos AASCAs nem sempre é uma tarefa fácil, já que estes indivíduos fazem parte de um grupo que apresenta uma nítida heterogeneidade em seus traços (Costa 2011; Pereira, 2007; Vieira, 2010). Assim, pode-se falar em tipos de AASCAs por apresentarem características distintas e heterogêneas entre si.

Algumas pesquisas que arriscaram identificar as características específicas desta população, quando o fizeram, tentaram diferenciá-los dos demais acusados desse tipo de violência ou crime, comparando-os com uma população sem qualquer especificidade, como

grupo de universitários, por exemplo, (Marshall et al., 1986). Do mesmo modo, estudos compararam os AASCAs a outros integrantes de grupos de perpetradores, tais como, estupradores (Michaud & Proulx, 2009), psicopatas (Rebocho & Gonçalves, 2012) entre outros.

No entanto, na investigação sobre as características dos AASCAs há relativo consenso entre os pesquisadores em torno da ideia de que tais atributos são heterogêneos e que mais pesquisas são necessárias para investigação das características desta população (Michaud & Proulx, 2009). Especificamente, esta pesquisa buscou identificar e analisar as características biopsicossociais dos AASCAs que pudessem ajudar na compreensão de determinados atributos e ajudasse a entender essa população e suas diferentes características.

Caracterização Biosociodemográfica dos AASCAs

De maneira geral, a partir da análise dos dados descritivos obtidos, verificou-se que as variáveis descritas corroboram os estudos de Carvalho e Nobre (2013), Grattagliano, et al. (2012), Langevin e Curnoe (2012), Simons (2015), Titcomb et al. (2012). Essas pesquisas caracterizaram esta população como constituída de indivíduos que têm entre 30 e 50 anos, predominantemente do sexo masculino, de etnia/cor negra e com baixa escolaridade.

Quanto aos dados sobre o estado civil, os resultados demonstraram que, neste estudo, a maioria dos participantes era casada ou encontrava-se em alguma relação estável. Tais dados vêm na contramão da literatura da área (Titcomb et al., 2012) que aponta que a maioria dos AASCAs é solteira. Talvez a explicação para essa divergência, em relação à literatura, esteja associada à idade, já que a maioria dos AASCAs neste estudo encontra-se acima de 30 anos, apontando para uma maturidade social, o que aumenta a probabilidade do indivíduo encontrar-se nessa fase da vida em alguma relação estável.

Além disso, é necessário avaliar se este dado representa um traço da cultura brasileira ou a cultura predominante na região Norte do Brasil. No caso do Brasil, segundo IBGE

(2010), o último dado de 2008, vem demonstrando que desde 1999 tem ocorrido um aumento na taxa de nupcialidade legal. Essa hipótese pode estar relacionada a uma variável contextual, ou seja, a convivência marital pode estar sendo influenciada por uma variável macrossistêmica. Já que, segundo o IBGE (2010), a nupcialidade legal tem aumentado e vem sendo atribuído à melhoria no acesso aos serviços de justiça, particularmente ao registro civil de casamento, incentivado pelo Código Civil renovado em 2002, e pelas ofertas de casamento coletivas, promovidas desde então. Tais iniciativas tem facilitado o acesso à população nos aspectos burocrático e econômico.

Além desses dados os resultados sobre as características da vítima, os achados estão de acordo com o que a literatura sinaliza. Para White (2015), os AASCAs de meninas em sua maioria são homens. No entanto, estima-se que o percentual de vítimas do sexo masculino situa-se entre 5% e 10%, ao ano, estando presente em todas as formas de ataques que envolvem a agressão sexual (White, 2015). Estimativas indicam ainda que uma em cada quatro meninas e um em cada seis meninos já experimentou alguma forma de violência sexual na infância ou adolescência (Sanderson, 2005).

Ainda para White (2015), estatísticas do Reino Unido revelaram que cerca de um em cada vinte mulheres (com idade entre 16 a 59) relataram serem vítimas de agressão sexual mais grave desde os 16 anos. Incluindo outros crimes sexuais, tais como ameaças sexuais, toque indesejado ou exposição indecente. Este número aumentou e chegou a estimativa de que uma em cada cinco mulheres relatou ser vítima desde os 16 anos de idade.

No Brasil, a incidência de vítimas do sexo feminino pelos registros do SINAN, em 2011, contabilizou um total de 10.425 crianças e adolescentes vítimas de violência sexual (Waiselsz, 2012). Observou-se que a maioria das vítimas era do sexo feminino (83,2%), entre os 15 e os 19 anos (93,8%), com poucas oscilações entre as faixas etárias estudadas. Ao todo, foram 16,4 atendimentos para cada 100 mil crianças e adolescentes. A maior incidência de

atendimentos registrou-se na faixa de 10 a 14 anos, com uma taxa de 23,8 notificações para cada 100 mil adolescentes (Waiselsz, 2012).

Ainda no Brasil, em todas as faixas etárias predominou o atendimento por agressão sexual de vítimas do sexo feminino. Diferenças nos anos iniciais tenderam se agravar com o crescimento da criança, quando chega à adolescência, e mais ainda, quando entra na maturidade segundo Mapa de violência de criança e adolescente elaborado por Waiselsz, (2012).

Outro aspecto a ser destacado é quanto o sexo da vítima que permanece uma importante distinção entre os AASCAs, já que este fator foi demonstrado como um preditor relevante da reincidência desse crime ou violação de natureza sexual (Hanson & Bussiere, 1998). Estudos descobriram que AASCA do sexo masculino abusam mais de meninas. Os valores apurados representam mais que o dobro do número de AASCA que abusam de vítimas do sexo masculino.

Discussão das Características Biopsicossociais dos AASCAs: Dados Exploratórios

Os resultados apresentados neste estudo exploratório apontaram que as características dos AASCAs estavam associadas significativamente a uma variedade de características biopsicossociais interdependentes. Tais resultados demonstraram uma descrição desses atributos, contribuindo para uma explicação preliminar das características mais predominantes encontrada nos dados dos processos jurídicos.

A discussão dos dados foi organizada considerando as variáveis biológicas (idade), psicológicas (distorção, severidade do ato) e sociais (estado civil) considerando as cinco características enfatizadas nos resultados.

Na análise das características biológicas encontradas na pesquisa exploratória revelou que: os AC e AA mostraram uma associação significativa com a variável idade ≥ 30 anos quando cometeu a primeira agressão sexual. Tais dados são refutados pela literatura quando

revelam que AASCAs são indivíduos que apresentam maior incidência na faixa etária de 30 e 50 anos de idade (Titcomb et al., 2012; Vieira, 2010). Normalmente os AASCAs são mais velhos (Rebocho e Gonçalves, 2012) quando comparados com os estupradores de adultos.

Na análise das características psicológicas, os resultados demonstraram que a variável negação da agressão esteve associada aos AC e AA, assim como aqueles que são mais velhos (≥ 30 anos) ou mais jovens (< 30 anos). A literatura demonstra que a maioria dos AASCAs nega o ato do qual foi acusado ou tenta minimizá-lo em sua importância de algum modo. Tais formas de negação podem estar relacionadas a uma série de fatores que em conjunto atuam diretamente para levar o perpetrador a negar os fatos, mesmo quando o ato foi comprovado legalmente. Entre uma das vertentes de estudos sobre a negação do ato praticado, há uma área de estudo que vem procurando demonstrar que as distorções cognitivas se caracterizam por crenças disfuncionais e que estas podem se expressar por tentativas de negação ou minimização dos atos ou das suas consequências (Nunes & Jung, 2012).

Outro atributo psicológico identificado foi aquele associado ao tipo de severidade e gravidade do ato, HOFF e HON, e obteve-se o seguinte resultado: o autor HOFF foi associado à vítima criança, enquanto que o autor HON à vítima adolescente. Os resultados demonstram que ataques mais severos ou envoltos por atos de crueldade como agressão física, tendem a ser mais direcionados às vítimas na adolescência. Enquanto que os atos menos severos estavam mais direcionados para as vítimas infantis.

Segundo White (2015), para algumas vítimas a agressão sexual é um evento isolado, para outras vítimas, há uma sobreposição com outros tipos de agressão, como a violência doméstica, abuso emocional e, infelizmente, isso vai fazer parte de uma situação em curso, ou seja, os perpetradores praticam além da agressão sexual outros tipos de ofensas. White (2015) ainda descreve nesse estudo que cerca de 90% das vítimas que sofreram agressões sexuais mais graves foram perpetrado por indivíduos que utilizaram outros tipos de agressão.

Quanto aos tipos de agressão e o ato praticado, os dados foram apresentados da seguinte maneira: a maioria dos autores HON estava associada à agressão psicológica e física, e a prática da penetração vaginal, enquanto que o autor HOFF concentrou-se em atos como esfregar-se na vítima e passar a mão em seu corpo.

Nos estudos de Rebocho e Gonçalves (2012) que estudaram a tipologia do comportamento agressivo sexual, identificaram, quanto à severidade e gravidade da agressão, dois tipos de perfil: AASCA com caráter manipulativo ou oportunista. Para os pesquisadores, os AASCAs manipulativos são mais propensos a não usarem força física, nem armas durante a prática da agressão sexual. Eles não causam danos graves às suas vítimas; a sua relação com eles é na maioria das vezes de natureza não hostil, e eles não tendem a forçar suas vítimas a manter relação sexual. A penetração é mais frequentemente associada com, ou substituído por, outros contatos sexuais. Por outro lado, os AASCAs oportunistas podem utilizar com mais frequência o uso de força física. Eles são mais suscetíveis de estabelecer uma relação hostil com a vítima e infligir danos graves, a penetração pode ser o único ato sexual realizado sobre a vítima.

A variável ato sexual vaginal, ainda dentro dos atributos psicológicos, também surgiu na análise exploratória relacionada à idade dos AASCAs, sendo que os ≥ 30 não praticaram sexo vaginal e entre os < 30 houve essa prevalência. Nos estudos analisados, nenhum dado equivalente a esta associação entre a idade dos AASCAs e a variável sexo vaginal foi encontrada na literatura. Talvez, associar o tipo de ato praticado com a idade dos AASCAs possa ser passível de análise em pesquisas futuras e torne possível sinalizar alguma diferença em termos de atos severos ou graves.

Além das características biológicas e psicológicas, os resultados sobre as características sociais obtidos com a análise exploratória sinalizaram associações significativas relacionadas às variáveis como: vínculo de parentesco, situação conjugal,

religião e etnia/cor da vítima. Os resultados apontaram a presença de vínculos de parentesco entre os AASCAs referente à idade da vítima, sendo que a maioria dos AC era perpetrador de vítimas com algum vínculo de parentesco, enquanto que os AA eram aqueles que em sua maioria não apresentam vínculo de parentesco. De maneira geral, os AC estavam mais associados à agressão sexual ligada ao contexto intrafamiliar, enquanto os AA estavam mais associados à agressão ao contexto extrafamiliar. Estudos têm relatado que os AASCAs intrafamiliar fazem mais vítimas em comparação com AASCAs extrafamiliar (Souza & Adesse, 2005). O estudo de Baía, Veloso, Magalhães e Dell’Aglia (2013) sinalizaram que AASCA intrafamiliar eram maioria nos prontuários avaliados no serviço de atendimento especializado do que os AASCAs extrafamiliar.

Para Souza e Adesse (2005) os dados da pesquisa apontam que os AASCAs eram conhecidos por grande parte das crianças e desconhecidos pela maior parte das adolescentes. Entre as crianças, AC mais comum era seu parente biológico, dado refutado pelas pesquisas de Baía et al. (2013) e Pincolini e Hutz (2014); entre as adolescentes, destaca-se o vizinho como AA predominante, seguido do pai biológico, padrasto e o tio.

No Brasil, conforme o Mapa da Violência (2012), pais e padrastos aparecem como AASCAS, seguidamente, como as categorias individuais de maior peso, responsáveis por aproximadamente 10% dos atendimentos. Em conjunto, a família nuclear da vítima (pai, mãe, padrasto, madrasta, cônjuge, filhos e irmãos) representa 26,5% dos prováveis AASCAs.

A variável vínculo de parentesco foi associada também a idade do AASCA. Os dados revelaram que os AASCAs com idade < 30 eram aqueles sem vínculo de parentesco com a vítima (extrafamiliar), enquanto que os AASCAs com idade ≥ 30 estavam associados à vítima com vínculo de parentesco (intrafamiliar). Na pesquisa desenvolvida por Marshal et al. (1986), os AASCAs extrafamiliar apresentaram menor idade quando comparados com o

grupo controle, enquanto que os AASCAs intrafamiliar eram mais velhos quando comparados com estes.

Por sua vez, a variável situação conjugal foi associada à idade <30 e se concentrou em indivíduos sem cônjuge e sem filhos, enquanto que o autor ≥ 30 estava associado à variável com cônjuge e com filhos. Os resultados das pesquisas (Gonçalves e Vieira, 2005) sobre AASCA sinalizou que a variável estado civil obteve o seguinte resultado na sua pesquisa: 35,1% dos participantes eram solteiros, 28,7% eram casados ou viviam maritalmente e 36,2% eram divorciados ou estavam separados. Os resultados obtidos demonstram que, em média, os perpetradores de todos os grupos criminais eram casados ou viviam maritalmente, no entanto não houve uma diferença significativa.

Quanto às características dos AASCAs relacionado ao sexo da vítima os dados desta pesquisa demonstraram que os $A_{\text{♀}}$ e $A_{\text{♂}}$ estavam associados aos AASCAs negros, sendo que os $A_{\text{♀}}$ estavam associados a vítimas que eram da religião católica e os $A_{\text{♂}}$ relacionados às vítimas que pertenciam a outras religiões. O sexo da vítima foi identificado na literatura da área como uma importante variável preditora de reincidência sexual (Hanson & Bussiere, 1998).

Discussão das Características Biopsicossociais dos AASCAs: Análise de *Cluster*

Os dados da análise de *Cluster* foram organizados em três grupos e os resultados sinalizaram as semelhanças e diferenças entre seus participantes. A discussão dos resultados será apresentada primeiramente considerando as categorias biológicas, psicológicas e sociais que apresentaram similaridades entre os grupos. Em seguida as mesmas categorias serão discutidas apresentando as diferenças entre os três grupos.

Semelhanças entre os grupos.

Nesta primeira discussão dos dados é interessante destacar que há semelhanças nas características biopsicossociais entre os três grupos. Todos os membros dos grupos são

homens, com idade acima de 30 anos, de etnia/cor negra. Essa semelhança sobre as características biológicas pode estar relacionada às características específicas dessa fonte de informações.

Isto é, os documentos que serviram como fonte de pesquisa revelaram uma homogeneidade das características envolvendo os AASCA. Ou seja, a hipótese levantada é que o dado pode estar refletindo as características da população brasileira como um todo, no entanto, ressalta-se que em termos macrossistêmico a ideologia social que perpassa o sistema de justiça, ainda reflete a segregação que a sociedade vivencia. De todo modo, os casos que chegam ao sistema de justiça tendem ser ainda aqueles indivíduos com baixo nível socioeconômico (renda, escolaridade e ocupação) e com isso menos acesso as oportunidades socioeconômicas e culturais. O questionamento que se faz é se esses indivíduos com essas características são os únicos que cometem crimes sexuais contra criança/adolescente ou são os mais sentenciados e condenados ao cumprimento de pena, já que sem condições econômicas acabam tendo uma assistência jurídica mais lenta.

Para Oliveira e Silva (2005) no caso dos processos criminais é possível entender que eles acabam refletindo a discussão de uma classe dominante economicamente. Este é um aspecto bastante enfatizado quando se trabalha com processos jurídicos, de que todos os discursos do processo estariam propriamente sendo proferidos por uma sociedade dominante. Expressariam, desse modo, o Estado exercendo o controle da sociedade por meio da produção de uma verdade. No caso dos processos criminais, a Justiça não constituiria apenas um filtro para a fala dos agentes sociais enfocados, mas seria a própria emissora do que lá está dito e refletiria um padrão segregacionista da sociedade.

Outra discussão refere-se aos dados sobre o sexo masculino predominantemente encontrado nos autos dos processos jurídicos. A pesquisa dessa variável, apesar de necessária, deve ser problematizada. Não se sabe ao certo, porque há um registro tão baixo

dos casos femininos, envolvendo agressão sexual contra criança e adolescente, talvez seja porque haja uma menor incidência destes casos ou haja uma subnotificação. Tal aspecto ainda precisa ser mais bem investigado principalmente no cenário brasileiro.

Uma das hipóteses levantadas diz respeito ao sistema de valores presentes no macrossistema, referente à concepção da população geral sobre a visão que se tem da mulher, como protetora e cuidadora, assim como a responsabilidade do cuidado de criança e adolescente. Como reflete Huss (2011), sobre a discussão da mulher, pois os papéis sociais atribuídos ao gênero feminino representam-na como cuidadora, amorosa, afetiva, indefesa e frágil, e acabam por camuflar a agressão perpetrada por ela. Diante de qualquer ato de agressão contra criança e adolescente, muitas vezes, o tabu conduz a justificar-se a agressão como praticas educativas parentais (Weber, Viezzer & Brandenburg, 2004). Isso talvez possa refletir na subnotificação dos casos que envolvem agressão sexual de criança e adolescente perpetrado por mulheres.

Outra discussão, diz respeito à idade dos AASCAs, que se concentraram em homens mais velhos, acima de 30 anos. De maneira geral tais achados equivalem-se aos demais estudos analisados. Nos estudos de Gonçalves e Vieira (2005), por exemplo, não obtiveram diferenças de médias significativas de idade entre os participantes, os quais se situavam em volta dos 40 anos. No estudo de Pincolini e Hutz (2014), na época do crime, eles tinham idades em torno de 40 anos, embora com bastante variação ($M=39,54$; $DP=13,76$ anos).

Além da categoria biológica, outra semelhança foi encontrada na categoria psicológica. O G1 e G2 apresentaram semelhanças entre as variáveis, abuso de álcool e ausência de agressão física durante o ato da agressão sexual. O abuso de álcool conforme aponta a literatura (Titcomb et al., 2012), identificou que os AASCAs que continham informações sobre o acesso e uso abusivo de substâncias psicoativas, como drogas lícitas e ilícitas, eram pouco mais de um terço e não apresentaram história de abuso de álcool ou

drogas (34,6%) e uma proporção semelhante, que não recebeu informação, apresentava um histórico de abuso de substâncias.

A negação da agressão foi outra característica psicológica que apresentou similaridade entre os três grupos (G1, G2 e G3), isto é, todos os indivíduos dos grupos negaram ter praticado a agressão sexual. Os estudos sobre cognições de AASCAs têm sinalizado a presença de diversas distorções cognitivas no pensamento desta população, desde aquelas que tendem a negar o ato praticado como aquelas relacionadas à negação e/ou à minimização da ação de maneira geral (Nunes & Jung, 2012).

Ainda na discussão dos dados sobre as similitudes dos grupos relacionados a categoria social, o resultado demonstrou o seguinte cenário: G1, G2 e G3 são semelhantes quando relacionado à cor da vítima, à ocupação, a morarem em área urbana, a praticarem a agressão sexual em contexto privado, e a responderem em liberdade o processo jurídico. A semelhança relacionada ao sexo da vítima (feminino) foi encontrada no G2 e G3, sendo que no G1 as vítimas eram tanto do sexo feminino quanto do sexo masculino. Wurtele e Durham (2008) identificou que a maioria dos AASCAs relatou que suas vítimas eram familiares e do sexo feminino. A predominância de vítima do sexo feminino é sinalizada por diversos autores (Baía et al., 2013; Pincolini & Hutz, 2014).

Outra semelhança foi identificada entre G1 e G3, especificamente na variável relação conjugal e presença de filhos, ou seja, esses grupos tinham cônjuge e filhos. Quanto ao G2, este grupo apresentou características mistas, isto é, indivíduos com e sem cônjuge e com e sem filhos. No G1 e G2 as variáveis semelhantes estavam associadas à religião católica e à atividade laboral, isto é, os indivíduos deste grupo estavam trabalhando no momento do ato praticado e praticaram a agressão sexual em um dia de semana. Diferentemente do que aponta a literatura (Pincolini & Hutz, 2014) o desemprego é indicado como fator de risco para violência intrafamiliar, este dado não foi encontrado neste estudo.

Diferenças entre os grupos.

Na discussão dos dados foram encontradas diferenças entre três grupos considerando as categorias biológica, psicológica e social. Na categoria biológica houve uma única distinção entre os dados: a diferença biológica referente ao G3 estava relacionada à variável idade em que o acusado/sentenciado praticou a primeira agressão sexual. No grupo em questão houve presença tanto de AASCAs mais novos como AASCAs mais velhos quando relacionado à idade que ocorreu a primeira agressão sexual.

Os resultados mostraram ainda diferenças entre os três grupos na análise da categoria psicológica. A variável agressão psicológica praticada durante o ato sexual distinguiu-se nos três grupos. Essa variável pode sinalizar um caminho a ser averiguado, já que pode estar relacionada ao ato de gravidade e severidade da agressão perpetrada contra a vítima. Diante deste cenário, os resultados demonstraram que no G1 indivíduos praticaram e não praticaram agressão psicológica durante a agressão sexual, no G2, as agressões foram perpetradas sem a utilização de agressão psicológica e no G3, a agressão psicológica foi praticada durante a agressão sexual.

Quanto aos resultados da categoria social três variáveis apresentaram distinção em relação aos três grupos, são elas: a idade da vítima, vínculo de parentesco, escolaridade e acesso à bebida alcoólica: o G1 concentrou indivíduos com ensino fundamental, que preferem crianças, com algum tipo de vínculo de parentesco e tiveram acesso a bebida alcoólica; o G2, com escolaridade concentrada no ensino fundamental, médio e superior, as vítimas eram crianças e adolescentes, sem vínculo familiar e sem acesso a bebida alcoólica; o G3 apresentava as seguintes características, estudaram até o ensino médio e superior, preferência por vítimas adolescentes, com e sem vínculo familiar, com e sem acesso a bebida alcoólica.

Conforme sinaliza a literatura há uma heterogeneidade de características presentes nos AASCAs, e conforme os dados refletem, mas pesquisas e mais estudos são necessários para

entender as características desta população. No entanto, como sinaliza Pincolini e Hutz (2014), a carência de estudos nacionais sobre o tema torna difícil saber o quanto estes dados refletem a realidade brasileira.

Na pesquisa de Simons et al. (2008) identificou-se que a maioria dos AASCAs relatou que suas vítimas eram seus familiares e do sexo feminino. Além disso, os estupradores de adultos relataram que as suas vítimas eram conhecidas e que a idade média girava em torno de 19 anos. Em contraste, as vítimas dos AASCAs eram conhecidas, parentes, ou vítimas de quando eles estavam desenvolvendo alguma função de confiança (por exemplo, babá, professor, treinador). Essas vítimas tinham uma média de idade de nove anos e quase sempre sofreram múltiplas relações.

Um aspecto sinalizado é quanto à educação (mais anos de estudo) que deve ser vista como um fator de proteção no desenvolvimento e que em tese deveria prevenir o envolvimento do indivíduo em práticas ilícitas. No estudo de Gonçalves e Vieira (2009) a variável escolaridade foi analisada por categorias, dos níveis de escolaridade dos indivíduos da amostra e não se obteve informação segura sobre as habilitações literárias dos indivíduos. Os resultados revelam a existência de diferenças de médias significativas. Os indivíduos que, em média, tinham mais escolaridade, foram os que cometeram outros crimes que não as agressões sexuais. Os demais perpetradores, como o AASCAs, em média, estavam associados a categoria menor escolaridade.

Quanto ao acesso à bebida alcoólica, Titcomb et al. (2012) analisaram 136 casos de AASCAs que continham informações sobre abuso de substâncias, pouco mais de um terço não apresentaram história de abuso de álcool ou drogas (34,6%), e uma proporção semelhante apresentava um histórico de abuso de substâncias. Neste mesmo estudo o abuso de álcool e droga foi associado à agressão sexual em um terço da amostra pesquisada.

De maneira geral pode-se dizer que considerando apenas as características biológicas, os três grupos parecem ser homogêneos: homens, adulto, mais velhos, negros, sem doenças psíquicas e orgânicas. Em termos de categorias psicológicas e sociais, os três grupos apresentaram semelhanças e diferenças. Desta forma, os três grupos apresentaram uma característica típica: o G1 homem negro, com idade mais avançada, com baixa escolaridade, religião católica, que utilizou ou não utilizou de agressão psicológica durante o ato sexual praticado, com preferência por vítima criança e com vínculo de parentesco. O G2 homem negro, mais velho, sem presença de agressão psicológica durante o ato sexual, preferencia por vítimas criança e adolescente, sem vínculo de parentesco e com alta e baixa escolaridade. O G3, homem negro, mais velho, com presença de agressão psicológica durante o ato praticado, preferencia por vítimas adolescentes e com alta escolaridade.

De todo modo, percebe-se uma heterogeneidade das características biopsicossociais demonstradas nos três grupos analisados segundo os *Clusters*. Todos os três grupos apresentaram características abrangentes dos AASCAs que sinalizam a necessidade de um refinamento destas características, indicando uma especificidade que necessita ser mais bem investigada.

Discussão das Características Biopsicossociais dos AASCAs: Análise de Regressão Logística

Os dados sugerem que um indivíduo acima de 30 idades tem maior probabilidade de perpetrar agressão sexual quando esteve associado às variáveis com filho, negro, morador de área urbana e local privado. Isso pode ser interpretado de duas maneiras: a primeira, como nos estudos de (Wood & Riggs, 2007), tais variáveis podem ser consideradas preditoras do comportamento de agressão sexual. Em outros estudos, no entanto, como nesta pesquisa, o teste realizado tinha por objetivo confirmar padrões e tendências observados em análises anteriores (Grattagliano, et al. (2012), no sentido de mais consistência às conclusões das

análises delas derivadas. Ou seja, o objetivo não foi propriamente prever o comportamento de agressão sexual ou apontar variáveis como preditoras para a sua emissão.

De todo modo, a análise de Regressão logística gerou um modelo que associou a variável depende, indivíduo acima de 30 anos, com as seguintes variáveis independentes: com filho (11.607), negro (4.2260), morador de área urbana (6.1650) e local privado (6.032).

A variável com filho pode ser interpretada como uma variável que está diretamente ligada ao poder estabelecido entre o perpetrador e as vítimas, no qual tal relação é quase sempre constituída (Simons, 2015). Isto é, indivíduos acima de trinta anos, por serem mais velhos, podem estabelecer com crianças e adolescentes uma relação de poder assimétrica, imprimindo assim uma relação de poder desigual. O estudo de Simons (2015) enfatiza que os AASCAs percebem as relações com as crianças como menos ameaçadoras do que as com os adultos, fazendo-os se sentirem com mais controle e poder nestes contextos relacionais.

Outra característica apontada pela regressão logística é o estereotipo do autor de agressão de etnia/cor negra. Tal aspecto pode ser discutido a partir da ênfase da característica predominante da população brasileira e ainda o acesso desta população às instituições jurídicas no Brasil. O primeiro aspecto citado está relacionado aos dados da população negra no Brasil, e que podem estar refletindo no tipo de dado. Ou seja, por ser a etnia/cor negra predominante na população brasileira segundo dados do IBGE (2010), o dado pode estar retratando uma característica segundo o parâmetro da população nacional. É necessário que se diga que a categoria etnia/cor negra seguiu o critério adotado pelo IBGE (2010), que sinaliza no documento Notas Técnicas acerca do Histórico da Investigação sobre a Cor Preta ou Raça nas Pesquisas Domiciliares do IBGE (2010), que os negros são considerados pessoas de cor preta e parda.

O segundo aspecto está relacionado ao fato de que as pesquisas com a população carcerária têm sinalizado que as pessoas negras constituem uma maioria. Segundo os dados

do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 17,3% da população carcerária nacional, no ano de 2013, foi classificada como “cor da pele/etnia” negra. Em uma interpretação superficial, os números poderiam objetar a tese da seletividade racista do sistema punitivo. No entanto, se agregadas as pessoas que foram classificadas como pardas (44,4%), temos um total de 64,7% do contingente carcerário, contra 35,3% daquelas identificadas como brancas.

Outro aspecto sinalizado sobre a variável etnia/cor está associado às características da população com acesso ao sistema de justiça. Uma problematização levantada diante destes dados pode sinalizar que somente população com esta característica tem chegado ao sistema de justiça. Isso acaba mais uma vez demonstrando que características como etnia/cor negra, apesar de sua acentuada presença nos autos, não pode ser vista como uma variável única e suficiente na busca de explicações sobre por que e como as agressões sexuais acontecem.

No entanto, ela revela que as instituições de garantia de direito, apesar das mudanças sociais, econômicas e políticas vivenciadas no país na última década, ainda segregam, mesmo nos serviços mais importantes, como é o acesso à justiça. Segregar, não no sentido de que há uma intencionalidade do ato, por parte da justiça, mas que, diante das mazelas e negligências sociais sofridas pela etnia afro-brasileira há mais de 500 anos, a sociedade brasileira ainda não conseguiu romper esta barreira sociocultural tão enraizada na sociedade e por que não dizer nas instituições legais e jurídicas do país.

Carvalho (2016) discute que há um encarceramento seletivo da juventude negra brasileira. Conforme essa autora, a criminologia racista foi (e permanece sendo) brasileira na medida em que seu aparecimento dependeu de condições materiais concretas, de relações de poder estabelecidas nas políticas colonialistas e nos processos de implementação do capitalismo. Os debates sobre a “criminalização da miséria” e o “populismo punitivo”, sobre a responsabilidade do Judiciário na legitimação ou na contenção da seletividade racista do sistema criminal brasileiro, sobre o papel dos atores da execução penal no cenário do “grande

encarceramento””; e, notadamente, sobre o insustentável quadro de violência institucional em que se encontra atualmente as instituições jurídicas e executoras da penalidade legal. Neste cenário no qual as imagens da violência produzidas no senso comum em muito se distanciam da violência real do dia a dia, é fundamental afirmar a pertinência e a necessidade de análise de dois distintos processos cujas vítimas preferenciais são a juventude negra brasileira: os homicídios praticados por agentes públicos e o encarceramento massivo dos últimos 20 anos.

A variável morador de área urbana pode estar sinalizando mais uma vez como uma característica predominante na população brasileira em geral, já que, segundo o IBGE (2010), há um total de 160.925,804 brasileiros que vivem em área urbana e 29.829,995 em área rural. Dados sinalizados pelo SINAN (2012) também revelou que a maioria dos casos de agressão sexual de criança/adolescente registrados no Brasil é praticada por moradores em áreas urbanas.

A variável local privado remete ao dado de que membros do contexto intrafamiliar são os que mais comentem esse tipo de agressão, perpetrada contra criança e adolescente. Dados que refutam tais achados estão localizados no relatório de violência sexual de 2012 emitido pelo Mapa de Violência (Waiselsz, 2012) que indicam que pais biológicos, padrastos, tios, primos e avôs são os que mais comentem agressão sexual contra criança e adolescente no Brasil.

Contudo, na presente pesquisa estes dados sinalizam indicadores da forte associação entre as variáveis pesquisadas e o ato da agressão sexual por indivíduos acima de 30 anos. No entanto, alude-se que, a natureza do dado, ainda sinaliza a necessidade de avaliação de outras variáveis.

Entretanto, é necessário fazer um adendo sobre a natureza do dado que deriva da fonte de informação jurídica. Os dados coletados dos autos do processo jurídico não permitiram informação mais precisas, dificultando a análise: primeiro pela ausência de informação, que

na maioria dos casos, não sinalizaram fatores psicológicos sobre comportamento dos AASCAs e a segunda, por ser a única fonte de informação no Brasil que concentra dados sobre esta população, não o faz de maneira que possibilite esse tipo de análise.

Como já referido, os dados estão relacionados ao tipo de informação coletada, sendo adquirida dos autos dos processos jurídicos que nem sempre continha as informações necessárias para esse tipo de análise, como exemplo a presença de fatores cognitivos e psicológicos, fatores estes quase não encontrados nos autos dos processos jurídicos.

No entanto, o dado revela ainda a natureza do fenômeno discutido neste trabalho, a invisibilidade do AASCA. Essa invisibilidade ou ocultação da sociedade pode ser observada nas práticas sociais, desde os desrespeitos por essa população, materializado pela ausência de dados completos, ou ainda pela inexistência de qualquer informação sobre o AASCA nos autos dos processos jurídicos.

O AASCA se apresenta marcado por uma espécie de invisibilidade, pela sociedade brasileira, fazendo com que a própria ideia da perpetração seja tratada como um tipo de fatalidade biológica, e não como um artefato social. O AASCA é retratado, pelo senso comum, por uma visão tradicional e irreversível e por assim dizer, uma ocultação da sociedade desse tipo de pessoas, que comumente são produto e produtores de uma sociedade que relegou a sua condição de sujeito de direito, restringindo a sua singularidade e menosprezando seus desejos e sonhos.

A ausência de uma base de dados segura e fidedigna que revele sobre as características destes indivíduos também se configura como práticas sociais de ocultação. Características não somente sociodemográficas, mas, com dados mais completos, como exemplo, atributos psicológicos, adquiridos por meio de aplicação de testes, assim como avaliações sobre fatores de risco comportamental e psicológico voltados para a prevenção da reincidência dos atos sexuais.

Os dados do presente estudo sustentam a tese de que essa caracterização é, necessariamente, biopsicossocial. Muito mais do que isso, é importante estudar como tais características homem, negro, baixa escolaridade, se liga aos dados sobre fatores de risco no desenvolvimento (relações/comportamentos) e reflete as condições sociofamiliares em que vive e foi criado. Tal aspecto precisa e deve ser considerado, sobretudo, para os estudos do desenvolvimento humano.

Esta pesquisa, portanto, não buscou conhecer se tais características são necessárias para construir uma etiologia ou para prever com grande segurança que uma pessoa que apresente tais e tais características possa vir a praticar agressão sexual de criança/adolescente. Os dados são, portanto, um ponto de partida para descrições mais minuciosas e rigorosas das características biológicas, psicológicas e sociais dos AASCAs.

Considerações Finais

Diante deste estudo, assim, é possível perceber que mesmo perante uma diversidade de características, mesmo em alguns momentos apresentadas de maneiras dicotômicas, à leitura dessa pesquisa só pode ser realizada se for feita a partir da compreensão da interação entre os fatores biológicos e sociais. Neste trabalho, considera-se ser necessário compreender mais a interação entre essas variáveis e seu efeito na composição das diferentes características em cada trajetória, para cada indivíduo, e se as variáveis se aproximaram ou não de forma própria. Ressalta-se que este estudo tentou identificar e analisar as características biopsicossociais e buscou, ao mesmo tempo, entender como tais variáveis em associação com outras podem ajudar na compreensão da agressão sexual perpetrada pelos AASCAs.

Em termos teóricos, este estudo elevou a discussão sobre as especificidades das características dos AASCAs, a partir de uma teoria sistêmica que entende que as características sozinhas ou isoladas não refletem a heterogeneidade destes indivíduos. No âmbito social, a pesquisa traz como contribuição a necessita de promover formas eficazes de

intervenção, sobretudo, nos centros de recuperação, a partir de um novo olhar, e um olhar mais humano, com práticas mais restaurativas e menos punitivas. Esse debate amplia para uma consolidação de políticas públicas mais efetivas e direcionadas para essa população específica.

A investigação sobre a característica de AASCA apresentou uma série de limitações: a primeira por ser um estudo sem um parâmetro nacional, já que houve poucas pesquisas no cenário brasileiro e com poucas produções científicas sobre as características dos AASCAs.

Além deste aspecto, informações insuficientes ou superficiais nos documentos coletados, sobretudo, a respeito das características psicológicas do AASCA, pode sinalizar problemas de generalização, apontam que mais estudos devam ser realizados em diferentes fontes de informação. O que chamou atenção foi a ausência de dados, especialmente sobre os acusados. A ausência de informação sobre a vida do AASCA, a inconsistência de informações encontradas nas peças jurídicas, e a falta de cuidados necessários em registrar informações onde deveriam constar elementos norteadores para o julgamento correto e isento, foram fatores que dificultaram a coleta e levantaram uma série de discussão. Principalmente sobre a invisibilidade dos AASCAs na esfera jurídica legal.

Finalmente, as questões gerais relacionadas com a subnotificação de crimes sexuais levam ao problema tipicamente visto em pesquisa da característica do AASCA, isto é, ausência de uma matriz brasileira para estudar os AASCAs, o que limita a capacidade de atingir diferenças significativas entre os grupos de pesquisa e de comparação.

Em termos de direções futuras das pesquisas, recomenda-se que os estudos utilizem métodos científicos rigorosos e que os pesquisadores sejam encorajados e apoiados para tal iniciativa. Finalmente, seria benéfico que futuras pesquisas possam sinalizar ações voltadas para a implementação de componentes de programa de acompanhamento no sistema penitenciário para esta população.

Outro caminho apontado refere-se à realização de estudos acerca dos instrumentos de avaliação que possam contribuir para identificar ou mapear características dos AASCAs de maneira mais contextualizada e ajudar no registro de informações nos autos dos processos jurídicos. A ideia é gerar uma matriz explicativa baseada em evidências empíricas mais condizentes com a realidade brasileira.

Referência

- Baía, P. A. D., Veloso, M. M. X., Magalhães, C. M. C. & Dell'Aglio, D. D. (2013). Caracterização da revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes: negação, retratação e fatores associados. *Temas em psicologia*, 21(1), 1932-202. doi: 10.9788/TP2013.1-14
- Blasko, B. L., Jeglic, E. L., & Mercado, C. C. (2011). Are Actuarial Risk data used to make determinations of sex offender risk classification? An examination of Sex offenders selected for enhanced registration and notification. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 55(5), 676-692. doi: 10.1177/0306624X10372784
- BR. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (2011). *Diagnóstico Social da Criança e do Adolescente do Município de Abaetetuba*. (Não Publicado online)
- Burgess, A., Commons, M., Safarik, M., Looper, R., & Ross, S. (2007). Sex offenders of the elderly: classification by motive, typology, and predictors of severity of crime. *Aggression and Violent Behavior*, 12, 582-597. doi: 10.1016/j.avb.2007.02.006
- Carvalho, J., & Nobre, P. (2013). Dynamic factors of sexual aggression: the role of affect and impulsiveness. *Criminal Justice and Behavior*, 40(4), 376-387. doi: 10.1177/0093854812451682

- Comissão Parlamentar de Inquérito da pedofilia Brasil, *Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito*. (2010). Retirado de <http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/pdfs/RELATORIOFinalCPIPEDOFILIA.pdf>
- Costa, C. F. P. (2011). Abuso cometido por mulheres: um estudo de caso. (Dissertação de mestrado). Retirada de http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3264/3/DM_15500.pdf
- Faleiros, E. T. S. (2004). O Fetiche da mercadoria na exploração sexual. In R. M. C. Libório & S. M. G. Souza (Orgs). *A exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil: Reflexões teóricas, relatos de pesquisa e intervenção psicossociais* (pp.51-72). Goiânia: Casa do Psicólogo/Editora da UCG.
- Felipe, J. (2006). Afinal, quem é mesmo pedófilo? *Cadernos Pagu*, (26), 201-223. doi:10.1590/S0104-83332006000100009
- Fisher, D., Beech, A., & Browne, K. (1999). Comparison of sex offenders to nonoffenders on selected psychological measures. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 43(4), 473-491. doi: 10.1177/0306624X99434006
- Gonçalves, R. A., & Vieira, S. (2005). A avaliação do estilo de vida criminal em Ofensores sexuais. *Psicologia: teoria, investigação e prática*, 1, 081-092. Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4357>
- Grattagliano, I., Owens, J., N., Morton, R., J., Campobasso, C., P., Carabellese, F., & Catanesi, R. (2012). Female sexual offenders: five italian case studies. *Aggression and Violent Behavior*, 17(3), 180-187. doi: 10.1016/j.avb.2012.01.001
- Grotpeter, J. K., & Elliott, D. S. (2002). *Violent Sexual Offending* (Relatório do Center for the Study and Prevention of Violence, Institute of Behavioral Science, University of Colorado). Retirado de https://cdpsdocs.state.co.us/ors/docs/articles/Del_Elliot_ViolentSO2002.pdf

Hair, J. F. Jr., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. R., & Tatham, A. R. L. (2010).

Análise multivariada de dados. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Hanson, R. Karl; Bussière, Monique T. (1986). Predicting relapse: a meta-analysis of sexual offender recidivism studies. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 66(2), 348-362. doi: [org/10.1037/0022-006X.66.2.348](https://doi.org/10.1037/0022-006X.66.2.348)

Huss, M. T. (2011). *Psicologia Forense: Pesquisa, Prática Clínica e Aplicações*. Porto Alegre: Artmed.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010). Histórico da investigação sobre cor ou raça nas pesquisas domiciliares do IBGE. Retirado de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/notas_tecnicas.pdf

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2012). *Divisão regional do Brasil*. Retirado de <http://www.ibge.gov.br/>.

Jeglic, E. L., Mercado, C. C., & Levenson, J. S. (2012). The prevalence and correlates of depression and hopelessness among sex offenders subject to community notification and residence restriction legislation. *American Journal of Criminal Justice*, 37(1), 46-59. doi: 10.1007/s12103-010-9096-9

Krindges, C. A., Macedo, D. M., & Habigzang, L. F. (2016). Abuso sexual na infância e suas repercussões na satisfação sexual na idade adulta de mulheres vítimas. *Contextos Clínicos*, 9(1), 60-71. doi: 10.4013/ctc.2016.91.05

Lã-Branca, N. S. C. (2012). *Caracterização psicopatológica de agressores sexuais* (Dissertação de Mestrado). Retirado de <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2616/1/14985.pdf>

- Langevin, R., & Curnoe, S. (2012). Lifetime criminal history of sex offenders seen for psychological assessment in five decades. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 56(7), 997-1021. doi: 10.1177/0306624X11420084
- Lobanov-Rostovsky, C. (2015). Adult Sex Offender Management. *Office of Justice Programs*. 1-8. Retirado de <http://www.smart.gov/pdfs/AdultSexOffenderManagement.pdf>
- Malhotra, N. (2006). *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. Porto Alegre: Bookman.
- Marroco, J. (2007). *Análise Estatística: com a utilização do SPSS*. Lisboa: Sílabo
- Marshall, W. L. (2014). Phallometric assessments of sexual interests: an update. (Report). *Current Psychiatry Reports*, 16(1), 1-7. doi: 10.1007/s11920-013-0428-6.
- Marshall, W. L., Barbaree, H. E., & Christophe. D. (1986). Sexual offenders against female children: Sexual preferences for age of victims and type of Behaviors. *Canadian Journal of Behavior Science*, 18(4), 424-439. doi: <http://dx.doi.org/10.1037/h0079966>
- Michaud, P., & Proulx, J. (2009). Penile-response profiles of sexual aggressors during phallometric testing. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 21(3), 308-334. doi: 10.1177/1079063209342073
- Nunes, K. L., & Jung, S. (2012). Are Cognitive Distortions Associated With Denial and Minimization Among Sex Offenders? *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 25(2), 166-188. doi: 10.1177/1079063212453941
- Oliveira, F. L., & Silva, V. F. (2005). Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. *Sociologias*, 7(13), 244-259. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/soc/n13/23563.pdf>

- Pereira, J. A. T. C. (2007). Distorções cognitivas e agressão sexual: estudo exploratório com agressor intra e extrafamiliar (Dissertação de mestrado). Retirada de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/22218/2/Tese%202007.pdf>
- Pincolini, A. M. F., & Hutz, C. S. (2014). Abusadores sexuais adultos e adolescentes no sul do Brasil: pesquisa em denúncias e sentenças judiciais. *Temas em Psicologia*, 22(2), 301-311. doi: 10.9788/TP2014.2-03
- Rausch, J. R., & Kelley, K. (2009). A comparison of linear and mixture models for discriminant analysis under nonnormality. *Behavior Research Methods*, 41(1), 85-98. doi: 10.3758/BRM.41.1.85
- Rebocho, M. F. (2007). *Caracterização do Violador Português: Um Estudo Exploratório*. Coimbra, POR: Almedina.
- Rebocho, M. F., & Gonçalves, R. A. (2012). Sexual predators and prey: A comparative study of the hunting behavior of rapists and child molesters. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(14), 2770-2789. doi: 10.1177/0886260512438280
- Ribeiro, R. B., & Cordeiro, Q. (2012). Agressores sexuais: avaliação de risco, fatores de risco e tratamento. *Arquivo Médico*, 57(2), 74-80. Retirado de <http://www.fcmscsp.edu.br/files/05-AR12.pdf>
- Robertiello, G., & Terry, K. J. (2007). Can we profile sex offenders? A review of sex offender typologies. *Aggression and Violent Behavior*, 12 (5), 508-518. doi: 10.1016/j.avb.2007.02.010
- Sanderson, C. (2005). *Abuso sexual em crianças: fortalecendo pais e profissionais para proteger crianças de abusos sexuais*. São Paulo: M. Books do Brasil.
- Sanfelice, M. M., & De Antoni, C. (2010). A percepção do abusador sexual sobre a (sua) Sexualidade. *Revista Interamericana de Psicologia*, 44(1), 131-139. Retirado de <http://www.redalyc.org/pdf/284/28420640014.pdf>

- Seto, M. (2008). *Paedophilia and sexual offending against children: theory, assessment and intervention*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Simons, D. A. (2015). Adult Sex Offender Typologies. *Office of Sex Offender Sentencing, Monitoring, Apprehending, Registering, and Tracking*. 1-8. Retirado de http://www.smart.gov/SOMAPI/sec1/ch3_typology.html
- Simons, D. A., Wurtele, S. K., & Durham, R. L. (2008). Developmental experiences of child sexual abusers and rapists. *Child Abuse & Neglect*, 32(5), 549-560.
doi:10.1016/j.chiabu.2007.03.027
- Souza, C. M., & Adesse, L. (2005). *Violência sexual no Brasil: Perspectivas e desafios*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.
- Titcomb, C., Goodman-Delahunty, J., & Puisseau, B. W. (2012). Retrial diversion for intrafamilial child sexual offending does biological paternity matter? *Criminal Justice and Behavior*, 39(4), 552-570. doi: 10.1177/0093854811433678
- USA. American Psychiatric Association, Força Tarefa do DSM-5. (2014). Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
- Verónico, M. S. B. (2015). Agressores sexuais: caracterização de uma amostra portuguesa (Dissertação de mestrado). Retirado de https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=37444
- Vieira, S., M. A. (2010). Ofensores sexuais: das crenças ao estilo de pensamento. (Tese de Doutorado). Retirada <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/14246/1/Sandra%20M%C3%B3nica%20de%20Almeida%20Vieira.pdf>
- Waiselsz, J. J. (2012). *Mapa de violência 2012: Crianças e Adolescentes do Brasil*. Retirado de

http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Crianças_e_Adolescentes.pdf

- Weber, L. N. D., Viezzer, A. P. O., & Brandenburg, J. (2005). O uso de palmadas e surras como prática educativa. *Estudos de Psicologia*, 9(2), 227-237. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n2/a04v9n2>
- White, C. (2015). Sexual assault and rape. *Obstetrics, Gynaecology And Reproductive Medicine*, 25 (10), 295-301. doi:10.1016/j.curobgyn.2004.06.008
- Wood, E., & Riggs, S. (2008). Predictors of child molestation adult attachment, cognitive distortions, and empathy. *Journal of Interpersonal Violence*, 23(2), 259-275. doi: 10.1177/0886260507309344

Estudo V. Distorções Cognitivas de Autores de Agressão Sexual de Crianças e Adolescentes

O termo distorção cognitiva (DC) parece ter origem na literatura da Terapia Cognitiva Comportamental (TCC), sendo utilizado, pela primeira vez, por Beck, em 1960, quando divulgou importante estudo sobre transtorno *depressivo* (Powell, Abreu, Oliveira, & Sudak, 2008). Neste campo, o termo foi usado, originalmente, para descrever o pensamento idiossincrásico referente a conceituações distorcidas ou irrealistas (Beck, 1963). Desde o surgimento, uma densa literatura sobre DC vem se constituindo com a colaboração de autores atuais (Guglielmo, 2014; Milman & Drapeau, 2012), atestando a ambiguidade conceitual do termo e os vários significados com os quais este pode ser empregado.

Ao longo dos anos, o termo DC sofreu alterações conceituais importantes em sua definição e estrutura, sendo, hoje, utilizado com variadas conotações, tais como: crenças desadaptativas, justificações, racionalizações, minimizações, entre outros (Benbouriche, Longpré, Guay, & Proulx, 2015). Embora na literatura científica não exista consenso acerca da origem do conceito, o termo DC está associado às investigações do comportamento agressivo, sendo, frequentemente, usado de forma genérica para se referir às atitudes de apoio à agressão, a processos cognitivos durante o ato, bem como a justificações pós-agressão ou a desculpas para a sua ocorrência (Coutinho-Pereira & Gonçalves, 2009; Marunna & Mann, 2006).

Em um levantamento acerca dos significados atribuídos ao termo, Guglielmo (2014) definiu categorias conceituais fundamentadas na literatura da área que dão base para a discussão sobre a natureza do termo e sobre como as pesquisas empíricas o têm utilizado. Para o referido autor, em sentido teórico, a DC tem sido conceituada de diversas maneiras: (a) distorção cognitiva como função de processamento (mantenedoras de condutas); (b) distorção cognitiva como forma de processamento (meio de manter uma conduta); (c) distorção

cognitiva como processo de informação (informações sendo constituídas a partir de processo). Especificamente para esta última categoria conceitual, as DCs têm sido entendidas como pensamentos individuais e/ou crenças construídas ao longo de um processo.

Aqui, o termo DC é compreendido como crenças disfuncionais e mal adaptativas que podem estar relacionadas à visão que o indivíduo tem sobre outras pessoas, sobre si mesmo e sobre o mundo que o cerca (Moura & Koller, 2008). Ou seja, duas pessoas podem ter acesso à mesma informação e, ainda assim, absorver crenças sobre elas muito diferentes. Todavia, os pensamentos podem mudar ao longo do tempo, dependendo da disponibilidade da informação e dos fatores biopsicossociais envolvidos (Vieira, 2010).

Desse modo, entende-se que o termo DC refere-se a atitudes que estão na base de constituição de um influente sistema de crenças capazes de explicar e, até, justificar o que pensam os autores de agressão sexual de criança/adolescente (AASCA) sobre o próprio comportamento e o quanto consideram legítimas as relações sexuais que envolvem crianças e adolescentes (Vieira, 2010). Diversos autores (Knapp & Beck, 2008; Nunes, 2012) propõem que, subjacentes à agressão sexual, estão as crenças acerca da vítima e do próprio comportamento, as quais se organizam em teorias implícitas que tomam a forma de ideias, concepções e pensamentos aplicados na interpretação do mundo (Ward, 2000).

Esta conceituação é corroborada pela pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento, a qual vê as crenças como parte de um processo inscrito no desenvolvimento humano, uma vez que elas seriam constituídas desde os primórdios da infância, quando as crianças começam a formar hipótese sobre si mesma, sobre as outras pessoas e sobre o mundo, tornando-se, progressivamente, mais complexas e se prolongando por toda a trajetória de vida (De Antoni & Koller, 2004). Neste sentido, as crenças individuais seriam resultados de um processo de informação a partir das experiências e conhecimentos apreendidos no decorrer da trajetória de vida do indivíduo (Guglielmo, 2014).

As DCs, portanto, podem ser entendidas como características da pessoa, constituídas por um conjunto de crenças que convencem o indivíduo de que algo (pessoas, objetos, valores, regras) que ele acredita ser verdadeiro, na realidade, pode não ser exatamente da forma como ele percebe. Por isso, as DCs remetem à existência de pensamentos desviantes ou deturpados, com certo grau de imprecisão e compromisso com a realidade (Knapp & Beck, 2008; Nunes, 2012). As DCs são, normalmente, utilizadas para reforçar o pensamento e/ou emoções negativas, transformando a forma de pensar do indivíduo diante de situações que parecem racionais e precisas, mas que podem deturpar e causar sofrimento.

Sendo as DCs parte das características da pessoa, elas podem ser vistas como produto e produtora do processo de desenvolvimento na medida em que são constituídas a partir das experiências emocionais precoces e importantes que deixam marcas ao longo da vida do indivíduo, determinando a interpretação que aquele dará aos acontecimentos. Quando as experiências emocionais precoces são negativas, influenciam na forma como o indivíduo lida e resolve os problemas direcionando para a construção de crenças disfuncionais ou equivocadas sobre si mesmo e sobre os outros (De Antoni & Koller, 2004).

Resumidamente, as DCs promovem crenças arraigadas no indivíduo fazendo-o agir ou se comportar sobre determinada situação, fato ou sobre si mesmo (Beck, 1997, Ó Ciardha, 2011). Para Coutinho-Pereira e Gonçalves (2009) e De Antoni & Koller, (2004), tais crenças podem se originar a partir de um contato com o ambiente familiar abusivo ou disfuncional em termos de dinâmica e estrutura familiar, reforçado por uma modelagem parental ineficaz, que favorece experiências interpessoais distorcidas.

Do ponto de vista do Modelo da Bioecologia do Desenvolvimento Humano (MBDH), as DCs, na agressão sexual de criança/adolescente, podem ser entendidas como atributos internos que a pessoa disponibiliza os quais guiam os processos proximais e acabam levando o indivíduo a cometer a agressão sexual, tolerando, justificando, desculpando, minimizando,

racionalizando ou, em alguma medida, dando apoio à agressão sexual contra criança/adolescente.

Assim, o elemento denominado pessoa no MBDH é representado pelas características biopsicológicas do indivíduo, como: a biológica, a cognitiva, a emocional e a comportamental. Tais características, em estreita relação com os níveis ecológicos, atuam no processo do desenvolvimento humano, que ocorre em um determinado período de tempo, a partir de dimensões múltiplas de temporalidade (Bronfenbrenner, 1996).

Três tipos de características da pessoa são distinguidos por Bronfenbrenner e Morris (1998) como as que mais influenciam o curso do desenvolvimento por sua capacidade de afetar a direção e o poder dos processos proximais: a força (condutora do processo proximal), o recurso (capacidade, habilidade) e a demanda (continuidade/descontinuidade).

A força inicia e conduz os processos proximais, sendo caracterizada por orientações comportamentais ativas, que utilizam como meio os recursos disponíveis como a capacidade, a experiência, o conhecimento e as habilidades de cada indivíduo. Assim, a força pode direcionar os processos proximais confirmando duas tendências: características geradoras e características desorganizadoras (inibidoras) do desenvolvimento. As primeiras são aquelas que envolvem orientações ativas, como a curiosidade, proatividade e engajamento, responsividade diante das iniciativas de outros. As inibidoras são aquelas que indicam dificuldades em manter o controle das emoções e comportamentos, incluindo características como impulsividade, descontrole sexual, explosividade, apatia, irresponsabilidade, falta de interesse nas pessoas ao redor, baixa autoestima (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

A segunda característica da pessoa são os recursos psicológicos representados pelas características biopsicológicas ativas e passivas que promovem a efetividade do processo proximal. Os recursos podem ser representados pela capacidade, pela experiência, pelos conhecimentos e pelas habilidades necessárias para um funcionamento eficaz do processo

proximal em determinado estágio de desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 1998), relacionados às características como baixo peso ao nascer, deficiências, transtornos de déficit de atenção.

Outra característica é a demanda, responsável pela continuidade ou descontinuidade dos processos proximais. A demanda (positiva ou negativa) encoraja ou desencoraja reações do ambiente social as quais podem estimular ou desencorajar o funcionamento dos processos proximais que estão ligados às reações do ambiente social diante da aparência física, idade, sexo e etnia e que sofrem influência das crenças, valores e papéis sociais. Como exemplo, cita-se uma aparência física atraente versus outra não tão atraente, traços de hiperatividade versus passividade (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Desta forma, os processos proximais, como motor do desenvolvimento, variam diretamente em função das características da pessoa (Bronfenbrenner, 2011). No entanto, muito mais do que as teorias que tentaram explicar as DCs, propõe-se, neste estudo, olhá-las como parte da característica da pessoa, interferindo diretamente na forma como o indivíduo se desenvolve, constituindo, assim, a bioecologia do desenvolvimento dos AASCA.

Sabe-se que os AASCA, geralmente, apresentam um histórico de pensamentos negativos autodirigidos que influenciam o próprio comportamento, produzindo, com isso, uma forma distorcida de perceber as pessoas, a si próprio e a vida (Coutinho-Pereira & Gonçalves, 2009; Pereira, 2007). Esse funcionamento das DCs possibilita uma racionalização, justificação e minimização dos atos praticados, por mais graves, ou socialmente condenáveis, que sejam como defende Pereira (2007).

No caso dos AASCAs, as DCs podem ser constituídas por meio de informações inadequadas e experienciadas tempos atrás, mas que geraram crenças as quais alteram o sentido dado pelo indivíduo aos processos, aos objetos e aos símbolos constituintes do contexto ecológico. Tal situação pode levá-lo a transgredir regras sociais, códigos morais,

princípios políticos e, inclusive, agredir sexualmente quem deveria estar salvo de qualquer forma de violência, como, por exemplo, a criança e o adolescente (Abel, Becker, Cunningham-Rathner, 1984, Coutinho-Pereira & Gonçalves, 2009).

Além desse aspecto, o produto dos processos cognitivos envolvidos, isto é, as próprias crenças podem ser detectáveis na maneira como os AASCA lidam com a informação processada o que sofre variações, ou seja, pode ser utilizada para justificar a agressão em termos da moralidade ou da necessidade psicológica; minimizar as atitudes ou as consequências; deslocar a responsabilidade por meio da desvalorização da vítima (Coutinho-Pereira & Gonçalves, 2009).

Com isso, as DCs produzem, por assim dizer, um sentimento de justificação, por direito, das práticas e dos atos realizados. Portanto, este estudo teve como objetivo analisar as DCs presentes no conteúdo das entrevistas do AASCA, segundo o Modelo da Bioecologia do Desenvolvimento Humano.

Método

O método de pesquisa deste estudo está pautado em uma abordagem investigativa sistêmica e interdisciplinar que priorizou a análise das relações entre as propriedades da pessoa e as características físicas, sociais e culturais dos contextos imediatos e remotos bem como as influências nos processos desenvolvimentais, conforme proposto por Bronfenbrenner e Morris (1998). Trata-se de uma pesquisa empírica, com delineamento transversal, amparado no método de estudos de abordagem qualitativa, com o emprego da técnica de análise de conteúdo, considerando, para tanto, o conteúdo das entrevistas realizadas.

Contexto da Pesquisa

Parauapebas foi escolhido por ser um município importante da mesorregião do Sudeste Paraense. Na economia, este município conta com um Produto Interno Bruto (PIB) que, em 2012, chegou a 15.947.708.648 reais, ficando atrás apenas do PIB da capital, Belém

(IBGE, 2012). Esse fenômeno econômico se justifica por estar assentado na maior província mineral do planeta: a Serra dos Carajás. O município também apresenta, como uma característica marcante, a grande miscigenação, com forte presença de maranhenses, mineiros e goianos, além de ser uma cidade com alto número de pessoas transeuntes.

Segundo dados do Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI da Pedofilia, como ficou conhecida no Estado do Pará, o município de Parauapebas, à época da elaboração do Relatório, contava somente com 33 processos judiciais em andamento. Em razão disso, foi considerado o 5º município em número de autos processuais levantados por meio do relatório, conforme informação da CPI (2010).

Ambiente da pesquisa.

Para a realização da pesquisa, solicitou-se autorização para o acesso à Unidade Prisional que recebe homens acusados/sentenciados por terem cometido crime de natureza sexual contra criança e adolescente. Vale ressaltar, que a Carceragem de Parauapebas foi a única a viabilizar, em tempo hábil, a autorização para a realização da coleta de dados e finalização da pesquisa, possibilitando a conclusão deste estudo no tempo previamente estabelecido. Portanto, este estudo se deu em uma Unidade Prisional localizada no município de Parauapebas, no Estado do Pará, vinculada à Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE).

Contou-se com uma estrutura física adequada, disponibilizada para a realização da pesquisa, com uma sala privada, contendo mesa e cadeiras, na área administrativa da carceragem, de forma que possibilitou a condução das entrevistas dentro dos padrões éticos estabelecidos, como: minimizar o risco e dano ao entrevistado, garantir a previsibilidade dos prováveis riscos e à assistência a qualquer dano que possa resultar da participação do entrevistado no estudo, compromisso em apresentar os resultados da pesquisa aos participantes e às instituições, e assegurar que as informações obtidas não serão usadas para

prejudicar as pessoas e/ou comunidades citadas nas entrevistas. Na referida sala, os participantes ficaram sozinhos com a entrevistadora, mas um agente penitenciário entrava, periodicamente, para averiguar a segurança da pesquisadora.

Considerações Éticas

O projeto de pesquisa foi aprovado em 30/04/2014 e registrado com o número 650.210 (Apêndice B)) segundo o parecer emitido pelo Comitê de Ética para Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do Núcleo de Medicina Tropical-NMT/ Universidade Federal do Pará (UFPA).

Participantes

Participaram da pesquisa, cinco AASCA sentenciados pelo crime de agressão sexual contra criança e adolescente que cumpriam pena à época da pesquisa conforme Figura 15.

Participantes	P1	P2	P3	P4	P5
Sexo	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino
Idade	19 anos	21 anos	58 anos	36 anos	20 anos
Etnia/Cor	Branco	Pardo	Pardo	Pardo	Pardo
Estado civil	Solteiro	Solteiro	Casado	Separado	Solteiro
Religião	Evangélico	Evangélico	Católico	Evangélico	Evangélico
Escolaridade	E.S.I	E.F.I	N.E	E.F.I	E.F. I
Ocupação	Estudante	Indefinida	Lavrador	Garimpeiro	Ajudante pedreiro
Vítima	Vizinho	Namorada	Aluna da mulher	Filha	Desconhecida
Artigo	217	217	217	217/157	217
Situação atual	Sentenciado	Provisório	Provisório	Provisório	Sentenciado

Figura 15. Quadro de caracterização biosociodemográfica dos participantes da pesquisa.

Ensino Superior Incompleto (ESI); Ensino Fundamental Incompleto (EFI); Nuca estudou (NE).

Tais participantes foram selecionados a partir de uma amostra dos processos jurídicos avaliados no estudo anterior. Para que a pesquisa fosse desenvolvida, solicitou-se que a direção da Unidade Prisional autorizasse a participação de custodiados cujos autos dos processos tivessem sido analisados pelos pesquisadores e que atendessem aos seguintes critérios de elegibilidade: os participantes deveriam estar livres de perturbações psíquicas

(antissocial, esquizofrenia, depressão grave, etc.), além de síndrome cerebral orgânica (Acidente Vascular Cerebral) e/ou de condições médicas graves (cardiopatias).

Materiais, Instrumentos e Técnicas

Como instrumento de registro, utilizou-se um gravador Sony (IC Record, ICD-PX 240) para a gravação em Mp3. Em seguida, a pesquisadora e os membros do grupo de pesquisa Estudo de Autores de Agressão Sexual de Criança/Adolescente (EASCA) fizeram a transcrição literal do conteúdo das entrevistas.

Com base na pesquisa de Gonçalves (2005), que analisou a presença de DC em AASCAs, os membros do EASCA elaboraram um roteiro contendo perguntas abertas e fechadas, o qual norteou a condução da entrevista semiestruturada.

Neste estudo, o roteiro para guiar a entrevista semiestruturada pretendeu identificar se havia distorções cognitivas presentes nos conteúdos de AASCAs, participantes da pesquisa e, em caso positivo, quais seriam elas. A entrevista era composta por 45 perguntas que abordavam temas diversos, mas, sobretudo, as percepções dos participantes sobre infância, adolescência, agressão e violência sexual (questões de 1 a 10) e as concepções deles sobre a agressão sexual contra criança e adolescente (questões de 11 a 45) (Apêndice H).

Procedimentos

Procedimento preliminar.

Na primeira etapa, obteve-se a autorização dos órgãos competentes para se entrevistar AASCA, que estavam cumprindo a pena atribuída pelo judiciário em ambiente carcerário. Após a autorização dos órgãos responsáveis, o pesquisador apresentou a proposta de pesquisa aos participantes, sendo-lhes solicitada a leitura e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice G).

As entrevistas foram realizadas às sextas-feiras, conforme recomendado pela direção da Unidade Prisional e pelas regras estabelecidas no Sistema Penitenciário, haja vista ser o dia

em que não havia audiência na Vara de Crimes, ou seja, todos os sentenciados ficavam na carceragem, o que facilitava o controle e a manutenção da segurança de todos que se encontravam naquele espaço. As entrevistas duraram 120 minutos, em média, totalizando 600 minutos (10 horas de gravação), sendo gravadas em áudio e transcritas, na íntegra, para posterior análise. Convém citar, que se tomaram todas as devidas precauções quanto ao sigilo das informações confidenciais obtidas, especificamente com o sigilo dos nomes dos participantes e dos citados nas entrevistas, conforme recomenda o Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Procedimento de análise.

Análise do conteúdo das entrevistas.

Considerou-se a técnica de análise de conteúdo uma vez que considera palavras ou signos linguísticos, permitindo, de forma prática e objetiva, produzir inferências do conteúdo da comunicação de um texto replicáveis ao contexto social. Além disso, o texto é um meio de expressão dos participantes, por meio do qual o pesquisador busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as represente (Caregnato & Mutti, 2006).

Ao se apreciar o conteúdo, é possível realizar uma análise por categorias temáticas (Bardin, 1977) preocupada com o sentido contido no texto, tentando encontrar significações, colocando-as em uma classe de equivalência previamente definida em função do objetivo da pesquisa.

Análise categorial.

O exame do conteúdo das entrevistas envolveu a análise por categorias temáticas, segundo Bardin (1977). A organização e sistematização do conteúdo das entrevistas sobre DC foram analisadas a partir das categorias temáticas preestabelecidas na pesquisa realizada por

Gonçalves (2004), conforme Figura 16, e, em seguida, foram discutidas a partir da perspectiva teórica adotada pelo Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano.

Distorções Cognitivas	Conceito	Exemplos
Negação completa	Assume na íntegra a agressão ao qual foi acusado e condenado	“Eu nunca fiz nada com ela”
Negação parcial	Nega de maneira parcial a agressão ao qual foi acusado e condenado	“Eu fiz, mas não sou agressor”
Aceitação da agressão sexual	Assume que praticou a agressão sexual	“Eu tenho que encarar o fato de que eu cometi um crime sexual”
Minimização da agressão	Relativiza a agressão, atribuindo-lhe uma intenção menor	“Não houve força ou ameaça”
Negação/minimização da responsabilidade	Coloca a culpa em terceiros, imputando-lhe alguma participação	“A vítima foi sedutora, eu estava drogado”
Negação/minimização das consequências	Considera que a vítima não ficou magoada e não houve dano, pois ele foi carinhoso e afetuoso.	“Eu não atrapalhei a vida da vítima”
Negação/minimização do planejamento	Tenta justificar que não houve intencionalidade de arquitetar a agressão	“Eu não planejei a agressão sexual”
Negação/minimização das fantasias	Reporta a ideia de que o ato se inscreve num outro ato e não a área sexual	“Eu não tenho fantasia sexual desviante”
Negação/minimização do tratamento	Nenhum desejo ou nenhuma necessidade expressa de ajuda	“Eu não preciso de tratamento para controlar meu comportamento”
Negação do desvio sexual	Nega qualquer desejo sexual por criança/adolescente	“Eu tenho interesse sexual por criança/adolescente gostos de mulher adulta”
Aceitação do interesse sexual	Aceita que tem desejos sexuais com por criança e/ou adolescente	“Eu me satisfaço sexualmente com criança/adolescente”

Figura 16. Quadro com as categorias pré-definidas por Gonçalves (2004).

Os resultados serão apresentados em duas etapas: a primeira etapa trará o conteúdo das entrevistas de cinco participantes, organizado de acordo com as categorias preestabelecidas por Gonçalves (2004) e a discussão com a literatura da área; a segunda etapa conterá a discussão da análise do conteúdo extraído das entrevistas a partir da perspectiva Bioecológica do Desenvolvimento Humano.

Resultado e Discussão

Distorções Cognitivas de Autores de Agressão Sexual Criança/Adolescentes

Diversas expressões de DCs foram relatadas pelos participantes durante as entrevistas, seja referente à negação do ato ou à minimização da agressão sexual. As categorias encontradas também apresentam justificativas para o ato sexual perpetrado e, em alguns casos, os AASCAs delegaram à vítima a culpa. Contudo, considerando as categorias preestabelecidas, observou-se a ausência de três categorias: aceitação do interesse sexual, negação do desvio sexual e negação/minimização das fantasias.

Uma explicação para a ausência das categorias pode estar relacionada às características dos entrevistados, como o fato de serem participantes sem transtorno de Pedofilia. Talvez, por isso, esteja ausente este tipo específico de DC. No entanto, trata-se apenas de uma hipótese explicativa que deve ser investigada em estudos futuros.

Considerando os conteúdos das entrevistas dos participantes, emergiram as seguintes categorias: (a) Negação Completa, (b) Negação Parcial, (c) Aceitação da Agressão Sexual, (d) Minimização da Agressão, (e) Minimização da Responsabilidade, (f) Negação/Minimização das Consequências, (g) Negação/Minimização do Planejamento e (h) Negação/Minimização de Tratamento.

Negação Completa (NC).

A categoria NC foi observada apenas na entrevista do participante 4. Nela, foi possível perceber que o participante considera a denúncia feita como de natureza caluniosa. Ou seja, o crime pelo qual foi condenado teria sido planejado pela ex-mulher que pretendia prejudicá-lo, caluniando-o em relação ao comportamento dele. Desta forma, ele se percebe como uma vítima da situação, pois considera que só está na cadeia pelo medo que a ex-mulher tem dele ficar solto novamente, uma vez que já foi preso por atos de violência doméstica praticados contra ela.

Destaca-se a negação completa do ato sexual praticado contra a própria filha na seguinte frase:

Não, eu não cometi a agressão sexual contra minha filha. Nunca pratiquei. Não sou culpado. Eu me considero uma pessoa, uma vítima. [...] se eu perder a minha mãe, por causa dessa armação aí [...]

Nas pesquisas de Pereira (2007) e Coutinho-Pereira e Gonçalves (2009), os resultados dos estudos identificaram que 75% dos AASCAs afirmavam que pesavam sobre eles falsas acusações. Eles negavam ter cometido os crimes pelos quais foram julgados e condenados. Dados similares foram encontrados na pesquisa realizada por Brown, Walker, Gannon e Keow (2013) os quais avaliaram a relação entre empatia e DC, sendo comum a negação completa do crime atribuído aos participantes da pesquisa.

Ressalta-se que, apesar da negação recorrente do participante 4, os dados dos processos jurídicos sinalizam que há evidências consistentes da agressão sexual praticada contra a filha. Mais uma vez, a categoria Negação Completa aparece associada a situações em que os acusados/sentenciados negam o ato praticado.

Negação Parcial (NP).

Quanto à categoria NP, os conteúdos apontaram para concepções que tentam justificar, em parte, a agressão cometida, como pode ser verificado nos seguintes exemplos: “uma pessoa sem consciência”, “a vítima consentiu”, “não utilizei a força física”, “estava embriagado”. Tais exemplificações podem ser percebidas nos respectivos conteúdos.

O que eu fiz foi uma coisa sem noção. Eu me comparo a uma pessoa sem noção que não percebeu o que estava fazendo naquele momento (Participante 1).

Eu não me vejo como Jack, porque ela também consentiu (Participante 2)

Eu estou falando que, realmente, eu não fiz, igual aquela pessoa que estuprar, penetrar a menina. Eu só cheguei perto dela (Participante 3)

Eu fiz, mas eu não lembro de nada. Só lembro que levei essa menina para assobiar e tirei a roupa dela no galpão (Participante 5)

Os resultados demonstraram a aceitação parcial da agressão sexual praticada, quando no discurso os participantes reconhecem o ato. No entanto, atribuem a culpa pelo ocorrido a eventos internos (ausência de consciência) ou eventos externos (consentimento da vítima e uso de álcool).

Nos achados de Pereira (2007), os participantes tentaram ferir a imagem da vítima, culpando-a ou responsabilizando-a, além de atribuírem a eventos externos o que havia acontecido, por exemplo, o consentimento da vítima para que fosse consumado o ato ou o fato dele estar sob o efeito de álcool.

Nos estudos de Brown et al. (2013), a negação parcial surgiu também como um tema recorrente entre os AASCA. O aspecto chave deste nível de negação é que os AASCAs realmente não negam que o contato sexual ocorreu, mas afirmam que o ato não poderia ser definido como abuso. Essas justificativas podem ajudar os participantes a minimizar o sentimento de culpa, como discute a literatura sobre o tema (Brown, et al., 2013), imputando à vítima ou a eventos externos a responsabilidade pelo ato perpetrado.

Aceitação da Agressão Sexual (AAS).

Na análise da categoria AAS, os conteúdos identificados nas entrevistas dos participantes estão demonstrados nos seguintes trechos.

Eu falei para o juiz que eu reconheço que fiz isso. Cometi a agressão sexual. Eu sei que errei e estou pagando por isso. Reconheço que errei, reconheço que não tive consciência na hora que estava sozinho, cego, e eu estou pagando.

(Participante 1)

Sim, eu mantive uma relação sexual com uma adolescente. Hoje eu me sinto um homem cabisbaixo por causa disso. Mas estou aqui para aceitar e para pagar por meus erros. Eu me sinto culpado. (Participante 2)

Beijeí ela. Eu só tinha tocado nela. Eu não vou mentir. Eu vou mentir para quê? Toquei na vagina, e nos peitos dela. E só, pronto. Passei a mão ali. (Participante 3)

Eu tinha bebido muito neste dia. Estava bebendo desde 6 ou 7 horas da manhã. Quando eu saí, eu vi essa menina, de 3 anos de idade, fora da casa dela. Levei ela para um galpão. Aí eu tirei a roupa dela e fiz abuso sexual com ela.
(Participante 5)

Os dados revelam que há uma aceitação da agressão de maneira parcial na medida em que os participantes admitem a agressão e reconhecem que já estariam pagando pelo que fizeram. Por outro lado, eles confirmam que o ato foi praticado, mas consideram que não mereceram a pena que lhes foi imputada, por razões as mais diversas, inclusive pelo fato de que estavam sob o efeito de álcool, como foi dito por um dos participantes.

Na pesquisa de Silva (2013), que comparou a DC de um grupo de AASCAs com um grupo de não agressores, identificou-se a não aceitação da agressão sexual no grupo de AASCAs a partir do item que avaliava a autocrítica. Conforme sinaliza a autora, apesar da DC não ser exclusivamente característica dos AASCAs, o conteúdo das cognições evidenciado pelos participantes foi distinto do apresentado pelo grupo controle. As DCs estiveram mais presentes nos AASCAs. Tal resultado demonstra que apesar da aceitação, ou da responsabilização pelo ato praticado, os participantes tendem a minimizar a agressão perpetrada.

Minimização da Agressão (MA).

No que se refere aos dados relativos à categoria MA, os resultados apontaram que, apesar do abuso sexual ter sido cometido, os participantes tentaram minimizar os efeitos dos atos sexuais com as seguintes situações: “a sequela será mínima para a vítima”, “agressão sexual só se caracteriza pelo uso da força e isso não aconteceu” e, ainda, a “agressão sexual não deveria ser crime”. Os trechos dos conteúdos revelaram a minimização da agressão.

Eu acho que ele está bem. Talvez deva ficar sequelas, eu desejo que ele vire homem. Eu quero que ele resolva a vida dele. (Participante 1)

Então uma agressão pra mim é quando uma pessoa mantém uma relação sexual a força. Porque quer fazer o mal com ela, pegar a força. Isso é uma agressão pra mim. Agressão sexual querer pegar a pessoa a força. (Participante 2)

É uma pena muito grande, porque não é um crime. Crime mesmo era matar, roubar. Crime sinceramente é tirar a vida de qualquer uma pessoa assim. (Participante 3)

Eu sou culpado, porque tirei a roupa da menina mesmo sem ter feito nada. Só ter pegado na menina. (Participante 5)

Tomando o conjunto dos conteúdos analisados, os resultados obtidos sugerem que as distorções cognitivas estão associadas com várias formas encontradas pelos participantes para negarem/minimizarem o ato praticado. Nos estudos de Coutinho-Pereira e Gonçalves (2009) e Pereira (2007), os participantes afirmaram que o ato observado não foi como a vítima informou, pois não houve emprego de força física, nem existiram antes outras vítimas. O estudo de caso realizado por Costa (2011) sinaliza que a participante, no caso uma autora de agressão sexual, buscou minimizar as implicações dos atos praticados e da sua gravidade para a vítima, aspecto que também foi encontrado neste estudo.

A minimização do ato esteve presente no conteúdo das entrevistas analisadas e, como no estudo citado, também aqui pode estar relacionada à crença de que a vítima não sente ou não entende o que aconteceu. Portanto, não deve ter nenhum prejuízo psíquico ou físico.

Minimização da Responsabilidade (MR).

Outra categoria identificada foi a MR a qual se refere às situações em que o AASCAs procura imputar à vítima alguma forma de participação na agressão sexual perpetrada por ele. Esta categoria também foi localizada entre os conteúdos analisados a partir das entrevistas com os participantes quando eles justificam a agressão sexual como uma forma de assumir parcialmente a culpa pelo ato. Isso significa colocar parte da culpa na vítima ou atribuir a responsabilidade pelo que aconteceu a fatores externos, por exemplo, quando usa o argumento de que a vítima também o provocara, de que a vítima ia até a sua casa, de que a vítima o enganara, ou mesmo, que havia se comportado dessa forma porque ele estava sob efeito de bebida alcoólica.

Mas o menino já fazia isso com outras crianças, era comum fazer aquilo com criança. Eu já sabia disso. Ele fazia às vezes com menino novo. Olha para falar a verdade, eu acho que ele talvez tenha me provocado. (Participante 1)

Eu acho que de alguma forma ela me provocou. Ela chegava, começa a tirar saliência. Perguntando tanta coisa. Perguntava como é que fazia a relação sexual. (Participante 3)

Pra mim, eu acho que eu cometi essa agressão sexual porque eu estava bêbado.

Eu só pratiquei isso porque estava bebido, foi sim. (Participante 5)

Conforme sinaliza Brown, et al. (2013), a responsabilidade pelos crimes é imputada às crianças por meio de uma variedade de mecanismos. Uma forma frequente de se fazer isso é a alegação de que a criança tomou a iniciativa do contato sexual ou provocou de forma deliberada esse comportamento. Nas pesquisas de Pereira (2007) e Coutinho-Pereira e

Gonçalves (2009), havia a indicação de que a justificativa da agressão cometida à criança ou ao adolescente estava ligada a fatores externos: o AASCA estava drogado ou alcoolizado, estressado ou, ainda, porque a companheira não mais o satisfazia sexualmente.

Essa categoria de DC, em particular, pode estar relacionada à crença que denota o modo como a criança ou o adolescente é percebido pelos participantes. Ou seja, remete à crença de que a criança pode manter relação sexual com um adulto desde que ela queira o que pode ser reconhecido por meio de sinais, tais como os jogos de sedução. Para os participantes, estes sinais indicam que a criança está disponível e pronta para a relação sexual. Ou ainda, a crença de que a adolescente consegue discernir entre o certo e o errado, logo a relação sexual estaria permitida desde que ela consinta ou queira manter esse tipo de contato.

Negação/Minimização das Consequências (NMC).

Quanto à categoria NMC da agressão sexual, os conteúdos das entrevistas dos participantes demonstraram que, apesar de não haver disposição por parte deles para negar o ato perpetrado, eles não reconhecem qualquer dano que possa ter sido causado à vítima, decorrente do comportamento deles. Esses conteúdos podem ser exemplificados nas seguintes minimizações: “a vítima está bem, pois não sofreu nenhuma agressão física e foi um momento rápido”; outro alega não se arrepender, diz não querer nem pensar na vítima, pois acha que ela está tranquila, sem problema nenhum, ou que a vítima está sendo manipulada. Esses fragmentos dos conteúdos sobre a negação e minimização das consequências são percebidos nos seguintes trechos:

E eu acho que ele está bem. Eu comparo assim, que não foi por que ele me seduziu, tipo assim por que eu, neste fato, eu não forcei, eu não esfaqueei. Eu não usei a força física. Foi rápido, digo que não foi uma relação sexual. Mas chegou a ter penetração. Eu creio que ele está bem (Participante 1)

Deus me livre, não quero nem pensar nela. Para que ela continue os estudos dela, para que ela nunca mais faça isso, nunca mais seduza ninguém. Pra que ela larga isso. Que ela seja uma pessoa. Ela vai cometer o mesmo comportamento com outros. Eu acho que ela está tranquila porque depois disso aí ela já passou, já viram ela agarrada no pescoço de um bando de homem. Então. Eu acho que ela está tranquila.
(Participante 3)

Eu não costumo a pensar se ela está bem ou está ruim. Eu não, pra mim tanto faz
(Participante 5)

Conforme os dados de Pereira (2007), 80% dos participantes alegaram que as vítimas não tiveram sequelas e nem ficaram magoadas. Segundo Nunes (2012), os participantes distorcem as consequências do comportamento sexualmente abusivo através da minimização do trauma sofrido pelas vítimas ou desvalorização das consequências. Para Silva (2013), as distorções cognitivas são responsáveis pela formação de crenças desajustadas que legitimam os atos criminosos, desculpando-os, justificando-os e minimizando as consequências e gravidade, servindo de suporte para a agressão.

Negação/Minimização do Planejamento (NMP).

Ainda nas análises das DCs, observou-se que os conteúdos das entrevistas confirmaram a presença da disposição dos participantes para *negarem/minimizarem o planejamento*, isto é, a intencionalidade contida no ato praticado. Esta é compreendida como a ausência de intencionalidade de arquitetar a agressão. No decorrer das análises dos conteúdos, os participantes justificaram que não houve intensão da agressão, ou seja, ela não teria sido planejada, nem premeditada como um ato intencional. No entanto, percebeu-se que, mesmo que os participantes insistam em negar que a agressão fora planejada ou premeditada, o comportamento sexualmente agressivo era esperado até certo ponto, dadas as circunstâncias em que a agressão ocorrera e o histórico dos fatos relatados. A intenção do ato como algo

premeditado para ferir, machucar ou agredir alguém foi negado diante da situação que se apresentou no momento.

Na verdade eu creio que foi uma situação, tipo, eu tinha uma namorada que eu fiquei pensando na nossa relação, e aí teve uma vez que a gente fez sexo anal. Aí eu fiquei naquela curiosidade. Queria saber como que era. (Participante 1).

Não sabia nem onde ela morava. Ela passava na hora de ir pra escola lá em casa.

Ela foi duas vezes à minha casa. Passou só, passava pra escola. Aconteceu em casa mesmo. Foi duas vezes só que ela foi lá em casa à tarde (Participante 3)

Resultados similares nos estudos de Pereira (2007) e Pereira e Gonçalves (2009) foram encontrados, quando os participantes afirmaram comumente que não planejaram o ato praticado. Eles desvalorizam a conduta apresentada ao reconhecê-la como um ato que teria resultado exclusivamente das contingências do momento: as coisas aconteceram e o ato praticado resultou da existência de condições que o favoreceram.

Os participantes disseram ter agido em razão das circunstâncias apresentadas que influenciaram o comportamento deles, por exemplo, “ela foi até minha casa” ou eles estavam sob o efeito do álcool. É possível notar que os participantes alegam várias razões para negarem ou minimizarem a intencionalidade ou a premeditação da agressão praticada e sempre afirmam tratar-se de algo cometido de forma impulsiva. Em hipótese alguma assumem que o ato praticado fora planejado ou intencional. Alguns participantes afirmam taxativamente que não pensaram no ato antes dele ter acontecido, ou seja, não o planejaram. Tal atitude parece permitir aos agressores se considerarem menos culpados aos olhos da lei ou menos desorganizados psicologicamente (Marshall & Barbaree, 1990).

Negação/Minimização de Tratamento (NMT).

Os dados sobre a categoria *Negação/Minimização de Tratamento*, que está relacionada à necessidade expressa de ajuda, também surgiram nos conteúdos das entrevistas. As

justificativas utilizadas para negação do tratamento estão associadas à afirmação de que a agressão sexual contra criança/adolescente não teria qualquer chance de ocorrer novamente, uma vez que alegam ter controle sobre o comportamento doravante e, com isso, podem evitar a reincidência do ato sexual. Tais trechos podem ser verificados nos conteúdos das entrevistas dos participantes:

Eu acho que pode se repetir eu não sei [...]. [...] dava de eu ter controlado nas outras vezes eu tinha controlado. Olha eu estou com o discernimento para nunca mais isso acontecer. (Participante 1)

Quando eu fiquei com ela, eu estava tranquilo. Depois que eu matei ela, eu estava irado. Pra mim se acontecesse de novo e iria saber lidar com isso. Sim eu não teria dificuldade de lidar com esse comportamento e eu saberia me controlar. Se eu namorar de novo e ela me aborrecer, acho que eu vou me controlar e não vou cometer o crime novamente. (Participante 2)

Não sei não. Não vou voltar a beber não, porque lá onde meus pais estão morando agora não conheço ninguém mais não. E vou fazer amizade só com as pessoas da igreja. (Participante 5)

De maneira geral, é possível perceber a relevância das distorções cognitivas no comportamento sexual, mais concretamente a influência da negação, da minimização, da DC e das crenças inapropriadas. A literatura (Nunes & Jung, 2012; Wallinius, Johansson, Lardén, & Dernevik, 2011; Ward e Casey, 2010) sinaliza que as principais DCs estão presentes nos perpetradores e que eles têm a tendência a sobrevalorizar as atitudes autocentradas, assim como pensamentos que possibilitam aos AASCA adaptar comportamentos desviantes.

Outra DC que dá suporte à anterior corresponde à racionalização para neutralizar a consciência ou culpa, reduzindo o *stress* que pode aparecer devido à culpabilização por empatia ou dissonância cognitiva causada pela agressão sexual (Barriga & Gibbs, 1996;

Ciardha & Ward, 2013). As justificativas e pensamentos racionais são utilizados para fundamentar os atos agressivos e a função da racionalização seria proteger a identidade social do indivíduo, retirando os estigmas sociais daquele comportamento indesejado. É esse comportamento de desculpabilização que suaviza ou elimina a exigência de responsabilidade e apela para a pouca probabilidade do acontecimento ou culpabiliza a vítima por ter iniciado o próprio ato criminoso (Durkin & Bryant, 1999; Wallinius et al., 2011).

As DCs, nesse caso, consistem em aceitar a responsabilidade por um comportamento particular, mas não o estigma a ele associado. Segundo Bandura (1989), os mecanismos que ativam ou inibem os comportamentos estão relacionados a justificações morais, rótulos eufemísticos, comparações vantajosas, deslocação da responsabilidade, distorção das consequências dos atos, desumanização e atribuição errada da culpa. Estas estratégias verbais são a forma como os autores da violência sexual veem as próprias agressões e como interferem na própria conduta e no processo terapêutico.

Em contrapartida, verifica-se que as explicações dadas pelos AASCAs sobre os comportamentos deles têm variado ao longo do tempo, mas, ainda assim, continuam sendo utilizadas para evitar que eles assumam, completa ou parcialmente, a responsabilidade pelo ato criminoso.

As Distorções Cognitivas e a Perspectiva Bioecológica do Desenvolvimento Humano

Nos estudos de Bronfenbrenner (2011), referindo-se à avaliação das competências cognitivas feita em vários estudos, o autor revelou que os processos cognitivos das crianças e dos adultos variam sensivelmente em termos de complexidade e eficiência de acordo com o contexto no qual estão inseridos. Diante disso, para Bronfenbrenner (2011), as competências cognitivas, aqui entendidas como DCs, precisam ser vistas como processo e resultado que estão indissoluvelmente enraizados em um contexto cultural ou subcultural.

É neste cenário teórico que Bronfenbrenner (2011) afirma um princípio que a diferença no desempenho cognitivo entre grupos de diferentes culturas ou subculturas se dá em função da experiência adquirida no curso do crescimento, com os tipos de processos cognitivos existentes em uma determinada cultura ou subcultura durante um determinado período.

Nessa direção Bronfenbrenner (2011) sinaliza que a pesquisa sobre cognição que ocorre no contexto da vida real da cultura ou subcultura ou no contexto imediato tem sido relativamente rara. Conforme este autor, esse campo de estudo poderia ser chamado de ecologia da cognição e da competência, sendo para ele um domínio que ainda continua amplamente desconhecido. Em função dessa consideração, Bronfenbrenner (2011) sinaliza que o estudo do desenvolvimento humano em contexto exige o aumento da utilização de medidas contextualmente fundamentada como habilidade e desempenho cognitivo.

O Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano sugere que os processos proximais variam sistematicamente em função das características da pessoa que interagem nos contextos ecológicos, derivando dos resultados evolutivos, das mudanças e continuidades sociais do período sócio-histórico em que a pessoa está inserida.

Este trabalho buscou analisar as DCs, entendendo que elas fazem parte das características da pessoa, com crenças construídas e modificadas no decorrer do desenvolvimento humano. As DCs são entendidas, aqui, como um conjunto de concepções constituídas a partir das características biopsicológicas experienciadas nos contextos desenvolvimentais ao longo da vida do indivíduo. Sendo assim, diz-se que elas são concebidas ou construídas como crenças sobre si mesmo, sobre o mundo e sobre outras pessoas.

Nos conteúdos extraídos das entrevistas, percebe-se que a agressão sexual é vista como um ato condenável pelos participantes, além disso, eles não se perceberam como

AASCAs, como já identificado nas categorias de NC e NP. Tal crença sobre si mesmo pode ter sido construída a partir das inúmeras interações vivenciadas nos contextos ecológicos, nos quais o AASCA, quase sempre, era entendido ou percebido como alguém violento, que se utilizava de força física para abusar sexualmente de criança/adolescente ou, ainda, como um indivíduo com características tão desprezíveis, capaz até de matar para satisfazer os próprios interesses.

Conforme Leme, Del Prette, Koller e Del Prette (2016), as relações interpessoais que ocorrem no microsistema da família, da escola e da comunidade podem promover um repertório de habilidades cuja aprendizagem ocorre durante toda a vida nos mais diversos microsistemas. Logo, as crenças são constituídas nos contextos ecológicos em que o indivíduo se desenvolveu. Para exemplificar, pode-se argumentar que a MA pode estar relacionada à forma como é percebida a agressão sexual nos contextos de desenvolvimento experienciado pelo indivíduo. As crenças constituídas no microsistema familiar, no mesossistema (pares), no exossistema (trabalho informal dos pais) e no macrosistema (cultura machista) podem direcionar as DCs como aquela em que o ato sexual, quando praticado de maneira afetuosa e sem o uso da força física, não se caracteriza por agressão.

No entanto, as crenças ou as DCs devem ser entendidas como parte do processo proximal, ou melhor, como processo do desenvolvimento humano, mas, para efeito de análise, entende-se que elas devem ser consideradas no núcleo referente à característica da pessoa no âmbito do MBDH. Neste sentido, as DCs podem ser compreendidas como força, recurso e demanda, favorecendo processos proximais. A força, neste caso, pode ser identificada como a motivação que levou os AASCAs a agir daquela maneira, ou seja, uma força disruptiva direcionando o processo proximal para o comportamento agressivo sexual.

Nas DCs apresentadas neste trabalho, a título de ilustração, considera-se como força a característica da pessoa ligada à motivação intrínseca, ao desejo de conhecer a relação sexual

com um menino, por exemplo, assim como a presença de um temperamento explosivo ou impulsividade ou um temperamento autoritário, além de fatores outros que dizem respeito a uma motivação externa, como o abuso de álcool. A força pode ser exemplificada pela NT, quando os conteúdos das entrevistas revelaram a presença de um temperamento impulsivo e do abuso de bebida alcoólica.

Já a característica recurso pode ser percebida pela experiência de vida, revelada na história dos participantes, quando demonstram entender que a agressão sexual é uma prática permitida, desde que não seja com o uso da força física e desde que a vítima consinta. O recurso também envolve uma educação parental disfuncional, com pouca orientação sexual e com oportunidades educacionais inapropriadas, identificadas na trajetória de vida dos participantes; ou recursos cognitivos e emocionais experienciados na vida dos participantes, como: ausência de orientação parental e oportunidades educacionais apropriadas a uma determinada sociedade.

A demanda aponta para as características demográficas, como a idade e o sexo das vítimas, associadas às crenças construídas durante a trajetória de vida, em interação com o outro. A aparência física, a idade, o gênero e a etnia são exemplos de características físicas que sofrem influências nas crenças, valores e papéis sociais estabelecidos pela cultura em que a pessoa vive (Bronfenbrenner, 1979/2002). Nas DCs analisadas, as demandas identificadas se voltavam para as características sedutoras das adolescentes, ou seja, uma aparência física, beleza e jovialidade, ou ainda, a relação sexual com menino, visto que havia o acesso facilitado a esse tipo de relação, além da idade da criança que, por essa característica, encontrava-se mais vulnerável no momento da agressão.

Nesta direção, Bronfenbrenner e Morris (1998) consideram importante lembrar que os processos proximais variam sistematicamente em função das características da pessoa, dos contextos nos quais interagiu ou interage, da natureza dos resultados evolutivos, das

mudanças e continuidades sociais do período sócio-histórico em que a pessoa está inserida. Portanto, a forma, a força, o conteúdo e a direção dos processos proximais são dependentes de uma série de características da pessoa e, por isso, não podem ser considerados universalistas ou unidirecionais.

De acordo com Leme et al. (2016), desde o nascimento o indivíduo é exposto a determinados contextos, com características sociais e culturais específicas que irão possibilitar, formal ou informalmente, a aprendizagem e o desenvolvimento. Em uma leitura bioecológica, sugere-se que os indivíduos constroem crenças a partir da interação com os diversos microssistemas, tais como o reconhecimento e a nomeação das próprias emoções e as das outras pessoas. Em termos de DCs identificadas, pode-se levantar a hipótese de que MR e MC da agressão sexual perpetrada contra a vítima estão relacionadas à incapacidade que o indivíduo tem de reconhecer as emoções das vítimas, ou seja, uma provável ausência de empatia pela vítima.

Para Bronfenbrenner (1996), os processos proximais ocorrem no âmbito das relações interpessoais, em diferentes microssistemas nos quais a pessoa em desenvolvimento transita. Dessa forma, dependendo das características, a pessoa desenvolve uma série de repertórios que Bronfenbrenner chamou de resultados de disfunção ou distorção que direcionam o processo proximal. Assim, no entendimento de Bronfenbrenner (2011), as características da pessoa, isto é, as DCs, funcionam com produto e produtor do desenvolvimento.

Considerações Finais

O objetivo desta pesquisa foi alcançado na medida em que se procurou identificar e analisar as distorções cognitivas nos conteúdos das entrevistas realizados com os participantes. Além disso, procurou promover uma discussão sobre as DCs, conceituadas como crenças construídas ao longo do desenvolvimento humano, a partir das interações das características biopsicológicas do indivíduo no contexto mais imediato ou mais remoto.

Os resultados mostraram que os AASCAs apresentam distorções cognitivas, pois percebem a agressão de acordo com as crenças estabelecidas, tentando de uma forma ou de outra justificar o ato perpetrado. Tais crenças são, portanto, utilizadas para justificar, minimizar e negar os atos sexuais praticados contra criança e adolescente.

Considerando a contribuição teórica, este estudo aponta para uma discussão recente, sobretudo, no Brasil, no sentido de testar hipóteses teóricas a partir de investigações empíricas, por exemplo, as DCs como parte das características da pessoa e promotora dos processos proximais. Pensar esse tipo de pesquisa pode contribuir não só para testar e validar teorias, mas também, em termos acadêmicos, para a formação profissional de alunos que irão atuar em diferentes setores das políticas públicas. Em termos de relevância social, esse tipo de pesquisa é importante para a aplicabilidade no campo das políticas públicas, na medida em que possibilita a proposição de ações, métodos de intervenção psicossocial e técnicas mais eficazes, propiciando a minimização do desperdício de recursos e de tempo, diminuindo a chance de reincidência e estimulando a promoção do retorno à convivência em sociedade.

Como limitação da pesquisa, indica-se a necessidade de novos estudos empíricos que conduzam uma análise em termos quantitativos e qualitativos sobre as DCs, ou seja, um aporte quantitativo no sentido de mensurar as DCs por escalas, testes e inventários que permitam acessar padrões de pensamento distorcido entre AASCAs, aspecto não utilizado nesta pesquisa.

Sugere-se que pesquisas futuras considerem a temática a fim de se realizar estudos comparando AASCAs intra e extrafamiliar, assim como, estabelecendo comparação com autores de agressão sexual de adultos, utilizando uma amostra de participante mais ampla. Ainda na sugestão de pesquisas futuras sobre o AASCA, sugere-se a investigação com autores femininos, com agressores homossexuais e com agentes de múltiplas agressões sexuais, no sentido de se ampliar o conhecimento sobre as DCs nessas populações.

Referências

- Abel, G. G., Becker, J. V., & Cunningham-Rathner, J. (1984). Complications, consent and cognitions in sex between children and adults. *International Journal of Law and Psychiatry*, 7(1), 89-103. doi: 10.1016/0160-2527(84)90008-6
- Bandura, A. (1989). *Social cognitive theory*. In R. Vasta (Ed.), *Annals of child development*. Vol. 6. Six theories of child development (pp. 1-60). Greenwich, CT: JAI Press.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Persona
- Barriga, A. Q., & Gibbs, J. C. (1996). Measuring cognitive distortion in antisocial youth: Development and preliminary validation of the “how I think” questionnaire. *Aggressive Behavior*, 22(5), 333–343. doi: 10.1002/(SICI)1098-2337(1996)22:5<333::AID-AB2>3.0.CO
- Beck, A. T. (1963). Thinking and depression. *Archives of General Psychiatry*, 9(4), 324-33. doi: 10.1001/archpsyc.1963.01720160014002.
- Beck, J. S. (1997). *Terapia cognitiva: teoria e prática*. Porto Alegre: Artes Médicas
- Benbouriche, M., Longpré, N., Guay, J. P., & Proulx, J. (2015). Cognitive distortions in sexual aggressors against children: An examination of the Abel and Becker Cognition Scale (ABCS). *Revue Européenne de Psychologie Appliquée*, 65(1), 53-60. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.erap.2014.10.004>
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artmed
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon (Org.), *Handbook of child psychology* (pp. 993-1027). New York, NY: John Wiley & Sons
- Brown, S. J., Walker, K., Gannon, T. A., & Keown, K. (2013). Creating a psychologically comfortable position: The link between empathy and cognitions in sex offenders.

- Journal of Sexual Aggression*, 19(3), 275-294. doi:
<http://dx.doi.org/10.1080/13552600.2012.747223>
- Caregnato, R. C. A., & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enfermagem*, 15(4), 679-84. Retirado de
<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>
- Ciardha, C. Ó., & Ward, T. (2013). Theories of cognitive distortions in sexual offending: What the current research tells us. *Trauma, Violence, & Abuse*, 14(1), 5-21. doi:
 10.1177/1524838012467856
- Comissão Parlamentar de Inquérito da pedofilia Brasil, *Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito*. (2010). Retirado de
<http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/pdfs/RELATORIOFinalCPIPEDOFILIA.pdf>
- Costa, C. F. P (2011). Abuso Sexual Cometidos por Mulheres: Um Estudo de Caso. (Tese de doutorado). Retirada de http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3264/3/DM_15500.pdf
- Coutinho-Pereira, A., & Gonçalves, R. A. (2009). Distorção Cognitiva em Agressores Sexuais. *Revista de Reinserção Social e Prova*, 2, 9-17. Impresso
- De Antoni, C. & Koller, S. (2004). A pesquisa ecológica sobre violência no microsistema familiar. In S. H. Koller (Org.), *A ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil* (pp. 315-340). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Durkin, K. F., & Bryant, C. D. (1999). Propagandizing pederasty: A thematic analysis of the on-line exculpatory accounts of unrepentant pedophiles. *Deviant Behavior*, 20(2), 103-127. doi: 0163-9625/99
- Gonçalves, E. (2004). Avaliação e caracterização das distorções cognitivas em agressores sexuais: Construção de um checklist (Policopiado). Braga: Universidade do Minho.

- Guglielmo, S. S. (2015). Cognitive distortion: propositions and possible worlds. *Journal of Rational-Emotive Cognitive-Behavior Therapy*, 33(1), 53-77. doi: 10.1007/s10942-014-0202-7
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010). Histórico da investigação sobre cor ou raça nas pesquisas domiciliares do IBGE. Retirado de http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/notas_tecnicas.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2012). *Divisão regional do Brasil*. Retirado de <http://www.ibge.gov.br/>.
- Knapp, P., & Beck, A. T. (2008). Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 30(Supl II), 54-64. doi: org/10.1590/S1516-44462008000600002
- Leme, V. B. R., Del Prette, Z. A. P., Koller, S. H, & Del Prette A. (2016). Habilidades Sociais e o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano: análise e perspectivas. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), 181-193. doi:org/10.1590/1807-03102015aop001
- Marunna, S., & Mann, R. E. (2006). A fundamental attribution error? Rethinking cognitive distortions. *Legal and Criminological Psychology*, 11(2), 155-177. doi:10.1348/135532506X114608
- Milman, E., & Drapeau, M. (2012). Cognitive errors in cognitive behavioral therapy: a survey of researchers and practitioners and an assessment of the face validity of the cognitive error rating scale. *Journal of Cognitive and Behavioral Psychotherapies*, 12(2), 125-138. Retirado de <http://jebp.psychotherapy.ro/vol>
- Moura, A. S., & Koller, S. H. (2008). A criança na visão de homens acusados de abuso sexual: um estudo sobre distorções cognitivas. *Psico-USF*, 13(1), 85-94. Retirado de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=401036068011>

- Nunes, K. L., & Jung, S. (2012). Are cognitive distortions associated with denial and Minimization among sex offenders? *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 25 (2), 166-188. doi: 10.1177/1079063212453941
- Nunes, N. S. S. (2012). *Distorções cognitivas: comparação entre uma amostra forense e uma amostra normativa*. (Dissertação de mestrado). Retirado de <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/6373>
- Ó Ciardha, C. (2011). A theoretical framework for understanding deviant sexual interest and cognitive distortions as overlapping constructs contributing to sexual offending against children. *Aggression and Violent Behavior*, 16, 493–502. doi: 10.1016/j.avb.2011.05.001
- Pereira, J. A. T. C. (2007). *Distorções cognitivas e agressão sexual: estudo exploratório com agressor intra e extrafamiliar* (Dissertação de mestrado). Retirada de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/22218/2/Tese%202007.pdf>
- Powell, V. B., Abreu, N., Oliveira, I. R., & Sudak, D. (2008). Terapia cognitivo-comportamental da depressão. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 30(2), 573-580. doi.org/10.1590/S1516-44462008000600004
- Silva, I. S. (2013). *Distorções Cognitivas em Agressores Sexuais: Um Estudo Comparativo*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade de Lisboa, Portugal. Retirada de <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/7655>
- Vieira, S. M. A. (2010). *Ofensores Sexuais: Das Crenças ao Estilo de Pensamento* (Tese de Doutorado). Retirada de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/14246>
- Wallinius, M., Johansson, P, Lardén, M., & Dernevok, M. (2011). Self-serving cognitive distortions and antisocial behavior among adults and adolescents. *Criminal Justice and Behavior*, 38(8), 286-301. doi: 10.1177/0093854810396139

- Ward, T. (2000). Sexual offenders cognitive distortions as implicit theories. *Aggression and Violent Behavior: A Review Journal*, 5(5), 491-507. doi: 10.1016/S1359-1789(98)00036-6
- Ward, T., & Casey, A. (2010). Extending the mind into the world: A new theory of cognitive distortions in sex offenders. *Aggression and Violent Behavior*, 15(1), 49-58. doi: 10.1016/j.avb.2009.08.002

Estudo VI. Autores de Agressão Sexual de Criança/Adolescente (AASCAs) na Perspectiva Bioecológica do Desenvolvimento Humano

Para entender o desenvolvimento humano é preciso lançar mão de teorias e modelos que ajudem na compreensão dos processos desenvolvimentais, considera não apenas os aspectos biológicos e culturais envolvidos, mas também os vários sistemas que integram esse processo, tais como o familiar, o escolar, o ambiente de trabalho e o grupo de pares.

Particularmente em relação aos estudos sobre o desenvolvimento dos AASCAs entende-se ser importante compreender a sua trajetória de vida e os fatores de risco e de proteção que afetaram esse processo.

Nesse sentido, esta pesquisa optou por estudar aspectos da trajetória de vida desses indivíduos com base no Modelo da Bioecologia do Desenvolvimento Humano (MBDH) por se considerar que seus pressupostos e hipóteses (Bronfenbrenner, 2011) levam à compreensão desse fenômeno numa perspectiva sistêmica. Isso significa, antes de tudo, reconhecer que o desenvolvimento humano ocorre a partir da interação entre as características da pessoa e os diferentes sistemas ecológicos do contexto do qual o indivíduo estudado faz parte (Habigzang, Koller, Azevedo, & Machado, 2005).

Este modelo surge como uma alternativa útil quando se quer compreender os processos de desenvolvimento humano, considerando o contexto onde a pessoa desenvolve vivencia as suas experiências e se modifica com elas. Essa forma de pensar é o que pode ser chamado de perspectiva bioecológica. Estudar os fenômenos desenvolvimentais a partir da perspectiva bioecológica possibilita olhar os eventos na trajetória de vida do indivíduo a partir das múltiplas dimensões em interação entre a pessoa em desenvolvimento e o meio ambiente onde está inserida, seja de forma mais imediata ou mais remotamente.

Por trajetória de vida entende-se ser o caminho do desenvolvimento que é constituído ao longo do período de vida, considerando as características da pessoa, os processos envolvidos, os contextos de desenvolvimento e o tempo.

Essa maneira de estudar o fenômeno do desenvolvimento e suas formas particulares de expressão traduz a natureza sistêmica e a interconexão que caracteriza a relação pessoa-ambiente nos mais variados contextos. Nesses termos, a relação pessoa-ambiente deve ser vista como um processo que leva o indivíduo a se constituir enquanto sujeito ativo do desenvolvimento humano.

Este modelo traz em seu bojo teórico a visão do fenômeno desenvolvimental como um processo dinâmico e interdependente entre os sistemas ecológicos (do mais imediato ao mais distante), sendo este construído ao longo da vida. Deste ponto de vista, por meio de ferramentas teóricas e operacionais, este modelo propicia uma investigação das instâncias multifatoriais de interação e da complexa rede de relações humanas formada por pessoas, lugares, tempo, atividades, papéis, instituições, entre outras (Bronfenbrenner, 1996).

O MBDH permite entender o desenvolvimento humano a partir de seus níveis estruturais e funcionais: Processo (P) – Pessoa (P) – Contexto (C) – Tempo (T) (Bronfenbrenner, 1996/2011). Ele aprofunda a discussão científica e amplia a compreensão acerca da dinâmica e da multiplicidade dos elementos ecológicos que orientam a direção que poderá tomar o desenvolvimento humano.

Pelos núcleos teóricos do PPCT, o processo caracteriza-se pela fusão e dinâmica das relações entre o indivíduo e o contexto. A pessoa no modelo é representada pelas características inerentes do ser humano no plano biológico, cognitivo, emocional e comportamental em estreita relação com os níveis ecológicos que constituem o contexto (em seus níveis ambientais, microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema), do qual

faz parte, a partir de dimensões múltiplas de temporalidade: microtempo, mesotempo e macrotempo.

O MBDH pressupõe que para que os processos proximais ocorram é necessário que a interação indivíduo-contexto aconteça sob uma base estável, em um período de tempo estendido, pois são justamente esses padrões duradouros que promovem o desenvolvimento humano. Outra proposição indica que assim como os processos proximais influenciam o desenvolvimento humano, variando sistematicamente a partir das características da pessoa, estes são igualmente o resultado do desenvolvimento, isto é, a pessoa é produtora do desenvolvimento humano e, ao mesmo tempo, pode ser vista como produto dele.

Essa base teórica pressupõe que os processos psicológicos que são vivenciados na infância tornam-se a base para as experiências subsequentes, principalmente se foram consolidados em um alicerce estável e por tempo prolongado. É nessa direção que os teóricos do desenvolvimento discutem a importância da garantia de contextos de desenvolvimento do tipo ideal, marcado por práticas positivas na infância, geralmente entendidas como condições ideais para o desenvolvimento (De Antoni & Koller, 2000; Gallo & Williams, 2008; Lordello & Lopes de Oliveira, 2012; Nunes, Andrade, & Morais, 2013; Silva & Hutz, 2002).

Uma ampla literatura sobre o desenvolvimento humano vem sendo construída no intuito de discutir as condições desenvolvimentais ideais (afeto, segurança, carinho, estimulação visual e aditiva, entre outras) e os efeitos duradouros que podem influenciar ou determinar padrões comportamentais na vida adulta (Amparo, Galvão, Alves, Brasil, & Koller, 2008; Cecconello, De Antoni, & Koller, 2003; Lordello & Lopes de Oliveira, 2012; Sampson & Laub, 1992).

Conforme Tharp, DeGue, Valle, Brookmeyer, Massetti e Matjasko (2012) crianças que vivem em situação considerada como não ideal de desenvolvimento durante anos, a exemplo de um ambiente familiar desfavorável, continuamente hostil e com relações abusivas

entre pais e filhos, ficam inclinadas a terem o seu desenvolvimento moldado por essas condições ecológicas adversas. Essa condição desfavorável de desenvolvimento é influenciada por elementos que têm sido denominados de fatores de risco (Nunes et al., 2013; Powell, Mercy, Crosby, Dahlberg, & Simon, 1999).

Contudo, para se avançar na discussão quanto à capacidade desses fatores desfavoráveis ao desenvolvimento agirem de modo a alterar a direção das aquisições que são esperadas com o avançar da idade, torna-se importante, inicialmente, definir o que se entende por risco. A literatura atual tem associado os chamados fatores de risco às interações, características ou eventos que fragilizam a pessoa diante da situação de estresse ao invés de encorajá-la ao seu enfrentamento. Os fatores de risco que são vivenciados na infância, na adolescência e na idade adulta produzem e reproduzem condições desenvolvimentais não ideais que podem levar a comportamentos disfuncionais (Tharp et al., 2012).

Pesquisadores do desenvolvimento humano usam o termo fator de risco para se referir às características pessoais ou circunstâncias do ambiente (situação não ideal de desenvolvimento) que uma criança vivencia, capazes de aumentar a probabilidade de recurso negativo para ela. Essas situações adversas, agindo de forma duradoura e permanente, têm sido descritas como fatores de risco. Para Reppold, Pacheco, Bardagi e Hutz (2002), os fatores de risco são condições ou variáveis associadas, à alta probabilidade de ocorrência de resultados negativos ou indesejáveis no desenvolvimento.

Dentre tais fatores encontram-se os comportamentos que podem comprometer a saúde, o bem-estar ou o desempenho social do indivíduo. Cabe salientar que os fatores de risco por si só não constituem uma causa específica, mas indicam um processo complexo que pode justificar a consequência de uma psicopatologia, por exemplo (Holden, Geffner, & Jouriles, 1998; Jahnke, Schmidt, Geradt, & Hoyer, 2015; Thornton, 2013).

Enfatiza-se, ainda, que os fatores de risco se aplicam a um determinado grupo de eventos ou condições, atuando no indivíduo diretamente a partir das suas características biopsicossociais. Como consideram Cole e Cole (2003), assim como Casanueva, Dozier, Tueller, Dolan, Smith, Webb, Westbrook e Harden (2014) e Duffy, Hughes, Asnes e Leventhal (2015), a existência de uma combinação de fatores de risco biológico, social e ambiental, mantidos durante anos, com interações duradouras, pode levar a criança a emitir comportamentos antissociais na adolescência e depois na vida adulta.

Cole e Cole (2003) complementam que destes, outros os fatores de risco na infância podem estar ligados à presença de condições de desenvolvimento indesejáveis, tais como, as características pessoais da criança (e.g., características físicas ou temperamento) e outras contextuais ligadas ao exossistema (e.g., trabalho da mãe) e ao macrosistema (e.g., valorização do trabalho infantil).

Como fatores de risco ligados à situação de agressão sexual, estudos sinalizam a existência de uma série de características sociofamiliares, aspectos psicológicos, comunitários e comportamentais (Beggs & Grace, 2010; Carvalho & Nobre, 2013; Dennison & Lecler 2011), que contribuem para explicar a presença desse fenômeno em determinado contexto ou população. Essa literatura vem se desenvolvendo desde a década de 1980 e sinaliza a necessidade de se conhecer mais sobre os fatores de risco e a sua capacidade de prever a incidência e a prevalência da agressão sexual de criança e adolescente em diversas populações (Carvalho & Nobre, 2013; Seto & Lalumière, 2010).

Estudo de fatores de risco (Gallo & Williams, 2008) demonstrou que o gênero, o acesso a armas, a renda familiar, o uso de drogas, a relação familiar conflituosa e o despreparo da escola, atuaram como fatores e que podem ter favorecido o desenvolvimento e a manifestação de comportamentos socialmente indesejáveis. Ou seja, esses fatores de risco são

situações consideradas hostis ao desenvolvimento biopsicossocial desses adolescentes e podem levá-los a apresentar esse tipo de comportamento em seu ciclo de vida.

Estudos mostram que, por exemplo, a exploração sexual na infância pode levar a vítima a desenvolver uma visão sexualmente degradada de si mesma na idade adulta (Frías & Erviti, 2014; Van Brunschot & Brannigan, 2002). Assim como o abuso sexual na infância pode levar há uma diversidade de alterações cognitivas, emocionais e comportamentais decorrentes da agressão sofrida (Borges & Dell’Aglia, 2008), entre elas estigmatização, vergonha, revitimização ou abuso de pares, jogos sexuais, envolvimento com brigas e agressividade entre outros.

De um lado, a agressão sexual na infância pode ser vista como resultado da ação integrada de fatores de risco para o desenvolvimento do indivíduo. De outro lado, a própria agressão sexual sofrida ou perpetrada nessa fase da vida pode resultar em outras formas de violência experimentadas na idade adulta (Messman-Moore & Brown, 2004) e na constituição de psicopatologias futuras (Molnar, Buka, & Kessler, 2001).

Na pesquisa de Stewart, Livingston e Dennison (2008), um dos poucos estudos que tratam de forma específica sobre o fator de risco para o comportamento de agressão está associado aos AASCAs e dizem respeito à presença de uma base familiar instável: abuso de substância parental, criminalidade dos pais, mães adolescentes, discórdia conjugal, violência familiar, negligência e abuso parental, ausência de fiscalização e controle parental, disciplina severa ou inconsistente e ausência de apoio ou envolvimento dos pais.

Contudo, é preciso notar que além dos fatores de risco que fazem parte de um conjunto de características e condições adversas que agem de maneira sistêmica no indivíduo, existem também os chamados fatores de proteção que atuam em conjunto com aqueles. Os fatores de proteção correspondem às influências que modificam, melhoram ou alteram a resposta dos indivíduos em ambientes hostis. Ou seja, apesar das evidências teóricas e

empíricas ainda frágeis, existem evidências de que diante das situações de risco algumas crianças e jovens conseguem se desenvolver adequadamente. Isso significa dizer que indivíduos em situações adversas conseguem alcançar um funcionamento satisfatório nos domínios social e psicológico (o que inclui competência social, interações interpessoais positivas, habilidades em lidar com adversidades e envolvimento em atividades sociais), e que não apresentam necessariamente disfunções ou psicopatologias que impeçam ou prejudiquem a vida diária (Kazdin, 1993; Thornton, 2013).

Nesse sentido, trabalha-se aqui com a hipótese de que os fatores de risco atuam de maneira decisiva no desenvolvimento do indivíduo. Mesmo aquele que vive sob condições adversas e extremas deve ser reconhecido como capaz de desenvolver resiliência, isto é, consegue se recuperar dos efeitos deletérios da experiência primária (Moraes, Raffaelli, & Koller, 2012; Tharp et al., 2012).

De maneira geral, Cole e Cole (2003) demonstraram que os fatores de proteção associados a problemas na infância estão simultaneamente ligados a características da pessoa, mas também ao seu microssistema, mesossistema e macrossistema, como define a bioecologia do desenvolvimento humano.

Garnezy e Masten (1994), citado por Cecconello & Koller (2000), identificaram três fatores de proteção em indivíduos: (a) características individuais, como autoestima, inteligência, capacidade para resolver problemas e competência social; (b) apoio afetivo transmitido pelas pessoas da família, por meio de um vínculo positivo com os cuidadores; (c) apoio social externo, desempenhado por outras pessoas significativas, como escola, igreja e grupos de ajuda.

Com um olhar sobre os fatores de risco e os de proteção, discutem-se as práticas positivas no decorrer da vida do indivíduo e o peso das medidas necessárias e duradouras para crianças e adolescentes. Admite-se que tais práticas poderão protegê-las diante das situações

de vulnerabilidade por um período prolongado de tempo, possibilitando-lhes superar as intercorrências da vida.

Portanto, o objetivo deste estudo foi identificar e discutir os fatores de risco e os fatores de proteção inscritos na trajetória de vida de AASCA, e sua relação com os quatro núcleos do Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano (MBDH).

Método

Delineamento de Pesquisa

O delineamento deste estudo é de natureza descritiva e com caráter exploratório, utilizando como método de pesquisa o estudo de casos múltiplos, conforme define Yin (2005). Este tipo de estudo permite a comparação e utilização de diversas fontes de evidências, admitindo uma abordagem qualitativa dos dados. O delineamento de pesquisa adotado possibilitou cruzar informações extraídas de fontes primárias e secundárias acerca dos casos estudados e integrar dados que retratam aspectos significativos da trajetória de vida dos participantes.

Considerações Éticas

O projeto de pesquisa foi aprovado segundo o parecer do Núcleo de Medicina Tropical-NMT/ Universidade Federal do Pará UFPA emitido em 15/05/2014 registrados no processo de número 650.210 (Apêndice B).

Participantes

Participaram da pesquisa cinco AASCA cujos processos tramitaram e foram julgados em Varas de Crimes contra Crianças e Adolescentes, e que estivessem à época da pesquisa cumprindo pena em uma unidade prisional (Figura 17). A escolha dos casos foi feita mediante a aplicação dos seguintes critérios de inclusão e exclusão: todos os participantes deveriam estar livres de perturbações psicóticas (antissocial, esquizofrenia, depressão grave, entre

outros), ausência de síndrome cerebral orgânica ou qualquer condição médica grave (cardiopatias, por exemplo).

Participantes	P1	P2	P3	P4	P5
Sexo	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino
Idade	19 anos	21 anos	58 anos	36 anos	20 anos
Etnia/Cor	Branco	Pardo	Pardo	Pardo	Pardo
Estado civil	Solteiro	Solteiro	Casado	Divorciado	Solteiro
Religião	Evangélico	Evangélico	Católico	Evangélico	Evangélico
Escolaridade	E.S.I	E.F.I	N.E	E.F.I	E.F. I
Ocupação	Estudante	Indefinida	Lavrador	Garimpeiro	Ajud. Pedreiro
Vítima	Vizinho	Namorada	Aluna da mulher	Filha	Desconhecida
Idade da vítima	8 anos	13 anos	11 anos	14 anos	3 anos
Sexo da vítima	Masculino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino
Artigo	217	217	217	217/157	217
Situação atual	Sentenciado	Provisório	Provisório	Provisório	Sentenciado

Figura 17. Características biosociodemográficas dos cinco participantes. Legenda: Ensino

superior incompleto (E.S.I), Ensino fundamental incompleto (E.F.I);

Instrumentos e Materiais

Instrumentos.

Os instrumentos utilizados foram o Questionário para Caracterização dos Autores de Agressão Sexual de Criança e Adolescente (Apêndice I) e o Roteiro de Entrevista Semiestruturada (Apêndice J).

Questionário para caracterização dos autores de agressão sexual de criança e adolescente (QCAASCA).

Este questionário foi concebido e elaborado pelo EASCA, grupo de pesquisa vinculado ao Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Pará. Seu preenchimento permite reunir informações extraídas de prontuários e transcrições de entrevistas realizadas com os participantes, tornando possível confrontar dados ou resolver lacunas ou inconsistências encontradas. O questionário é composto por oito eixos distribuídos da seguinte forma: identificação (19 itens); caracterização sociofamiliar (13 itens); aspectos da saúde (13 itens); educação (08 itens); sexualidade (16 itens); violência (05 itens); rede de apoio na infância e adolescência (15 itens); rede de apoio no centro de recuperação (04 itens).

Roteiro da entrevista semiestruturada.

O Roteiro de Entrevista Semiestruturada foi elaborado com o objetivo de descrever e analisar dados relativos à trajetória de vida dos AASCAs. Esse roteiro também foi elaborado pelo EASCA/LED com base no estudo de Moura (2007). A entrevista é composta por três eixos que contempla exclusivamente perguntas abertas: o primeiro eixo aborda as relações na infância (18 perguntas); o segundo eixo contém perguntas (20) sobre as relações na adolescência e; o terceiro eixo traz perguntas (10) que tratam das suas relações na vida adulta.

A entrevista foi a técnica de pesquisa utilizada por excelência para a coleta de dados. Para Spindola e Santos (2003), a entrevista que aborda a trajetória de vida tem sido uma das modalidades de estudo mais utilizadas na atualidade e exige comumente uma abordagem qualitativa dos dados. Por isso, geralmente, a trajetória de vida é contada pela pessoa que vivenciou a história. Por meio do relato da trajetória de vida dos participantes deste estudo, práticas e comportamentos individuais puderam ser caracterizados, além de trazer à tona, direta ou indiretamente, valores, definições e atitudes específicas do grupo (social, familiar, etc.) aos quais esses indivíduos pertenciam.

Ressalta-se, ainda, que a entrevista sobre as trajetórias de vida dos AASCAs participantes desta pesquisa tentou retratar os diferentes momentos históricos por eles vividos. Assim, em concordância com os propósitos deste estudo e o modelo teórico que orienta a pesquisa como um todo. A entrevista para reconstituição da trajetória de vida dos participantes procurou trazer a compreensão da noção de tempo histórico (a temporalidade contida no relato individual, remetendo ao tempo passado desde a sua infância até os dias atuais), do aspecto dinâmico (as estruturas de relações sociais e os processos de mudança) e contextual (os ambientes e situações relevantes na sua trajetória de vida).

Assim, a análise do conteúdo das entrevistas possibilitou penetrar na trajetória de vida de cada um dos participantes no sentido de compreender a dinâmica das relações

estabelecidas em cada um dos contextos de desenvolvimento mencionados e sua localização no período de tempo relatado pelo entrevistado.

Materiais.

Como técnica de registro utilizou-se a gravação em Mp3, por meio de um gravador Sony (IC Record, ICD-PX 240). Após a realização das entrevistas, o conteúdo do áudio foi transcrito na íntegra pela pesquisadora e por membros do grupo de Estudo de Autores de Agressão Sexual de Criança e Adolescente (EASCA).

Procedimentos

Procedimentos preliminares.

Para realização da entrevista com os AASCAs foi solicitada autorização de acesso às unidades prisionais, por meio de ofício à Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE). Em função da dinâmica do sistema de carceragem foi realizado um encontro com cada participante totalizando uma entrevista de 120 minutos aproximadamente. Na ocasião, inicialmente, foi realizada a apresentação do objetivo da pesquisa ao participante e a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice G), ficando uma cópia com a pesquisadora e outra com o participante, anexo em seu prontuário.

Procedimentos de coleta.

No primeiro contato com o participante, após a explicação do objetivo da pesquisa e da assinatura do TCE, o QCAASCA foi aplicado pela pesquisadora. As perguntas e as respostas foram feitas verbalmente e gravadas em Mp3, já as informações adicionais foram anotadas no verso do questionário. Estas informações retiradas dos prontuários complementaram, por exemplo, dados sobre a situação jurídica dos participantes, e auxiliaram na composição das análises pretendidas.

Após a aplicação do QCAASCA, a entrevista semiestruturada foi iniciada. Pelo formato do roteiro de entrevista, as perguntas foram sendo realizadas de maneira que os

questionamentos e/ou perguntas foram intercalados e ajudaram o participante a retornar a atenção do entrevistado para o objetivo da pesquisa. O participante discorreu sobre fatos e experiências que marcaram a sua trajetória pessoal, descrevendo situações da sua vida diária, eventos significativos e problemas recorrentes, assim como informou sobre o lugar e a importância destas experiências na sua trajetória de vida.

Sobre a disponibilidade do tempo, Bogdan e Biklen (1994) ressaltam que o tempo durante o qual a entrevista se dará dependerá do local ou com quem a pesquisa será realizada, e que isso presumidamente influenciará nos dados que irá se obter. Sendo assim, o número de relatos a serem colhidos em uma entrevista dependerá da qualidade das informações obtidas e do contexto investigado. Desse modo, neste estudo, a coleta dos depoimentos foi encerrada à medida que estes atingiram o ponto de saturação, ou seja, os conteúdos começaram a se tornar repetitivos ou não acrescentaram fatos novos aos relatos anteriormente obtidos.

Procedimentos de análise.

À medida que os dados foram transcritos, ideias, palavras-chave, frases e seções que pareciam importantes aos propósitos da pesquisa, foram sublinhadas, pois ajudaram na análise posterior do material coletado. Esse procedimento permitiu a apreciação do conteúdo das transcrições, conforme orienta Bardin (1977). O tratamento dos conteúdos encontrados nas entrevistas foi organizado a partir das temáticas de acordo com as suas semelhanças e diferenças. Neste sentido, deu-se particular atenção aos dados que informavam quanto à presença de fatores de risco e de proteção na trajetória de vida dos participantes, conforme definições presentes na literatura da área.

Desta forma, os dados gerados pelo QCAASCA e pela entrevista semiestruturada foram analisados de duas maneiras: a primeira considerando categorias pré-estabelecidas, já que os conteúdos foram analisados a partir dos elementos que compõem o Modelo

Bioecológico do Desenvolvimento Humano (Figura 18); a segunda forma, especificamente no que se refere aos fatores de risco e de proteção, apesar da literatura da área já sinalizar alguns achados de pesquisas, optou-se por organizar os conteúdos sem a adoção de categorias de análise pré-estabelecidas, mas levando em consideração as definições conceituais e os achados de pesquisas empíricas já realizadas sobre o tema.

MBDH	Categorias	Conceitos	Exemplos
Pessoa	Força	É a força que conduz os processos proximais, por meio dos recursos disponíveis.	▪ Motivação ▪ Temperamento ▪ Persistência ▪ Impulsividade ▪ Distração ▪ Falta de habilidade para adiar gratificação ▪ Agressividade ▪ Dificuldade de manter o autocontrole ▪ Dificuldade de controlar as emoções
	Recurso	São características parcialmente relacionadas com recursos cognitivos e emocionais, mas também com recursos sociais e materiais	▪ Experiências passadas ▪ Habilidades e nível de inteligência ▪ Acesso à boa comida ▪ Moradia ▪ Cuidado parental ▪ Oportunidades educacionais apropriadas a uma determinada sociedade.
	Demanda	São características ou qualidades pessoais que agem como estímulos imediatos para outra pessoa	▪ Idade ▪ Gênero ▪ Cor da pele ▪ Aparência física ▪ Alcoolismo ▪ Pro-atividade
Processo	Forma	Está relacionado ao modo como a pessoa se engaja em uma atividade	▪ Engajamento no processo de Educação Sexual
	Poder	Está relacionado à moderação dos fatores de risco e proteção	▪ Enfrentamento de situações de risco social e pessoal: Negligência/Abandono X Cuidado/Proteção; Conservação/Violência x Amabilidade/Cuidados
	Conteúdo	Está relacionado à interação pessoa e objeto a partir das atividades realizadas. São as interações estabelecidas a partir das atividades realizadas.	Interações como: ▪ Atividade escolar ▪ Trabalho Infantil ▪ Lazer

	Direção	Está associada à bidirecionalidade e reciprocidade na interação da pessoa em desenvolvimento com o ambiente social ou vice e versa	▪ Interação pais na infância/adolescência/aduldez ▪ Interação irmãos na infância/adolescência/aduldez ▪ Interação colegas de escola na infância/adolescência ▪ Interação com grupos de pares na infância/adolescência/aduldez ▪ Interação dos colegas de trabalho na aduldez
Contexto	Microssistema	Está relacionado ao contexto imediato de interação (<i>face-to-face</i>)	▪ Família (infância/adolescência/aduldez) ▪ Sistema carcerário
	Mesossistema	Diz respeito à interação entre os diversos microssistemas	▪ Família e escola ▪ Família e grupo de pares ▪ Família e trabalho ▪ Família e sistema carcerário
	Exossistema	Equivale ao contexto que de alguma forma influencia o indivíduo, mesmo que este não tenha acesso direto	▪ Trabalho dos pais ▪ Órgãos do Judiciário ▪ Sistema Penitenciário
	Macrossistema	Remete ao conjunto de crenças, valores, regras e normas culturais.	▪ Leis ▪ Políticas Públicas ▪ Cultura (Pré-conceito social)
Tempo	Microtempo	Faz menção à continuidade ou descontinuidade do Processo Proximal	▪ Tempo de convivência com a família de origem na infância, na adolescência e na aduldez. ▪ Tempo de convivência com o grupo de pares na infância, adolescência e aduldez. ▪ Tempo de convivência com o grupo de trabalho na aduldez ▪ Tempo de convivência com os encarcerados
	Mesotempo	Diz respeito à periodicidade dos episódios	▪ Tempo de convivência de interação entre a família e a escola na infância e na adolescência ▪ Tempo de convivência de interação entre família e grupo de pares na infância e adolescência ▪ Tempo de convivência de interação entre família e trabalho na aduldez ▪ Tempo de convivência de interação entre família e sistema carcerário
	Macrotempo	Está associado a expectativas e eventos de mudança na sociedade	▪ Mudança na condição social, econômica e política do país.

Figura 18. Quadro com os núcleos teóricos do Modelo da Bioecologia do Desenvolvimento

Humano, as categorias relacionadas, suas definições e exemplos.

Resultados e Discussão

Para atender os objetivos deste estudo, os resultados foram organizados em três seções: a primeira traz a descrição dos cinco casos estudados com o relato das trajetórias de vida dos participantes; a segunda consistiu na apresentação dos fatores de risco e proteção identificados na trajetória de vida de cada um dos participantes, procurando analisá-los e discuti-los a partir do que mostra a literatura da área sobre o tema; a terceira e última seção deste estudo se caracteriza pela apresentação de três estudos de casos selecionados entre os cinco anteriormente descritos. O objetivo desta seção foi verificar situações ou eventos vivenciados pelos participantes no decorrer das suas trajetórias de vida, por que podem ter se constituídos em fatores de risco e de proteção para o comportamento de agressão sexual de crianças e adolescentes e no desenvolvimento dos AASCAs envolvidos na pesquisa, desde a infância até a vida adulta.

A primeira seção dos resultados se caracteriza pela apresentação dos casos analisados a partir de uma breve descrição sobre a trajetória de vida dos AASCAs. Os casos serão apresentados segundo a ordem das entrevistas realizada, tendo o cuidado de manter sigilo sobre nomes e fatos que possam permitir a identificação das pessoas envolvidas. Dessa forma, nomes que por ventura apareçam nos relatos e nas análises são fictícios. Sendo assim, optou-se por identificar os participantes pela ordem de apresentação dos casos: Caso 1, Caso 2, Caso 3, Caso 4 e Caso 5.

Relatos dos casos.

Caso 1: Cláudio, um rapaz de 19 anos de idade, se autodeclarou de cor branca, nascido no ano de 1995, de parto normal no município do Maranhão e criado pelos pais biológicos. A família de origem era composta pelo pai (42), mãe (32), irmã (15) e irmão (13), sendo ele (Cláudio) o mais velho. Os pais tinham curso superior e todos dois eram concursados, um pelo Estado, como professor de Geografia, e outro pelo município, como auxiliar administrativo. O

participante estudou sua vida toda em escola pública e estava cursando faculdade particular no município de Parauapebas. Trabalhava como empacotador em uma rede de supermercado local, contratado como menor aprendiz. Sua religião era evangélica, assim como toda sua família, e tinha uma namorada (19) que morava com a sua família de origem. Sua sentença definitiva foi de oito anos de regime fechado cumprida no presídio de Marabá, tendo como artigo do Código Penal Brasileiro (CPB) 217, estupro de vulnerável, menino de oito anos de idade. Na infância relatou ter sofrido violência física dos pais, por ser um menino muito levado ou peralta, apanhava de cinto e cipó. Relatou ainda ter praticado relação sexual na infância, entre sete e nove, com outros colegas. Segundo o relato do participante, ele se percebia como uma criança encabulado, ou tímido, ou quieto. Reportou ainda que na infância, no Maranhão, trabalhava com o pai em uma roça de tabaco, para produzir fumo. Plantava melancia, tomate, pimentão entre outros. Segundo Cláudio a vida na infância não foi fácil, eles não tinham condições financeiras, no entanto sempre fora estimulado a estudar pelo pai e pela mãe. Tinha três amigos que brincavam de bola (futebol) no Maranhão. Iniciou o namoro com 10 anos de idade, mas nunca recebeu orientação sobre sexualidade. Entre 10 e 11 anos a família se mudou para o município de Parauapebas. Na adolescência experimentou pela primeira vez álcool e cigarro, com 15 anos de idade, e manteve sua primeira relação sexual. Relatou que teve sete ou oito parceiros sexuais todos do sexo feminino. Informa que só teve acesso a informações sobre sexualidade na internet e na escola, por meio de vídeos e palestras, ministrados pelos professores. Participava ainda de um grupo de evangélicos de canto gospel. Hoje não têm amigos, mas citou dois colegas na cadeia. Quanto ao futuro o participante alegou que quer ter a vida tranquila, esquecer o que passou. Quer fazer uma faculdade de agronomia para ajudar o pai na fazenda, e lançar as músicas gospel que ele compôs. Relatou ainda que gostaria de casar e ter dois filhos, em especial um casal.

Caso 2: Zequinha, um homem de 21 anos de idade, solteiro, nasceu com sete meses de gravidez, no dia 01 de Novembro de 1993, nascidos de parto normal com complicação, em função de a mãe ter apanhado do pai. Zequinha se autodeclarou moreno, natural de Belém do Pará, tendo como religião à evangélica, sendo o irmão caçula de uma família de origem composta por quatro pessoas: pai (42), mãe (41), uma irmã (22) e ele (21). Antes dos pais biológicos terem morados juntos, a mãe já havia tido outra filha. Seus pais encontravam-se separados e seu pai já tinha outra família e mais um filho. Sua irmã estava no segundo relacionamento estável e estava esperando um filho, sendo que ela já havia tido uma filha do primeiro casamento. Zequinha relatou que nunca foi casado, mas que, em 2011, teve um relacionamento íntimo e que morou por um tempo com uma mulher. Informou que estava respondendo criminalmente pelo crime de estupro e assassinato de uma adolescente de 13 anos de idade. Foi criado pelos pais biológicos, contudo, disse que foi criado sozinho, sem a presença do pai, pois, em 2004, o pai foi para Parauapebas e a mãe teve que trabalhar. À época, ele costumava ficar sozinho com a irmã na casa e na rua. Na infância, relatou que nunca teve interesse em estudar, parando seus estudos na quarta série do ensino fundamental, não concluindo esta etapa. Segundo o relato foi expulso do colégio onde ele estudava, pois desde pequeno, 10 anos de idade, se envolveu no “mundo do crime”. Zequinha informou que caiu do segundo andar da sua casa e desenvolveu um tumor na cabeça quando tinha apenas oito anos de idade. Desenganado pelos médicos conseguiu a cura por meio da religião. Zequinha disse ter, na infância, apanhado do pai, da mãe e das professoras. Segundo o relato do participante, o motivo alegado era que ele não conseguia estudar, nem queria aprender a ler e a escrever. Por isso, por várias vezes, ele foi chamado de burro pelos pais, pois não conseguia aprender. Informou que tempos depois conseguiu aprender a ler, mas não sabe escrever nada. Zequinha relatou que apanhava de faca, de cinturão, de cabo de vassoura, de fio elétrico. Em 2005, o pai foi morar em Parauapebas e ele ficou com a mãe e a irmã em

Belém, sendo que, em 2007, a família foi residir no município de Parauapebas. Começou a usar drogas com 10 anos de idade e utilizou álcool, maconha, cocaína, crack e heroína. Uma brincadeira comum na infância era roubar supermercado junto com seus coetâneos. O participante disse ainda que a sua família era muito agressiva, que viu várias vezes seu pai bater em sua mãe, principalmente quando os dois saiam para festas e chegavam alcoolizados. Pelo exposto, ficou claro que na adolescência, e antes mesmo desta fase, o participante se envolveu com roubo, tráfico de drogas, já utilizando todo tipo de drogas e se envolvendo no mundo do crime. Relatou que roubava para comprar droga. Com 15 anos de idade relatou ter ficado muito nervoso em dada ocasião e quebrou tudo dentro da casa. Sobre o episódio o participante justificou o ocorrido dizendo que estava com o “diabo no seu corpo”. Ainda neste mesmo período, ele se envolveu em várias brigas, tanto na rua quanto na escola. Chegou a bater em uma professora que estava grávida. O participante relatou que teve várias ocupações, como por exemplo, auxiliar de padeiro, chapeiro, lancheiro, e que sabia trabalhar também com autoelétrica. A época que aconteceu a agressão sexual estava trabalhando como promotor de poupa de frutas em uma empresa de um município próximo à Parauapebas. Nunca recebeu nenhuma orientação sexual e chegou a trocar droga para manter relação sexual com garotas. Teve diversos parceiros sexuais e sua primeira relação sexual foi aos 15 anos de idade. O participante estava aguardando a sentença definitiva há seis meses, pois era preso provisório. Relatou que não recebeu ajuda de ninguém na cadeia e que havia se convertido à religião evangélica. Quanto ao futuro após sentença judicial cumprida em regime fechado, gostaria de ir embora para casa, uma casa que ele alegou não ser em Belém, mas no Rio de Janeiro, pois tinha amigos da igreja que iriam acolhê-los.

Caso 3: Pereira nasceu no dia 26 de agosto de 1958, de um parto normal assessorado por parteira. Tinha 58 anos de idade e era natural do interior do estado do Maranhão. O participante se autodeclarou moreno, de religião católica, casado pela segunda vez, tendo duas

filhas do primeiro casamento, uma com 18 anos, que estava casada e com um filho, e a outra com 16 anos de idade e um filho de sete anos de idade do segundo casamento. Pereira nunca estudou, pois onde nasceu não tinha escola próxima a sua casa. Ele lembra que iniciou a primeira série do ensino fundamental, no entanto não concluiu esta etapa. Informou que começou a estudar no ano de 2014, em Parauapebas, pelo EJA. Não tinha profissão definida, pois sempre trabalhou na roça com os pais e mais tarde como garimpeiro em Serra Pelada, no município de Eldorado dos Carajás, além de ter atuado como ajudante de pedreiro. Sua família de origem era católica e composta por 10 membros: o pai, falecido com 80 anos de idade, a mãe com 75 anos, e mais oito irmãos, sendo ele o último filho. Tanto os pais como os filhos não tiveram acesso a qualquer nível ou modalidade de ensino regular. A mulher atual era professora do ensino infantil, e relatou que continuava estudando, mas não soube informar qual o curso. Na infância apanhou muito do pai e da mãe, segundo seu relato, apanhava de chicote, e se não obedecessem aos pais, apanhava ou era castigado com puxão de orelha, por exemplo. Os pais não xingavam, segundo na entrevista a agressão verbal era proibida na sua família de origem, não se podia falar palavrão. Não havia rede de amigos na infância, pois moravam isolados, brincando só com os irmãos. Relatou que o lugar onde morava era muito longe e muito distante da sede do município e quando precisavam comprar algo na cidade mais próxima eles tinham que viajar uns 60 a 70 km em carro de boi. O que o participante lembrou era que ele trabalhava desde pequeno ajudando na casa e na roça que o pai cuidava. Pisava arroz, pegava lenha, puxava água, acendia o fogo, fazia farinha de mandioca. Ajudou seus pais até 20 e 25 anos quando migrou para o estado do Pará com o objetivo de fixar residência na região e conseguir um emprego. Ainda sobre suas lembranças da infância, informou que em determinada época do ano, no período compreendido entre uma safra e outra na área de plantio da família, chegavam a passar fome, não conseguindo se alimentar como deveria. Eles ficavam nessa situação de penúria até seu pai conseguisse emprestar dinheiro

para pagar as despesas e chegasse a próxima safra da roça. Ele lembra também que começou a fumar com 15 anos e que usou álcool pela primeira vez aos 20 anos de idade, principalmente cachaça, mas que largou o cigarro há seis anos. Informou que nunca usou outros tipos de drogas, apenas cigarro de tabaco e álcool. Pereira disse nunca ter recebido orientação sexual, e que jamais falou sobre relação sexual ou sobre doença sexualmente transmissíveis. Começou a namorar com 17 anos e teve sua primeira relação sexual com 18 anos. Ele não soube informar a quantidade de parceiros sexuais. Do mesmo modo, disse não saber o que era violência sexual, achava que era somente quando o ato fosse realizado com uso de força física. Na vida adulta, com 25 anos, decidiu sair do Maranhã e vir para o Pará, tendo ido morar em Serra Pelada, uma conhecida área de garimpo da região, no município de Curionópolis. Relatou que só foi morar em Parauapebas há oito anos. No ano de 2014, começou a estudar novamente, sendo a mulher quem o matriculou, chegou há cursar um ano a primeira etapa no período noturno. Está preso há oito meses esperando uma sentença definitiva, pois estava preso provisoriamente. O participante informou que além do processo que cobrava o pagamento de pensão alimentícia aos filhos, ele nunca teve qualquer outra situação com a justiça. No momento da entrevista, relatou que estava preso pela acusação de agressão sexual perpetrada contra uma criança de 11 anos de idade. Sofreu agressão física e humilhação quando chegou ao sistema de carceragem sendo chamado de estuprador. Pereira relatou que esperava que o futuro fosse normal, como ele viva antes dele estar preso, desejava também que a mulher não o abandonasse, pois era o amor da sua vida. Segundo o seu relato, ele a namorou na adolescência, e quando retornou para o Maranhão, foi buscá-la para casar quando tinha 40 anos. Almejava também conseguir pagar a pensão das filhas e comprar um carro.

Caso 4: Ramonzinho nasceu no município de Santarém, em 04 de setembro de 1978, tinha então 36 anos. Ele nasceu de parto normal auxiliado por uma parteira. O participante se

autodeclarou moreno, e tinha como religião a evangélica. Quanto ao seu estado civil, era divorciado. Morou junto uma vez e casou no civil e religioso na segunda vez, mas atualmente estava divorciado. Tinha duas filhas, a primeira filha (14) do primeiro relacionamento e a outra filha (5) do segundo casamento. O motivo de se separar da primeira mulher foi que ela vendia droga e por essa razão achou por bem levar a primeira filha para morar com ele e sua mãe. Neste período, a criança tinha sete meses de nascida. No entanto, nunca cuidou dela, pois foi trabalhar no garimpo, na fronteira do Brasil com Guiana Francesa. Quando a primeira filha estava com cinco anos de idade ele casou com a segunda mulher. Nunca teve um emprego fixo, trabalhou a sua vida toda na roça. A família de origem era composta pela: Mãe (56 anos), mas não sabe ao certo, sua profissão, sabia que era professora, pai (desconhecia a idade do pai), e quatro irmãos, o mais velho (39 anos) que era pastor, sendo ele (Ramonzinho) o segundo filho, a terceira era a irmã que se suicidou com 25 anos de idade, o quarto tinha doença mental e desconhecia a idade dele, e o irmão caçula tinha 22 anos, que cuida mãe doente. A família toda era evangélica, e segundo o seu relato não tinha certeza do paradeiro dos demais irmãos que moravam em Manaus. Ramonzinho estudou até a terceira série do ensino fundamental, pois tinha que ajudar a mãe em casa e na roça, e o acesso à escola era difícil, pois a sua casa ficava aproximadamente 12 km de distância. Andava, por meio da mata, para poder chegar à escola. Como o pai havia se separado da mãe, ele teve que ajudar na roça. Quando voltava do roçado a mãe já havia ido embora para a escola e na maioria das vezes, ele estava cansando e não conseguia ir para a escola. Segundo seu relato, na infância, ele sofreu violência física do pai, caracterizado por ele como uma pessoa ignorante. O pai deixou sua mãe desde que eles eram pequenos e depois retornou para morar com ela, novamente. Neste período ele continuava violento, não raras vezes batia neles com martelo e terçado. O participante relatou que o pai inclusive já havia tentando atirar com arma de fogo contra ele, ameaçando-o de morte. Ramonzinho relatou que tinha o avô materno como uma

figura muito presente na sua infância, ele o ajudava e aconselhava o pai de Ramonzinho a não agredir fisicamente seus filhos. Informa que apanhava da mãe também com cipó e galho de árvore, principalmente quando fazia alguma peraltice. Entre 17 e 18 anos de idade experimentou pela primeira vez cachaça e cigarro. Nunca recebeu nenhuma orientação sexual e começou a namorar com 17 anos de idade. Ramonzinho relatou que já havia se envolvido em briga e que tinha um grande amigo que quando bebia se metia em briga e ele tentava apartar a situação. Este amigo morreu baleado após uma briga que eles se envolveram. Segundo Ramonzinho, este foi o único amigo que ele teve na vida. Manteve a primeira relação sexual com 15 anos com uma profissional do sexo. Segundo o seu relato, o avô foi com ele até a cidade e pagou para ele se iniciar no sexo. Relatou que já teve doença sexualmente transmissível (gonorreia), mas realizou o tratamento no posto de saúde, tomou uma dose do remédio e nunca mais manifestou seus sintomas. Não sabe também dizer quantos parceiros sexuais teve, pois perdeu a conta. Mantinha relação sexual em bordel, principalmente em Manaus. Ramonzinho trabalhou em garimpo ilegal e passava entre seis e sete meses fora de casa envolvido nesse tipo de atividade. No garimpo consumia muito álcool e cigarro, principalmente cachaça. Na vida adulta, quando foi para Parauapebas, trabalhou como ajudante de pedreiro, de forma autônoma. Quanto à sentença, estava aguardando, pois estava preso provisoriamente esperando a apreciação da sua situação de modo definitivo. Estava preso mais de um ano na carceragem. Segundo o relato estava preso por abuso sexual de sua filha biológica (13) e por agredir sua mulher. A relação com a ex-mulher era muito conturbada, segundo seu relato, ela já havia tentando envenená-lo e matá-lo com faca, pois ela era muito ciumenta. Quanto ao futuro queria ter coragem para continuar trabalhando. Queria trabalhar com confecções e pretendia trabalhar um ano na fronteira puxando óleo no garimpo pra rodar as máquinas, aí pegaria o dinheiro e conseguiria três gramas de ouro por dia para pode dar “volta por cima”.

Caso 5: Roberto tinha 20 anos. Ele nasceu em 29 de novembro de 1994, no município de Curionópolis, há 35 km de Parauapebas. O participante era filho adotivo, pois sua mãe biológica não tinha condição de cuidar dele. Segundo seu relato ele foi “doador” para a senhora que ele chama de mãe. Teve contato com a mãe biológica somente uma vez, quando tinha apenas cinco anos de idade. Lembrou que sua mãe adotiva, lhe mostrou, uma única vez quem era a mãe biológica, mas desde então nunca mais teve contato com ela. Roberto se autodeclarou moreno e tinha como religião a evangélica, era solteiro e nunca casara. A família de Roberto era composta pelo: pai (80 anos), que já tinham tido outro casamento, e que por isso não tinha mais contato com ele, tendo tido dessa nova relação mais duas filhas, porém ele não tinha certeza disso; já a sua mãe (70 anos) estudara até a 2ª série do ensino fundamental, e também teve outro relacionamento, do qual teve quatro filhos, três mulheres e um rapaz. O irmão mais velho tinha 26 anos, tinha um filho e estava separado da mulher e se encontrava sem trabalho. O segundo irmão era uma menina que desconhecia a idade, casada e com um filho. A família toda era evangélica. Relatou que quando era bebê a mãe biológica dava-lhe mingau quente, por isso, hoje, ele não conseguia comer nada nessa temperatura. Relatou que não tinha interesse em conhecer a mãe biológica e também desconhecia quantos anos tinha quando foi morar com sua família adotiva. Roberto lembrou que era feliz, na infância, que sempre foi alegre, nunca ficou triste. Na infância sofreu agressão física dos pais, já que era muito levado, dizendo que apanhou de cipó e cinturão. Relatou que o pai não batia nele e que este gostava muito dele. Disse que não se lembra da infância. Estudou até a 6ª série do ensino fundamental e lembra que ele tinha 16 anos quando parou de estudar porque começou a andar na companhia de turma dele de rua. Foi expulso da escola por desrespeitar os professores. Relatou que ficou uma semana fora da escola sem os pais terem conhecimento sobre o fato, pois rasgava todo o informativo emitido pela escola para ser entregue aos pais. Começou a namorar aos 15 anos e teve sua primeira relação sexual aos 17 anos. Segundo seu relato teve

dois parceiros sexuais até o dia que entrou na prisão. Lembrou que quando participava das festas, ficava muito nervoso e queria brigar com os presentes, pois consumia muita cachaça. Segundo Roberto, também bebia cerveja e uísque. Na verdade, ele disse consumir todo o tipo de cachaça e que misturava várias bebidas. Quando ele via alguém provocando uma briga, ele já queria entrar na confusão, puxava uma faca e se aproximava dessa pessoa querendo furá-la. Consumiu álcool pela primeira vez com 14 anos, bebeu cerveja e com 16 anos experimentou cigarro. Informou ainda que experimentou maconha uma vez, mas parou. Relatou que bebia todo dia com a turma da rua e quando acordava, às vezes tomava café e saía para consumir bebidas e cigarro. Ele conta que havia ocasiões em que passava o dia inteiro bebendo, quase não se alimentava. Trabalhou na serralheria, pintava, lixava madeira, era ajudante de pedreiro e roçava, e que em toda sua vida trabalhara de modo informal, sempre fazendo “bicos”, sem nunca ter tido sua carteira de trabalho assinada. Estava esperando ser sentenciado, pois estava preso provisoriamente há um ano e oitos meses. Estava sendo acusado de ter agredido sexualmente uma criança, mas disse não saber ao certo o que havia acontecido, pois na ocasião ele estava bebendo umas cachaças com alguns amigos e de repente já se viu com essa menina, à época com três anos. Ele conta que a levou para um galpão, tirou-lhe a roupa, mas que depois não conseguia mais se lembrar de nada. Quanto ao futuro não tinha certeza do que iria fazer. Acha que talvez arrumasse uma mulher, teria um filho, passaria a trabalhar e a viver da casa para o serviço. Ele desejava sair da prisão para ficar mais perto da sua mãe e de seu pai, porque só tinha eles em sua vida. Ele acreditava que depois da prisão só iria se relacionar com “pessoas da igreja”.

Fatores de risco e de Proteção na Trajetória de vida de AASCA

A segunda seção dos resultados envolveu a caracterização dos fatores de risco e de proteção identificados na trajetória de vida dos AASCAs. Como principal unidade de análise nesta seção, os fatores de risco e fatores de proteção foram organizados a partir dos quatro

núcleos do PPCT, tendo sido estes dados apresentados em quadros no sentido de permitir a comparação entre os casos estudados.

Fatores de risco: situações comuns vivenciadas pelos casos estudados.

Os fatores comuns identificados entre os cinco casos estudados foram: distorção cognitiva, violência física, drogas/alcoolismo, ausência de orientação sexual, preconceito social, trabalho informal/atividade em garimpos, trabalho infantil, número de filhos e famílias recombinações, envolvimento em brigas, nunca ter estudado, sentença judicial e perspectiva quanto a sua vida futura (Figura 19).

MBDH	Fatores de risco	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5
Pessoa	Sexo masculino	√	√	√	√	√
	Prematuridade no nascimento		√			
	Distorção cognitiva	√	√	√	√	√
	Impulsividade		√			
	Histórico de agressão sexual	√				
	Isolamento social			√		
	Histórico de comportamento agressivo		√			
	Doença Sexualmente Transmissível				√	
Processo	Adoção					√
	Estilo parental	√	√	√	√	√
	Negligência familiar		√			
	Punição física	√	√	√	√	√
	Criminalidade		√			
	Vínculo com o pai rompido		√		√	
Contexto	Baixo nível socioeconômico	√	√	√	√	√
	Fome/Privação material	√	√	√	√	√
	Ausência precária a educação		√	√	√	√
	Trabalho infantil	√	√	√	√	-
	Composição familiar		√	√	√	√
	Ausência paterna		√			
	Conflito familiar		√		√	
	Doença mental na família				√	
	Drogas/Alcoolismo dos pais		√	√	√	√
	Violência psicológica		√			
	Conflito entre pares		√		√	√
	Trabalho informal			√	√	√
	Preconceito social	√	√	√	√	

Tempo	Distanciamento familiar	√		√		
	Tempo sem estudar		√	√	√	√
	Mudança de escola	√				
	Abandono do EJA			√		
	Tempo da sentença	√	√	√	√	√
	Metas futuras		√		√	√

Figura 19. Quadro comparativo com os principais fatores de risco entre os cinco casos

Fatores de risco relacionados ao núcleo Pessoa.

De maneira geral, para a Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner (2011), as características biológicas, cognitivas, emocionais e comportamentais da pessoa em desenvolvimento, ao longo da vida, produzem dinamicamente padrões próprios de relações interpessoais. Tais relações se forem baseadas no abuso de poder e no uso da coerção e/ou força física, podem vir a facilitar a prática de agressão sexual contra criança e adolescente. Outro aspecto a ser considerado nesse tipo de análise é a presença na pessoa em desenvolvimento de alguma distorção cognitiva. Notou-se que entre os participantes que vários deles tentaram minimizar, justificar e até negar a agressão praticada, corroborando com a literatura que mostra ser bastante comum entre AASCAs a presença de pensamentos distorcidos que justificando, negando ou minimizando o ato praticado (Nunes & Jung, 2012). Esse dado sinaliza ser necessário pensar que as formas de minimização e/ou negação da agressão perpetrada observadas no estudo dos casos aqui relatados, refletem as crenças constituídas no decorrer da trajetória de vida dos participantes, sendo importante a sua investigação. Hoje, sabe-se que as distorções cognitivas quando associadas a outros fatores de risco como a impulsividade e/ou temperamento agressivo ou mesmo à presença de um estilo parental permissivo, podem concorrer para a perpetração de diferentes formas de agressão sexual, sendo esta uma característica da pessoa a ser considerada na perspectiva bioecológica (Jahnke et al., 2015).

Fatores de risco relacionados ao Processo.

Para Bronfenbrenner e Morris (1998), o processo proximal é considerado como uma transferência de energia bidirecional ou unidirecional, de uma pessoa para com os objetos, símbolos e outras pessoas. Pelo processo proximal se estabelece o grau de relação dos parceiros entre si e com os outros sistemas. Na relação parental, a transferência de energia entre os pais e os filhos não é unidirecional, ou seja, na direção daquele que emite as práticas parentais para quem a recebe, que assimila valores, regras e as próprias práticas.

Tais fatores de risco relacionados ao núcleo processo podem ser identificados a partir dos padrões de interação entre pais e filhos, como por exemplo, a ausência de orientação sexual na infância e na adolescência e a baixa responsividade parental, traços de uma cultura que reforçam a prática educacional tradicional, caracterizada pela ausência de diálogo ou pela presença de castigos físicos como forma de disciplina das crianças e adolescentes. Esta prática de orientação pode conduzir às práticas parentais disfuncionais ou inconsistentes. Conforme sinalizam as pesquisas de Baumrind (1966), Cecconelo et al. (2003) há duas dimensões distintas de padrões de interação entre pais e filhos: as práticas parentais e o estilo parental. A orientação parental faz parte das práticas parentais e envolve uma série de processos que vão desde uma orientação verbal até comportamentos emitidos. Tais práticas são entendidas como estratégias utilizadas pelos pais para atingir um objetivo e acabam conduzindo ao tipo do estilo parental que envolve um padrão global de interação.

Nos casos analisados, predominaram práticas associadas ao estilo parental autoritário com ênfase na obediência por meio do respeito à autoridade e à ordem, além de que, frequentemente, eles utilizavam a punição como forma de controle de comportamento e não valorizavam o diálogo e a autonomia, reagindo com rejeição e baixa responsividade aos questionamentos e opiniões da criança. Ou seja, tais padrões de interação disfuncionais podem levar à constituição de crenças sobre si mesmo, sobre mundo e sobre as outras

pessoas, influenciando ou levando a pessoa em desenvolvimento a se tornar mais suscetível a comportamentos disfuncionais, como a prática da agressão sexual, por exemplo.

Fatores de risco relacionados ao Contexto.

Para Bronfenbrenner (2011), diferentes níveis ambientais (microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema) que compõem o núcleo Contexto, podem influenciar o comportamento e que dependendo da intensidade da frequência exercida no desenvolvimento humano pode levar a padrões de interação disfuncionais. Em termos contextuais, considerando os quatro níveis ambientais que nele interagem de forma independente e ao mesmo tempo integrada, os processos proximais variam sistematicamente em função de suas características e da forma como a pessoa em desenvolvimento está em interação com elas (Bronfenbrenner, 2011).

Entre os fatores de risco contextuais identificados nos estudos de caso, aqueles que estiveram mais presentes no microssistema familiar, no período da infância e da adolescência, foram os seguintes: trabalho infantil, punição física e conflito familiar. O fator de risco representado pela categoria trabalho infantil foi reconhecido como uma prática comum entre as famílias dos participantes, como forma de contribuição das crianças no sustento e na manutenção familiar, uma vez todos eles declararam terem vivido por toda a vida em desvantagem socioeconômica.

Tal condição se agravava à medida que a família era constituída por muitos membros, com uma média de quatro filhos, e alguns com famílias recombinações, como identificado nas entrevistas. Essa condição agravava a situação econômica levando a família a uma situação de privação econômica, o que incluía a ausência de comida para alimentar os filhos em determinados períodos.

Aliado a privação econômica, geralmente as práticas de cuidado ou de orientação eram baseadas por práticas negligentes ou de punição física e verbal como forma de manutenção do

poder dos pais sobre seus filhos. Tais circunstâncias vivenciadas no microsistema familiar podem contribuir para um ambiente pobre para o desenvolvimento, conforme Bronfenbrenner (2011).

Para Kassouf, (2007), a pobreza, a escolaridade dos pais, o tamanho e a estrutura da família, o sexo do chefe, a idade em que os pais começaram a trabalhar, o local de residência e o trabalho infantil são os fatores mais comumente encontrados em pesquisas com essa população e que têm sido analisados de forma sistemática. Tais fatores podem refletir diretamente na educação (prejuízo sobre a frequência e o aproveitamento escolar), no salário (desvalorização, autoestima) e na saúde (sérios danos físicos, emocionais, morais e psíquicos), compromete a autoestima, afetando a sua capacidade cognitiva e de expressar empatia pela vítima, o que pode levar o indivíduo a tornar-se mais suscetível à prática da agressão sexual de criança e adolescente.

Outro fator de risco encontrado no microsistema familiar refere-se à punição física, também utilizada como principal meio de educação parental. A punição física foi observada em todos os casos analisados como meio de educação ou orientação imposta pela família de origem dos participantes. De acordo com Hart, Nelson, Robinson, Olsen e McNeilly-Choque (1998), as práticas educativas parentais são estratégias utilizadas pelos pais para atingir objetivos específicos em diferentes domínios (acadêmico, social, afetivo) sob determinadas circunstâncias e contextos. O uso de explicações, de punições ou de recompensas constitui exemplo dessas práticas.

Para Hart et al. (1998) uma educação parental tradicional ou autoritária com a utilização deste tipo de punição, especialmente quando se trata de uma punição física, que se prolonga como uma prática disciplinar, tem sido descrita na literatura como prejudicial ao desenvolvimento de crianças e de adolescentes. Além disso, nos estudos de Aebi, Linhart, Thun-Hohenstein, Bessler, Steinhausen e Plattner (2015), Ford, Grasso, Hawke e Chapman,

(2013) os autores deixam claro que a punição física e psicológica utilizada de maneira excessiva e frequente pode levar as experiências traumáticas e tem sido demonstrado significativamente impactando no desenvolvimento de crimes na adolescência e na vida adulta.

A prática de educação parental é construída em uma relação bidirecional em que a criança ou o adolescente recebe a punição ou orientação podendo gerar confusão ou disfunção comportamental a partir do momento que pode gerar padrões de interação interpessoais disfuncionais, podendo ser reproduzidos para outros contextos e para gerações futuras. Portanto, para Cecconello et al. (2003) contextos disfuncionais e/ou desorganizados interferem no resultado dos processos proximais. Quando ocorre a disfunção no processo, o impacto no desenvolvimento da pessoa será menor em ambientes favoráveis do que naqueles considerados desfavoráveis, pelo fato de que, neles, supõe-se que a disfunção se manifeste mais frequente e intensamente.

Outro fator de risco identificado no microsistema familiar foi o conflito familiar envolvendo a violência doméstica. Fatores associados à pobreza e à baixa condição socioeconômica, como fome e privação econômica, podem contribuir para uma percepção equivocada sobre a mulher. Estudos realizados por Crook, Goodall, Baker e Hughes (2006) afirmam que os pais, mas especialmente o pai, podem combater as violências contra as mulheres, prevenindo fatores de risco. Estudos mostram que isso pode evitar que os filhos tenham experiências de rejeição durante a infância e ofereçam uma educação masculina saudável (sem violência de gênero, por exemplo). Desse modo, os pais possibilitam que seus filhos, quando adultos, tenham comportamentos considerados saudáveis.

Em sua revisão dos fatores de risco realizado por Barbaree e Langton (2006) identificou que a família monoparental associado com a baixa condição socioeconômica pode levar a uma instabilidade que, por conseguinte, atua como um fator potencial para

comportamentos disfuncionais na adolescência e na vida adulta. Ainda na pesquisa relataram que vínculos emocionais fragilizados, referindo a conflitos entre pais e filhos e monitoramento parental inadequada podem levar a instabilidade e gerar também comportamentos disfuncionais, tornando o indivíduo mais suscetível a prática do ato sexual contra criança e adolescente.

Na vida adulta, o microssistema familiar sinalizou o AASCA como pai ou como marido de uma família constituída na adultez. Nessa direção, os fatores de risco identificados em três estudos de casos sinalizaram a violência doméstica envolvendo o próprio participante e seu cônjuge.

Conforme Carvalho-Barreto, Maluschke, Almeida e DeSouza (2009), a família é um sistema aberto em constante transformação, que se move a partir da troca de informações com outros sistemas. É no sistema familiar, como aquele em que se estabelecem as primeiras relações face-a-face, que a família desponta como a principal fonte de apoio sócio afetivo da pessoa. O que se percebe é que os padrões de interações aprendidos no decorrer da vida dos participantes podem estar sendo reproduzidos em uma nova relação, com uma outra pessoa, em um novo contexto. Isso sinaliza que o indivíduo sob a ação desses fatores tende a tornar-se suscetível a comportamentos disfuncionais, agressivos, que associados às crenças distorcidas, como aquelas que minimizam o papel social da mulher na relação, podem favorecer esse tipo de agressão sexual contra crianças e adolescentes do sexo feminino.

Outro microssistema sinalizado na vida adulta diz respeito ao ambiente carcerário, e o principal fator de risco identificado neste ambiente foi o preconceito social sofrido pelo tipo de crime sexual pelo qual o participante foi julgado. Neste contexto, as práticas de cuidado e o ambiente insalubre vivenciado pelos participantes podem contribuir para um desenvolvimento inadequado, contribuindo para manutenção de comportamentos disfuncionais ou para a

consolidação de outras estratégias de sobrevivência como comportamentos cada vez mais agressivos.

Para Bronfenbrenner (2011), o mesossistema envolve um conjunto de microsistema, constituindo o nicho do desenvolvimento da pessoa em determinado período de tempo, isto é, as inter-relações que são estabelecidas são constituídas pelas interações nestes vários ambientes nos quais a pessoa em desenvolvimento está inserida em um determinado período da vida.

Particularmente na infância e na adolescência pode-se apontar a influência dos grupos de pares. Nas entrevistas com os participantes identificaram-se evidências do seu envolvimento em brigas e utilização de álcool e outras drogas, sobretudo na adolescência. O uso e o abuso de drogas lícitas e ilícitas que, geralmente, está agregado à configuração de um ambiente favorável à adoção de comportamentos prejudiciais, como o consumo de substâncias psicoativas estimuladas pela família ou pelo grupo de pares (Paiva & Ronzani, 2009).

Para Paiva e Ronzani (2009) a família e o grupo de pares são considerados um dos elos mais fortes dessa cadeia multifacetada que pode levar ao uso abusivo de álcool e drogas, além de também atuar como importante fator de proteção. Isto se explica pelo fato de que os diferentes comportamentos sociais, entre eles o consumo de substâncias psicoativas, são aprendidos, predominantemente, e primeiramente, a partir das interações estabelecidas entre o jovem e suas fontes primárias de socialização, que no Ocidente são a família, a escola e o grupo de amigos.

Para Nunes et al. (2013), entre os fatores de risco relacionados aos adolescentes em conflito com a Lei, o elevado grau de vulnerabilidade, a tendência à exclusão social, situações de negligência e abandono, pobreza, criminalidade e violência na família, na escola, na

comunidade e na sociedade em geral, e abuso de substâncias psicoativas estavam associadas à entrada no mundo do crime.

Outro elemento relacionado ao mesossistema é a ausência do sistema escolar nas vidas dos participantes. Nos casos analisados, a escola aparece como um lugar de regras incompatíveis com o estilo de vida dos AASCAs, aliado as ausências constantes de aulas assim como a distância entre as residências e a escola, tais situações foram relatadas como principais desestímulos para a continuidade do estudo. O estudo de Dennison e Lecler (2011) encontrou esse tipo situação em escolas públicas frequentadas por crianças e de adolescentes.

Dennison e Lecler (2011) sinalizaram em sua pesquisa os principais fatores de risco relacionados com a escola, incluindo o insucesso escolar, abandono escolar, a evasão escolar, a má interação à escola, e a gestão de comportamento inadequado estavam relacionados a fatores de risco associados à agressão sexual. Para Farrington, Jolliffe, Loeber, Stouthamer-Loeber e Kalb (2001) o fator de risco para à delinquência infanto-juvenil estava associado à questão escolar como: desempenho acadêmico fraco, baixa vinculação à escola, aspirações escolares fracas, desorganização e mau funcionamento escolar.

O fator de risco encontrado no mesossistema que relacionado à vida adulta é o frequente envolvimento em trabalhos informais nesta fase da vida. O trabalho informal é caracterizado pela baixa condição de segurança e baixa remuneração, podendo gerar uma série de fatores de risco como aqueles ligados aos aspectos ergonômicos (temperatura, iluminação), ou ainda jornadas de trabalho longas e sem proteção, lugares insalubres, e fatores psicossociais como a ocorrência de transtorno mental e de comportamento, bem como o risco para o alcoolismo (Souza, Bezerra, Santos, Zaia, Bertoncetto, & Quemelo, 2015).

De maneira geral, o trabalho informal está associado à baixa condição escolar vivenciada na infância e na adolescência. Essa situação e/ou circunstância vivida nos anos de

vida primários podem ter levado os AASCAs a terem como única forma de garantir seu sustento e da sua família o trabalho informal, por exemplo, o trabalho em garimpos.

Para Faleiros (2009), o garimpo é um ambiente onde há a exacerbação dos valores machistas, do patriarcalismo, da inferioridade do gênero e do patrimonialismo do outro. Em uma análise mais geral, entende-se que uma série de fatores ligada ao microsistema familiar, como o trabalho infantil, as baixas condições socioeconômicas, com um sistema escolar deficitário e práticas parentais disfuncionais, pode ter levado o indivíduo na vida adulta para trabalhos informais e, em alguns casos, insalubres, como as atividades econômicas realizadas em garimpos.

Em resumo, a junção das condições de trabalho com as crenças distorcidas e somado às condições de vida vivenciada desde seu nascimento até a vida adulta são fatores que podem ter contribuído para tornar os participantes dos casos estudados mais suscetíveis à prática da perpetração sexual contra criança e adolescente.

Fatores de risco relacionados ao Tempo.

A psicologia do desenvolvimento projeta o fator tempo ao longo de um novo eixo em que o delineamento do cronossistema é frequentemente acumulativo. Ou seja, no desenvolvimento humano a experiência de padrões de interações subjetivas apresentou certo grau de continuidade no espaço e no tempo, e teve sua origem em condições, eventos e processos que ocorreram em um período de tempo determinado na vida da pessoa.

Sendo assim, os fatores de risco relacionados ao último núcleo do modelo PPCT, especificamente no mesotempo, na infância e na adolescência foram: ausência da educação formal e da orientação da família na vida de quatro dos cinco participantes.

O período escolar na infância e na adolescência desvelou-se com vários aspectos de risco envolvidos: números elevados de reprovação, a falta de oportunidade em estudar, refletindo no que hoje se apresenta como dificuldade para atividades de leitura, escrita,

comunicação e manutenção das relações sociais. Quando investigado quais os motivos que levaram os participantes a não terem estudado na maior parte do tempo durante a infância e adolescência, eles responderam: ausência de estrutura escolar, desinteresse, fracasso escolar e conflito, aliado à ausência de estímulo parental. No estudo de Gallo e Williams (2008) que estudaram adolescentes em conflito com a lei, 60% deles abandonaram a escola por motivos como desinteresse (43,2%), abandono (13,5%), conflitos (13,5%), fracasso escolar (5,4%) e suspensão das aulas (1,3%). Na avaliação dos conteúdos, ressalta-se a ausência de escola na infância e adolescência e o isolamento social das famílias, apesar de entender que outros fatores podem ter contribuído para a situação de agressão sexual na vida adulta. Tal situação presente em um período constante e frequente pode ter levado o indivíduo a condições desfavoráveis para o seu desenvolvimento, seja em termos socioeconômicos, relacional, afetivo e emocional.

Na vida adulta, o fator de risco localizado no microtempo foi o período de convivência com os demais encarcerados, aliado à duração da pena a qual foi condenado a cumprir em regime fechado. Tal aspecto pode ser entendido como fator risco à medida que o tempo passado atrás das grades, num ambiente carcerário, não representa, via de regra, um período salutar ou de experiências positivas, já que na maioria dos casos, como sinaliza Assis (2007), o sistema penitenciário no Brasil segue práticas punitivas e não restaurativas.

De maneira geral, os resultados sinalizaram uma diversidade de fatores de risco, que estavam presentes na vida dos participantes desde a infância até a vida adulta. Tais dados são refutados pelos estudos de Whitaker, Le, Hanson, Baker, McMahon, Ryan, Klein e Rice (2008) que avaliaram os fatores de risco de AASCAs e demonstraram uma diversidade destes fatores que atuaram na trajetória de vida do indivíduo como: a história familiar (por exemplo, história de abuso, relação pai-filho, a disciplina, apego); comportamentos externalizante (por exemplo, a violência, delinquência); comportamentos de internalizante (por exemplo,

depressão, baixa autoestima, ausência de enfrentamento); comportamentos desajustados sexuais (por exemplo, o interesse sexual em crianças, fantasias sexuais desviantes); problemas com déficits sociais (por exemplo, habilidades sociais, a empatia, a solidão); e variáveis atitudinais/cognitivos (por exemplo, atitudes em relação ao estupro, racionalizações) que podem atuar como fatores de risco para o cometimento da agressão sexual de criança.

Além dos estudos mencionados, nas pesquisas de Stewart et al. (2008), Carvalho e Nobre (2013), Dennison e Leclerc (2011) os principais fatores de risco analisados sobre AASCAs foram aqueles que remetem à existência de uma base familiar instável que propiciou experiências negativas, tais como, abuso de substância parental, criminalidade dos pais, mães adolescentes, discórdia conjugal, violência familiar, negligência e abuso parental, ausência de fiscalização e controle parental, disciplina severa ou inconsistente e ausência de apoio ou envolvimento dos pais.

Neste caso a presença constante de fatores de risco, sobretudo a agressão física sofrida na infância por um período prolongado demais, associado à ausência de orientação sexual e à baixa condição socioeconômica dos pais e demais cuidadores, juntos podem ter influenciado o curso do desenvolvimento biopsicossocial e tornando-os suscetíveis à manifestação de comportamentos considerados disfuncionais e antissociais – como pode ser definido a agressão sexual de crianças e adolescentes. Tais achados corroboram as pesquisas realizadas por Whitaker et al. (2008) que sinalizam que aspectos familiares como práticas parentais pobres, instabilidade parental, e as perdas dos pais podem agir como fatores de risco para o cometimento da agressão sexual de criança na vida adulta.

Nos estudos de Dennison & Leclerc (2011), os autores sinalizam que mais de um quarto dos participantes foram expostos a problemas de comportamento dos pais, violência psicológica e ou violência física, falhas escolares, evasão escolar, e ou rebeldia na escola, e ou

envolvimento em brigas, o uso de substâncias tóxicas, e ou comportamentos sexuais inapropriados.

Estas noções de fatores de risco sugerem que determinados ambientes e qualidades de interações podem levar a uma variedade de comportamentos de risco para a perpetração da agressão sexual de criança/adolescente. Além disso, é importante notar que os estudos sobre AASCAs pela esperada natureza heterogênea de suas características biopsicossociais necessitam ainda mais de estudos que possam evidenciá-las e deixar clara também a origem da formação desse padrão de comportamento.

De todo modo, a presença destes fatores de risco na trajetória de vida destes indivíduos sinaliza a necessidade de que mais pesquisas possam direcionar o foco de seus estudos para a trajetória de vida desta população. A compreensão da trajetória de vida dos AASCAs só pode ser feita se ela for entendida a partir da interconexão e interdependência dos diversos eventos e circunstância que demarcaram as suas relações no contexto de desenvolvimento e em interação com as características de biopsicológicas da pessoa em desenvolvimento. Tais interações são promovedoras dos fatores de risco e de proteção que atuam como moderadores ou direcionadores do desenvolvimento humano. Tal interação impulsiona o processo proximal e direciona a trajetória de vida.

Fatores de proteção: situações comuns vivenciadas entre os casos estudados.

Semelhante aos fatores de risco, os fatores de proteção também foram identificados na trajetória de vida dos AASCAs. Tais fatores de proteção podem ser entendidos como aqueles que interagem na relação dos indivíduos com o ambiente de risco, tornando-os resilientes e auxiliando-os na promoção da adaptabilidade, segurança, autonomia e criatividade. Assim, os principais fatores de proteção encontrados foram comparados entre os casos estudados e estão dispostos no quadro da Figura 20.

MBDH	Fatores de Proteção	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5
Pessoa	Motivação	√				
	Consciência		√			
	Amabilidade			√		
	Respeito			√		
	Gratidão				√	
	Habilidade social	√				
Processo	Vínculo materno		√	√	√	√
	Independência/ajuda familiar					√
	Orientação familiar		√			
	Vínculo com avó	√			√	
	Incentivo ao estudo	√				
	Vínculo paterno					√
	Vínculo com a esposa			√		
	Vínculo com família de origem			√		
Contexto	Infância atendida	√				
	Presença escolar	√				
	Grupo de pares				√	√
	Universidade	√				
	Trabalho Formal	√				
	EJA			√		
	Grupo de dança					√
Tempo	Religião	√	√	√	√	√
	Brincar/Lazer	√	√	√	√	√
	Frequência de visita familiar	√	√	√		√
	Tempo da Lei			√	√	
	Metas futuras	√		√		

Figura 20. Quadro comparativo com os principais fatores de proteção entre os cinco casos

Diferentemente dos fatores de risco, os fatores de proteção neste estudo foram vários e distintos, ainda que tenham apresentado similaridades entre si. São exemplos de fatores que se repetiram nos casos analisados: vínculo materno, pertencimento a um grupo religioso, grupo de brincadeira na infância, visitas familiares no cárcere, e as metas para o futuro após o cumprimento da pena.

Fatores de proteção relacionados ao núcleo Pessoa.

Quanto aos fatores de proteção relacionados às características biopsicológicas do núcleo Pessoa, não foram observadas semelhanças entre os casos. Os dados coletados mostraram que os participantes possuíam características distintas entre si, o que pode estar relacionado à heterogeneidade encontrada neste tipo de população. Tal dado sugere não ser

possível pensar em um perfil único de AASCAs. No entanto, sinaliza-se que é necessário que mais pesquisas considerem como objeto de estudo fatores de risco e de proteção na trajetória desses indivíduos, com o intuito de identificar e entender as características biopsicológicas dos AASCAs.

Fatores de proteção relacionados ao Processo.

O fator de proteção relacionado ao Processo referiu-se aqui ao vínculo afetivo materno forte. Todos os participantes relataram ser a mãe a principal figura de apego em suas vidas. Estudos sobre a Teoria do Apego sustentam que a qualidade de relações íntimas estabelecidas na infância (mas, sobretudo na primeira infância) de um indivíduo é fundamental para a compreensão de si mesmo e das outras pessoas (Conceição, 2014). Diferentes tipos de relações que são estabelecidas nesses anos iniciais têm uma poderosa influência ao longo da vida, embora de modo algum devam ser vistas de forma determinística. Estudiosos da Psicologia com foco no desenvolvimento infantil, como Santos e Araújo (2016) ratificam também que as vinculações familiares seguras, quando na infância, promoveriam uma apreensão mais positiva da realidade bem como autoestima e vínculos afetivos satisfatórios na vida adulta.

Fatores de proteção relacionados ao Contexto.

O núcleo denominado de Contexto, especificamente no mesossistema, os fatores de proteção identificados em todas as fases de desenvolvimento sinalizaram a presença constante da religião e, na infância e na adolescência, os grupos de pares em atividades como brincadeiras e outras formas de lazer.

No que diz respeito à identificação com os preceitos de uma religião e a vinculação a uma igreja podem ser entendidos como uma forma que os participantes tiveram de constituir uma rede de apoio social. Nela, as relações estabelecidas pelos participantes podem ter construído uma estrutura a partir da qual eles obtêm o apoio social, como apoio de outras

peessoas, ou ainda ajuda espiritual. As redes constituindo-se num conjunto de vínculos (e seus respectivos papéis) relacionados ao indivíduo, quer por laços de parentesco, amizade ou conhecidos, quer por relações ou ligações de um indivíduo em particular com um grupo de pessoas.

As redes sociais apresentam expressiva importância, na medida em que influenciam a autoimagem do indivíduo e são centrais para a experiência de identidade e competência, muito particularmente na atenção à saúde e adaptação em situações de crise (Cavalcante, Falcão, Lima, Marinho, Macedo, & Braga, 2012). Nesse sentido, estudos destacam o papel da religiosidade na constituição de bases de apoio ao desenvolvimento (Wright, Turanovic, O'Neal, Morse, & Booth, 2016), na medida em que a religião pode desempenhar o papel de apoio, principalmente em situações de crise ou dificuldades na vida dos indivíduos.

Além da religião como fator de proteção, outro fator relacionado foi o grupo de pares de brincadeiras na infância e na adolescência. Pelo conteúdo das entrevistas, verificou-se a presença recorrente às atividades e relações compartilhadas nos grupos de brincadeira e de amizade. Segundo a literatura os grupos de brincadeiras são considerados fatores de proteção uma vez que são nesses grupos que os pares desenvolvem-se habilidades motoras, psíquicas, relacionais e afetivas (Reis, Monteiro, Pontes, & Silva, 2012).

Ainda na discussão dos fatores de proteção, conforme aponta a literatura da área (Amparo et al., 2008) há três dimensões de resiliência que podem ser delimitadas: acadêmica, social e emocional. Em cada uma delas existem fatores de proteção atuando, promovendo mudanças significativas no desenvolvimento. Especificamente sobre a resiliência social, esta caracteriza-se pela construção saudável de aspectos interativos como amizades, atitudes morais prossociais e competências sociais e pode ser identificada no bom relacionamento interpessoal, na capacidade de empatia e no senso de pertencimento dos indivíduos no seu grupo (Amparo, et al., 2008).

É nessa direção que se reconhece o papel dos grupos de pares como fator de proteção, como no caso dos participantes que participavam em grupos de pares que brincavam juntos, na infância isso pode ter atenuado os feitos da pobreza e da violência sofrida na infância, por exemplo, a fome experimentada e as surras perpetradas pelos pais. Na adolescência este pode ter sido um fator de proteção, pois pode de ajudado no estabelecimento de relações sociais e íntimas mais funcional.

Fatores de Proteção relacionados ao Tempo.

Quanto ao fator de proteção relacionado ao núcleo referente ao tempo, observaram-se principalmente metas para o futuro no conteúdo das entrevistas de dois participantes que referiram metas para a realização de ações ou atividades realistas ou metas mais objetivas relacionadas ao futuro. Na análise da produção científica da área, as metas direcionadas para o futuro foram consideradas fatores de proteção. Na pesquisa de Thornton (2013) o autor identificou que as metas realistas atuam como fatores de proteção para os AASCAs após o cometimento da agressão sexual. A pesquisa sinalizou que os indivíduos que nem sempre conseguiram desenvolver um senso de gerenciamento pessoal, pois foram levados pelos variados fatores de risco. No entanto, na vida na vida adulta, no período do em que se encontram encarcerados, sinalizaram a possibilidade de rever a vida, o comportamento errático, levando-os a olhar para vida de forma mais confiante, traçando metas, estabelecendo prioridades, e pensando no que precisam fazer hoje para o amanhã. Ou seja, uma gestão ativa de suas vidas a partir de uma base realista e com metas de longo prazo.

No estudo de Gonçalves e Vieira (2004) que realizaram avaliação de risco para o cometimento da agressão sexual, identificaram que a ausência de planos futuros pode ser entendida como fator de risco.

De maneira geral, pode-se dizer que os fatores de risco e proteção estavam presentes na trajetória de vida dos participantes e de uma forma ou de outra podem ter ajudado no

direcionamento dos processos proximais que o conduziram a vivência de relações abusivas e comportamentos violentos – incluindo a agressão sexual de crianças e adolescentes. Numa perspectiva temporal, procurou-se, neste estudo, captar a complexidade dos aspectos e relações que marcaram as trajetórias de vida desses indivíduos. Nesse sentido, entende-se que a vida dos participantes pode ser descrita como uma trajetória pautada por vários momentos marcados por situações adversas, uma linha do tempo que reúne uma variedade de fatores de risco, como por exemplo, a débil condição socioeconômica, o trabalho infantil, a violência física e psicológica intra e extrafamiliar, que podem ser potencializadores do comportamento de agressão sexual à criança e ao adolescente, uma vez que tais fatores, em conjunto, podem conduzir os indivíduos a tornarem-se mais suscetíveis a prática da agressão sexual. Além disso, a presença constante de distorções cognitivas na forma como os participantes organizaram e expressaram o pensamento sobre si mesmo, sobre os outros e sobre a agressão sexual perpetrada, caracterizam a sua trajetória de vida como uma trajetória de risco para diferentes comportamentos disfuncionais e situações adversas que observaram a passagem do tempo, as mudanças de idade e ciclo do desenvolvimento.

A Trajetória de Vida em Três Estudos de Caso

Nesta terceira seção três estudos de casos serão apresentados considerando os aspectos peculiares da trajetória de vida dos AASCAs que mereciam destaque, envolvendo as situações mais impactantes ou casos típicos.

A seleção dos três estudos de caso optou-se por trajetória de vida que permitissem focalizar aspectos da bioecologia do desenvolvimento dos AASCAs e identificar a presença de fatores de risco e de proteção em suas trajetórias. Para tanto, tomou-se como unidade de análise o histórico de relações abusivas e comportamentos agressivos do participante 2, a precária condição socioeconômica apresentada pelo participante 3, e a presença recorrente do alcoolismo na trajetória de vida do participante 5. Nas subunidades de análise os fatores de

proteção e de risco foram sinalizados na trajetória de vida percorrendo a linha do tempo, desde a infância até a vida adulta.

Para Sampson e Laub (1992), que estudaram os AASCAs, ainda pouco se sabe sobre o que eles chamaram de "escapar do processo de risco", termo este aqui entendido com uma série de fatores que em conjunto pode levar a situações, circunstância ou comportamentos disfuncionais. De acordo com esses autores, os estudos não apenas negligenciam sistematicamente as pesquisas sobre o início do curso de vida destes indivíduos, mas também têm ignorado a relevância das transições sociais.

O termo empregado por Sampson e Laub (1992) remete à forma como é possível pensar, em termos da bioecologia do desenvolvimento humano, essas questões. De acordo com Bronfenbrenner (2006), o desenvolvimento é um processo dinâmico que envolve a relação da pessoa com diferentes sistemas ecológicos, promovendo a cada inserção nos novos contextos constituídos ao longo da sua trajetória de vida a transição para novas formas de relação, papéis e atividades. Por isso, este fenômeno foi denominado pelo autor de transição ecológica.

Para estudar transição ecológica é necessário estudar a trajetória de vida do indivíduo e assim entender o caminho do desenvolvimento constituído ao longo do período de vida, considerando as características da pessoa, os processos envolvidos, os contextos de desenvolvimento e o transcurso do tempo. Esta trajetória refere-se aos padrões duradouros e sequências de comportamento, crenças, relações, papéis que, juntos, tornam mais suscetível o indivíduo às situações disfuncionais, como por exemplo, o cometimento da agressão sexual contra criança e adolescente.

A partir do exposto, tentar-se-á relacionar os achados derivados deste estudo sobre o curso de vida que envolve a infância, a adolescência e a adultez dos AASCAs, procurando situar temporalmente cada um deles na trajetória de vida dos participantes. Este resgate

histórico das situações e transições que podem ter funcionado como fatores de risco e/ou de proteção nas suas trajetórias de vida foi feito a partir do Modelo da Bioecologia do Desenvolvimento Humano.

Caso 1.

A trajetória de vida do caso 1, conforme já relatado, foi demarcada por inúmeros fatores de risco vivenciados desde o seu nascimento, passando pela adolescência até a agressão sexual perpetrada na vida adulta. Tal situação levou o participante ao cumprimento da pena que lhe foi determinada judicialmente. Os fatores de risco e de proteção sinalizados na figura 21, representado por um diagrama, representam graficamente situações, fatos, circunstâncias, comportamentos, relações presentes na trajetória de vida deste participante, que podem ter levado o indivíduo a se tornar mais suscetível ao cometimento da agressão sexual contra a adolescente.

Fator de Proteção	«Minha mãe me levou para Igreja E lá eu recebi a cura»	«Sempre gostei mais da minha mãe»	«Na cadeia, minha mãe vem me visitar» «Minha mãe, sempre falava pra eu me ajeitar, me comportar, que ainda tem um futuro aí na frente»
	«A gente ia lá em Nazaré (Santuário de Belém), comer maçã do amor, brincar no parque. A gente ia na praça tomar sorvete. A gente saía muito»	«Quando eu aprontava na escola, ela não contava para meu pai»	«Hoje eu mudei, porque conheço a palavra de Deus»
		«Eu dançava, dançava hip-hop, com um grupo de colegas em São Brás (Bairro)»	
	Infância	Adolescência	Aduldez
Fator de Risco	«Já roubei, já trafiquei, já fumei drogas. Já me envolvi no mundo do crime para praticar o mal, desde os 10 anos »	«Eu bati em muita gente. Brigava por nada, gostava de bater nos outros»	«Depois da relação sexual, começou na brigar. Aí ela começou a me empurrar e eu fiquei com raiva. Aí a gente começou a discutir, por besteira»
	«Minha mãe sofria na mão do meu pai. Ela apanhava dele»	«Meu pai foi embora em 2004. Minha mãe começou a trabalhar, e eu comecei a ficar esquecido pela família»	«Eu tenho culpa também, metade minha, metade dela»
	«A gente começou a brincar de polícia e ladrão. Aí a gente entrava no supermercado, desde 11 anos. Aí, nós cometeu o primeiro assalto»	«Eu namorei, mas até as meninas da Igreja mesmo, não valia nada»	«Tive relação sexual e depois matei»
		«Eu roubei meu pai. Minha casa estava sendo construída, Roubei as fiações todinhas»	

Figura 21: Diagrama sobre a trajetória de vida do caso 1

No conteúdo das entrevistas, foi possível perceber que o participante, apresentava uma trajetória de vida permeada por contextos de desenvolvimento envoltos por um padrão de relação agressivo. No relato da sua trajetória de vida, desde seu nascimento ele viveu em uma comunidade considerada violenta, assim como conviveu em uma família que apresentava práticas parentais que traziam a marca de uma agressividade constante. Pode-se dizer que a agressividade esteve presente de forma constante e duradoura em sua trajetória de vida na medida em que eram recorrentes surras e/ou xingamentos como práticas de orientação parental como forma de se obter dos filhos um melhor rendimento escolar, por exemplo.

Além deste aspecto, o participante presenciava de maneira frequente desde sua infância, a agressão física sofrida pela sua mãe e perpetrada pelo pai. Na adolescência,

apresentaram não raras vezes comportamentos violentos na escola, na rua e em outros espaços públicos que frequentavam.

O participante relata que se desde os 10 esteve envolto com o mundo do crime, praticando assaltos e envolvendo-se em brigas. Era membro de uma comunidade envolvida com o tráfico de drogas e que presenciava crimes bárbaros, como assaltos e mortes. A transição da infância para a adolescência e para vida adulta foi permeada pela presença constante da agressão física como forma de fazer valer interesses e resolver conflitos, além de vários outros tipos de violação de direito. Assim pode ser descrita a sua trajetória de vida até o momento em que agrediu sexualmente a adolescente de 13 anos de idade.

Apesar de estar claro até aqui que na base de constituição do comportamento agressivo sexual está presente um leque de fatores biológicos, sociais e psicológicos, destaca-se que ser necessário pensar em uma conjunção de várias condições desenvolvimentais desfavoráveis pode conduzir o indivíduo a comportamentos disfuncionais na vida adulta. No estudo de Zakireh, Ronis e Knight (2008) ficou demonstrado que existe uma maior probabilidade entre adolescentes autores de agressão sexual terem sido vítimas de abuso físico na infância do que aqueles que cometeram outros crimes. As pesquisas de Levenson, Willis e Prescott (2016) mostram evidências fortes e suficientes de que experiências traumáticas precoces são comuns na vida dos AASCAs. Na população pesquisada, eles constataram que mais de 28% dos participantes haviam relatado abuso físico na infância, 11% foram emocionalmente abusados e 21% tinham sido abusados sexualmente. Quase um quarto dos entrevistados tinha sido negligenciado física ou emocionalmente por seus pais, tendo este dado corroborado os achados de pesquisas anteriores sobre a questão.

As pesquisas de Levenson, Willis e Prescott (2016) mostram evidências fortes e suficientes de que experiências traumáticas precoces são comuns na vida dos AASCAs.. A interação e o acúmulo de fatores de risco, bem como o período e frequência que são expostos

tais indivíduos no curso da vida são fundamentais para compreender seu impacto sobre a criminalidade.

De maneira pode dizer que o indivíduo submetido a constantes formas de agressão, com frequência e durabilidade prolongada, pode ser a agressão do amanhã, já que as experiências vivenciadas constituem padrões de interações transportadas por um fio condutor que com o passar do tempo se transforma, conforme as experiências são experimentadas, e se consolida com o tempo vivido.

Desta forma, como sinaliza Bronfenbrenner e Morris (1998), ao longo do ciclo de vida o desenvolvimento humano ocorre por meio de processos de interação recíprocas, progressivamente mais complexo, entre um organismo humano biopsicossocial em atividades, envolvendo as pessoas, os objetos e os símbolos existentes no seu ambiente externo imediato, aspecto observado no estudo do caso 1.

Caso 2.

A trajetória de vida do caso 2 foi permeada por circunstâncias socioeconômicas difíceis, pois é uma trajetória caracterizada pelas presenças constantes das vicissitudes trazidas pela pobreza. Viveu no interior do Maranhão com uma família composta pelos pais e oito irmãos que moravam em uma área que pertencia ao dono da fazenda, onde seu pai trabalhava como lavrador da terra e cuidava do gado. Todo o sustento da família era retirado desta terra. Nunca frequentou a escola, já que nenhuma escola ficava as proximidades da sua residência, a unidade escolar mais perto localizava-se a 12 km de distância. Qualquer situação que ocorresse na residência do participante e fosse necessário se locomover a localidade mais próxima à sua casa, seriam necessários dois dias de viagem em carro de boi, único transporte da família, para conseguir chegar ao destino.

A vida revelada pelo participante demonstrou que ele e sua família viviam de maneira simples, com ausência de bens materiais, passando em alguns momentos, por dificuldade de

acesso a alimentação e em algumas situações, não dispunham dos mínimos necessários à sua sobrevivência, alimentando-se de farinha ou farelo.

O participante referiu não ter recebido de sua família qualquer tipo de orientação sexual, nem incentivo à educação formal. Pelo contrário, revelou ter sido alvo de uma educação parental agressiva e autoritária, sem contato afetivo. Além desse aspecto, em função da posição geográfica da localidade onde morava, distante dos centros de maior aglomeração populacional, o contato social com a rede de apoio e com grupos de pares se dava de forma episódica, sendo praticamente inexistente. A baixa condição socioeconômica permeou a vida deste participante por toda a infância até aos 20 anos, quando migrou para o estado do Pará, para “tentar a vida” como refere o entrevistado. Desde então, trabalhou no garimpo, onde viveu com uma mulher e teve filhos.

A pobreza vivenciada na sua trajetória de vida gerou uma série de fatores de risco e potencializou tantos outros. Dessa forma, a trajetória de vida relacionada à baixa condição socioeconômica que se inicia na infância que perpassa na adolescência e se repete na vida adulta pode ser identificada na figura 22.

Fator de Proteção	«Eu aprendi com eles (pais). Ensinaram que não adianta ficar xingando os outros »	«Pra festa eu ia com 17 anos»	«No ano passado comecei a estudar. Fazer o EJA » «Minha mulher me incentivava a estudar»
	«Nessa época brincávamos de piaô só com meus irmãos»	«Dançava na festa, mas meu pai não deixa muito»	«Minha mãe reza por mim. Ela reza todo dia por mim. Ela conversar sempre com minha mulher»
	«Coisa boa, era que não havia essa violência»	«Brincava só com meus irmãos. Tudo fazia com meus irmãos »	«Da Igreja eu sempre vou» «Tenho vizinhos que eu gosto. Aqueles que são de dentro de casa»
	Infância	Adolescência	Adulthood
Fator de Risco	«Naquela época, onde nasci, não tinha escola. Não tinha nada» «Comecei a estudar, só a primeira serie. Não terminei»	«Passei a vida todo no interior. Cresci assim.»	«Depois que cresci não conseguir mais estudar» «Ler eu leio, gaguejando. Eu não sei quase nada»
	«Eu sempre trabalhei na roça. Desde pequenino eu trabalhava, desde 10 anos»	«Trabalhava de vaqueiro com meu pai. Não tinha salário. Recebíamos de comissão»	«Trabalhei na Serra Pelada e como ajudante de pedreiro»
	«Se teimasse com os pais, apanhava mesmo. » «Para comprar algo, tinha que passar dois dias de carro de boi. »	«Nunca teve coisa boa na minha adolescência.»	«Não tinha como fazer. Comprava muita fiado. Trabalhava, pegava o dinheiro e pagava para tirar fiado novamente »
	«Passa fome, as vezes tinha comida, outras não. »	«Tinha vezes que a gente passava fome»	«Com 20 anos comecei a beber cachaça»

Figura 22. Diagrama sobre a trajetória de vida do caso 2

A pobreza, aliado ao isolamento social, a uma prática parental autoritária e a pouca ou baixa habilidade social, pode ter tornado este participante mais suscetível ao cometimento da agressão sexual de criança e adolescente. As pesquisas revelam que baixa condição socioeconômica pode estar associada a uma série de fatores de risco que atuam na forma como os indivíduos tendem a se comportar em relação aos outros.

Em estudo realizado por Bagley e Shewchuk-Dann (1991) descobriu-se que os AASCAs eram menos propensos a terem pais que estavam desempregados do que os outros criminosos. Em um estudo prospectivo, Wijk, Loeber, Pardini, Bullens e Doreleijers (2005) relataram que os AASCAs eram mais propensos a viverem em um bairro em condições socioeconomicamente baixa e mais provavelmente viviam em condições precárias de

moradia, assim como tinham uma mãe jovem, com má educação, quando comparados com criminosos não autores de agressão sexual. Um estudo não encontrou diferença entre AASCAs quando foi avaliado a educação, a ocupação e o emprego dos pais (Wijk, et al., 2005).

Em contrapartida, estudo realizado com homens dinamarqueses revelou que o desemprego dos pais não estava associado à agressão sexual. No entanto o mesmo estudo identificou que ter pais sem formação profissional e baixo nível de escolaridade pode estar associado com estupro na idade adulta (Santos & Veiga, 2007).

No estudo de Craissati, Webb e Keen (2016), os autores sugeriram que indivíduos que experimentam eventos desenvolvimental adversos, tais como pais pobres ou abuso físico e sexual, ficam inclinados a exibir modelos distorcidos de funcionamento interno de relacionamentos, especialmente com respeito ao sexo e a agressão, resultando em baixa habilidade social. Desta forma, pode-se dizer que a criança que cresce em meio à pobreza com ausência de oportunidades desenvolvimentais pode deixar a pessoa sem recursos, neste caso uma inabilidade social.

Caso 3.

No estudo do caso 3, o participante fora o terceiro filho de uma família recombinação, sendo os dois irmãos adotados, assim como ele. O pai havia tido outra família, assim como a chamada mãe de criação. Segundo o relato do participante, a família vivia com dificuldades financeiras e tinha baixa condição socioeconômica, sendo que seus pais trabalhavam de maneira informal no garimpo de Serra Pelada no município de Curionópolis.

O participante foi acolhido pelos pais de criação, pois sua mãe biológica não tivera condições econômicas de cuidar de mais uma criança, uma vez que o participante era o oitavo filho. Sendo assim, os pais de criação o acolheram quando ele tinha, aproximadamente cinco

anos de idade. Além do participante, os outros dois irmãos também foram acolhidos pelos pais de criação, e nenhum conheceu seus pais biológicos.

Informou ainda que só viu sua mãe biológica quando tinha apenas cinco anos, pegou na sua mão, mas nunca mais a viu. Desconhece seu paradeiro, só sabe que ela tinha muitos filhos e não poderia ficar com mais um menino. Relatou também que lembra que sua mãe biológica lhe dava mingau quente, queimando sua língua, e que hoje não consegue beber nenhuma bebida quente.

Pelo relato do participante, os pais adotivos eram amorosos e afetuosos, mesmo utilizando punição física como prática parental educacional. No entanto, o participante parece ter tido uma vida marcada por práticas parentais inconsistentes, ora rígidas, ora flexíveis. Como exemplo pode-se citar as surras que eram proferidas contra o participante por ter saído para brincar ou jogar bola. Em oposição, quando chegava bêbado ou bebia muito não havia qualquer represália mais consistente.

O participante disse também ter estudado por um tempo, mas que havia parado na 6ª série, quando tinha, aproximadamente, 16 anos. Ele relatou nunca ter gostado de estudar. Desde sua adolescência, afirmou ter se envolvido com um grupo de pares que fazia uso de bebida alcoólica e que deixava de ir à escola para ficar bebendo cachaça. Geralmente sua mãe não emitia qualquer opinião sobre essa forma errática dele se comportar e a possível influência dos amigos sobre suas condutas. Quando assim o fazia, dizia-lhe que deveria parar com a bebida e voltar a estudar. Ela chamava a sua atenção para o problema, mas não interferia na vida do filho. O participante relatou que era comum ficar a noite toda bebendo e que costumava acordar às 11 horas da manhã. Neste período, ele contou que teria se envolvido em várias brigas e outros crimes pequenos, praticando roubos e furtos para comprar sua cachaça.

A trajetória de vida deste participante foi também permeada por fatores de risco como práticas parentais inconsistentes, influência de grupos de pares que valorizam o poder masculino e uso e abuso de álcool, por um período de tempo prolongado. Tais fatores de risco, em conjunto, podem ter levado este participante a se tornar mais suscetível à prática da violência sexual e outros comportamentos disfuncionais, culminando com a sua prisão pelo crime de agressão sexual de uma criança de três anos de idade, conforme figura 23.

Fator de Proteção	«Eu abraçava minha mãe, brincava com ela, ajudava ela » «Meu pai sempre foi bom comigo. Ele gostava de mim »	«Fui para Araguaína, acompanhar meu pai que estava doente»	«Na cadeia, visita só meu pai e da minha mãe»
	«Eu só brincava com os outros, mas só com meninos.» «Viagem boa eu fui pela escola. Fomos na Serra dos carajás»	«Na adolescência ia acampar pra beira do rio. Jogava volley, bola» «Dançava Hip-Hop. As vezes eu ia dançar»	«Minha mãe, chegava comigo e falava: rapaz é assim fica na palavra de Deus, vais ganhar muito lá na frente»
	Infância	Adolescência	Adultez
Fator de Risco	«Vi minha mãe biológica uma única vez. Meu pai nunca vi» «Minha mãe biológica me dava mingau quando eu era bebê»	«Quando eu ia assim para a festa tinha vezes que eu ficava nervoso demais e queria brigar com os outros »	«Trabalhava na roça. Roçava onde dava para rocar.»
	«Parei de estudar na sexta série» «Apanhava da mãe. Eu atentava muito»	«Era muita cachaça na cabeça»	«Bebia todo tipo de cachaça. Quando bebia, já queria arrumar confusão. Puxava a faca, já queria furar »
	«Mãe falava pre eu não largar os estudos »	«Eu tinha 16 anos quando parei de estudar» «Maconha eu experimentei uma vez. Bebia todo dia. Parei de estudar, porque comecei a anda com o menino que bebia»	«Bebi muito neste dia. Levei a menina pro galpão. Não lembro de nada»

Figura 23. Diagrama sobre a trajetória de vida do caso 3

A literatura tem demonstrado ser a hipótese de associação entre grupos de pares masculinos com a manifestação de comportamentos apoiados em fortes ideologias do poder masculino. Pesquisas como a realizada por Murnen e Kohlman (2007) têm corroborado

estudos anteriores que associaram a participação em equipes atléticas ou grupos (por exemplo, fraternidades) a um aumento do endosso de atitudes de apoio ao cometimento à agressão sexual e o aumento do risco da perpetração deste ato. Este tipo de participação do grupo ou associação pode influenciar a perpetração da agressão sexual por meio do reforço e apoio social para o uso da violência, a objetificação das mulheres, atitudes hostis para com mulheres, ideais hipermasculinas, ou o uso excessivo de álcool (Humphrey & Kahn, 2000; Murnen & Kohlman, 2007).

Neste estudo, a participação em grupos foi associada com aumento do risco para o comportamento considerado sexualmente agressivo (Loh, Gidycz, Lobo, & Luthra, 2005), mas, os resultados não foram totalmente claros. Alguns estudos descobriram que essa relação pode ser moderada dependendo das características do grupo, ou ainda, traços individuais (por exemplo, Humphrey & Kahn, 2000; Murnen & Kohlman, 2007).

A associação entre o uso de substâncias psicoativas e agressão sexual foi realizada com base na sobreposição epidemiológica da agressão sexual e uso destas substâncias. A tendência para toxicodependentes pode expor uma variedade de comportamentos agressivos, além de que pesquisas vêm demonstrando que o uso da substância altera o processamento de informação social (por exemplo, a interpretação de sinalização do sexo) (Testa, Quigley, & Leonard, 2003).

Nesta perspectiva, estudos empíricos têm apontado que os diferentes estilos parentais de socialização e as práticas educativas que permeiam a relação entre pais e filhos funcionam também como variáveis psicossociais capazes de exercer grande influência na adoção de diferentes comportamentos prejudiciais à saúde entre os jovens, entre eles, o consumo de substâncias psicoativas (Ramirez, Crano, Quist, Burgoon, Álvaro, & Grandpre, 2004; Simons Morton, Chen, Abroms, & Haynie, 2004)

Beggs e Grace (2010) descreveram em seus achados que a agressão sexual pode ocorrer depois de um aspecto situacional, interpessoal, ou gatilho pessoal, como emoções fortes que são mal controladas, ou em alguns casos de intoxicação substância com o uso e o abuso de bebida alcoólica.

De maneira geral o estudo das trajetórias de vida permitiu perceber a mudança e a continuidade entre o comportamento na infância, na adolescência e na vida adulta e como os fatores de risco e proteção atuam direcionando a vida dos participantes.

Pelo exposto, é possível observar a nítida presença de diferentes fatores de risco e a quase ausência dos fatores de proteção nos relatos dos casos, mas também torna-se importante questionar a capacidade desses achados de dizer e/ou predizer o quanto a ação conjunta desses fatores pode ter contribuído ao longo do tempo para que esses indivíduos viessem a manifestar essa forma específica de comportamento – a agressão sexual perpetrada contra crianças e adolescentes. Uma compreensão mais profunda sobre por que e em que circunstâncias os fatores observados nas trajetórias de vida aqui estudadas estiveram associados ou não à agressão sexual perpetrada segue como um desafio. Esta compreensão mais ampliada pode ajudar a precisar onde e como concentrar os esforços para a prevenção da agressão sexual

Considerações Finais

O principal objetivo deste estudo, por meio do caráter descrito e exploratório, foi identificar os fatores de risco e proteção na trajetória de vida e tentar associar como tais fatores têm atuado no desenvolvimento do indivíduo. Esse conjunto de fatores em interação com situações, circunstância, pessoas, papéis, símbolos, objetos, agindo juntos em uma base de tempo prologada, pode indicar trilhas ou pistas que permitem entender por que e como um indivíduo pode torna-se um AASCA.

Este estudo propôs, portanto, identificar fatores de risco e de proteção presentes na trajetória de vida e no desenvolvimento de AASCAs a partir da perspectiva bioecológica. O estudo quis, assim, enfatizar a importância de se conhecer não apenas as características biopsicossociais destes indivíduos, mas também seus contextos de desenvolvimento. A partir deste modelo teórico entende-se ser possível pensar nos elementos que constituem a bioecologia do desenvolvimento da pessoa considerada (no caso, autores de agressão sexual) em sua amplitude e complexidade.

Pelo exposto, este estudo partiu do pressuposto de que por trás de cada tipo de AASCAs existem os atributos pessoais e características de contextos que devem ser entendidos em suas particularidades, mas sempre em interação entre si. Por meio dele, espera-se contribuir para fortalecer a premissa de que não há um fator único capaz de explicar qual a razão para as pessoas se comportam de forma agressiva e manterem relações abusivas na relação umas com as outras. Com as questões levantadas e discutidas neste trabalho quis se conhecer o motivo pelo qual a agressão sexual tende a ser perpetrada por AASCAs que estão inseridos em um determinado contexto e não em outros.

Em linhas gerais, os resultados permitiram concluir que a agressão sexual deve ser mesmo entendida como produto da complexa interação de fatores individuais, relacionais, sociais, culturais, ambientais e temporal, nos moldes em que discutem pesquisas atuais nacionais e internacionais (Habigzang, et al., 2005; Marques, 2005; Moura, 2007; Moura & Koller, 2008). Desse modo, considera-se que entender como esses fatores estão relacionados à formação da personalidade, da sociabilidade e ao processo de desenvolvimento de AASCAs, parece ser um dos passos mais importantes no estudo científico do comportamento de agressão sexual, conforme sinalizado na literatura tempos atrás (Hall, 1990; Ward & Hudson, 1998).

Esta pesquisa, portanto, reforçou a premissa de que para se enfrentar de forma eficaz o problema da agressão sexual antes de tudo deve-se compreender as características biopsicológicas dos AASCAs e seus contextos e fatores influentes no seu desenvolvimento. Em termos bioecológicos, isso significa pensar de forma integrada o que ele pensa, faz e sente, procurando dar sentido a um conjunto de informações sobre o curso da sua vida – da infância até a idade atual. Portanto, entender os AASCA e os aspectos que os constituem pode ser um esforço válido na direção da compreensão do fenômeno. Isso é válido na medida em que pode oferecer subsídios para ações de cunho interventivo, seja para atendimento a essa população, seja para investir na prevenção desse comportamento.

Estudos como este confirmam a relevância social e acadêmica dessa temática e gradativamente abrem o caminho para que possa se desenrolar a discussão sobre a criação de políticas públicas de atendimento ao autor de agressão sexual, uma vez que a compreensão como problemática multifacetada e multideterminada permite fundamentar e implementar estratégias de prevenção e de intervenção precoce que engloba três níveis de atenção: no nível primário, com ações que têm como alvo a população em geral, atuando por meio de intervenções que educam, promovem a competência social, incentivam mudanças e ampliam as redes sociais; no nível secundário, com políticas dirigidas a grupos de alto risco (patologias crônicas e/ou agudas); e no terciário, com medidas específicas de prevenção que podem ser instituídas após ter ocorrido uma condição de abuso e cujas ações visam reduzir sequelas e evitar reincidências (Ferreira, Gonçalves, Marques, & Moraes, 1999).

De modo preliminar, este estudo em particular, por seu caráter exploratório e descritivo, apresentou-se aqui possibilidades de aplicação do Modelo Bioecológico e seus conceitos fundamentais para a pesquisa das características pessoais e das condições contextuais que podem ser influentes na trajetória de desenvolvimento de AASCA.

Neste estudo, pode-se dizer que uma gama considerável de fatores de risco e de proteção relacionados à trajetória de desenvolvimento dos indivíduos envolvidos na pesquisados foi considerada a fim de examinar os AASCA e identificar como eles lidaram (no sentido de reagir às pressões dos diferentes níveis do contexto ecológico) com as condições hostis em que nasceram, cresceram e se desenvolveram durante o curso de suas vidas. Ou seja, como esses indivíduos, como pessoas em desenvolvimento, responderam sistematicamente às pressões e estímulos colocados por um ambiente familiar quase sempre marcado por formas diferenciadas de vulnerabilidade, experiências de vitimização transgeracionais, problemas de comportamento na escola, atitudes de valorização da agressividade e outros comportamentos disfuncionais.

Como limitação deste estudo, sinaliza-se as dificuldades em realizar esse tipo de pesquisa com homens sentenciados, encarcerados, sem referência, em termos de dados empíricos no Brasil, uma vez que há ausência de fontes com dados reais e amplos, como dados de teste psicológicos e avaliações falométricas, cognitivas, psicológicas e comportamentais, como ocorre em outros países. Nos EUA, por exemplo, os sistemas penitenciários têm serviços que envolvem programa de atendimentos para AASCA, que contam com avaliação psicológica, comportamental, cognitiva e falométrica, além de equipe formada por múltiplos profissionais que trabalha de maneira interdisciplinar. No Brasil, esse tipo de serviço além de inexistente, há uma barreira burocrática-legal que dificulta o acesso aos profissionais que pretendem realizar esses tipos de avaliação.

Ainda como limitação deste estudo pode-se citar o pouco tempo de acesso aos participantes, o que pode ter dificultado a identificação e a compreensão dos fatores de proteção. Dessa forma a limitação do tempo e a medida de auto relato podem ter sido limitadores da pesquisa.

Tendo em conta estas conclusões e a escassez de pesquisas nessa área, este estudo apresenta-se como mais uma contribuição à pesquisa nessa direção, mas que pretende reforçar a necessidade de mais investigações, particularmente, no Brasil. Admite-se ser urgente que mais investigações sejam feitas com o propósito de explorar possíveis caminhos para se reverter à tendência de se ter o abuso sexual e a repetição da agressão sexual na infância e na adolescência, envolvendo pessoas de diferentes gerações de uma mesma família, bem como a promoção de vias de desenvolvimento alternativas para reincidência sexual. E o que é mais importante: a recorrência desses fatores e dessa forma específica de comportamento a despeito da existência de tantos mecanismos de controle social e político que visam coibir e prevenir sua presença em dada família, em dada comunidade, em dada sociedade.

No âmbito dessa discussão, deve-se questionar também as implicações colocadas pela nítida presença de diferentes fatores de risco e pela quase ausência dos fatores de proteção nos relatos dos casos, mas sobretudo a capacidade de dizer e prever o quanto a ação conjunta desses fatores pode ter contribuído ao longo do tempo para que esses indivíduos viessem a manifestar essa forma específica de comportamento – a agressão sexual perpetrada contra crianças e adolescentes. Uma compreensão mais profunda sobre por que e em que circunstâncias os fatores observados nas trajetórias de vida aqui estudadas estão associados ou não à agressão sexual perpetrada. Esta compreensão mais ampliada pode ajudar a precisar onde e como concentrar os esforços para a prevenção da agressão sexual.

Referências

- Aebi, M., & Linhart, S., Thun-Hohenstein, L., Bessler, C., Steinhausen, H. C., & Plattner, B. (2015). Detained male adolescent offender's emotional, physical and sexual maltreatment profiles and their associations to psychiatric disorders and criminal behaviors. *Journal Abnorm Child Psychology*, 43(5), 999-1009. doi: 10.1007/s10802-014-9961

Amparo, D. M., Galvão, A. C. T., Alves, P. B., Brasil, K. T., & Koller, S. H. (2008).

Adolescentes e jovens em situação de risco social: redes de apoio social e fatores pessoais de proteção. *Estudos de Psicologia*, 13(2), 165-174. Retirado de <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/23224>

Assis, R. D. (2007). A evolução histórica dos regimes prisionais e do sistema penitenciário. *Revista Jus Vigilantibus*, 30. Retirado de <http://jusvi.com/artigos/24894>

Bagley, C., & Shewchuk-Dann, D. (1991). Characteristics of 60 children and adolescents who have a history of sexual assault against others: evidence from a controlled study. *Journal of Child and Youth Care*, special, 43-52. Retirado de <https://www.ncjrs.gov/App/Publications/abstract.aspx?ID=137491>

Barbaree, H. E., & Langton, C. M. (2006). The effects of child sexual abuse and family environment. In H. E. Barbaree & W. L. Marshall (Eds.), *The juvenile sex offender* (2nd ed., 58-76). New York, NY: Guilford Press.

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Persona

Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child Development*, 37(4), 887-907. Retirado de http://arowe.pbworks.com/f/baumrind_1966_parenting.pdf

Beggs, S. M., & Grace, R. C. (2010). Risk factors: an independent validation study of the violence risk scale: sexual offender version. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 22(2) 234-251. doi: 10.1177/1079063210369014

Bogdan, C. R., & Biklen, S. K. (1994). *Investigação qualitativa em Educação: Uma introdução às teorias e aos métodos*. Porto, POT: Porto Editora Ltda

Borges, J. L., & Dell'Aglio, D. D. (2008). Relações entre abuso sexual na infância, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e prejuízos cognitivos. *Psicologia em Estudo*, 13(2), 371-379. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n2/a20v13n2.pdf>

- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artmed.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do Desenvolvimento humano: Tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In W. Damon & R. M. Lerner (Eds.), *Handbook of child psychology: theoretical models of human development* (Vol.1, pp. 993-1027). New York, NY: John Wiley & Sons
- Carvalho, J., & Nobre, P. (2013). Dynamic factors of Sexual aggression. *Criminal Justice and Behavior*, 40(4), 376-387. doi: 10.1177/009385481245168
- Carvalho-Barreto, A., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., Almeida, P. C., & DeSouza, E. (2009). Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 86-92. doi: 10.1590/S0102-79722009000100012
- Casanueva, C., Dozier, M., Tueller, S., Dolan, M., Smith, K., Webb, M. B., Westbrook, T., & Harden, B. J. (2014). Caregiver instability and early life changes among infants reported to the child welfare system. *Child Abuse and Neglect*, 38(3), 498-509. doi:10.1016/j.chiabu.2013.07.016
- Cavalcante, L. P., Falcão, R.S.T., Lima, H.P., Marinho, A.M., Macedo, J.Q., & Braga, V.A.B. (2012). Rede de apoio social ao dependente químico: Ecomapa como instrumental na assistência em saúde. *Revista de Rede de enfermagem do Nordeste*, 13(2), 321-331. Retirado de <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/4408>
- Cecconello, A. M., & Kolle, S. H. (2000). Competência social e empatia: um estudo sobre resiliência com crianças em situação de pobreza. *Estudos de Psicologia*, 5(1), 71-93. doi: 10.1590/S1413-294X2000000100005

- Cecconello, A. M., De Antoni, C., & Koller, S. H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, 8(nº especial), 45-54. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v8nspe/v8nesa07>
- Cole, M., & Cole, S. (2003). *O desenvolvimento da criança e do adolescente*. Porto Alegre: Artmed
- Conceição, I. K. (2014). *Transmissão intergeracional do abuso sexual infantil, apego e estilos* (Dissertação de Mestrado) retirado de [parentaishttp://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5862](http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5862)
- Craissati, J., Webb, L., & Keen, S. (2016). The relationship between developmental variables, personality disorder, and risk in sex offenders. *Sex Abuse*, 20(2), 119-138. doi: 10.1177/1079063208317464 June 2008
- Crooks, C. V., Goodall, G. R., Baker, L. L., & Hughes, R. (2005). Preventing violence against women: engaging the fathers of today and tomorrow. *Cognitive and Behavioral Practice*, 13(1), 82-93. doi:10.1016/j.cbpra.2005.04.001
- De Antoni, C., & Koller, S. H. (2000). A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estudos de Psicologia*, 5(2), 347-381. doi: org/10.1590/S1413-294X2000000200004.
- Dennison, S., & Lecler, B. C. (2011). Developmental factors in adolescent child sexual offenders a comparison of nonrepeat and repeat sexual offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 38(11), 1089-1102. doi: 10.1177/0093854811417076
- Duffy, J. Y., Hughes, M., Asnes, A. G., & Leventhal, J. M. (2015). Neglect child maltreatment and risk patterns among participants in a child abuse prevention program. *Child Abuse & Neglect*, 44, 184-193. doi:10.1016/j.chiabu.2014.11.005
- Faleiros, V. P. (2009). *Saber profissional e poder institucional*. 9ª ed., São Paulo: Cortez

- Farrington, D. P., Jolliffe, D., Loeber, Rolf., Stouthamer-Loeber, M., & Kalb, L. M. (2001). The concentration of offenders in families, and family criminality in the prediction of boys' delinquency, *Journal of Adolescence*, 24(5), 579-596. doi:10.1006/jado.2001.0424
- Ferreira, A. L., Gonçalves, H. S., Marques, M. J. V., & Moraes, S. R. S. (1999). A prevenção da violência contra a criança na experiência do Ambulatório de Atendimento à Família: entraves e possibilidades de atuação. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4(1), 123-130. doi: 10.1590/S1413-81231999000100010
- Ford, J. D., Grasso, D. J., Hawke, J., & Chapman, J. F. (2013). Polyvictimization among juvenile justice-involved youths. *Child Abuse & Neglect*, 37(10), 788-800. doi:10.1016/j.chiabu.2013.01.005.
- Frías, S. M., & Erviti, J. (2015). Gendered experiences of sexual abuse of teenagers and children in Mexico. *Child Abuse & Neglect*, 38(4), 776-787. doi: 10.1016/j.chiabu.2013.12.001
- Gallo, A. E., & Williams, L. C. A. (2008). A escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. *Cadernos de Pesquisa*, 38 (33), 41-59. doi: org/10.1590/S0100-15742008000100003
- Gonçalves, R. A., & Vieira, S. (2004). Avaliação do risco de violência sexual. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 65-80. Retirado de <http://docslide.com.br/documents/a-avaliacao-do-risco-de-violencia-sexual-rui-goncalves.html>
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Teoria e Pesquisa*, 21(3), 341-348. doi: org/10.1590/S0102-37722005000300011
- Hall, G. C. N. (1990). Prediction of sexual aggression. *Clinical Psychology Review*, 10(2), 229-245. doi.10.1177/088626093008001007

- Hart, C. H., Ladd, G. W. & Burleson, B. R. (1990). Children's expectations of the outcomes of social strategies: relations with sociometric status and maternal disciplinary styles. *Child Development*, 61, 127-137. doi: 10.1111/j.1467-8624.1990.tb02766.x
- Holden, G. W., Geffner, R., & Jouriles, E. N. (1998). Appraisal and outlook. In G. W. Holden, R. Geffner, & E. F. N. Jouriles (Orgs.), *Children exposed to marital violence: Theory, Research and Applied Issues* (pp. 409-421). Washington, DC: American Psychological Association.
- Humphrey, S., & Kahn, A. S. (2000). Fraternities, athletic teams, and rape: importance of identification with a risky group. *Journal Interpersonal Violence*, 15(12), 1313-1322. doi: 10.1177/088626000015012005 December 2000
- Jahnke, S., Schmidt, A. F., Geradt, M., & Hoyer, J. (2015). Stigma-related stress and its correlates among men with pedophilic sexual interests. *Archive Sex Behavior*, 44(8), 2173-2187. doi: 10.1007/s10508-015-0503-7
- Kassouf, A. L. (2007). O que conhecemos sobre o trabalho infantil? *Nova Economia*, 17(2), 323-350. doi:10.1590/S0103-63512007000200005
- Kazdin, A. E. (1993). Adolescent mental health: prevention and treatment programs. *American Psychologist*, 48(2), 127-14. Retirado de <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/8442568>
- Levenson, J. S., Willis, G. M., Prescott, D. S. (2014). Adverse childhood experiences in the lives of male sex offenders: implications for trauma-informed care. *Sex Abuse*, 28(4), 340-359. doi: 10.1177/1079063214535819

- Loh, C., Gidycz, C. A., Lobo, T. R., & Luthra, R. (2005). A prospective analysis of Sexual assault perpetration risk factors related to perpetrator characteristics. *Journal Interpersonal Violence*, 20(10), 1325-1348. doi: 10.1177/0886260505278528
- Lordello, S. R., & Lopes de oliveira, M. C. S. (2012). Contribuições conceituais e metodológicas do modelo bioecológico para a compreensão do abuso sexual intrafamiliar. *Psico*, 43(2), 260-269. Retirado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11703/8049>
- Marques, H. M. V. (2005). *A voz do Abusador: Aspectos Psicológicos dos protagonistas de incesto*. (Dissertação de mestrado). Retirada de http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCB_5439951ed172fddd5234b09e452f2e0d
- Messman-Moore, T., & Brown, A. L. (2004). Child maltreatment and perceived family environment as risk factors for adult rape: is child abuse the most salient experience? *Child Abuse & Neglect*, 28(10), 1019-1034. doi: 10.1016/j.chiabu.2004.05.003
- Molnar, B. E., Buka, S. L., & Kessler, R. C. (2001). Child sexual abuse and subsequent psychopathology: results from the National Comorbidity Survey. *American Journal of Public Health*, 91(5), 753-60. Retirado de <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11344883>
- Morais, N. A., Koller, S. H., & Raffaelli, M. (2012). Rede de apoio, eventos estressores e mau ajustamento na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. *Universitas Psychologica*, 11(3), 779-791. Retirado de <http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/revPsycho/article/view/779>
- Moura, A. S. (2007). *A criança na perspectiva do abusador sexual*. (Dissertação de mestrado). Retirado de <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp045070.pdf>

- Moura, A. S., & Koller, S. H. (2008). A criança na visão de homens acusados de abuso sexual: um estudo sobre distorções cognitivas. *Psico-USF*, 13(1), 85-94. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/pusf/v13n1/v13n1a11.pdf>
- Murnen, S. K., & Kohlman, M. H. (2007). Athletic participation, fraternity membership, and sexual aggression among college men: a meta-analytic review. *Sex Roles*, 57(1), 145-157. doi: 10.1007/s11199-007-9225-1
- Nunes, K. L., & Jung, S. (2012). Are cognitive distortions associated with denial and Minimization among sex offenders? *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 25 (2), 166-188. doi: 10.1177/1079063212453941
- Nunes, M. C. A., Andrade, A. G. de S., & Morais, N. A. de (2013). Adolescentes em conflito com a lei e família: um estudo de revisão sistemática da literatura. *Contextos Clínicos*, 6(2), 144-156. Retirado de <http://revistas.unisinos.br/index.php/contextosclinicos/article/view/ctc.2013.62.07>
- Paiva, F. S., & Ronzani, T. M. (2009). Estilos parentais e consumo de drogas entre adolescentes: revisão sistemática. *Psicologia em Estudo*, 14(1), 177-183. doi: 10.1590/S1413-73722009000100021.
- Powell, K. E., Mercy, J. A, Crosby, A. E., Dahlberg, L. L., & Simon, T. R. (1999). Public health models of violence and violence prevention. In L. R. Kurtz (Eds.). *Encyclopedia of Violence, Peace, and Conflict*. (pp.175-87). San Diego, CA: Academic Press.
- Ramirez, J. R., Crano, W. D., Quist, R., Burgoon, M., Alvaro, E. M., & Grandpre, J. (2004). Acculturation, Familism, Parental Monitoring, and Knowledge as Predictors of Marijuana and Inhalant Use in Adolescents. *Psychology of Addictive Behaviors*, 18(1), 3-11. doi: 10.1037/0893-164X.18.1.3

- Reis, D. C., Monteiro, E. F., Pontes, F. A. R., Silva, S. S. C. (2012). Brincadeiras em uma comunidade ribeirinha amazônica. *Psicologia: teoria e prática*, 14(3), 48-6. Retirado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v14n3/v14n3a04.pdf>
- Reppold, C. T., Pacheco, J., Bardagi, M., & Hutz, C. S. (2002). Prevenção de problemas de comportamento e desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In S.C. Hutz (Org.), *Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégia de intervenção* (pp. 7-52). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo
- Sampson, R. J., & Laub, J. H. (1992). Crime and Deviance in the Life Course. *Annual Review of Sociology*, 18, 63-84. Retirado de http://scholar.harvard.edu/files/sampson/files/1992_ars_laub.pdf
- Santo, C. S. O. E., & Araújo, M. A. N. (2016). Vínculo afetivo materno: processo fundamental à saúde mental. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 5(1), 65-73. doi: 2317-3394rps.v5i1.831
- Santos, F., & Veiga, F. H. (2007). A gravidade da violência e da indisciplina escolar dos alunos percebida por pais e encarregados de educação. In A. Barca, M. Peralbo, A. Porto, B. Duarte da Silva & L. Almeida (Eds.), *Livro de Actas do IX Congreso Internacional Galego-Portugués de Psicopedagogía* (pp. 75-83). A. Coruña: Galego Portuguesa de Psicologia e Educación.
- Seto, M. C., & Lalumière, M. L. (2010). What is so special about male adolescent sexual offending? A review and test of explanations through meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 136(4), 526-575. doi: 10.1037/a0019700.
- Silva, D. F. M., & Hutz, C. (2002). Abuso infantil e comportamento delinquente na adolescência: prevenção e intervenção. In C. Hutz. (Eds.), *Situações de risco e*

- vulnerabilidade na infância e adolescência* (pp. 55-68). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Simons-Morton, B., Chen, R., Abroms, L., & Haynie, D. L. (2004). Latent growth curve analyses of peer and parent influences on smoking progression among early adolescents. *Health Psychology*, 23(6), 612-621. doi: 10.1037/0278-6133.23.6.612
- Souza, M. N. A., Bezerra, A. L. D., Santos, B. M. O., Zaia, J. E., Bertoncello, D., & Quemelo, P. R. V. (2015). Fatores ergonômicos, psicossociais e riscos no trabalho na mineração informal. *Revista Produção Online*, 15(3), 1099-1120. doi: 10.14488/1676-1901.v15i3.2018
- Spindola, T., & Santos, R. S. (2003). Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). *Revista da Escola de Enfermagem-US*, 37(2), 119-126. doi: 10.1590/S0080-62342003000200014
- Stewart, A., Livingston, M., & Dennison, S. (2008). Transitions and turning points: Examining the link between child maltreatment and juvenile offending. *Child Abuse and Neglect*, 32(1), 51-66. doi: 10.1016/j.chiabu.2007.04.011
- Testa, M., Quigley, B.M., & Leonard, K.E. (2003). Does alcohol make a difference? Within-participants comparison of incidents of partner violence. *Journal Interpersonal Violence*, 18(7), 735-43. doi: 10.1177/0886260503253232
- Tharp, A. T., DeGue, S., Valle, L. A., Brookmeyer, K. A., Massetti, G. M., & Matjasko, J. L. (2012). A systematic qualitative review of risk and protective factors for sexual violence perpetration. *Trauma, Violence & Abuse*, 14(2), 133-167. doi: 10.1177/1524838012470031
- Thornton, D. (2013). Implications of our developing understanding of risk and protective factors in the treatment of adult male sexual offenders. *International journal of behavioral consultation and therapy*, 8(1), 3-4. doi:10.1037/h0100985

- Van Brunschot, E. G. & Brannigan, A. (2002). Childhood maltreatment and subsequent conduct disorders. The case of female street prostitution. *International Journal of Law and Psychiatry*, 25(3), 219-234. Retirado de <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12148150>
- Ward, T., & Hudson, S. M. (1998a). A model of the relapse process in sexual offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, 13(6), 700–725. doi:10.1177/088626098013006003.
- Whitaker, D. J., Le, B. R., Hanson, K., Baker, C. K., McMahon, P. M., Kleine, G. R., & Rice, A. D. D. (2008). Risk factors for the perpetration of child sexual abuse: A review and meta-analysis. *Child Abuse & Neglect*, 32(5), 529-548. doi:10.1016/j.chiabu.2007.08.005
- Wijk, A. V., R., Loeber, R., Pardini, D., Bullens, R., & Doreleijers, T. (2005). Violent juvenile sex offenders compared with violent juvenile nonsex offenders: explorative findings from the Pittsburgh youth study. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 17(3), 333-352. doi:10.1007/511194-005-5062-3
- Wright, K. A., Turanovic, J. J., O’Neal, E. N., Morse, S. J., & Booth, E. T. (2016). The cycle of violence revisited childhood victimization, resilience, and future violence. *Journal of Interpersonal Violence*, 25, 1-26. doi: 20160886260516651090
- Yin. R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman
- Zakireh, B., Ronis, S. T., & Knight, R. A. (2008). Individual beliefs, attitudes, and victimization histories of male juvenile sexual offenders. *Sex Abuse*, 20(3), 323-351. doi: 10.1177/1079063208322424

Considerações Finais da Tese

A violência sexual é um fenômeno complexo, polissêmico, controverso e multifatorial, perpetrada por indivíduos contra outros indivíduos, que assume diferentes contornos em razão das relações pessoais, sociais, políticas ou culturais que a constituem. A complexidade dos diversos fatores, circunstâncias, relações, papéis, contextos, encontrados no fenômeno da violência sexual, buscou-se revelar neste trabalho ao se estudar as características dos AASCAs e suas trajetórias de vida.

Diante do desafio proposto e da evidente complexidade da pesquisa, vários foram os objetivos traçados para se responder à questão central da pesquisa: investigar as características biopsicossociais dos AASCAs permitindo entender melhor as condições ecológicas em que foram geradas desde a infância até a vida adulta, identificando os fatores de risco e proteção na trajetória de vida. Portanto, os resultados obtidos com os seis estudos que integram esta pesquisa apontam para uma mesma direção e procuram responder ao objetivo proposto pela tese. Desta forma, entende-se que os argumentos teóricos e as evidências empíricas que configuram a bioecologia do desenvolvimento para esses AASCAs, nesta pesquisa, respondem ao propósito maior da investigação no período de 2012-2016.

Os resultados gerados a partir da investigação sistemática e relacionada das características biopsicossociais e dos fatores de desenvolvimento presentes nas trajetórias de vida desses AASCAs permitiram apontar uma série de proposições e recomendações, trazendo importantes contribuições em termos teórico, social e acadêmico. Apesar disso, foram apontadas limitações da pesquisa que podem servir como estímulo à realização de outros estudos capazes de contorná-las, como por exemplo, o acesso difícil e limitado aos AASCAs com a intenção de entrevistá-los. A pesquisa também sugeriu a adoção de novas perspectivas para este tipo de investigação, com o objetivo de direcionar temas e problemas a serem considerados por estudos futuros.

Considera-se, portanto, que esta pesquisa efetivamente atendeu aos objetivos propostos e que traz reflexões no sentido de elucidar a problemática e a forma como ela se apresenta na atualidade, tendo contribuições vindas dos seis estudos apresentados nesta tese. Para tanto, os resultados referentes ao estado da arte na literatura científica atual dão conta que as publicações sobre a agressão sexual que envolve crianças e adolescentes ainda dão ênfase aos estudos sobre as vítimas, concentrando-se em publicações científicas internacionais, escritos sobretudo na língua inglesa. Além deste aspecto, verificou-se que os artigos publicados sobre AASCAs estão concentrados em revistas especializadas e que apresentam comumente como participantes das pesquisas uma população que cumpre pena em sistema penitenciário ou que faz parte de um programa de atendimento e/ou tratamento clínico para encarcerados. Ademais, constatou-se que as pesquisas tiveram como participantes principalmente indivíduos do sexo masculino e com ampla faixa de idade, entre 25 e 63 anos.

Quanto aos dados sobre o método das pesquisas, foram identificados estudos, quase sempre, voltados para métodos quantitativos, de natureza descritiva e empírica. Quanto aos objetivos dos estudos analisados, a ênfase recaiu na produção científica que avaliou os aspectos comportamentais, afetivo-emocionais, fisiológicos e cognitivos, ficando estes últimos secundarizados na maior parte das investigações. Ou seja, pode-se concluir que os estudos que avaliam os aspectos cognitivos ainda estão em minoria, em comparação com as demais categorias encontradas nas pesquisas com AASCAs.

Por outro lado, o estado da arte demonstrou que há uma produção científica em ascensão, sobretudo, a partir do século XXI, com as publicações concentrando-se na América do Norte, especialmente nos EUA. Os dados sobre as avaliações cognitivas apontaram que os estudos sobre essa temática ocuparam-se em avaliar especificamente a empatia, a inteligência e a distorção cognitiva (DC), sendo este último o mais frequente entre os três. Os instrumentos de avaliação de distorção cognitiva de AASCAs apresentam-se ainda como uma

ferramenta de medição muito recente nas pesquisas para essa população, o que faz com que haja a necessidade de mais estudos científicos para avaliar suas acurácias, principalmente, para a realidade brasileira.

Na análise mais sistemática e crítica dos resultados encontrados na publicação científica, identificou-se que a DC foi utilizada de diversas formas para avaliar os AASCAs: pesquisas que realizaram associação entre a DC e outras variáveis, como o estilo de apego e a empatia; outras que aferiram a DC como preditora do comportamento agressivo; ou ainda aquelas que avaliaram a comparação entre grupos atípicos com grupos controles, identificando a presença ou não de DC; e ainda aquelas que utilizavam a DC como uma variável para minimizar a reincidência do ato em programas de tratamento para AASCAs.

De todo modo, tais descobertas apenas confirmaram que as pesquisas que procuraram estudar os AASCAs, quando comparada com as publicações referentes às vítimas, são ainda incipientes. Contudo, entende-se que a agressão sexual de criança e de adolescente só pode ser compreendida quando se buscar apreender este fenômeno de maneira global, e para tanto é necessário que os protagonistas envolvidos nesta questão de saúde sejam estudados e compreendidos em suas características pessoais e contextuais, de maneira que as pesquisas ajudem a pensar formas de prevenção para a minimização da agressão sexual.

Para além do estado da arte das pesquisas no tema, os resultados localizados nos autos dos processos jurídicos sinalizaram a presença de características bastante heterogêneas na avaliação das características biológica, psicológicas, sociais dos AASCAs. A avaliação destas características ajudou a perceber que dependendo das categorias utilizadas para a análise, por exemplo, autores de criança (AC) e autores de adolescente (AA), há presença de determinadas características, com menor ou maior frequência, o que demarca a heterogeneidade desta população. Talvez discutir a heterogeneidade seja mais fácil se considerar a comparação

entre os AASCA com os pedófilos, pois neste caso as diferenças talvez sejam mais perceptíveis.

Além da avaliação exploratória das características encontradas, os agrupamentos, realizados por meio da análise de *Cluster*, também sinalizam a heterogeneidade das características dos AASCAs. No entanto, demarca-se que mesmo considerando a heterogeneidade desta população, mais estudos são necessários para a compreensão destes indivíduos, especialmente no Brasil, onde há poucas pesquisas considerando esta população.

Todavia, um tema específico que chamou atenção no curso das investigações realizadas, foi a literatura sobre distorção cognitiva, uma área ainda recente e que necessita ser mais bem compreendida, quando se refere aos indivíduos perpetradores da agressão sexual de criança e de adolescente. Na pesquisa sobre as características dos AASCAs, a distorção cognitiva proporcionou a discussão sobre as crenças que esses indivíduos constroem em sua trajetória de vida, e que, de uma forma ou de outra, estão relacionadas a como ele se percebe, vê o outro e o mundo a sua volta.

Diante disto, a distorção cognitiva permitiu estudar aspectos até aqui pouco estudados acerca da bioecologia do desenvolvimento dos AASCAs, considerando-as como um elemento do modelo PPCT, o núcleo que representa a pessoa. No MBDH, a Pessoa é entendida aqui pelas características biológicas e psicológicas, construídas no processo de desenvolvimento humano, que se apresenta ao mesmo tempo como produto e produtora do processo desenvolvimental. Portanto, as distorções cognitivas ajudaram a entender as características da pessoa, identificando a força, o recurso e a demanda nos conteúdos das entrevistas dos AASCAs.

Na busca dos dados sobre a trajetória de vida dos AASCAs, os resultados sinalizam uma presença constante de fatores de risco atuantes desde a infância, passando pela adolescência e até a vida adulta. Estudar a trajetória de vida destes indivíduos ajudou a

entender que, mesmo sujeitos a fatores de proteção, as condições adversas, vivenciadas por um período prolongado, podem ter contribuído sobremaneira para alguma disfuncionalidade em termos comportamentais, como exemplo, a perpetração de formas diferenciadas de agressão sexual contra crianças e adolescentes.

Esta pesquisa, cujos resultados foram organizados e discutidos neste trabalho, trouxe ainda como principais contribuições os aspectos teóricos, sociais e acadêmicos. Quanto ao aspecto teórico do MBDH é possível afirmar que a estrutura conceitual da perspectiva bioecológica contribuiu para a compreensão da trajetória de vida dos AASCAs, destacando-se as dimensões pessoal, situacional e cultural associadas aos componentes, processo, pessoa, contexto e tempo, núcleos que integram o MBDH, sendo este trabalho, mais um estudo que vem somar na operacionalização do MBDH.

Além disso, foram verificadas, também, contribuições do campo teórico-prático no estudo das características e da trajetória de vida dos AASCAs e do MBDH, principalmente no que tocante ao conceito de distorção cognitiva e seu uso para um provável programa de intervenção aos AASCAs. Por isso, recomenda-se que programas de intervenções como os que ocorrem no EUA e na Inglaterra, possam ser pensados como uma estratégia capaz de avaliar as distorções cognitivas como um fator necessário para prevenção da reincidência, minimizando as chances do indivíduo a voltar a cometer o ato sexual.

O campo teórico-prático envolvendo a trajetória de vida dos AASCA enfoca o estudo das relações interpessoais, por meio dos fatores de risco e proteção, já que o MBDH enfatiza sua influência sobre o desenvolvimento. Portanto, é possível notar, em ambas, uma preocupação em entender as mudanças e continuidades nas características biopsicológicas da pessoa como algo que reflete as condições sociais, culturais e históricas em que ela vive ou viveu. Essas aproximações abrem novas perspectivas de estudo no sentido de agregar, ao campo da agressão sexual, mais uma alternativa teórico-metodológica, que, por sua vez pode

favorecer experimentos transformadores que façam a conexão entre ciência e políticas públicas.

Nessa direção, recomenda-se que os programas de intervenção devam considerar os dois níveis da saúde: no primário, atuando a partir da prevenção, e no secundário, funcionando como procedimento de intervenção, bem como para pensar o tratamento a casos crônicos e agudos de doenças, como método mais invasivo, prevendo em alguns casos a castração química. Além da saúde, o atendimento especializado a esta população também é recomendado pela pesquisa a partir dos serviços do SUAS, considerando os níveis de complexidade na área da Assistência Social, desde o nível básico até os serviços de média complexidade, assistidos pelos profissionais do CREAS.

Pelo exposto, sinalizam-se aqui as vantagens que se pode destacar sobre o conhecimento das características e da trajetória de vida dos AASCAs, aliado a teoria e a prática: a primeira está relacionada à distinção em termos de características biopsicossociais daqueles indivíduos que praticaram outros tipos de crime ou que cometeram agressão sexual com pessoas adultas. Esta vantagem está relacionada à aplicabilidade no campo das políticas públicas, que em função das demandas geradas pelas características observadas em dada população, provocam novas ações que tenham como objetivo a prevenção e a garantia de atendimento especializado.

Assim, a proposta de intervenção para AASCA pode ser formatada de maneira mais adequada, eficiente e específica referente às suas características e demandas biopsicossociais (White, 2015). Pois, quanto mais refinado for o conhecimento sobre as características e a trajetória de desenvolvimento dos AASCA, maior a chance de se propor ações com elevado grau de eficácia. Ações estas que incluam técnicas e métodos de intervenção psicossocial, minimização do desperdício de recursos e tempo, minimização da chance de reincidência e promoção do retorno à convivência em sociedade destes indivíduos.

Sabe-se hoje que o desenvolvimento e a aplicação de programas de intervenção devem ser adequados às características e capacidades desses AASCA, pois isso pode aumentar a eficácia das ações de intervenção (Ware, Marshall & Marshall, 2015). Além disso, este tipo de informação contribui, por exemplo, para a estimativa do nível da reincidência do crime nessa população (Lobanov-Rostovsky, 2015), sendo este um recurso bastante utilizado para nortear ações de prevenção num nível secundário e terciário nos modelos adotados em diversas áreas do conhecimento. Ainda no âmbito desta discussão, ressalta-se que a identificação das características mais proeminentes entre AASCA pode ser útil no que se refere à investigação criminal. Este procedimento permite identificar os atributos predominantes entre eles, bem como proceder à avaliação do comportamento sexual futuro desses indivíduos (Ware, Marshall & Marshall, 2015).

Além destes aspectos, por meio do conhecimento de características desta população consegue-se, entende-se ser possível estabelecer um plano para atender esses indivíduos dentro das instituições judiciais ou unidades do sistema penitenciário, promovendo seu acolhimento e/ou distribuição em termos de espaço físico, já que, na maioria das vezes, sofrem discriminação durante a sua permanência no cárcere. Com isso, espera-se poder facilitar o seu o processo de adaptação ao meio prisional e, neste sentido, melhorar as condições em que a intervenção psicossocial será realizada e a eficácia das ações previstas. Admite-se que os AASCAs podem ser diferenciados quanto ao risco de violência ou de reincidência, e essa informação pode orientar a elaboração de estratégias de intervenção mais adequada às suas necessidades na medida em que são reconhecidas as suas feições particulares em um contingente amplo de indivíduos (Burgess et al., 2007).

Portanto, a caracterização biopsicossocial desses indivíduos e a identificação de suas motivações para o comportamento agressivo sexual podem adequar com mais precisão a forma de intervenção planejada às demandas apresentadas por essa população, podendo as

ações psicossociais serem mais efetivas e eficazes do que hoje, contribuindo para a diminuição das chances de reincidência no crime futuramente.

A conexão entre a contribuição teórica e prática ainda pode ocorrer a partir do momento que se entende e percebe a necessidade da relação entre a psicologia do desenvolvimento como área da ciência e o alunado vindo de diversos ramos do conhecimento, tais como, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, Direito, entre outros. Tal associação coloca à academia a necessidade de pensar a aplicação do conhecimento que se acumulou sobre o tema em cada uma dessas áreas e nas suas interfaces, assim como sobre as estratégias possíveis para enfrentá-lo de forma ampla e integrada. Isso pode representar a abertura de novos rumos e a colocação de outros desafios para os cursos acadêmicos nas universidades, estimulando-os a se posicionarem diante das demandas sociais vigentes, como na aqui tratada, a agressão sexual de criança e adolescente, hoje tão em voga, inclusive na forma de estupros coletivos como os acontecidos recentemente e noticiados pela mídia brasileira. Esta pesquisa traz, portanto, como contribuição acadêmica, o despertar para a necessidade de debater sobre quem é o AASCA e como os futuros profissionais que estão sendo formado pelas universidades podem ajudar a entender ou ainda a promover um debate consistente para a minimização da agressão sexual de criança e adolescente.

Além da promoção da discussão aqui focalizada, esta pesquisa procurou despertar para a necessidade de readequação dos Projetos Pedagógica dos Cursos (PPCs), que devem promover a discussão de uma diversidade de temas tão importantes e atuais. Mesmo que tais conteúdos já sejam contemplados nos PPCs, verifica-se que muitas vezes eles se fazem presentes como temas transversais ou disciplinas eletivas que acabam, na maioria dos casos, não efetivadas ou cumpridas ou ministradas.

Uma ressalva necessária a se fazer diz respeito às pesquisas realizadas, sobretudo, no meio acadêmico, quando o tema sobre agressão sexual de criança e de adolescente até começa

a se fazer presente, contudo, a ênfase continua na vítima e pouca atenção se confere aos estudos sobre AASCAs.

É nesse sentido que a pesquisa aponta para práticas promotoras e transformadoras dos aspectos culturais, destacando-se a relevância teórica e prática que este tipo de esforço de aproximação possa ter para o estudo do AASCA e o MBDH, em particular, e para a Psicologia do Desenvolvimento. Espera-se, com isso, que este estudo contribua, de algum modo, para instigar novas pesquisas e formulações conceituais nessa importante interface de produção e aplicação de conhecimentos psicológicos. Como exemplo, pesquisas que considerem o AASCA a partir dos quatro núcleos do MBDH, buscando realizar mais estudos e pensar em pesquisas que possam ajudar a entender a trajetória de vida, os fatores de risco e proteção envolvidos no desenvolvimento humano, com o intuito de prevenir potenciais AASCAs.

Apesar da relevância teórica, prática e social, a pesquisa, apresentou limitações no que tange a execução da pesquisa. Tal aspecto diz respeito ao que estava proposto no projeto original da tese e o que necessitou ser mudado para agilizar a viabilização da pesquisa e a readequação da análise proposta.

O projeto original da tese propôs o estudo dos dados jurídicos e das entrevistas sendo realizados em três municípios paraenses: Abaetetuba, Belém e Altamira. Este último município foi excluído e substituído por Parauapebas. As razões pelas quais foram realizadas tais mudança apontam para as condições da organização da pesquisa e pela viabilidade em tempo hábil para a execução da tese. No entanto, faz-se aqui uma ressalva sobre a inserção do município, sinalizando que, assim como o município de Altamira, Parauapebas apresenta semelhanças em termos de mazelas sociais advindas da implantação de grandes projetos em seu território como: crescimento urbano acelerado, condições de infraestrutura deficitárias,

em função da grande demanda populacional em deslocamento para os territórios dos grandes projetos e ausência do Estado em termos do Sistema de Garantia de Direito efetivo.

Ademais, no momento da defesa do projeto, previu-se o envolvimento de 12 participantes, sendo quatro de cada município, no entanto, em função das dificuldades encontradas para a efetivação deste procedimento de coleta de dados, entrevistou-se cinco deles. Os motivos para tal mudança dizem respeito às dificuldades colocadas ao acesso dos participantes, além da demora na autorização das autoridades competentes para que a pesquisa pudesse ser realizada com o máximo de segurança possível, o que exigiu um tempo maior do que o previsto. Outrossim, deve-se mencionar que as entrevistas por si só representaram um procedimento de pesquisa exigente em termos do tempo dedicado à entrevista em si e a transcrição e análise do seu conteúdo.

De todo modo, as dificuldades enfrentadas para a conclusão da pesquisa sem prejuízo dos objetivos previamente estabelecidos, estavam diretamente ligadas às dificuldades encontradas para a realização desse tipo de pesquisa no Brasil. Quatro dificuldades podem ser sinalizadas nestas considerações finais, por se entender a necessidade de descrevê-las até mesmo para que futuras pesquisas consigam entender o caminho percorrido e ajude a quem se proponha a estudar os AASCA: o acesso ao judiciário, a organização dos autos processuais, as informações por vezes incongruentes, assim como a inserção no sistema de carceragem.

Como toda ação penal perpetrada contra criança e adolescente toma a forma de processos que tramitam em segredo de justiça, o acesso aos documentos jurídicos foi bastante penoso e cansativo, em termos de solicitação e autorização para a realização da pesquisa. Após quase três meses de negociação, entre solicitações por escrito e despachos das autoridades competentes, a equipe conseguiu finalmente consultar os processos, mas este procedimento foi condicionado à presença de um membro da equipe técnica do Tribunal, que acompanhava a extração dos dados e registro das informações apuradas.

Após a etapa de autorização, outra dificuldade encontrada, foi quanto à triagem dos processos jurídicos, já que na maioria das comarcas os autos judiciais que já haviam sido transitados e julgados encontravam-se em arquivo morto, e, portanto, sem uma ordem definida de forma clara, isto é, encontrava-se arquivados com outros milhares de processos de crimes comuns, o que inviabilizava a pesquisa. A estratégia adotava foi ter acesso aos autos jurídicos do ano de 2012 a 2014 que ainda estivessem em julgamento ou cuja a investigação ainda estivesse em curso, o que facilitou sobremaneira o acesso a eles.

No entanto, após a mudança de estratégia, era necessário conhecer o total dos processos jurídicos tramitando para a realização da pesquisa. Porém, este dado não estava disponível nas comarcas, sendo possível acessá-los somente pelo sistema LIBRAS. Entretanto, este sistema também tornava difícil a tarefa de identificar os dados buscados, pois identificavam os crimes por categorias: estupro e estupro de vulnerável. Desta forma, identificou-se dentro da categoria estupro, adolescente e mulher adulta na condição de vítimas, o que mais uma vez dificultou a análise de maneira direta dos processos jurídicos. Foi necessário então pensar em outra maneira de selecionar os processos que continham exclusivamente crimes cometidos contra adolescente e excluir a agressão sexual cometida contra mulheres adultas. Para tanto, a solução encontrada foi pesquisar processo por processo para identificar qual destes referia-se aos casos que envolviam agressão sexual contra adolescente.

Após a realização da triagem dos processos jurídicos, verificou-se que nem todos os processos estavam disponíveis para consulta direta, já que alguns ainda estavam em julgamento. Além deste aspecto, de maneira geral, as secretarias dos Fóruns envolvidos na pesquisa, por terem um volume muito grande trabalho, muitas vezes não conseguiam separar os processos em tempo hábil, o que contribuiu para retardar e dificultar a coleta desses dados. A equipe acabava tendo que retornar ao município para dar continuidade à coleta somente na

semana seguinte, às sextas-feiras, conforme acordado com as comarcas. Este trabalho foi longo e demorado, mas permitiu a coleta de dados confiáveis e que atendessem aos objetivos da pesquisa.

Quanto ao acesso ao sistema de carceragem, devido à relação sólida e de confiança realizada com o Diretor do Fórum e Juiz da cidade de Parauapebas, houve o acesso facilitado ao sistema de carceragem. No entanto, mesmo com o acesso facilitado, o processo de autorização pela SUSIPE foi demorado. Após o contato inicial com a direção da carceragem de Parauapebas e com autorização da SUSIPE, a pesquisa foi expressamente autorizada por meio de ofício expedido e teve início a inserção da pesquisadora no ambiente onde as entrevistas com os participantes seriam realizadas.

Duas dificuldades iniciais se fizeram presentes, as rebeliões constantes na carceragem de Parauapebas e as características do ambiente destinado à realização das entrevistas: a primeira diz respeito às rebeliões que naquele momento aconteciam com relativa frequência, sendo que por duas vezes não foi permitida a realização das entrevistas, pois havia tido fuga ou tentativa na noite anterior. Faz-se uma ressalva aqui para sinalizar que a entrada no sistema de carceragem foi sempre rigorosa e tratada com todo cuidado e segurança que o espaço requer. O único objeto permitido à entrada era o gravador e o documento de identidade da pesquisadora.

Outra dificuldade foi o espaço físico para realização das entrevistas, aqui é necessário esclarecer, que por ser uma carceragem e não um presídio, sua estrutura física é pequena e comporta poucos sentenciados. Diante disso, é fácil entender por que não havia espaço adequado para a realização das entrevistas. No entanto, gentilmente, o Diretor da carceragem cedeu a única sala reservada, com qualidade para a realização da entrevista, a sala da direção da instituição. Após a superação destas dificuldades, as entrevistas ocorreram dentro da normalidade esperada.

De todo modo, as dificuldades encontradas no curso desta pesquisa não inviabilizaram a proposta contida originalmente no projeto nem muito menos a elaboração da tese. Ao contrário, serviram para que os membros do EASCA/LED pudessem repensar as estratégias de coleta e antever as dificuldades encontradas no caminho, servindo de parâmetros para pesquisas futuras.

De maneira geral, esta pesquisa, sugere que novos estudos sejam conduzidos no Brasil, para contribuir com a literatura internacional, apontando semelhanças e diferenças nas características e fatores de risco e proteção encontrados nesta pesquisa. Tais contribuições podem ajudar a repensar as pesquisas futuras, sobretudo no Brasil, no que diz respeito à necessária atenção com as características da população estudada, os instrumentos e técnicas de avaliação desta população e a necessidade de se ter investigações com caráter mais interventivas.

Contudo, para além, desta pesquisa, sinaliza-se a necessidade de pensar novos caminhos para os estudos com os AASCA, na perspectiva de promover novas investigações relacionadas às características da população, tais como, mulheres autoras de agressão sexual, mulheres envolvidas no tráfico para fins de exploração sexual de criança e adolescentes, homens com transtorno pedofílicos, homem com desvio sexual, homens envolvidos nos tráfico de criança e adolescente, AASCAs homossexuais e indivíduos envolvidos em estupro coletivo. Para a perspectiva dos estudos voltados à proposição instrumentos e técnicas específicos para esta população, sinaliza-se para a necessidade de validação de instrumentos que avaliam: risco de reincidência, distorção cognitiva e empatia ou ainda trabalhos que considerem a avaliação falométrica.

Em termos de recomendações para a área de intervenção, a pesquisa sinaliza para ações que promovam uma prática restaurativa efetiva dos AASCAs, na perspectiva de ações permanentes e contínuas como atendimento psicossocial e tratamentos com base na terapia

cognitiva comportamental, que tem trazido grande contribuição em termos internacionais, no que concerne na avaliação e reintegração desta população.

A intervenção deve ter em mente que além da necessidade do atendimento individualizado, trabalhos em grupos têm trazido também grandes contribuições e eficácias sobre a minimização da reincidência do ato sexual. Assim como ocorre em vários pais do mundo, os AASCA são atendidos em programas de tratamento especializados e avaliados por uma equipe interdisciplinar de profissionais, que envolve uma série de avaliações, ajudando o processo de minimização de reincidência ou ainda conduzindo-os para a castração química.

De todo modo, espera-se que esta tese tenha trazido contribuições significativas, tanto teórica quanto metodológica, e estimulado, a despeito de tantas dificuldades, a necessidade de mais pesquisas sobre o AASCA, considerando as diversas facetas que envolvem sua trajetória de vida e a situação em questão. Sendo assim, procurar entender o AASCA a partir do MBDH ratificou uma das proposições elaboradas por Bronfenbrenner: entender o ser humano como um indivíduo que sempre pode ser mais humano, desde que as condições necessárias a isso lhe sejam asseguradas e até priorizadas.

Referências da Tese

- Barbosa, T. M., Macedo, R. M. S., Melo, C. M. S., & Piola, M. A. G.(2010). Violência sexual contra crianças e adolescentes e os perpetradores. *Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP*, 6(6), 43-56. Pesquisado em <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/levs/article/viewFile/1126/1014>
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artmed.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Porto Alegre: Artmed.

- Cabral, A. C., Reis, D. C., & Garcia, M. L. (2010). *Protocolo de atenção integral à crianças e adolescentes vítimas de violência*. Belém, PA: Unama.
- Chauí, M. (1999). Uma ideologia perversa. Folha de São Paulo, acessado em Abril de 2011. Pesquisado em http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/de_1_4.htm.
- Costa, H. O. G., Cordeiro, T. R. F., Kalil, M. E. X., & Brandão, A. E. (2007). Violência em Salvador e as formas de violência de enfrentamento. *Revista Vera Cidade*, 2(2), 2-15. Pesquisado em <http://www.veracidade.salvador.ba.gov.br/v2/index.php?option>.
- Costa, M. C. O., Carvalho, R. C., Bárbara, J. F. R. S., Santos, C. A. S. T., Gomes, W. A., & Sousa, H. L. (2007). O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12 (5), 1129-1141. doi: org/10.1590/S1413-81232007000500010.
- Doin, C. (2005). *O ego busca seu trauma: Paradoxos da traumatofilia*. Texto apresentado na Conferência no 44º Congresso Internacional de Psicanálise da IPA, Rio de Janeiro.
- Dossi, A. P., Saliba, O., Garbin, C. A. S., & Garbin, A. J. I. (2008). Perfil epidemiológico da violência física intrafamiliar: agressões denunciadas em um município do estado de São Paulo, Brasil, entre 2001 e 2005. *Caderno de. Saúde Pública*, 24(8), 1939-1952. doi: org/10.1590/S0102-311X2008000800022.
- Echeburúa, E., & Corral, P. (2006). Secuelas emocionales en víctimas de abuso sexual en la infancia. *Cuadernos de Medicina Forense*, 43 (44), 75-82. doi:org/10.4321/S1135-76062006000100006.
- Esber, K. M. (2009). Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes. Goiânia: Cânone.
- Faleiros, V., & Faleiros, E. (2001). *Circuito e curto-circuitos*. São Paulo: Veras.

- Felipe, J. (2006). Afinal, quem é mesmo pedófilo? *Cadernos Pagu*, (6), 201-223.
doi:org/10.1590/S0104-83332006000100009.
- Franc, E. L., Vaughan, M. S., Hambleton, I., Fox, K., & Brown, D. (2008). Interpersonal violence in three Caribbean countries: Barbados, Jamaica, and Trinidad and Tobago. *Revista Panamá Salude Publica*, 24(6), 408-422. Pesquisado em <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19178780>.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Azevedo, G. A., & Machado, P. X. (2005). Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. *Teoria e Pesquisa*, 21(3), 341-348. doi: org/10.1590/S0102-37722005000300011
- Hall, G. C. N., & Hirschman, R. (1991). Toward a theory of sexual aggression: a Quadripartite Model. *Journal of Consulling and Clinical Psychology*, 59 (5), 662-669. Retirado de <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/1955601>.
- Hall, G. C. N., Shondrick, D. D., & Hirschman, R. (1993). Conceptually derived treatments for sexual aggressors. *Professional Psychology: Research and Practice*, 24(1), 62-69. Pesquisado em <http://psycnet.apa.org/index.cfm?fa=buy.optionToBuy&id=1993-17913-001>.
- Honhendorff, J. V., Bavaresco, P. D., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2012). Abuso sexual contra meninos. In L. F. Habigzang & S. H. Koller, (Org.), *Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática* (pp. 108-122). Porto Alegre: Artmed.
- Jong, L. C., Sadala, M. L. A., & Tanaka, A. C. A. (2008). Desistindo da denúncia ao agressor: relato de mulheres vítimas de violência doméstica. *Revista de Escola de Enfermagem-USP*, 42(4), 744-751. doi: org/10.1590/S0080-62342008000400018.
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization.

- Landini, T. S. (2003). Pedófilo, quem és? A pedofilia na mídia impressa. *Caderno de Saúde Pública*, 19(2), 273-282. doi:org/10.1590/S0102-311X2003000800009.
- Leal, M. L., & Leal, M. F. (2002). *Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil*. Brasília: CECRIA.
- Libório, M. C., & Castro, B. M. (2010). Abuso, exploração sexual e pedofilia: as intrincadas relações entre os conceitos e o enfrentamento da violência sexual contra criança e adolescente. In M. A. Ungaretti (Org.), *Crianças e Adolescente: Direitos, sexualidade e reprodução* (pp. 19-41). São Paulo, Brasil: ABMP.
- Marques, H. M. V. (2005). *A voz do abusador: aspectos psicológicos dos protagonistas de incesto*. (Dissertação de mestrado). Retirada de http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCB_5439951ed172fddd5234b09e452f2e0d_
- Marshall W. L., Hudson, S. M., Jones, R., & Fernandez, Y. M. (1995). Empathy in sex offenders. *Clinical Psychology Review*, 15(2), 99-113. Pesquisado em http://www.ingentaconnect.com/content/els/02727358/1995/00000015/00000002_
- Martins, C. B. G., & Jorge, M. H. P. M. (2010). Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. *Texto Contexto Enfermagem*, 19(2), 246-55. Retirado de http://producao.usp.br/handle/BDPI/12546_
- Mayr, E. (2012). *O desenvolvimento do pensamento biológico*. Brasília: Editora da UnB
- Morais, N. A., Santos, E. C., Moura, A. S., Vaz, M., & Koller, S. (2007). Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes: um estudo com caminhoneiros brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(3), 263-272. doi: org/10.1590/S0102-79722008000300013.
- Moura, A. S. (2007). *A criança na perspectiva do abusador sexual*. (Dissertação de mestrado). Pesquisado de http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&c_

- Muller, J. M. (2006). *Não violência na educação*. São Paulo: Pala Athena.
- Nunes, K. L., & Jung, S. (2012). Are cognitive distortions associated with denial and minimization among sex offenders? *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 25 (2), 166-188. doi: 10.1177/1079063212453941.
- Organização Mundial de Saúde. Relatório Mundial sobre violência e saúde. (2002). *Relatório da OMS*. Pesquisado em http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence.
- Padilha, C. M. P., & Santos, E. C. (2007). O caminhoneiro e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. In M. L. P. Leal, M. F. P., Leal., & R. M. C., Libório (Eds.), *Tráfico de Pessoas e violência sexual*. (pp.137-146), Brasília: Leal Produções & Publicações.
- Pereira, A. S., Lira, S. V. G., Xavier, E. P., & Vieira, L. J. E. S. (2007). Produção sobre acidentes e violência apresentada em encontros de iniciação científica. *Revista de Enfermagem-UERJ*, 15 (2), 218-22. Retirado de <http://www.facenf.uerj.br/v15n2/v15n2a10.pdf>.
- Ribeiro, M. A., Ferriani, M. G. C., & Reis, J. N. (2004). Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. *Caderno de Saúde Pública*, 20(2), 456-464. doi: org/10.1590/S0102-311X2004000200013.
- Rogers, P., Titterington, L., & Davie, M. (2009). Attributions of blame and credibility in a hypothetical child sexual abuse case: roles of victim disability, victim resistance and respondent gender. *International Journal of Disability, Development and Education*, 56 (3), 205-228. doi: 10.1080/10349120903102189.
- Serafim, A. P., Saff i, F., Rigonatti, S. P., Casoy, I., & Barros, D. M. (2009). Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 36(3), 105-111. doi: 10.1590/S0101-60832009000300004

Silva, I. S. (2013). *Distorções cognitivas em agressores sexuais: um estudo comparativo*.

(Dissertação de mestrado). Retirada de <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/7655>

Verhoeven, S. F. M. (2007). *The child love movement*: Um olhar crítico sobre o ativismo

pedófilo. Artigo não publicado

Vieira, S. M. A. (2010). *Ofensores sexuais: das crenças ao estilo de pensamento* (Tese de

Doutorado). Retirada de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/14246>

Apêndice A

PRIMEIRO ARTIGO PUBLICADO DA TESE

Agressor sexual de crianças e adolescentes: uma discussão sobre o gênero dos participantes na literatura

Sexual abuser of children and adolescents: a discussion on the gender of participants in the literature

Agresor sexual de niños y adolescentes: una discusión sobre el género de los participantes en la literatura

*Daniela Castro dos Reis**

*Arthur Aliverti Saltori de Barros***

*Líliã Iêda Chaves Cavalcante****

Resumo

As pesquisas sobre violência sexual têm deixado em aberto várias questões, sobretudo estudos voltados para a condição biopsicossocial do agressor. Este trabalho teve como objetivo mapear exploratória e sistematicamente a literatura sobre os agressores sexuais de crianças e adolescentes, discutindo questões de gênero. Realizou-se o levantamento pelo Periódico CAPES, utilizando descritores em português: agressor sexual, pedófilo, aliciador, abusador sexual, traficante sexual, perpetrador sexual, angariador sexual, sequestrador sexual, estupro e molestador sexual. Identificou-se 1.303 artigos, dos quais 1.071 foram descartados, 82 repetidos e 150 selecionados. Os critérios de inclusão (artigos científicos completos, independentes do ano, em todas as áreas e bases do periódico, nos idiomas português, inglês e espanhol) e de exclusão (literatura cinzenta, violência sexual em adultos, estudos em animais não humanos). Os dados mostraram que os estudos se concentraram nas vítimas, sobretudo no gênero feminino. Nos trabalhos com agressores, além da baixa publicação científica, a ênfase estava no gênero masculino.

Palavras-chave: Agressão. Violência sexual. Criança. Adolescente.

Texto recebido em setembro 2013 e aprovado para publicação em novembro de 2014.

* Doutoranda e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará (PPGTPC/UFPa), docente da Universidade Federal Rural da Amazônia, psicóloga. Endereço: Avenida Milton Ribeiro, Lote 36, Q. 78 - Bairro Parque dos Carajás, Parauapebas-PA, Brasil. CEP: 68515-000. E-mail: danireispara@yahoo.com.br.

** Graduando em Psicologia da Universidade Federal do Pará. Endereço: Avenida Milton Ribeiro, Lote 36, Q. 78 - Bairro Parque dos Carajás, Parauapebas-PA, Brasil. CEP: 68515-000. E-mail: arthur.aliverti@hotmail.com.

*** Docente do PPGTPC/UFPa e da Faculdade de Serviço Social (FASS/UFPa). Endereço: Avenida Cabanos, 1922, ap. 2300. Edifício Piazza Venezia - Batista Campos, Belém-PA, Brasil. CEP 66033-000. E-mail: lilicavalcante@gmail.com.

Apêndice B

**NÚCLEO DE MEDICINA
TROPICAL-NMT/
UNIVERSIDADE FEDERAL DO**



Continuação do Parecer: 650.210

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Agressor Sexual de Crianças e Adolescentes

Pesquisador: Daniela Castro dos Reis

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 18209313.1.0000.5172

Instituição Proponente: Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento

Patrocinador Principal: CONS NAC DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 650.210

Data da Relatoria: 30/04/2014

Apresentação do Projeto:

projeto objetiva compreender a violência sexual contra criança e adolescente na percepção do agressor sexual. Os dados serão coletados por meio de entrevista individuais, com homens e mulheres acima de 18 anos de idade que tenham processo transitado e julgado pelo crime de violência sexual contra criança e adolescente, que se encontrem, em liberdade ou cumprindo pena em regime de cárcere. A pesquisadora já possui autorização dos dirigentes das unidades, com garantia de espaço e proteção para coleta dos dados.

Objetivo da Pesquisa:

O trabalho pretende estudar o perfil biopsicossocial de agressores sexuais de crianças e adolescente e os fatores de risco e proteção presentes em sua trajetória de vida.

Objetivo Específico:

Identificar e analisar as características biopsicossociais dos agressores nos processos jurídicos que tramitam na Vara da Infância e Juventude na Comarca de Belém, na Promotoria da Infância e Juventude do Ministério Público do Pará, e Vara de Execução Penal de Belém/PA;

Compreender a violência sexual contra criança e adolescente na percepção do agressor sexual;

Verificar e analisar os fatores de risco e proteção presentes nos contextos ecológicos do desenvolvimento de agressores sexuais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O TCLE deverá ser modificado incluindo as seguintes informações: 1- convite formal para participar do estudo; 2- Enfatizar a justificativa para o estudo; 3- enfatizar a guarda das informações pelo pesquisador; 4- Por motivo de segurança da pesquisadora sugere-se colocar endereço institucional fazendo referência também ao comitê de ética para esclarecimentos caso necessário(endereço, telefone e e-mail; 5- Precisa ser informado o tempo de realização do estudo com início e fim; 6- Esta ausente informações sobre o processo de devolução dos dados para os participantes; 7-Redigir o termo em papel timbrado da instituição. Deverá ser anexado a declaração Judicial dos Órgãos competentes

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todas as recomendações foram acatadas pelo proponente.

Recomendações:

Considerando que as recomendações foram incluídas no documento apresentado, sou de parecer favorável a aprovação do estudo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

BELEM, 16 de Maio de 2014

Assinado por:
ANDERSON RAIOL RODRIGUES
(Coordenador)

Apêndice C

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Estamos realizando uma pesquisa intitulada Agressores sexuais de crianças e adolescentes: características biopsicossociais e trajetórias de desenvolvimento, orientada pela professora Dra. Lília Ieda Chaves Cavalcante (Profª. Dra. do Programa de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Docente da Faculdade de Serviço Social) e realizada por mim, Daniela Castro dos Reis, psicóloga, Mestre e Doutoranda, por meio do Laboratório e Ecologia de Desenvolvimento Humano (LED), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará (UFPA). A pesquisa tem como objetivo investigar dados sobre Agressores sexuais de crianças e adolescentes suas características biopsicossociais e trajetórias de desenvolvimento. Para tanto será necessário realizarmos dois estudos, o primeiro em fontes documentais, acessando os processos jurídicos, e o segundo a realização de entrevistas com os autores de agressão sexual que estejam cumprindo pena.

Para a realização do primeiro estudo, solicitaremos via ofício as informações sobre os processos jurídicos, por meio de uma ficha elaborada para este fim, à equipe técnica, de maneira que a pesquisadora não tenha acesso aos dados processuais diretamente, já que os processos correm em segredo de justiça. Este estudo tem o objetivo de identificar os aspectos biopsicossociais e os fatores de risco e proteção na trajetória de desenvolvimento do autor de agressão sexual. Para a concretização dos segundo estudo, será necessária a participação de três condenados pelos crimes de violência sexual contra criança e adolescente do sexo masculino de 18 anos em diante. Para tanto, solicitamos autorização para realizar este estudo, na Vara criminal de Abaetetuba e no sistema penitenciário do referido município. Também será encaminhado um Termo de Consentimento aos próprios participantes, para que estes apresentem concordância em relação a sua participação. A coleta de dados deverá envolver entrevistas individuais que levarão de 120 a 180 minutos cada uma, sendo previsto dois a três encontros com cada participantes. Os instrumentos serão aplicados individualmente para aqueles que apresentarem sua concordância em horário previamente marcado. Optamos por gravar as entrevistas, informando este procedimento aos participantes da pesquisa. Solicitamos também o acesso aos documentos relacionados a vida dos detentos dentro e fora da prisão. A equipe de pesquisa também solicita acesso aos autos dos processos relacionados ao delito pelo qual o detento está cumprindo pena no momento da coleta de dados.

Os participantes deste estudo serão claramente informados de que sua contribuição é voluntária e pode ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo para ele ou para sua relação com a instituição prisional. A qualquer momento, tanto os participantes quanto os responsáveis pela instituição poderão solicitar informações sobre os procedimentos ou outros assuntos relacionados a este estudo. Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos participantes bem como das instituições envolvidas, já que apenas a equipe de pesquisa terá acesso às informações obtidas na pesquisa. Todo o material desta pesquisa ficará armazenado no Programa de Pós-graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da UFPA e serão destruídos depois de um período de cinco anos. Informamos ainda que o estudo está de acordo com a resolução nº196 de 10/10/1996 do Conselho Nacional de Saúde, respeitando assim todos os aspectos éticos em pesquisa detalhados na resolução. Através deste trabalho, esperamos contribuir para o esclarecimento de algumas questões sobre o autor de agressão sexual de crianças e adolescentes em homens que cometeram esse ato. Desde já agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos a disposição para o esclarecimento através do telefone do Programa em Teoria e Pesquisa do Comportamento da UFPA, fone/fax (91)3201-7662, Coordenação (91) 3201-8542, Secretaria (91)3201-8476, e-mail: comporta@ufpa.br

Data___/___/___

Lília Iêda Chaves Cavalcante-Orientadora responsável

Daniela Castro dos Reis-Psicóloga responsável

Autorizo a realização da pesquisa e que a equipe de pesquisa possa ter acesso a todas as informações solicitadas acima

Responsável pela Autorização
Juiz do Tribunal da 3ª Vara criminal de Abaetetuba

Apêndice D

FORMULÁRIO PARA CARACTERIZAÇÃO BIOPSÍCISSOCIAL DO AUTOR E DA VÍTIMA DE AGRESSÃO SEXUAL

1 – IDENTIFICAÇÃO:

Nº do formulário _____ Nº do Processo _____ Data da abertura do processo: ____/____/____ Data da ocorrência da primeira agressão sexual: ____/____/____ ☐ SI	Data da coleta: ____/____/____ Cargo/graduação do Aplicador: _____ Cidade: _____
--	--

2. DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

AGRESSOR (A)				VÍTIMA (V)			
Data de nascimento ____/____/_____	Idade que cometeu o crime sexual _____		☐ SI	Data de nascimento ____/____/_____	Idade que sofreu a agressão sexual _____		
Sexo	☐ Feminino ☐ Masculino		☐ SI	Sexo	☐ Feminino ☐ Masculino		☐ SI
Cor/Etnia	☐ Amarela ☐ Branca ☐ Parda ☐ Preta		☐ SI	Cor/Etnia	☐ Amarela ☐ Branca ☐ Parda ☐ Preta		☐ SI
Religião	☐ Católica ☐ Espírita ☐ Evangélica ☐ Candomblé ☐ Sem Religião ☐ Outras: Quais		☐ SI	Religião	☐ Católica ☐ Espírita ☐ Evangélica ☐ Candomblé ☐ Sem Religião ☐ Outras: Quais		☐ SI
Situa. Conjugal	☐ Casado ☐ Separado ☐ União ☐ Divorciado ☐ Solteiro Estável ☐ Viúvo		☐ SI	Faixa etária	☐ Adolescente ☐ Criança		☐ SI
Possui filhos	☐ Sim Quantos? ☐ Não		☐ SI	Mora com	☐ Mãe ☐ Pai ☐ Irmãos ☐ Avô ☐ Avó ☐ Outros		☐ SI
Bairro onde mora			☐ SI	Bairro onde mora			☐ SI
Onde nasceu	Cidade ☐ SI	Estado	☐ SI	Onde nasceu	Cidade SI ☐	Estado	☐ SI
Onde Mora	Cidade ☐ SI	Estado	☐ SI	Onde Mora	Cidade SI ☐	Estado	☐ SI
Zona	☐ Urbana ☐ Rural ☐ SI			Zona	☐ Urbana ☐ Rural ☐ SI		

Idade quando cometeu a 1ª agressão sexual		☐ SI	Idade quando sofreu a 1ª abuso sexual		☐ SI
Escolaridade	☐ Nunca estudou ☐ Ensino Fundamental incompleto/ Série que parou____ ☐ Ensino Fundamental Completo ☐ Ensino Médio incompleto Série que parou;_____ ☐ Ensino Médio Completo ☐ Ensino Superior Incompleto/ Série que parou;_____ ☐ Ensino Superior Completo/ Qual curso:_____	☐ SI	Escolaridade	☐ Nunca estudou ☐ Não se aplica ☐ Ensino Fundamental incompleto/ Série que parou____ ☐ Ensino Fundamental Completo ☐ Ensino Médio incompleto Série que parou;_____ ☐ Ensino Médio Completo ☐ Ensino Superior Incompleto/ Série que parou;_____ ☐ Ensino Superior Completo/ Qual curso;_____	☐ SI
Com vínculo de Parentesco	☐ Mãe ☐ Pai ☐ Irmão ☐ Avô(ó) ☐ Primo(a) ☐ Tio(a)	☐ SI	Com vínculo de parentesco	☐ Filho (a) ☐ Neto(a) ☐ Primo(a) ☐ Sobrinho (a)	☐ SI
Sem vínculo de parentesco	☐ Amiga(o) ☐ Cunhada(o) ☐ Namorada(o) ☐ Babás ☐ Desconhecida(o) ☐ Professor(a) ☐ Colega da escola ☐ Padrasto/Madrasta ☐ Não se aplica ☐ Vizinha(o) ☐ Outros: Quais?	☐ SI	Sem vínculo de parentesco	☐ Aluna(o) ☐ Cunhado(a) ☐ Vizinho(a) ☐ Amiga(o) ☐ Desconhecida(o) ☐ Não se aplica ☐ Babás) ☐ Outros: Quais? ☐ Colega da escola ☐ Enteadado(a) ☐ Namorado(a)	☐ SI
Saúde	☐ Condições Médicas Graves: Qual?_____ ☐ Deficiência: ☐ física/motora ☐ auditiva ☐ visual ☐ Intelectual ☐ Laudo Transtorno Mental: Qual?_____ ☐ Laudo Síndrome Cerebral Orgânica: Qual?_____ ☐ Transtorno Mental/Parafilia (Pedofilia) ☐ Outros: Quais?_____	☐ SI	Saúde	☐ Condições Médicas Graves: Qual?_____ ☐ Deficiência: ☐ física/motora ☐ auditiva ☐ visual ☐ Intelectual ☐ Transtorno Mental: Qual?_____ ☐ Síndrome Cerebral Orgânica: Qual?_____	☐ SI

Ocupação		☐ SI	Ocupação	☐ Estudante ☐ Aprendiz ☐ Estagiário ☐ Não se aplica
Condição	☐ Aposentados ☐ Autônomo	☐ Empregado ☐ Desempregado ☐ Trabalho eventual ☐ Outros	☐ SI	

2. DADOS PROCESSUAIS

AUTOR DE AGRESSOR(A) SEXUAL				
Bairro onde aconteceu o ato		☐ Zona Urbana ☐ Zona Rural	☐ Período Diurno ☐ Período Noturno	☐ SI
	Local onde aconteceu o ato:			☐ SI
Agressão sexual:	☐ Intrafamiliar ☐ Extrafamiliar			☐ SI
Confessou:	☐ Sim ☐ Não			☐ SI
Se sim qual foram os Motivos:				☐ SI
Tempo de duração da Agressão Sexual meses/ano)				☐ SI
Quantas vezes por semana				☐ SI
Onde foi realizado o BOP	Delegacia:			☐ SI
Tipificação do Ato				☐ SI
Aplicação da Pena (ATO)				☐ SI

Quantas condenações anteriores	☐ 01 Qual? _____ ☐ 02 Quais? _____ ☐ 03 Quais? _____ ☐ 04 Quais? _____ ☐ 05 Quais? _____	☐ 06 Quais? _____ ☐ 07 Quais? _____ ☐ 08 Quais? _____ ☐ 09 Quais? _____ ☐ 10 Quais? _____	☐ SI
Tempo de abertura de processo			☐ SI
Julgamento	☐ Liminar ☐ Julgamento de 1ª grau / Qual encaminhamento/medidas: _____ ☐ Julgamento de 2º grau/ Qual encaminhamento/medidas: _____ ☐ Julgamento de 3ª grau/ Qual encaminhamento/medidas: _____		☐ SI
Data da Sentença definitiva:			☐ SI
Fatores de risco individual para Agressão sexual	☐ Agressividade ☐ Ciúme patológico ☐ Cognição confusa ☐ Delírio ☐ Fobias ☐ Humor deprimido ☐ Humor desesperançado ☐ Humor irritável ☐ Humor eufórico ☐ Humor ansioso ☐ Ideação homicida ☐ Ideação suicida ☐ Impulsividade ☐ Memória preservada ☐ Obsessão/compulsão ☐ Paranoia ☐ Problemas com a aparência física ☐ Ter alguma doença grave ou lesões sérias ☐ Tentativa de suicídio ☐ Uso de drogas ilícitas ☐ Uso abusivo do álcool ☐ Outros: Quais? _____		☐ SI
Fatores de risco na família para Agressão Sexual	☐ Abandono ☐ Baixo nível econômico da família ☐ Falecer alguém importante ☐ Fugir de casa ☐ Separação dos pais ☐ Sofrer grave acidente ☐ Não ter recebido cuidado ou atenção dos pais ☐ Negligência familiar ☐ Passar fome ☐ Tem alguém doente da família ☐ Um dos pais ter se casado novamente ☐ Violência sexual ☐ Violência institucional ☐ Violência psicológica ☐ Violência física ☐ Outros: Quais? _____		☐ SI

Fator de risco contextual para Agressão sexual	☐ Acesso à bebida alcoólica ☐ Acesso ao crack ☐ Acesso a anabolizante ☐ Acesso a cocaína ☐ Acesso a remédio ☐ Acesso a maconha ☐ Acesso a cigarro	☐ Dormir na rua ☐ Fanatismo Religioso ☐ Ficar grávida ou namorada grávida ☐ Problemas com a justiça ☐ Problemas habitacionais (mudanças de casa) ☐ Problemas educacionais ☐ Problemas ocupacionais (perda do emprego)	☐ Problemas com o sistema legal/criminal ☐ Problemas econômicos ☐ Problemas com o social (não ter amigos) ☐ Ser morador de rua ☐ Ter sido acolhido no abrigo ☐ Ter histórico criminal ☐ Outros. Quais? _____	☐ SI
Argumentos Oferecidos pela Defesa: ☐ Outros. Quais? _____	☐ Atribui os sintomas da violência sexual ao afastamento da mãe do lar ☐ Calúnia da mãe por vingança, raiva e desavença com o autor de agressão sexual ☐ Calúnia da vítima para não se submeter às ordens e regras do agressor ☐ Mal entendido ☐ Negação da Agressão Sexual ☐ Parentes e amigos induziram a vítima, para retirar ele de caso ou por detestarem o autor de agressão sexual ☐ Responsabiliza a vítima pela violência ☐ Responsabiliza outras pessoas pela violência			☐ SI

3. DADOS PROCESSUAIS

VÍTIMA Depoimento sem dano ☐ Sim ☐ Não				
Houve mais de uma vítima:	☐ Sim ☐ Não			☐ SI
Caso a resposta seja “sim”, a outra vítima era da mesma família?	☐ Sim ☐ Não	☐ SI	Quantas e Quem eram?	☐ SI
Quem fez a denúncia	☐ Mãe ☐ Vítima ☐ Outros parentes: Qual? _____ ☐ Instituição: Qual? _____			☐ SI
Os primeiros encaminhamentos adotados	☐ Ao Conselho Tutelar ☐ À Escola ☐ Ao CRAS ☐ Outras: Quais? ☐ AO CREAS ☐ À Polícia ☐ Ao hospital ou unidade pública de saúde			☐ SI
Agressão sexual foi comprovada?	☐ Sim ☐ Não			☐ SI
Houve confirmação pelo IML	☐ Sim ☐ Não			
A principal forma de comprovação	☐ Avaliação Psicológica ☐ Depoimento de outros familiares ☐ Exame de corpo e delito ☐ Relato da mãe ☐ Depoimento da vítima ☐ Exames ginecológicos ☐ Laudos do IML ☐ Outras: Quais?			☐ SI

Se “não” houve comprovação da agressão por quê?	☐ Não houve confirmação ☐ Não havia informação suficiente ☐ Outras: Quais?			☐ SI
Indícios que contribuíram para que a ocorrência não fosse confirmada	☐ Ausência de Exame Médico ou provas materiais ☐ Depoimento da mãe da vítima ☐ Laudos do IML ☐ Depoimento do agressor ☐ Depoimento da Vítima ☐ Outras: Quais?			☐ SI
Tipos de violência sofrida pela vítima, além da agressão sexual	☐ Abandono (AB) ☐ Violência psicológica (VPS) ☐ Violência física (VF) ☐ Negligência familiar (NF) ☐ Violência Institucional (VI) ☐ Violência Patrimonial (VP)			☐ SI
Severidade e gravidade da agressão sexual	☐ Agressão sexual com uso da força e/ou outro tipo de coerção severa (Hands on) ☐ Agressão sexual com “menos” severos como exibicionismo e abuso verbal (Hands off) ☐ Com contato físico sem uso da força, com sedução			☐ SI
Atos de agressão sexual contra a vítima	☐ Assédio ☐ Tirar as roupas da vítima ☐ Esfregar-se na vítima ou passar a mão no corpo ☐ Sexo vaginal ☐ Exibicionismo da genitália do autor ☐ Sexo anal ☐ Masturbação da vítima pelo agressor e vice-versa ☐ Sexo oral ☐ Obrigação de assistir relações sexuais de terceiros ☐ Outras: Quais?			☐ SI
Relato da reação da vítima para cessar a agressão sexual	☐ Gritar	☐ Fugir do agressor ☐ Empurrar agressor ☐ Outras: Quais?		☐ SI
As principais condições físicas e psicológicas após a situação de agressão sexual	☐ Agressividade confortativa ☐ Comportamentos delinquentes (infrações ou delitos) ☐ Dificuldade na escola	☐ Falta de limite ☐ Manifestações emocionais ☐ Problemas relacionados à sexualidade ☐ Gravidez	☐ Sintomatologia Psicológica ☐ Tentativas de Suicídios ☐ Inibição afetiva e Social (introversão ou isolamento) ☐ Outras: Quais? _____	☐ SI

Apêndice E

AGRUPAMENTO DA ANÁLISE DE CLUSTERS

Grupo 1				
P7	P77	P127	P172	P210
P8	P81	P129	P175	P215
P9	P84	P130	P178	P216
P10	P88	P132	P184	P217
P12	P91	P133	P185	P222
P14	P93	P135	P188	P223
P19	P94	P137	P189	P224
P20	P95	P138	P190	P228
P25	P96	P142	P191	P229
P26	P98	P145	P193	P230
P39	P99	P147	P194	P232
P40	P104	P149	P195	P233
P43	P106	P151	P197	P235
P44	P109	P152	P199	P236
P46	P110	P157	P200	P237
P50	P115	P158	P201	P238
P54	P118	P163	P202	P239
P63	P122	P166	P203	P240
P73	P124	P168	P209	

Grupo 2				
P2	P45	P71	P121	P187
P6	P47	P72	P123	P196
P5	P48	P74	P126	P198
P11	P49	P75	P131	P204
P13	P51	P76	P134	P206
P15	P53	P78	P140	P208
P17	P55	P80	P155	P211
P18	P56	P82	P159	P213
P22	P57	P85	P160	P214
P24	P58	P86	P162	P218
P28	P59	P87	P165	P220
P29	P61	P89	P170	P221
P34	P62	P90	P171	P227
P35	P65	P107	P174	P234
P36	P66	P114	P179	P102
P37	P67	P116	P180	P100
P38	P68	P117	P182	
P41	P69	P119	P183	
P42	P70	P120	P186	

Grupo 3			
P1	P103	P161	P244
P3	P105	P164	P245
P4	P108	P167	P246
P16	P111	P169	P247
P21	P112	P173	P248
P23	P113	P176	P249
P27	P125	P177	P250
P30	P128	P181	
P31	P136	P192	
P32	P139	P205	
P33	P141	P207	
P52	P143	P212	
P60	P144	P219	
P64	P146	P225	
P79	P148	P226	
P83	P150	P231	
P92	P153	P241	
P97	P154	P242	
P101	P156	P243	

Apêndice F
ANÁLISE DOS CLUSTERS

Variável	Categorias	Clusters			Total
		G1	G2	G3	
Perfil	Abaixo de 30	16	30	20	66
	Acima de 30	78	62	44	184
Sexo	nao masculino	1	2	2	5
	masculino	93	90	62	245
Idade/2014	abaixo de 30	14	25	17	56
	acima de 30	80	67	47	194
Cor	baranca	6	7	2	15
	negro	59	46	36	141
Religião	Nao Catolico	16	9	10	35
	Catolico	29	20	13	62
Possui filhos	sem filho	23	35	20	78
	com filho	65	49	39	153
Estado onde nasceu	Fora do Pará	11	6	12	29
	Pará	76	79	51	206
Escolaridade	baixa escolaridade	47	36	25	108
	alta escolaridade	29	34	31	94
Situação Conjugal	sem conjuge	34	46	24	104
	com conjuge	60	42	37	139
Ocupação	sem ocupação	10	18	15	43
	com ocupação	84	74	49	207
Saúde	sem diagnostico	86	89	62	237
	com diagnostico	8	3	2	13
Ato quanto ao sexo da vítima	Autores de Meninas	70	84	58	212
	Autores de Meninos	24	8	6	38
Quanto a faixa de desenvolvimento	Autores de Crianças	94	41	0	135
	Autores de Adolescente	0	51	64	115
Gravidade do ato	hand off	32	38	8	78
	hand on	62	54	56	172
Com crimes	com crime anteriores	28	39	22	89
	sem crimes anteriores	66	53	42	161
Dia da semana em que ocorreu a agressão	dia da semana	43	39	29	111
	fim de semana	13	22	14	49
Contexto de Moradia	nao urbano	8	6	2	16
	urbano	86	85	61	232
Idade em que cometeu a 1º agressão (Numérico)	abaixo de 30	17	31	23	71
	acima de 30	77	59	40	176
Com vínculo de parentesco	sem vinculo	37	61	37	135
	com vinculo	57	31	27	115
Qual vínculo de	demaís familiares	23	21	14	58

parentesco	pai e padrasto	34	11	13	58
Sem vínculo de parentesco, qual?	desconhecido	64	40	38	142
	conhecido	29	49	26	104
	identificavel	1	3	0	4
Condição de Trabalho	nao trabalhando	32	39	31	102
	trabalhando	62	53	33	148
Local da Agressão	nao privado	9	9	15	33
	privado	85	83	49	217
Zona da Agressão	nao urbano	9	4	2	15
	urbano	85	88	62	235
Contexto da agressão	nao intrafamiliar	40	62	38	140
	intrafamiliar	54	30	26	110
Confessou?	nao	87	69	50	206
	sim	7	22	12	41
Tempo de duração da agressão sexual	unica vez	34	38	23	95
	mais de uma vez	31	34	27	92
Local do BOP	delegacia não especializada	36	43	32	111
	delegacia especializada	58	49	32	139
Situação Processual	nao preso	68	75	46	189
	preso	26	17	18	61
Possui algum fator de risco individual para agressão sexual	não	49	88	26	163
	sim	45	4	38	87
Agressividade	não	80	90	51	221
	sim	14	2	13	29
Ciúme Patológico	não	93	91	60	244
	sim	1	1	4	6
Cognição Confusa	não	92	92	64	248
	sim	2	0	0	2
Humor deprimido	não	93	91	64	248
	sim	1	1	0	2
Humor irritável	não	93	91	64	248
	sim	1	1	0	2
Humor ansioso	não	92	91	64	247
	sim	1	1	0	2
Ideação homicida	não	94	92	63	249
	sim	0	0	1	1
Ideação suicida	não	92	92	64	248
	sim	2	0	0	2
Impulsividade	não	94	92	63	249
	sim	0	0	1	1
Obsessão/compulsão	não	94	92	63	249

	sim	0	0	1	1
Problemas com a aparência física	não	93	92	63	248
	sim	1	0	1	2
Ter alguma doença grave ou lesões sérias	não	92	91	64	247
	sim	2	1	0	3
Uso de drogas ilícitas	não	91	92	55	238
	sim	3	0	9	12
Uso abusivo do álcool	não	64	92	41	197
	sim	30	0	23	53
Compulsivo por sexo	não	81	90	51	222
	sim	1	0	0	1
Possui algum fator de risco na família para agressão sexual	não	82	87	51	220
	sim	12	5	13	30
Baixo nível econômico da família	não	89	89	60	238
	sim	5	3	4	12
Sofrer grave acidente	não	93	92	64	249
	sim	1	0	0	1
Não ter recebido cuidado ou atenção dos pais	não	93	92	64	249
	sim	1	0	0	1
Negligência familiar	não	93	92	64	249
	sim	1	0	0	1
Tem alguém doente na família	não	91	90	63	244
	sim	3	2	1	6
Violência sexual	não	94	92	63	249
	sim	0	0	1	1
Violência psicológica	não	94	92	61	247
	sim	0	0	3	3
Violência física	não	94	92	59	245
	sim	0	0	5	5
Pai ausente	não	93	91	64	248
	sim	1	1	0	2
Pai desconhecido	não	94	92	63	249
	sim	0	0	1	1
Praticar violência física contra a mulher	não	93	91	63	247
	sim	1	1	1	3
Possui algum fator de risco contextual para agressão	não	27	89	17	133
	sim	67	3	47	117
Acesso à bebida alcoólica	não	34	91	22	147
	sim	60	1	42	103
Acesso a cocaína	não	92	92	63	247
	sim	2	0	1	3
Acesso a remédio	não	93	92	64	249

	sim	1	0	0	1
Acesso a maconha	não	94	91	58	243
	sim	0	0	6	6
Acesso a cigarro	não	94	92	62	248
	sim	0	0	2	2
Dormir na rua	não	94	92	63	249
	sim	0	0	1	1
Fanatismo religioso	não	93	92	63	248
	sim	1	0	1	2
Ficar grávida ou namorada grávida	não	92	92	63	247
	sim	1	0	1	2
Problemas com a justiça	não	91	92	64	247
	sim	3	0	0	3
Problemas habitacionais	não	93	91	62	246
	sim	1	1	2	4
Problemas ocupacionais	não	93	92	63	248
	sim	1	0	1	2
Problemas com o sistema legal/criminal	não	91	91	63	245
	sim	3	1	1	5
Problemas com o social	não	93	92	64	249
	sim	1	0	0	1
Histórico criminal	não	92	91	64	247
	sim	2	1	0	3
Vender drogas	não	94	92	63	249
	sim	0	0	1	1
Argumentos oferecidos pela defesa (Filtrado e Numérico)	fora do agressor	59	53	40	152
	no agressor	0	0	1	1
Idade/abertura do processo (Vitima)	criança	94	41	0	135
	adolescente	0	51	64	115
Idade/2014 (Vitima)	criança	80	29	0	109
	adolescente	14	61	54	129
	adulto	0	2	10	12
Sexo (Vitima)	não masculino	70	84	58	212
	masculino	24	8	6	38
Cor e Etnia (Vitima)	não branca	9	7	9	25
	negro	47	49	35	131
Religião (Vitima)	não católica	15	11	11	37
	católica	23	25	18	66
Faixa Etária (Vitima) / (quando sofreu a agressão)	criança	87	36	11	134
	adolescente	7	56	53	116
Contexto de Moradia	não urbano	6	5	1	12

(Vitima)	urbano	88	87	63	238
Idade em que sofreu a 1º agressão (Vitima)	criança	94	64	18	176
	adolescente	0	28	46	74
Escolaridade (Vitima)	baixa escolaridade	85	85	47	217
	alta escolaridade	9	7	17	33
Outro tipo de violência, além da agressão sexual? (Vitima)	não	23	76	11	110
	sim	71	16	53	140
Negligência Familiar (Vitima)	não	76	89	62	227
	sim	18	3	2	23
Violência Psicológica (Vitima)	não	50	82	21	153
	sim	44	10	43	97
Violência Institucional (Vitima)	não	94	92	63	249
	sim	0	0	1	1
Violência Física (Vitima)	não	72	88	39	199
	sim	22	4	25	51
Violência Patrimonial (Vitima)	não	94	92	63	249
	sim	0	0	1	1

Apêndice G

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO

Prezado Sr(a), convido você a participar de uma pesquisa de doutorado vinculado ao Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento sobre a história de vida de condenados pelo crime de violência sexual contra criança e adolescência. Esta pesquisa é importante para gerar dados sobre as características biopsicológicas e os fatores de risco e proteção na trajetória de vida de pessoas nessa condição, já que estudos sobre este tema no Brasil são ainda pouco realizados. Sua participação é importante para que possamos compreender melhor a sua história de vida. O objetivo desta pesquisa é estudar as características biopsicológicas de autores de agressão sexual de crianças e adolescente e os fatores de risco e proteção presentes em sua trajetória de vida. As informações serão coletadas por meio de um questionário sociodemográfico e entrevistas acerca de aspectos pessoais que envolvem o relato da sua história de vida. Se você concordar em participar, então deverá responder o questionário e a entrevista. Você poderá levar aproximadamente 60 minutos para respondê-lo, e a entrevista será realizada em 08 encontros de 60 minutos em dias diferentes. O período total desta pesquisa terá a duração de quatro meses, com início em junho e término setembro de 2014. Os benefícios gerados com sua participação são indiretos, pois as suas informações ajudarão a conhecer melhor as características psicológicas e sociais de pessoas que estejam cumprindo esse tipo de pena e mapear os fatores de risco e proteção no decorrer de sua vida. Com base nos resultados da pesquisa, serão apresentadas propostas de intervenção psicológica, com elaboração de protocolo de atendimento, assim como subsidiará a discussão de políticas públicas para os autores de agressão sexual de crianças e adolescentes. Os riscos que esta pesquisa poderá oferecer são mínimos, como desconforto psíquico diante de perguntas íntimas. Entretanto, caso se sinta fragilizado ou desconfortável em função das informações disponibilizadas no questionário e na entrevista, você pode desistir. Os resultados da pesquisa serão devolvidos diretamente a você, individualmente, se você tiver interesse em conhecê-los. Não haverá pagamento para você participar. A sua participação é voluntária e sua desistência é permitida em qualquer momento do estudo, sem que lhe traga prejuízos. Se em algum momento do estudo você sofrer danos e/ou lesões físicas ou psicológicas, e se for comprovado que são decorrentes deste estudo, você por lei estará apto a receber alguma forma de indenização. Será assegurado sigilo quanto à sua identidade, ficando suas informações sob a guarda do pesquisador, resguardando a sua privacidade e o anonimato das pessoas envolvidas. Para maiores esclarecimentos, você poderá entrar em contato com o Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento da Universidade Federal do Pará, localizado na Rua Augusto Corrêa, nº 1, Guamá, Belém-Pará, CEP: 66. 075.110, telefone (91) 3201-7662, ou junto ao Comitê de Ética do Núcleo de Medicina Tropical (UFPA), no seguinte endereço e telefone: Av. Generalíssimo Deodoro, nº 92, CEP: 66055-240, Belém-Pará, telefone, (91) 3241-4641. Este termo será assinado em duas vias, uma fica com você e outra comigo.

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que fui esclarecido (a) sobre o objetivo da pesquisa, assim como os riscos e benefícios envolvidos na sua participação. Declaro ainda que, por minha livre vontade, aceito participar nesta pesquisa, cooperando com a coleta de dados para análise.

Data: / /

Apêndice H

ENTREVISTA PARA IDENTIFICAÇÃO DE DISTORÇÕES COGNITIVAS

1. Se uma criança sente-se atraído por um adulto eles podem manter relação sexual?
Exemplifique
2. Se uma adolescente sente-se atraído por um adulto eles podem manter relação sexual?
Exemplifique
3. O que você acha de uma pessoa adulta que manteve relação sexual com uma criança?
Exemplifique
4. O que você acha de uma pessoa adulta que manteve relação sexual com um adolescente? Exemplifique
5. Se alguém fizesse algo semelhante a uma pessoa que lhe é querida como reagiria?
6. Uma criança ou um adolescente quem mantém relação sexual com um adulto é uma agressão sexual? Comente
7. O que você acha que é uma agressão? Exemplifique
8. O que você acha que é uma agressão sexual? Exemplifique
9. O que leva uma pessoa a agredir sexualmente uma criança ou um adolescente?
10. Você consegue se perceber como uma pessoa assim (que manteve relação sexual com uma criança/adolescente)?
11. Você foi julgado pelo crime de agressão sexual contra criança e adolescência o que você tem a dizer sobre isso?
12. Conhecida a criança/adolescente? Fala como ela era (Descreva-a, explorar aspectos como aparência, atitudes, percepção de inteligência e maturidade, deficiência, etc.)
13. Qual o seu relacionamento com ela?
14. Quem era a criança/adolescente?
15. Quantos anos ela tinha?
16. A criança/adolescente o atraía?
17. Acha que a criança/adolescente o provocou?
18. Costuma a pensar nessa(e) criança/adolescente?
19. Você foi encaminhado até aqui por um juiz para comprimir uma sentença de pena.
20. Acha que a pena foi justa?
21. Qual o sentimento de estar cumprindo essa sentença?
22. Que explicação encontra para a agressão praticada?
23. Acha que lhe provocou sofrimento?
24. Quando praticou o crime estava tranquilo ou extremamente ansioso?
25. Quanto praticou o crime você tinha bebido ou estava drogado, e isso pode ter levado você a cometer a agressão? Comente
26. Considera-se culpado?
27. Considera-se uma vítima?
28. Os outros presos conhecem seu crime pelo qual você foi condenado?
29. Você é tratado de forma diferente dos outros reclusos?
30. Você é penalizado aqui pelo seu crime?
31. Minimiza ou nega a culpa por seu crime?
32. Consegue entender o seu comportamento?
33. Acha que tem controle sobre o seu comportamento, ou age movido por força desconhecida? Tem dificuldade de lidar com isso?
34. Se você pudesse voltar no passado o que faria diferente?
35. Como você acha que a criança ou o adolescente que você foi acusado de agredir se sente?

36. Pensando em sua vida hoje, você acha que sua história influenciou em algo que acontece no momento atual?
37. Quais os seus medos atuais?
38. Julga que irá sair um homem diferente após reclusão?
39. O que você acha que acontecerá depois que cumprir a sentença?
40. Julga voltar a ter o mesmo comportamento após o cumprimento da pena?
41. Você está recebendo atendimento no sistema penitenciário? Qual o tipo? Você acha que esse atendimento satisfaz as suas necessidades?
42. Qual o atendimento que você gostaria de receber?
43. Como você quer que seja sua vida no futuro?
44. Fale-me sobre coisas boas que você quer que aconteçam.
45. O que você achou desta entrevista? Quer acrescentar alguma informação

Apêndice I

QUESTIONÁRIO PARA CARACTERIZAÇÃO DOS AUTORES DE AGRESSÃO SEXUAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE

I – IDENTIFICAÇÃO												
Local da aplicação do questionário:				Cidade da aplicação do questionário:				Nº encontros:				
Questionário respondido por:												
Aplicador:				Data: ___/___/___		Início: ___h ___min.		Término: ___h. ___min.				
Data de nascimento:				Idade atual								
Etnia: () Branca () Negra () Parda () Amarela () Indígena												
Escolaridade: Nível:				Série/ano:		Completo () Incompleto ()						
Ocupação (Profissão):												
Condição:												
Religião:												
Estado civil: () Solteiro () Casado () Mora junto () Separado/divorciado () Viúvo () Outros:												
Este é o seu primeiro casamento?				Se não, quantas vezes foi casado antes?								
Tem filhos?				Quantos?								
Foi criado pelos pais biológico na infância?				Se não, indicar por quem foi criado:								
Tempo de cumprimento da sentença:				Ano da sentença:		Qual o motivo:			Ato:			
Recebeu algum tipo de atendimento no período de cumprimento da medida?												
Que tipo de atendimento? () Psicológico () Social () Jurídico () Pedagógico												
Em que momento recebeu este atendimento?												
II – CARACTERIZAÇÃO SOCIOFAMILAR (Informações atuais)												
Composição familiar	Idade	Sexo	Religião	Escolaridade	Ocupação atual	Nº casamentos	Nº filhos	Uso de substância	Morte	Doenças + frequente	Naturalidade (onde nasceu)	Onde mora
III – SAÚDE												
Nasceu de parto normal?												

Teve alguma complicação no parto?	Se sim, indique qual:		
Nasceu com alguma deficiência	Se sim, indique qual:		
Sofreu agressão física?	Se sim, com que idade:		
Sofreu agressão verbal?	Se sim, com que idade:		
Sofreu agressão sexual?	Se sim, com que idade:		
Teve alguma doença mental/psicológica ou dos nervos?	Se sim, indique qual:		
Teve alguma doença sexualmente transmissível?	Se sim, com que idade e qual o tipo?		Que idade
Como você acha que contraiu esta doença?			
Você se envolveu alguma vez em briga?	Se sim, com que idade:		Em que local?
Tentou suicídio alguma vez?	Se sim, indique qual idade:		Por quê?
Considerando a sua experiência pessoal, responda às questões abaixo:			
Tipos	Já experimentou ao menos uma vez na vida?	Que idade você tinha quando usou pela 1ª vez?	Frequência que isso acontecia
Bebida alcoólica			
Cigarro comum			
Maconha			
Cola, solventes, <i>thinner</i> , lança-perfume, acetona			
Cocaína			
<i>Crack</i>			
<i>Ecstasy</i>			
Remédio para emagrecer sem receita médica			
Anabolizante			
Remédio para “ficar doidão”			
Chá para “ficar doidão”			
Outra			
IV – EDUCAÇÃO			
Seus pais estudaram?	Comente.		
Você foi estimulado pela sua família a estudar?	Explique.		
Completoou todas as séries?	Em caso negativo, qual(ais) a(s) série(s)?		
Quantos anos você tinha quando isso aconteceu			
Quais os motivos que fizeram você não completar a série? Explique-os.			

Foi alguma vez expulso da escola?	Em caso afirmativo, em qual série?	
Explique os motivos que levaram à sua expulsão da escola.		
V – SEXUALIDADE		
O que é sexualidade para você?		
Quem foi a primeira pessoa a falar sobre sexualidade com você?	Que idade você tinha?	
E nas outras vezes, com quem você falou sobre sexualidade?	Que idade você tinha?	
Que idade você tinha quando teve acesso a revistas e/ou filmes pornográficos?	Como você tinha acesso?	
Com idade começou a namorar?	Com quem?	
Com que idade você teve sua primeira relação sexual?		
Com quem foi a sua primeira relação sexual?		
Quantos parceiros sexuais você teve até hoje?		
Quantos eram do sexo masculino?		
Quantos eram do sexo feminino?		
Na sua infância, você foi abordado por alguém para manter relação sexual?	Se sim, que idade você tinha:	
Quem lhe convidou?		
Na sua adolescência você foi abordado por alguém para manter relação sexual?	Se sim, que idade você tinha:	
Quem lhe convidou?		
Manteve relação sexual em troca de dinheiro, favor ou vantagem?	Se sim, que idade você tinha?	Com quem?
Você recebeu alguma vez orientação sobre violência ou agressão sexual (o que é, por que acontece, como se prevenir, etc)?	Se sim, que idade você tinha?	
Quem falou com você sobre violência ou agressão sexual?		
VI-VIOLÊNCIA		
Tipos	Com que frequência esse tipo de situação acontecia?	Indique quem fez isso com mais frequência
Ameaça ou humilhação		
Soco ou surra		
Agressão com objeto (madeira, cinto, fio, cigarro, etc.)		
Mexeu no meu corpo contra a minha vontade		
Relação sexual forçada		
VII – REDE DE APOIO		
Você tinha amigos na infância?	Qual idade do seu amigo?	

Você tinha amigos na adolescência?		Qual idade do seu amigo?	
Você tinha amigos na juventude		Qual idade do seu amigo?	
Você tem amigos hoje?		Qual idade do seu amigo?	
Se não, qual o motivos?			
Durante a sua infância participava de algum grupo ou associação?		Se sim, que idade tinha ?	Qual grupo?
Durante a sua adolescência participava de algum grupo ou associação?		Se sim, que idade tinha ?	Qual grupo?
Durante a sua juventude participava de algum grupo ou associação?		Se sim, que idade tinha ?	Qual grupo?
Na sua infância, você trabalhava?		Se sim, que idade tinha ?	Qual tipo de trabalho
Na sua adolescência, você trabalhava?		Se sim, que idade tinha ?	Qual tipo de trabalho
Na sua juventude, você trabalhava?		Se sim, que idade tinha ?	Qual tipo de trabalho
Antes de ser preso, tinha alguma profissão.		Se sim, qual?	
Foi demitido alguma vez?			
Teve problemas com descumprimento da lei?		Qual foi o motivo?	
No período em que o processo foi instaurado e o cumprimento da sentença você recebeu ajuda de quem?			

Apêndice J
ENTREVISTA SOBRE A TRAJETÓRIA DE VIDA

1. Infância: Relações (explorar esta fase do ciclo vital)

Fale-me sobre sua infância...

Que lembranças você tem de sua infância? (Explorar lembranças boas/ruins).

Fale-me de sua família. (Explorar relações com irmãos, primos, outras crianças que viviam na mesma casa)

Como era ser uma criança nesta família?

Como você acha que sua mãe/pai o descreveriam?

Que lembranças você tem de sua infância na sua família?

Conte-me sobre um episódio bom.

Conte-me sobre um episódio ruim (se não mencionar vitimização na infância por abuso sexual perguntar se passou por alguma experiência relacionada ao fato)

Fale-me de sua escola. (Explorar relações com colegas, professores, atividades no recreio, desempenho escolar)

Você tinha amigos(as) na escola? Fale-me sobre eles...

Como você acha que sua professora o descreveria?

Que lembranças você tem de sua infância na sua escola? Conte-me sobre um episódio bom.

Conte-me sobre um episódio ruim.

Fale-me de seus amigos fora da escola...

Quem eram estes amigos (as)? Fale-me sobre eles...

Que lembranças você tem de sua infância no seu bairro? Conte-me sobre um episódio bom.

Conte-me sobre um episódio ruim.

Do que você mais gostava de brincar? Por quê? Como ocupava seu tempo?

2. Adolescência: Relações (explorar esta fase do ciclo vital)

Fale-me de você, como um adolescente...

Como era sua família quando você era adolescente?

Como era ser um Adolescente nesta família?

Quem eram as pessoas com as quais convivia?

Como era sua relação com elas? (Explorar relações com irmãos, primos, outras crianças que viviam na mesma casa, durante a adolescência)

Como ocupava seu tempo?

Conte-me sobre um acontecimento bom e um ruim em sua adolescência.

Como você acha que sua mãe/pai o descreveriam na Adolescência?

Que lembranças você tem de sua Adolescência na sua família?

Conte-me sobre um episódio bom.

Conte-me sobre um episódio ruim (se não mencionar vitimização na infância por abuso sexual perguntar se passou por alguma experiência relacionada ao fato)

Fale-me de sua escola. (Explorar relações com colegas, professores, atividades no recreio, desempenho escolar)

Você tinha amigos(as) na escola? Fale-me sobre eles...

Como você acha que sua professora o descreveria?

Que lembranças você tem de sua Adolescência na sua escola? Conte-me sobre um episódio bom. Conte-me sobre um episódio ruim.

Fale-me de seus amigos fora da escola...

Quem eram estes amigos (as)? Fale-me sobre eles...

Que lembranças você tem de sua Adolescência no seu bairro? Conte-me sobre um episódio bom. Conte-me sobre um episódio ruim.

Do que você mais gostava de brincar? Por quê? Como ocupava seu tempo?
Fale-me dos seus relacionamentos amoroso na sua Adolescência

3.Vida adulta: Relações (explorar esta fase do ciclo vital)

Como foi sua vida afetiva na vida adulta?

Fale-me de acontecimentos bons e ruins na vida adulta

Fale-se do seu trabalho na vida adulta

Fale-me do nascimento dos seus filhos

Como é sua relação com a sua família de origem

Fale-me de você hoje, como um adulto.

Quem é sua família?

Quem são as pessoas com as quais convive?

Como é sua relação com elas?

(Explorar relações com irmãos, primos, outras crianças que vivem na mesma casa)

Como você acha que sua família o descreveria hoje?